Terra Livre

A AGB e a produção científica da Geografia brasileira

Terra Livre	São Paulo	ISSN 2674-8355	Ano 30, Vol.1, n 42	Jan-Jun/2014

Associação dos Geógrafos Brasileiros

Diretoria Executiva Nacional
Gestão 2012-2014

Diretoria Executiva Nacional

Presidente
Renato Emerson Nascimento dos Santos (Seção Rio de Janeiro)

Vice-Presidente
Paulo Cabral Lage (Seção Belo Horizonte)

1ª Secretária
Renata Ferreira Silveira (Seção Porto Alegre)

2º Secretário
Paulo Roberto Raposo Alentejano (Seção Rio de Janeiro)

1º Tesoureiro
Silvio Marcio Montenegro Machado (Seção Florianópolis)

2ª Tesoureira
Lara Schmitt Caccia (Seção Porto Alegre)

Coordenadoria de Publicações
Claudio Ubiratan Gonçalves (Seção Recife)
Charlles da França Antunes (Seção Niterói)

Representantes junto ao Sistema/CONFEA
Título: Lucimar Fátima Siqueira (Seção Porto Alegre)
Suplente: Lenilson Campos (Seção João Pessoa)

COLETIVOS

Secretaria: Evelin Biondo (Seção Porto Alegre); Livia Corigliano (Seção Florianópolis); Vitor Bessa Zacché (Seção Vitória)

Tesouraria: Fernando Conde (Seção Belo Horizonte); Angelo Menegatti (Seção Curitiba); Karina Araújo (Seção Niterói)

Publicações: Claudinei Lourenço (Seção Belo Horizonte); Theo Lima (Seção Porto Alegre); Paulo Cesar Scarim (Seção Vitória)

Articulação dos GTs: Lucimar Fatima Siqueira (Seção Porto Alegre); Thalismar Gonçalves (Seção Vitória); Marília Guimarães (Seção Porto Alegre); Leonardo Debossan (Seção Belo Horizonte); Isabela Pasini (Seção Viçosa); Pedro Gomes do Nascimento (Seção Fortaleza)

Comunicações: Daniel Baliu Fiamenghi (Seção São Paulo); Ricardo Antônio (Seção Juiz de Fora); João Marcelo Vela (Seção Florianópolis); Antonielle Pinheiro (Seção Recife); Felipe Mariano (Seção Niterói); Diogo Gomes (Seção São Paulo)

Secretaria Administrativa
Caio Tedeschi de Amorim (Seção São Paulo)

TERRA LIVRE

ISSN 2674-8355

Publicação semestral
da Associação dos Geógrafos Brasileiros

ANO 30 – VOL. 1
NÚMERO 42

TERRA LIVRE

Conselho Editorial

Adriana Maria Bernardes da Silva – Campinas/SP
Alexandre Peixoto Faria Nogueira – João Pessoa/PB;
Ana Maria Hoepers Preve – Florianopolis/SC
Anderson Bem - Mal. Candido Rondon/PR
Azucena Arango Miranda – Univ. Humboldt de Berlín, Alemania UNAM, México
Carlos Alexandre Leão Bordalo –Belém/PA
Charlles da França Antunes - DEN
Claudinei Lourenço – Belo Horizonte/MG
Claudio Ubiratan Gonçalves – Belém/PA
Clay Anderson Nunes Chagas – Belém/PA
Cristiane Cardoso –Rio de Janeiro/RJ
Edima Aranha Silva – Três Lagoas/MS
Eduardo Karol – Niterói/RJ
Eliane Tomiasi Paulino – Londrina/PR
Fabrício Gallo – Campinas/SP
Fernando Conde – Belo Horizonte/MG
Flávia Elaine da Silva Martins – Niterói/RJ
Flávio Palhano – Vitória/ES
Gabriel de Melo Neto – Catalão/GO
Gilmar Alves de Avelar – Catalão/GO
Gustavo Felipe Olesko – Curitiba/PR
Gustavo Prieto – São Paulo/SP
Jeani Delgado Paschoal Moura – Londrina/PR
João Fabrine – Mal. Candido Rondon/PR
Jorge Ramón Montenegro Goméz – Curitiba/PR
Lucas Panitz – Porto Alegre/RS
Marcelo Garrido – Univ. Academia de Humanismo Cristiano, Chile
Margarida Pereira – Univ. Nova de Lisboa, Portugal
Marisia Buitoni – Rio de Janeiro/RJ
Marleide Sergio – Aracaju/SE
Natalia Freire – São Paulo/SP
Nazareno José Campos – Florianópolis/SC
Nilo Almeida – Recife/PE
Pedro Vianna – João Pessoa/PB
Raimunda Aurea – Aracaju/SE
Raquel Daré – Vitória/ES
Rosemeire Aparecida de Almeida – Três Lagoas/MS
Saulo Costa – Recife/PE
Sinthia Batista – Porto Alegre/RS
Verônica Ibarra – Univ. Autonoma do México, UNAM
Willian Rosa Alves (In memorian) – Belo Horizonte/MG

Editores Responsáveis: Cláudio Ubiratan Gonçalves, Charlles da França Antunes, Claudinei Lourenço

Endereço para correspondência

Associação dos Geógrafos Brasileiros (DEN) – Av. Prof. Lineu Prestes, 322 – Edifício de Geografia e História – Cidade Universitária – CEP. 05508-900 – São Paulo – SP – Brasil – Tel. (11) 3091-3758

Ficha Catalográfica

Terra Livre, ano 1, n.1, São Paulo, 1986 – v. ils. Histórico	
1986 - ano 1, v. 1 – impressa	2001 - n.16, n.17 – impressa
1987 - n. 2 – impressa	2002 - ano 18, v.1, n.18; v.2, n.19 – impressa
1988 - n. 3, n.4, n.5 – impressa	2003 - ano 19, v.1, n. 20; v.2, n.21 – impressa
1989 - n.6 – impressa	2004 - ano 20, v.1, n.22; v.2, n.23 – impressa
1990 - n.7 – impressa	2005 - ano 21, v.1, n. 24; v.2, n.25 – impressa
1991 - n.8, n.9 – impressa	2006 - ano 22, v.1, n.26; v.2, n.27 – impressa
1992 - n.10 – impressa	2007 - ano 23, v.1, n.28; v.2, n.29 – impressa e digital
1992/93 - n.11/12 (editada em 1996) - impressa	2008 - ano 24, v.1, n.30; v.2, n.31 – impressa e digital
1994, 95,96 – interrompida	2009 - ano 25, v.1, n.32; v.2, n.33 – impressa e digital
1997 - n.13 – impressa	2010 - ano 26, v.1, n.34; v.2, n.35 – impressa e digital
1998 - interrompida	2011 - ano 27, v.1, n.36; v.2, n.37 – impressa e digital
1999 - n. 14 – impressa	2012 - ano 28, v.1 n.38; v.2, n.39 – impressa e digital
2000 - n.15 – impressa	2013 - ano 29, v.1 n.40; v. 2, n. 41 – digital
	2014 – ano 30, v. 1 n. 42 – digital
	ISSN 2674-8355

Editorial

Esta edição da revista *Terra Livre* faz parte da dinâmica de construção do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, realizado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), de 10 a 16 de agosto de 2014, em Vitória (ES). Os Congressos Brasileiros de Geógrafos (CBGs) são eventos organizados pela AGB a cada dez anos, sempre nos anos terminados em 4. Nos demais anos pares (2, 6, 8 e 0), ela organiza os Encontros Nacionais de Geógrafos (ENGs). Os CBGs são, portanto, eventos decenais, que buscam retomar tal temporalidade na constituição da entidade.

A construção do VII CBG buscou, a partir deste pressuposto, ser um processo com múltiplas temporalidades combinadas. Pensava-se na temporalidade do evento (uma semana de acontecimentos no local sede), na temporalidade do processo de organização do evento (praticamente, um ano e meio de trabalhos) e também na temporalidade decenal (com uma proposta de balanço dos últimos dez anos e de projeção dos próximos).

Outro objetivo colocado era fazer deste evento um momento em que a entidade se repensasse, bem como refletisse sobre a sua relação com a geografia brasileira e com a sociedade: como a AGB se constitui, atualmente?; qual seu papel para a comunidade geográfica contemporânea?; como se relaciona e intervém nos processos e disputas sociais no território brasileiro?

Deste conjunto de questões e seus desdobramentos, surgiu a proposta de realização de um balanço da relação entre a AGB e a produção científica da geografia brasileira. Tarefa hercúlea! Afinal, de diferentes formas, esta entidade veicula e intervém nesta produção, o que podemos exemplificar mencionando a sua extensa participação: a publicação de quase uma dezena de revistas (além da *Terra Livre*, vinculada à Diretoria Executiva Nacional, há diversos periódicos científicos ativos e qualificados de seções locais, como os boletins *Campineiro*, *Gaúcho* e *Paulista de Geografia*, o *Caderno Prudentino*, as revistas *Geografia em Questão*, da seção Marechal Cândido Rondon, e a *Revista Eletrônica*, da seção Três Lagoas, entre outros), os boletins informativos, os diversos grupos de trabalho (de seções locais ou articulações nacionais, reunindo pesquisadores para refletir, produzir e agir sobre temas mobilizadores) e um grande número de eventos (nacionais, regionais e locais) realizados pela própria entidade ou em parcerias e apoios com departamentos, programas de pós-graduação, entidades

estudantis e grupos e articulações de pesquisadores.

É impossível dar conta de todas as formas pelas quais a AGB se faz presente no cotidiano da produção científica e na ação da comunidade geográfica brasileira. Apenas um olhar sobre os eventos nacionais, como os ENGs ou o CBG, analisando suas estruturas de atividades, já mostra a pluralidade das formas e diálogos com que a entidade realiza e se constitui na comunidade. Mesas-redondas (vinte, no CBG/2014) reúnem *experts*; Espaços de Socialização de Coletivos contemplam grupos e articulações de pesquisa; Trabalhos de Campo mobilizam membros da comunidade acadêmica local; Grupos de Trabalho agregam pesquisadores interessados na construção de posicionamentos e intervenções da entidade a partir do acúmulo coletivo. Enfim, um conjunto diverso de atividades tem reunido e canalizado saberes da produção científica da comunidade geográfica, ao longo desses eventos. Entretanto, uma dessas atividades é a que canaliza o maior volume de produção: os Espaços de Diálogos e Práticas (EDPs).

Os EDPs vêm tendo papel cada vez mais central, nos eventos da AGB. Eles substituíram as antigas Comunicações Livres, e operam com a reunião das propostas de trabalhos recebidos para apresentação a partir de suas afinidades temáticas. Uma vez reunidos em subeixos, não há uma fixação prévia de dia e horário para cada trabalho individualmente, sendo cada grupo autônomo na definição de sua dinâmica. Operam, portanto, com a valorização da dimensão coletiva do debate, aproximando pesquisadores sobre temas comuns. Esta dinâmica tem atraído um número crescente de trabalhos (2.147, no ENG 2008; 2.977, no ENG 2010; e 3.090, no ENG 2012), transformando os eventos da AGB num dos maiores congressos de área do país, e num importante momento das trajetórias e dos processos formativos da esmagadora maioria dos pesquisadores do campo.

Este grande número de trabalhos se constitui também numa amostra privilegiada do que é a produção da comunidade geográfica brasileira. Se for verdade que, atualmente, vivemos uma profusão de eventos científicos, e que, na área da geografia, multiplicam-se os eventos de campo específicos, de associações e de pós-graduações, bem como de eventos regionais – e, no crescimento deste número, as escolhas e hierarquizações do campo –, os eventos da AGB mantêm sua importância e fornecem um excelente panorama do que é a nossa geografia.

Nesse sentido, os EDPs foram escolhidos como a base para a

construção de um painel e um debate sobre como a entidade se relaciona com a produção científica da geografia brasileira. A partir de deliberação em reunião de gestão coletiva da entidade, foi definida a estratégia de convocar seus últimos presidentes para fazerem um balanço desta produção – aproveitando a própria diversidade de campos de atuação destes mandatários. Além de uma composição com diversidade regional (dois do Sul, três do Sudeste, um do Centro-Oeste e uma do Nordeste), o conjunto dos presidentes da entidade (desde o ano 2000 até o presente) contemplou as áreas de concentração que a AGB utiliza para organizar seus EDPs: Campo/Rural, Cidade/Urbano, Educação/Ensino de Geografia, Natureza/Meio Ambiente e Pensamento Geográfico.

A tarefa foi, portanto, assim distribuída: Campo/Rural, Bernardo Mançano Fernandes (presidente no período 2002-2004); Educação/Ensino de Geografia, Marísia Santiago Buitoni (2004-2006);[1] Natureza/Meio Ambiente, Dirce Suertegaray (2000-2002) e Edvaldo César Moretti (2006-2008); Pensamento Geográfico, Alexandrina Conceição (2008-2010); e Cidade/Urbano, Nélson Rego (2010-2012) e Renato Emerson dos Santos (2012-2014). Convidados, todos foram expostos a um conjunto de questões (respeitando a liberdade das escolhas e decisões teóricas e metodológicas de cada) para iniciarem os debates pensando-se a produção veiculada nos EDPs como "o chão da produção da geografia brasileira": o que há de novo na geografia brasileira? Novo teórico, novo empírico? Quais suas tendências? Quais suas hegemonias? Teóricas? Políticas? É possível falar de "correntes de pensamento" ou o que temos são "agendas de pesquisa"? Como a entidade vê/organiza as produções? Ou, repensando o "Pentateuco" (cinco eixos), como a entidade vê/organiza as produções por dentro dos eixos, ou seja, constituindo subeixos?

O resultado é este que se nos apresenta nos artigos que seguem – um quadro amplo, diverso e que cumpre sua principal função: provocar reflexões, debates e novas pesquisas. Isto, por sinal, já apareceu fortemente na mesa de abertura do VII CBG, que foi composta do grupo de presidentes que apresentaram uma primeira versão deste balanço da produção científica da geografia brasileira.

Renato Emerson dos Santos
organizador do número

[1] Marísia Buitoni era vice-presidente nessa gestão, e assumiu no final do período, após a renúncia do presidente Jorge Luís Borges.

Foreword

This edition of the journal is part of the dynamics of construction of the VII Brazilian Congress of geographers, conducted by the Association of Brazilian Geographers (AGB) at 10-16 of August of 2014 Vitória (ES). The Brazilian Congress of Geographers (CBGS) are events organized by the association every 10 years, always in those years ending in 4 - in other even-numbered years (2, 6, 8:00) it organizes the National Meetings of Geographers (ENGs). The CBGS are therefore decennial events, and then seek to resume such temporality in the constitution of the entity.

The construction of the VII CBG sought from this assumption, be a process with multiple time frames combined. It was thought in the temporality of the event (a week of events in the local headquarters), the temporality of the event organization process (almost a year and a half of work) and also in the decennial temporality (with a rocking motion for the last ten years and projection of the next).

Another objective set was to make this event a time when the entity rethink and reflect on their relationship with Brazilian geography and society. As AGB is currently is? What is your role in contemporary geographic community? How it relates and intervenes in the processes and social disputes in Brazil?

This set of issues and its development was proposed to carry out an assessment of the relationship between AGB and the scientific production of Brazilian geography. Task daunting, after all, in different ways to conveys authority and intervenes in this production, which can exemplify mentioning: almost a dozen magazines (besides the Free Land, linked to the National Executive Board, several active and qualified scientific journals of Local Sections, as the Campineiro Bulletins, Gaucho and Paulista of Geography, the Prudentino Notebook or magazines Geography at Issue Section Rondon and Electronics Section Three Ponds Magazine, among others), newsletters, various Working Groups (Local Sections or National joints, bringing together researchers to reflect, produce and act on mobilizing themes), and a countless number of events (national, regional and local) held by the entity itself or in partnership and support to departments, graduate programs, student organizations, groups and joints of researchers, among others.

Impossible to account for all the ways in which the AGB is present in

everyday scientific production and action of the Brazilian geographic community. Just a glance at national events like the ENGs or CBG, analyzing their activities structures, already shows the plurality of these forms and dialogs that the entity carries out and is in the community. Roundtables (20 in CBG / 2014) together experts; Socialization Collective spaces include groups and research joints; Fieldwork mobilize members of the local academic community; Working groups aggregate researchers interested in building positions and operations of the entity from the collective accumulation; in short, a diverse set of activities together and channeling knowledge of the scientific production of geographic community over these events. However, one of them is that channels the bulk of this production: Dialogues and Practices spaces (PDEs).

The PDE has had increasingly central role in the events of AGB. They replaced the old Free Communications, and operate with the meeting of proposals received for presentation from their thematic affinities. Once gathered in sub-axis, there is no advance fixing of day and time for each job individually, each autonomous group in defining its dynamics. They operate, so with the appreciation of the collective dimension of the debate, bringing researchers on common themes. This dynamic has attracted increasing numbers of jobs (2147 in ENG / 2008; 2977 in ENG / 2010; 3090 in ENG / 2012), turning the AGB events in one of the country's largest area of congress - and important moment in the trajectories and processes formation of the overwhelming majority of researchers in the field.

This large number of jobs also is a prime sample of which is the production of Brazilian geographic community. If it is true that we currently live a profusion of scientific events, and in the field of geography, the specific field events multiply, associations, postgraduate courses, as well as regional events - and the growth in the number, choices and rankings field - AGB events keeps its importance, and provide an excellent overview of what is our geography.

In this sense, the PDEs were chosen as the basis for construction of a panel and a discussion on how the entity is related to scientific production of Brazilian geography. From deliberation in Public Management Meeting of the entity was defined strategy to call his last presidents to take stock of this production - taking advantage of the very diversity of the representatives fields. In addition to a composition with regional diversity (two from the south, three southeast, one of the Midwest and Northeast), the combined entity presidents

(since 2000 to the present) contemplated areas of concentration that AGB use to organize your PDEs: City / Country, City / Urban, Education / Geography Education, Nature / Environment and Geographical Thought. The task was distributed as follows: Country / Rural, Mançano Bernardo Fernandes (president from 2002-2004); City / Urban, Nelson Rego (2010-2012) and Emerson Renato dos Santos (2012-2014); Education / Geography Teaching, Marísia Santiago Buitoni (2004-2006); Nature / Environment, Dirce Suertegaray (2000-2002) and Edvaldo Caesar Moretti (2006-2008); and Thought Geographic, Alexandrina Conception (2008-2010).

Guests, all were exposed to a set of questions (respecting freedom of theoretical and methodological choices and decisions of each), to start discussions thinking the production published in PDEs as "the floor of the Brazilian geography production" What's new in Brazilian Geography? New theoretical, empirical again ... What are the trends? What hegemonies? ... Theoretical Policies? It is possible to speak of "schools of thought" or we are "research agenda"? As the entity sees / organizes the productions? Or, rethinking "Pentateuch" (five axes) ... see As the entity / organizes the productions inside axes, namely sub-shafts constituting?

The result is this that gives us the following items: a broad, diverse framework, and fulfills its main function: cause reflections, debates and further research. This has appeared strongly in the opening panel of the VII CBG, which comprised this group presidents presenting a first draft of this balance of scientific production of the Brazilian Geography.

Renato Emerson dos Santos
editor

Editorial

Esta edición de la revista Terra Livre es parte de la dinámica de la construcción del VII Congreso Brasileño de geógrafos, realizado por AGB 10-16 de agosto de 2014 Vitória (ES). Los Congresos Brasileños de Geógrafos (CBGS) son eventos organizados por la entidad en cada 10 años, siempre en los años terminados en 4 - en otros años pares (2, 6, 8, 0) organiza los Encuentros Nacionales de Geógrafos (ENG). Así, los CBGS son eventos decenales, y luego tratan de reanudar dicha temporalidad en la constitución de la entidad.

La construcción del VII CBG he buscado, partiendo de este punto, ser un proceso con múltiples marcos de tiempo combinados. Se pensó en la temporalidad del evento (una semana de acontecimientos en la sede local), la temporalidad del proceso de organización del evento (casi un año y medio de trabajo) y también en la temporalidad decenal (con un movimiento de balanceo de los últimos diez años y proyección de los diez siguientes).

Otro objetivo era hacer de este evento un momento para la entidad repensar y reflexionar sobre su relación con la geografía y la sociedad brasileña. Actualmente ¿Cómo AGB se constituye? ¿Cuál es su papel en la comunidad geográfica contemporánea? ¿Cómo se relaciona e interviene en los procesos y conflictos sociales en Brasil?

Se propuso este conjunto de temas y su desarrollo para llevar a cabo una evaluación de la relación entre la AGB y la producción científica de la geografía brasileña. Tarea de enormes proporciones, porque de diferentes maneras la entidad difunde y interviene en esta producción, lo que si puede ejemplificar mencionando: casi una docena de revistas (además de la Terra Livre, vinculada a la Ejecutiva Nacional, varias revistas científicas activas y cualificadas de las secciones locales, como los Boletines Campineiro, Gaucho y Paulista de Geografía, el Caderno Prudentino o las revistas Geografía em Questão de la Sección Marechal Cândido Rondon y la Revista Eletrônica da Sección Três Lagoas, entre otros), boletines de noticias, varios Grupos de Trabajo (vinculados a secciones locales o articulaciones nacionales, que reúnem investigadores a reflexionar, producir y actuar en los temas movilizadores), y un sinnúmero de eventos (nacionales, regionales y locales) hechos por la entidad misma o en colaboración y apoyo a los departamentos, programas de posgrado, organizaciones estudiantiles, los grupos y las articulaciones de los investigadores,

entre otros.

Imposible dar cuenta de todas las formas en que la AGB se hace presente en la producción científica y la acción cotidiana de la comunidad geográfica brasileña. Sólo una mirada a los eventos nacionales como el ENG o CBG, analizando sus estructuras de actividades, nos ofrece una mirada de la pluralidad de estas modalidades de diálogo que la entidad lleva a cabo y se hace presente en la comunidad. Mesas redondas (20 en CBG / 2014) a expertos; Socialización espacios colectivos incluyen grupos de investigación y las articulaciones; El trabajo de campo a movilizar los miembros de la comunidad académica local; Los grupos de trabajo se agregan los investigadores interesados en puestos de construcción y operaciones de la entidad a partir de la acumulación colectiva; en definitiva, un conjunto diverso de actividades juntos y canalizar el conocimiento de la producción científica de la comunidad geográfica sobre estos eventos. Sin embargo, uno de ellos es que canaliza la mayor parte de esta producción: Diálogos y Prácticas espacios (PDE).

El PDE ha tenido papel cada vez más central en los acontecimientos de AGB. Se sustituye el viejo gratuito Comunicaciones, y operan con la reunión de las propuestas recibidas para la presentación de sus afinidades temáticas. Una vez reunidos en la sub-eje, no hay fijación anticipada de día y hora para cada trabajo individualmente, cada grupo autónomo en la definición de su dinámica. Operan, así que con la apreciación de la dimensión colectiva del debate, con lo que los investigadores sobre temas comunes. Esta dinámica ha atraído a un número creciente de puestos de trabajo (2.147 en ENG / 2008; 2977 en ENG / 2010; 3090 en ENG / 2012), convirtiendo los eventos AGB en una de mayor superficie de congresos del país - y un momento importante en las trayectorias y procesos formación de la gran mayoría de los investigadores en el campo.

Este gran número de puestos de trabajo también es una muestra de primera de las cuales es la producción de la comunidad geográfica brasileña. Si bien es cierto que actualmente vivimos una profusión de eventos científicos, y en el campo de la geografía, los eventos de campo específicos multiplicamos, asociaciones, cursos de postgrado, así como eventos regionales - y el crecimiento en el número, opciones y posiciones campo - eventos AGB mantiene su importancia, y proporcionan una excelente visión general de lo que es nuestra geografía.

En este sentido, las PDE se eligieron como base para la construcción de

un panel y una discusión sobre cómo la entidad está relacionada con la producción científica de la geografía brasileña. A partir de la deliberación en la reunión de Gestión Pública de la entidad se definió la estrategia para llamar a sus últimos presidentes de hacer un balance de esta producción - aprovechando la propia diversidad de los campos representantes. Además de una composición con la diversidad regional (dos desde el sur, tres al este, uno de la región central y noreste), los presidentes de las entidades combinadas (desde 2000 hasta la actualidad) áreas de concentración contemplado que AGB organizar tus PDE: Ciudad / país, ciudad / Urbana, Educación / Geografía Educación, Naturaleza / Medio ambiente y pensamiento geográfico. La tarea se distribuyó de la siguiente manera: País / Rural, Bernardo Mançano Fernandes (presidente 2002-2004); Ciudad / Urban, Nelson Rego (2010-2012) y Emerson Renato dos Santos (2012-2014); Educación / Geografía Enseñanza, Marisia Santiago Buitoni (2004-2006); Naturaleza / Medio ambiente, Dirce Suertegaray (2000-2002) y Edvaldo César Moretti (2006-2008); y Pensamiento Geográfico, Alejandrina Concepción (2008-2010).

Los huéspedes, todos fueron expuestos a una serie de preguntas (respetando la libertad de opciones y decisiones de cada teóricos y metodológicos), para iniciar discusiones pensando la producción publicada en PDE como "el piso de la producción de la geografía brasileña" ¿Cuál es nueva en Geografía de Brasil? Nueva teórica, empírica nuevo ... ¿Cuáles son las tendencias? Qué hegemonías? ... Políticas teóricas? Es posible hablar de "escuelas de pensamiento" o que son "programa de investigación"? A medida que la entidad ve / organiza las producciones? O, repensar "Pentateuco" (cinco ejes) ... ver Como la entidad / organiza las producciones dentro de ejes, a saber, los sub-ejes constituyente?

El resultado es este que nos da los siguientes elementos: un marco amplio, diverso y cumple su función principal: provocar reflexiones, debates y nuevas investigaciones. Esto ha aparecido con fuerza en el panel de apertura de la VII CBG, que compone este grupo presidentes que presentan un primer borrador de este equilibrio de la producción científica de la geografía brasileña.

Renato Emerson dos Santos
organizador de la edición

Territórios paradigmáticos: uma leitura preliminar da produção do conhecimento na geografia agrária brasileira a partir dos Encontros Nacionais e dos Congressos Brasileiros de Geógrafos

Bernardo Mançano Fernandes
Professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP), pesquisador do CNPq
✉ bernardo@ippri.unesp.br

RESUMO

Neste artigo, estudamos a construção do conhecimento e apresentamos nosso método para a análise da produção da geografia agrária brasileira, por meio de trabalhos apresentados desde o Congresso Brasileiro de Geógrafos de 2004 até o Encontro Nacional de Geógrafos de 2012, com algumas considerações sobre o Congresso Brasileiro de Geógrafos de 2014. Nosso objetivo é entender como os estudos brasileiros de graduação e de pós-graduação constroem o conhecimento sobre o campo brasileiro e sua questão agrária. Analisamos as mudanças temáticas no período, de acordo com o movimento da conjuntura da questão agrária, e identificamos a participação dos estudiosos brasileiros no debate paradigmático. Procuramos analisar as posturas dependentes de outras áreas do conhecimento e as autônomas, tanto de pesquisadores individuais como de coletivos de pensamento, por meio da construção de estilos de pensamento. Nos últimos dez anos, construímos um método e procedimentos metodológicos para analisar o avanço do pensamento na geografia agrária. Nosso trabalho consiste em analisar dados e conteúdos dos trabalhos apresentados nos eventos da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), a partir de pesquisadores individuais e de grupos de pesquisas, para a compreensão das mudanças recentes dos processos teórico e político dos temas agrários e da própria geografia. Este artigo não apresenta resultados conclusivos, mas o início do processo de uma pesquisa de longo prazo.

Palavras-chave: teoria, método, paradigma, geografia, questão agrária.

Terra Livre – ano 30, v. 2, n. 42 – 2014
Para citar este artigo: FERNANDES, Bernardo Mançano. Territórios paradigmáticos: uma leitura preliminar da produção do conhecimento na geografia agrária brasileira a partir dos Encontros Nacionais e dos Congressos Brasileiros de Geógrafos. Terra Livre, ano 30, v. 2, n. 42, 2014.

Paradigmatic territories: a preliminary reading of knowledge production in brazilian agrarian geography from national meetings and Brazilian Congress Geographers

Abstract: *In this article, we study the construction of knowledge and we present our method to analyze the production of Brazilian agricultural geography, through the works presented since the 2004 Brazilian Congress of Geographers to the 2012 Geographers National Meeting, making some considerations for the 2014 Brazilian Congress of Geographers. Our goal is to understand how Brazilian studies undergraduate and post-graduate construct knowledge about the field and its Brazilian agrarian question. We have analyzed the thematic changes in the period, according to the movement of the agrarian question situation, and identify the participation of Brazilian scholars in the paradigmatic debate. We tried to analyze the dependent postures other area of knowledge and autonomous both by individual researchers and by collective thinking through the building styles of thought. Over the past decade, we have built a method and methodological procedures to analyze the progress of thought in agrarian geography. Our work is to analyze data and contents of the papers presented at events of Association of Brazilian Geographers, from individual researchers and research groups to understand the recent changes in the theoretical and political process of agrarian issues and the very geography. This article does not present conclusive results, but the beginning of the process of a long-term research.*

Keywords: *theory, method, paradigm, geography, agrarian question.*

Territorios paradigmáticos: una lectura preliminar de la producción del conocimiento en la geografía agraria brasileña de las reuniones nacionales y de los Congresos Brasileños de Geógrafos

Resumen: *En este artículo, se estudia la construcción de conocimiento y presentamos nuestro método para analizar la producción agrícola de la geografía brasileña, a través de las obras presentadas desde el Congreso de Geógrafos Brasileños de 2004 a la Reunión Nacional de Geógrafos de 2012, haciendo algunas consideraciones para el Congreso de Geógrafos Brasileño de 2014. Nuestro objetivo es entender cómo los estudios brasileños de pregrado y post-grado producen el conocimiento sobre el campo y su cuestión agraria. Hemos analizado los cambios temáticos en el período, de acuerdo con el movimiento de la coyuntura de la cuestión agraria, e identificar la participación de estudiosos de Brasil en el debate paradigmático. Tratamos de analizar las posturas que dependen de otra área del conocimiento y los autónomo tanto por investigadores individuales y por el pensamiento colectivo a través de los estilos de construcción de pensamiento. Durante la última década, hemos construido un método y procedimientos metodológicos para analizar el progreso del pensamiento de geografía agraria. Nuestro trabajo consiste en analizar los datos y el contenido de los trabajos presentados en los eventos de la Asociación de Geógrafos Brasileños, de los investigadores y grupos de investigación para comprender los recientes cambios en el proceso teórico y político de las cuestiones agrarias y la propia geografía. Este artículo no presenta resultados concluyentes, pero el comienzo del proceso de una investigación a largo plazo.*

Palabras clave: *teoría, método, paradigma, geografía, pregunta agraria.*

Introdução

Neste artigo, apresentamos os resultados preliminares, o nosso método de análise e os procedimentos metodológicos de dois projetos de pesquisa em realização, no período de 2014 a 2018, e divulgamos uma primeira leitura sobre trabalhos de eventos científicos da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). Nosso objetivo é acompanhar o movimento do processo de construção do conhecimento que possibilita compreender o avanço da ciência geográfica na sua relação imaterial/material/imaterial – ou seja, pensamento/ação/pensamento –, que ocorre pela materialização do conhecimento em políticas públicas de desenvolvimento e transformam (criam/produzem/destroem) espaços e territórios, gerando novos conhecimentos.

Observamos, neste artigo, as mudanças temáticas que ocorreram entre o Congresso Brasileiro de Geógrafos (CBG) de 2004 e o Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) de 2012, fazendo alguns apontamentos sobre o Congresso Brasileiro de Geógrafos de 2014. Identificamos a participação de uma parte da geografia agrária brasileira no debate paradigmático, apesar de esta continuar mantendo uma postura dependente de outras áreas do conhecimento. Este artigo não apresenta resultados conclusivos, mas o início do processo de uma pesquisa de longo prazo, por meio de um coletivo de pensamento do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Presidente Prudente, e da Cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, do Instituto de Políticas Públicas da Unesp, campus de São Paulo.

Na primeira parte, apresentamos nossa proposta de pesquisa e o convite da AGB para analisarmos os trabalhos de geografia agrária. De fato, já tínhamos o propósito de fazer tal análise, mas o convite da AGB reforçou nossa proposta, que objetiva um estudo comparativo temático, teórico e político das geografias brasileira, latino-americanas e estadunidense. Na segunda parte, procuramos esboçar as leituras iniciais de um primeiro mapa do pensamento da geografia agrária nos ENGs e CBGs. Nos últimos dez anos, construímos um método e procedimentos metodológicos para analisar o avanço do pensamento na geografia agrária. Nosso trabalho consiste em analisar dados e conteúdos de trabalhos apresentados nos eventos da AGB, a partir de pesquisadores individuais e de grupos de pesquisa, a fim de compreender as mudanças recentes

dos processos teórico e político dos temas agrários e da própria geografia.

Na terceira parte, apresentamos o debate paradigmático: a questão agrária e o capitalismo agrário, que são as principais referências para se compreender o processo de desenvolvimento da agricultura no mundo. A partir de teóricos clássicos e contemporâneos, debatemos as visões de mundo e os estilos de pensamento dos autores e autoras que apresentaram trabalhos, nos últimos dez anos de eventos da AGB. Na última parte, que intitulamos "Chegando no território: os territórios paradigmáticos", apresentamos nossas leituras sobre a tipologia e a materialidade e imaterialidade do território. Voltando à primeira parte, consideramos o texto lido como um território imaterial, daí o título territórios paradigmáticos. Um texto sempre é muito importante, pois, nele, o autor procura expressar suas ideias e interpretações de diversas realidades, espaços e territórios. O texto é o ponto de partida para a transformação da realidade que produz tantos textos. Desconstrui-lo é nossa razão, para ampliarmos suas leituras. Afinal, textos são leituras, muitas leituras.

Uma leitura preliminar a partir dos eventos científicos

Este artigo foi elaborado para a mesa de abertura do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, realizado em Vitória (ES), de 10 a 16 de agosto de 2014, e seu primeiro título foi "A AGB e a produção científica da geografia brasileira: geografia agrária". Agradecemos ao professor Renato Emerson dos Santos, então presidente da AGB, pelo convite para participarmos daquela mesa e pela publicação deste artigo, cuja proposta é a análise dos artigos publicados nos anais dos encontros nacionais de geógrafos e dos congressos brasileiros de geógrafos. No convite, colocavam-se algumas questões que serviram de referências para nossa análise, entre elas:

- O que há de novo na geografia brasileira? Novo teórico, novo empírico?

- Quais as suas tendências? Quais as hegemonias? Teóricas, políticas?

- É possível falar de "correntes de pensamento" ou o que temos são "agendas de pesquisa"?

- Como a AGB organiza as produções ou os temas, em cada evento?

O convite para a participação na mesa de abertura do congresso de 2014 veio ao encontro de dois projetos do Núcleo de Estudos, Pesquisas e

Projetos de Reforma Agrária (NERA),[1] vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP, campus de Presidente Prudente, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP (área de concentração: Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe), campus de São Paulo, e também à Cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, na qual estamos desenvolvendo os projetos de pesquisa "Territórios paradigmáticos da geografia agrária: unidade, diversidade e diferencialidade" e "Mapa do pensamento da geografia agrária".

Nestes dois projetos, estamos analisando os textos dos eventos científicos por meio do *debate paradigmático*, que é, simultaneamente, um procedimento metodológico e um método de análise. O debate é a condição imprescindível para o diálogo entre diferentes visões de mundo, correntes teóricas e paradigmas. Pelo debate, analisamos a *produção do conhecimento na geografia agrária*[2] por meio de coletivos de pensamento e suas influências na elaboração de políticas públicas e nas instituições que as executam (governo, agronegócio, movimentos camponeses, por exemplo). Nesta concepção de pesquisa, partimos do seguinte parâmetro: os conhecimentos são produzidos segundo diferentes intencionalidades, que, por meio de políticas, transformam a realidade e promovem a construção e a produção de novos espaços e territórios – e, portanto, de novos conhecimentos. Não faltam textos geográficos, filosóficos, teóricos e políticos que confirmem este processo, mas o mais importante é acompanhar e interpretar o movimento do processo, para não ficar apenas descrevendo-o.[3]

O acompanhamento do movimento do processo de construção do conhecimento permite compreender o avanço da ciência geográfica na sua relação imaterial/material/imaterial – ou seja, pensamento/ação/pensamento –, que ocorre pela materialização do conhecimento em políticas públicas que transformam (criam/produzem/destroem) espaços e territórios, gerando novos

[1] Ver www.fct.unesp.br/nera.

[2] A geografia agrária é nosso objeto de estudo, mas, com este procedimento e método, podemos analisar todas as áreas do conhecimento.

[3] Sobre este processo, há dois escritos clássicos de Lacoste e Kayser sobre o trabalho de campo, embora os artigos sejam mais amplos e estejam discutindo para quem serve a pesquisa. Poucos pesquisadores se preocupam com esta questão, e, neste artigo, queremos reforçar que as pesquisas, como parte do processo de construção do conhecimento, sempre servem a um determinado objetivo (que nunca é neutro), estão dirigidas para o desenvolvimento territorial e podem ampliar ou minimizar as desigualdades.

conhecimentos. O processo de produção do conhecimento pode ser feito por um(a) pesquisador(a) solitário(a), o que aconteceu, na maior parte das vezes, nos textos que analisamos. Mas também observamos que, cada vez mais, há grupos de pesquisa e redes de grupos de pesquisa que formam coletivos de pensamento. Tanto pesquisadores solitários quanto grupos de pesquisa formam coletivos de pensamento que podem ser identificados por meio das intencionalidades, dos conceitos, dos métodos, do referencial bibliográfico, das correntes teóricas, dos paradigmas etc., produzindo estilos de pensamento ou paradigmas. Neste ponto, é fundamental explicar que o coletivo e o estilo de pensamento são o paradigma, sendo, portanto, material e imaterial.

A identificação dos paradigmas, ou coletivos e seus estilos de pensamento, pode ser feita por meio das análises dos trabalhos escritos e das ações dos grupos ou pesquisadores solitários, suas práticas e manifestações. Portanto, vale alertar que os coletivos de pensamento nem sempre organizam o trabalho coletivo. Somente os núcleos, grupos e laboratórios de pesquisas podem desenvolver o trabalho coletivo ao envolverem alunos de graduação, de pós-graduação, professores, pesquisadores e afins, ou seja, todos os trabalhadores do conhecimento com uma posição política e teórica definida, sempre abertos ao debate, porque ele é imprescindível para a identidade paradigmática. Iniciamos esta pesquisa envolvendo vários pesquisadores de todos os níveis e em rede, organizando, assim, um coletivo de pensamento por meio do trabalho coletivo para produzir um estilo de pensamento, criando uma identidade paradigmática.

Este coletivo está realizando, simultaneamente, várias fases da pesquisa. Na primeira, a partir dos anais dos eventos, são selecionados e organizados em pastas os trabalhos de geografia agrária. Depois, é elaborada uma planilha Excel com informações e dados dos artigos para análise. Na terceira fase, os textos são lidos seguindo um pré-roteiro para sua interpretação de acordo com os parâmetros do debate paradigmático. De modo que há pessoas trabalhando na seleção dos textos, na elaboração da planilha com informações básicas para a análise destes e na sua leitura, a partir das referências do debate paradigmático. As possibilidades de leitura são múltiplas, e as que escolhemos fazem parte de nossa intencionalidade. Esta leitura é, portanto, a contribuição do NERA para pensar o pensamento da geografia agrária.

Nos projetos de pesquisa "Territórios paradigmáticos da geografia agrária: unidade, diversidade e diferencialidade" e "Mapa do pensamento da

geografia agrária", estamos organizando trabalhos de geografia agrária apresentados, nos últimos dez anos, nos seguintes eventos científicos:

1 - Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) e Congresso Brasileiro de Geógrafos (CBG);

2 – Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA);

3 – Simpósio Nacional e Internacional de Geografia Agrária (SINGA);

4 – Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ENANPEGE).

Depois de analisar e comparar os eventos nacionais, pretendemos analisar os trabalhos de geografia agrária apresentados no Encontro de Geógrafos da América Latina (EGAL) e na Reunião Anual da Association of American Geographers (AAG), de modo a termos uma análise escalar continental. De fato, esta é uma pesquisa ampla, para cinco anos, que deverá ser contínua a fim de se manter atualizado o mapa do pensamento geográfico sobre os temas agrários, rurais, agrícolas, do campo etc.

A construção do debate paradigmático começou há uma década, no NERA, que, como um coletivo de pensamento, decidiu produzir seu próprio estilo de pensamento. Já produzimos três teses de doutorado (Felício, 2011; Campos, 2012; Camacho, 2013), uma tese de livre-docência (Fernandes, 2013) e vários artigos e capítulos de livros, que podem ser encontrados, em versão digital, na página do NERA na internet (www.fct.unesp.br/nera).

Esboçando um primeiro mapa do pensamento da geografia agrária nos ENGs e CBGs

Nesta parte, mostramos resultados preliminares das análises dos trabalhos apresentados nos eventos da AGB, sendo CBG 2004 e ENGs 2006, 2008, 2010 e 2012, e estamos organizando em pastas os trabalhos de geografia agrária apresentados no CBG 2014. Para os cinco primeiros eventos, selecionamos os artigos, elaboramos as planilhas e realizamos as primeiras leituras, de modo a apresentarmos uma interpretação que, embora parcial, nos permite observar as tendências e os movimentos do processo de construção do conhecimento na geografia agrária a partir dos ENGs. O método do debate paradigmático nos possibilita comparar temas, conceitos, referenciais teóricos e, sobretudo, as posturas políticas dos coletivos e seus estilos de pensamento. A possibilidade de

comparação da participação dos estilos de pensamento entre os eventos pode nos trazer novos conhecimentos sobre as tendências da geografia agrária.

Para esta etapa de análise dos trabalhos do ENG, a equipe de pesquisadores foi formada por Hellen Carolina Gomes Mesquita da Silva, Hugo de Almeida Alves, Karin Gabriel Silva Moreno de Souza, Lara Cardoso Dalperio, Lorena Izá Pereira, Michele Martins Ramos, Renan Coelho da Silva e Ruan Felipe Belzi Corrêa, sob a coordenação de Janaína Francisca de Souza Campos Vinha e Bernardo Mançano Fernandes. Foram selecionados e organizados em pastas e planilhas para leitura e análise 1.356 trabalhos, dos quais 997 foram analisados, correspondendo a 74% do total. Estes trabalhos foram organizados em planilhas na seguinte ordem, como apresentado no Quadro 1:

Quadro 1 – Dados dos artigos de geografia agrária

Número:	
Título:	
Autoria:	
Nível	
Evento:	
Ano:	
Eixo temático	
Universidade:	
Curso	
Grupo de pesquisa:	
Estado	
Região	

Nesta fase de elaboração das planilhas, temos um conjunto de dados para ser analisado, como a participação das universidades, dos cursos, dos grupos de pesquisa e/ou pesquisadores(as) por nível (graduação e pós-graduação), por ano, estado e região, a predominância e as mudanças de temas dos artigos e eixos temáticos, entre outros. Ainda estamos lendo os trabalhos completos, e não incluímos as mesas-redondas (o que faremos). Além de organizar os textos e extrair os dados, também "entramos no texto" durante a leitura. "Entrar no texto" significa lê-lo atentamente, quantas vezes forem necessárias, a partir de um conjunto de referências do debate paradigmático e da compreensão do texto como território imaterial, apresentado no Quadro 2:

Quadro 2 – Referências do debate paradigmático

Tema	Conceitos	Método	Influências	Interpretação	Paradigma
Identificar os temas principal e secundários	Identificar os conceitos principais e secundários	Qual a leitura que o autor faz do objeto? Que visão tem do objeto?	Há influências de autores e de outras áreas do conhecimento?	A interpretação pode ser classificada como: autonomia de interpretação; interpretação subalterna	Identificar se é PQA ou PCA

Para uma leitura atenta e profunda, é necessário desconstruir o texto. Desconstruir, segundo Derrida (2002), significa realizar uma leitura interpretativa dos conteúdos dos artigos dialogando com a interpretação da autoria do texto. Estamos partindo do pressuposto de que a interpretação dos(as) autores(as) do texto é uma leitura com a qual o leitor pode concordar ou não. Esta relação de concordância ou discordância, total ou parcial, é realizada pelo diálogo entre o leitor e o autor. Desconstruir significa outra leitura. Não significa destruir o texto, mas valorizá-lo, retirando do texto todo o seu potencial explicativo, o dito e o não dito. Desconstruir, para Derrida, não é um método ou, tampouco, uma metodologia. É um ato, tão somente – que também pode ser desconstruído, assim como este artigo. O texto precisa ser lido por vários pesquisadores para que o debate paradigmático se realize, pois o debate acontece entre o autor e os leitores que apresentarão suas leituras.

O texto precisa ser visto como um mapa, como uma totalidade em si, como um território imaterial. A importância do texto está em sua essência, no esforço dos(as) autores(as) de procurar interpretar o objeto de estudo, para tentar explicá-lo, sabendo sempre que há outras leituras, mas defendendo com rigor e compromisso a leitura feita. Visto como território imaterial e como mapa, o texto torna-se objeto do debate paradigmático, em que o pesquisador-leitor explora todos os espaços possíveis para encontrar os sentidos explicativos e suas direcionalidades, suas intencionalidades. A escolha do objeto explicita uma intencionalidade, e o caminho para interpretá-lo idem. Assim se chega a uma interpretação que nunca é definitiva, que está posta ao debate, para os leitores a descontruírem, gerando outras interpretações e diálogos, conflitos e diferenças.

Neste processo de desconstrução do texto como território imaterial, preservamos as interpretações de acordo com as autorias, mas também realizamos as nossas, por meio do diálogo das diferenças. Nem todas as referências da leitura do debate paradigmático geram diferenças no diálogo leitura-autoria. Como apresentado no Quadro 2, as referências são: a identificação dos temas principal e secundários, por meio da análise dos objetos de pesquisa; o exame dos conceitos principal e secundários, que ajudam na identificação do método, para conhecer melhor a visão e a postura do autor frente ao objeto; a observação das influências de autores de outras áreas do conhecimento para discutir a relação entre o saber geográfico e outros saberes (afinal, se entendemos o texto como um território imaterial, este precisa ter autonomia de leitura, e, por isso, analisamos se há autonomia de interpretação ou interpretação subalterna, quando identificamos que a participação do referencial teórico na explicação do objeto é predominante e a leitura do autor é secundária); e, por fim, a identificação da tendência teórico-política a partir dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário.

Os dados apresentados no Quadro 3 são preliminares e ainda estão em análise, mas são uma amostra do nosso trabalho em continuação, cujos resultados pretendemos publicar na revista Terra Livre. O primeiro ponto que nos chamou a atenção foi a predominância de estudos de caso. Isto está relacionado ao fato de a maior parte dos trabalhos ser de graduação (entre 60 a 80%), enquanto os de mestrado colocam-se entre 15 a 20% e os de doutorado, entre 5 a 20%.

Quadro 3 – Números absoluto e relativo dos textos do CBG 2004 e nos ENGs 2006/2008/2010 e 2012 por nível.

Nível	2004	2006	2008	2010	2012
G	85 = 63%	39 = 60%	121= 74%	162= 80%	240= 77%
M	26 = 20%	11 = 17%	11= 15%	27= 14%	42= 14%
D	24 = 17%	15 = 23%	15= 11%	13= 6%	19= 9%

Existem poucos estudos regionais, e são raríssimos os internacionais, o que demonstra o forte caráter endógeno da geografia agrária brasileira, com

parcos artigos mesmo com a América Latina. Em uma rápida leitura dos trabalhos do CBG 2014, observamos trabalhos sobre a África – o que pode vir a constituir novos temas, nos próximos eventos (em parte, talvez, por causa dos editais Pró-África)[4]. Por outro lado, identificamos o aumento da participação de trabalhos produzidos em grupos de pesquisa, a cada ano. Este será um objeto de análise à parte, para dar continuidade à pesquisa de Campos (2012).

A maior parte dos textos analisados dedicou-se aos temas clássicos de estudos da geografia agrária, como a agricultura camponesa familiar, a agricultura capitalista, o agronegócio, a luta pela terra, a reforma agrária, as commodities (cana, soja, carne), o desenvolvimento da agricultura, o trabalho, a teoria e o método, a relação campo-cidade. Comparando os temas atuais com o estudo realizado por Fernandes (1999), há alguns que vêm diminuindo sua participação, como o trabalho assalariado, a pluriatividade e a migração, bem como também surgiram novos temas, tais quais os megaprojetos, a agroenergia, a agroecologia, as políticas públicas, a educação no campo, a água, os quilombos e a estrangeirização da terra (avanço do capital internacional). Este último tema citado não é novo, mas ganhou destaque com o aumento da compra de terras por estrangeiros devido à crise alimentar provocada pela expansão de commodities para a produção de energia.

Esta análise preliminar mostrou que a geografia agrária brasileira, apesar do forte componente endógeno e da baixíssima participação de bibliografia estrangeira, acompanha as mudanças conjunturais da questão agrária. Esta condição deve-se à sua permanente atualização temática, ou seja, os pesquisadores brasileiros acompanham as mudanças da realidade agrária.[5] As primeiras leituras dos artigos também mostraram que a geografia agrária brasileira ainda é dependente da produção teórica de outras áreas do conhecimento, como a economia, a antropologia e a sociologia (este será o tema de um artigo específico que escreveremos, em breve). Embora tenhamos produção teórica geográfica, esta não é predominante nos trabalhos. O pensamento geográfico ainda é secundário, na maior parte dos textos analisados. A produção ainda é centrada nos cursos do Centro-Sul, de onde vem a maior

[4] Edital do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). A esse respeito, ver http://www.cnpq.br/web/guest/proafrica.

[5] Estamos trabalhando sobre o debate temático referente ao agrário na geografia agrária, para discutirmos se temos uma geografia agrária e uma geografia rural, uma geografia da agricultura e uma geografia do campo.

parte dos trabalhos, principalmente São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná.

Respondendo às perguntas formuladas pelo presidente da AGB, no convite para a mesa-redonda do VII CBG, a geografia agrária brasileira possui correntes teóricas, porque se faz no contexto do debate paradigmático, e a participação de cada paradigma reproduz, na geografia, o mesmo debate que acontece na sociologia, na economia e nas ciências em geral, embora, como afirmamos, o método geográfico perca espaço para os métodos e procedimentos metodológicos de outras áreas do conhecimento. As matrizes teóricas hegemônicas ainda são as do Centro-Sul brasileiro, e a AGB organiza os temas de acordo com agenda de pesquisa pautada pelas transformações das realidades agrárias e por instituições, como governo, corporações e movimentos socioterritoriais. Por fim, vale salientar que parte dos trabalhos não segue as normas da AGB e está incompleta. Esta condição fez com que fossem descartados alguns trabalhos em nossa análise.

O debate paradigmático: a questão agrária e o capitalismo agrário

O debate paradigmático é, primeiro, uma proposta para se compreender os pensamentos que defendem os modelos de desenvolvimento do agronegócio e da agricultura camponesa. O ponto de partida para o debate paradigmático é a intencionalidade. O que nos conduz ao debate é tanto a intenção de defendermos nossas visões de mundo, nossos estilos de pensamento, referenciais teóricos, paradigmas e posições políticas, quanto a de conhecer outras posições teórico-políticas e suas visões de mundo, respectivos estilos de pensamento e distintos paradigmas. Mesmo não tendo noção dos paradigmas e suas tendências, os trabalhadores intelectuais transitam por esses territórios epistemológicos, em que a filosofia e a ciência se encontram (Japiassu, 1979). Os territórios epistemológicos são campos da política e da liberdade, como nos lembrou Arendt (1998). A intencionalidade é manifestada de diversos modos: pela ação cognitiva, pela percepção, pelas linguagens, práticas etc. (Searle, 1995). Ao mesmo tempo em que ação cognitiva é produtora de territórios imateriais, a ação prática é produtora de territórios materiais. Esta relação tempo-espaço, a partir das ações cognitivas e práticas, cria a conexão entre o pensamento e a realidade, o conhecimento e o fato. Este processo é um movimento que possui diversas direções expressando diferentes intencionalidades, como também é uma espécie de trilha entre o sujeito e o objeto (Santos, 1996, p. 74). Este processo-movimento-dirigido é a práxis (Vázquez, 2007), que ninguém pode evitar, pois

qualquer ato é revelador de ação, tanto a proposição quanto a negação.

O processo de construção do conhecimento é uma práxis intelectual e política que, por meio de coletivos de pensamento, se organiza para produzir seus estilos de pensamento, seus paradigmas (Fleck, 2010; Kuhn, 1978). Nenhum trabalhador intelectual está fora deste processo, nem os que trabalham em grupos de pesquisas, em redes nacionais e internacionais, e nem mesmo aqueles que trabalham sozinhos. É por meio da práxis intelectual que adentramos nos territórios das teorias, conduzidos pelo método, utilizamos conceitos produzidos e produzimos outros. A discussão sobre os conceitos tem um papel importante dentro do debate paradigmático, porque traz à luz as intencionalidades dos pensadores e revela suas posições políticas.

Somente é possível realizar o debate paradigmático àqueles que estão abertos ao diálogo, para melhor compreensão das razões. Nossa opção pelo método materialista dialético significa ter uma posição definida nos territórios imateriais formados pelos paradigmas. Estes são formados por teorias, que são pensamentos de referências organizados em correntes teóricas, ou seja, que fazem as interpretações dos fatos, o que implica necessariamente ter uma postura política diante dos mesmos e não ignorar as outras posturas científicas e políticas, como rotineiramente acontece quando um paradigma é hegemônico dentro da academia e/ou de instituições.

Na geografia, uma referência que temos para este debate é o capítulo de livro "Questões teóricas sobre a agricultura camponesa" (Oliveira, 1991, 45-9), que apresenta três grupos de autores e suas visões sobre o desenvolvimento da agricultura. O primeiro grupo entende que o campesinato seria destruído pela diferenciação produzida pela integração ao mercado capitalista ou pela modernização do latifúndio, que levaria as relações não capitalistas à extinção. O segundo grupo compreende que a destruição das relações culturais e comunitárias – provocada pelo individualismo gerado pela economia de mercado – levaria à proletarização. O terceiro acredita que o campesinato é criado e recriado pelo capitalismo. Oliveira (1999, p. 63) afirma que "discutir a geografia agrária e as transformações territoriais no campo brasileiro abre perspectivas para discussões profundas sobre o rumo que o Brasil está trilhando" e que discutir este tema "é função básica da produção acadêmica. Discernir entre o político, o ideológico e o teórico é igualmente tarefa da reflexão intelectual". É isto que discuto, neste artigo: discernir para conhecer melhor os sentidos, sem

desconhecer suas relações intrínsecas e implicações com a elaboração e a execução das políticas públicas.

A primeira vez que manifestamos, em forma de texto, nossa leitura sobre o debate paradigmático foi em Carvalho (2005, p. 23-5), quando apresentamos as primeiras ideias de paradigmas. As teses recentes de Felício (2011), Campos (2012), Camacho (2013) e Fernandes (2013) são contribuições fundamentais para o avanço desta proposição, inaugurada há uma década, com o objetivo de analisarmos melhor os pensamentos, as políticas e os territórios produzidos pelas ações de diferentes instituições no desenvolvimento da agricultura. O debate paradigmático explicita a disputa de paradigmas que se utilizam do embate das ideias, dos campos de disputas, por meio de relações de poder, para defender e/ou impor diferentes intenções que determinam seus modelos interpretativos. Os paradigmas representam interesses e ideologias, desejos e determinações, que se materializam por meio de políticas públicas nos territórios de acordo com as pretensões das classes sociais. Por intermédio do recurso paradigmático, os cientistas interpretam as realidades e procuram explicá-las. Para tanto, eles selecionam e manipulam um conjunto de constituintes (elementos, componentes, variáveis, recursos, indicadores, dados, informações etc.), de acordo com suas perspectivas e suas histórias, definindo politicamente os resultados que querem demonstrar – e, evidentemente, sempre respeitando a coerência e o rigor teórico-metodológico.

Nas leituras sobre o desenvolvimento e as transformações da agricultura, nos detemos nos problemas e soluções criados pelas relações sociais na produção de diferentes espaços e territórios. Estas leituras paradigmáticas têm influências na elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura, definindo a aplicação de recursos em determinadas regiões, territórios, setores, culturas, instituições etc. Por esta razão, conhecer o movimento paradigmático que vai da construção da interpretação da teoria que sustenta a elaboração até a execução da política é fundamental. A construção dos paradigmas foi realizada a partir da seleção de referenciais teóricos e suas leituras a respeito das condições de existência do campesinato no capitalismo, os problemas e as perspectivas de superação ou manutenção. Estas condições são discutidas neste artigo segundo o trabalho intelectual para representar seus estilos de pensamento na defesa de diferentes modelos de desenvolvimento do campo. Este mesmo princípio é utilizado para discutir as posturas de diversas

instituições como: os governos em diferentes escalas (federal, estadual e municipal), as corporações do agronegócio (nacional e multinacional) e os vários movimentos camponeses. Estas posturas podem ser analisadas por meio dos documentos publicados e das manifestações das organizações.

O paradigma da questão agrária tem como ponto de partida as lutas de classes para explicar as disputas territoriais e suas conflitualidades na defesa de modelos de desenvolvimento que viabilizem a autonomia dos camponeses. Entende que os problemas agrários fazem parte da estrutura do capitalismo, de modo que a luta contra o capitalismo é a perspectiva de construção de outra sociedade (Fernandes, 2008). O paradigma da questão agrária está disposto em duas tendências: a proletarista, que tem como ênfase as relações capital-trabalho e vê o fim do campesinato como resultado da territorialização do capital no campo; e a campesinista, que tem como ênfase as relações sociais camponesas e seu enfrentamento com o capital.

Para o paradigma do capitalismo agrário, as desigualdades geradas pelas relações capitalistas são um problema conjuntural que pode ser superado por meio de políticas que possibilitem a "integração" do campesinato ou "agricultor de base familiar" ao mercado capitalista. Nesta lógica, campesinato e capital compõem um mesmo espaço político, fazendo parte de uma totalidade (sociedade capitalista) que não os diferencia, porque a luta de classes não é elemento deste paradigma (Abramovay, 1992). Este paradigma possui duas vertentes: a da agricultura familiar, que acredita na integração ao capital, e a do agronegócio, que vê a agricultura familiar como residual. Em síntese, para o paradigma da questão agrária, o problema está no capitalismo, e, para o paradigma do capitalismo agrário, o problema está no campesinato.

Esses paradigmas têm contribuído para a elaboração de distintas leituras sobre o campo brasileiro, realizadas pelas universidades, pelos governos, pelas empresas e organizações do agronegócio e pelos movimentos camponeses. Na atualidade, as organizações mais influentes do agronegócio são: a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Entre as organizações camponesas, estão: a Via Campesina, formada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Camponesas e Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a

Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). O governo federal pode ser representado pelos dois ministérios que tratam das políticas de desenvolvimento para o campo: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Entre as universidades mais influentes nas questões do campo, destacamos a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual Paulista (UNESP) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Nas figuras a seguir, apresentamos as ideias com os logotipos das instituições, inclusive dos partidos políticos, como forma de ilustrar o debate paradigmático e as disputas sobre tais questões.

Figura 1 – Elementos das tendências paradigmáticas

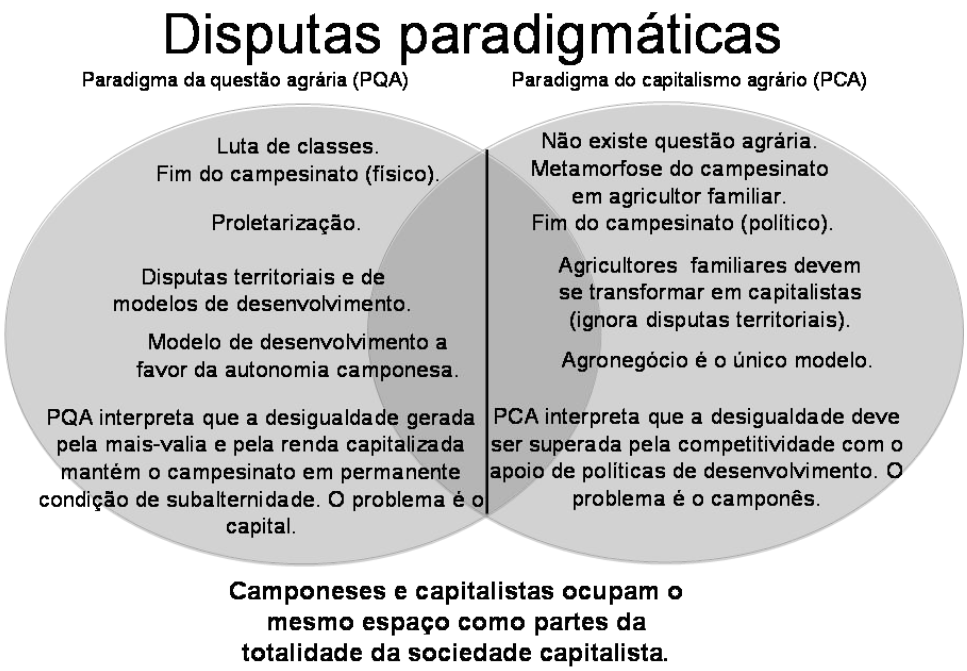


Figura 2 – Posição das instituições no debate paradigmático



A análise do debate paradigmático também contribui para uma postura crítica em relação às atitudes dos governos. A partir das políticas de governos, por meio de seus documentos, pode-se ler suas tendências políticas e formular proposições para mudá-las. O paradigma do capitalismo agrário é hegemônico, e o grande desafio do paradigma da questão agrária é formular propostas para criar novos espaços que possibilitem a construção de planos de desenvolvimento para o campesinato. Neste ponto, necessita-se desconstruir o conceito de políticas públicas mediante a compreensão das conflitualidades geradas pelas disputas por modelos de desenvolvimento, para compreender se são políticas de subordinação ou políticas emancipatórias.

Estes são os referenciais do debate paradigmático para a análise dos textos, cuja leitura realizamos com cuidado para retirar deles os elementos necessários ao debate. Encontramos, em todos os textos, os elementos dos paradigmas, o que possibilitou compreender que a participação do paradigma da questão agrária e a do paradigma do capitalismo agrário são equivalentes. Este fato nos levará a analisar os caminhos recentes da geografia crítica.

Chegando no território: os territórios paradigmáticos

Iniciamos nossas reflexões teóricas sobre o conceito de território tomando como referências os trabalhos de Oliveira (1991 e 1999), e compreendendo-o como totalidade, como síntese contraditória. A partir de Lefebvre (1991), Raffestin, (1993) e Santos (1996), analisamos tanto as diferenças e relações entre espaço e território quanto suas multidimensionalidades. Além de Haesbaert (2004), os escritos de Souza (1995 e 2006) e Saquet (2007) foram referências para compreendermos as articulações e as multidimensionalidades dos diferentes tipos de território. Com Gottmann (1973), pudemos reler o processo de colonização pelos impérios, no século XIX, e a leitura deste autor sobre a importância do território neste contexto, com destaque para a questão da soberania. Todavia, o referido autor, assim como a maior parte dos geógrafos, também se propôs a compreender o território como espaços de governança, o que não foi suficiente para nossas análises, pois a escala das disputas territoriais que analisamos estava inserida nos territórios das nações. É evidente que os territórios das nações estão em disputa, mas esta compreensão é insuficiente para se entender as disputas territoriais entre campesinato e agronegócio. As escalas territoriais das disputas são nossa principal preocupação para superar a ideia de espaço de governança, que domina a maior parte das concepções de território, na geografia e fora dela.

Para construir uma compreensão das escalas das disputas, utilizamos como ponto de partida a ideia de "frações do território", de Oliveira (1991), para analisarmos o processo de monopolização do território camponês pelo agronegócio e a territorialização do capital. Outro autor que contribuiu para esta ideia foi Delaney (2005), em quem encontrei uma discussão sobre território e propriedade, e, recentemente, em Paulino e Almeida (2010) e Elden (2010 e 2013), discussões sobre terra, terreno e território. Há três elementos essenciais nestas discussões sobre terra, território e propriedade: a síntese contraditória, a multidimensionalidade e a multiescalaridade. Lembramos que, nos trabalhos de Haesbaert (2004) e Saquet (2007), encontramos diferentes perspectivas, amplitude, abordagens e concepções de território, mas, nesta reflexão, vamos nos limitar a pensá-lo a partir de suas múltiplas escalas, definidas por relações de poder, o que lhe garante sua permanência e indefinição. Nesta concepção de território, o entendemos como espaço apropriado por relações sociais, que o produzem em sua multidimensionalidade. Este território também é fragmentado, e uma de suas frações é a propriedade da terra.

Quando se aborda o território segundo esta concepção, há dois pressupostos que precisam ser considerados: que o conceito de território não deve ser pensado como uno, mas, sim, como totalidade, por meio de suas múltiplas escalas e dimensões; e que a terra é a base do território, sendo espaço limitado por relações de poder, sob a forma de propriedade, que se constitui em fração do território disputada por distintos interesses das classes sociais (Fernandes, 2008; Elden, 2010). É dentro destes espaços que se produzem diferentes relações e classes sociais, construindo-se diferentes territórios e territorialidades. Espaços, relações, classes e territórios são conceitos inseparáveis, pois a destruição de uma classe significa o desaparecimento de seu território e vice-versa. No desenvolvimento da agricultura, há uma permanente disputa territorial por causa dos interesses do campesinato, do agronegócio e dos governos. Mas não há somente disputas entre campesinato e agronegócio. Há também disputas entre camponeses, entre camponeses e indígenas e entre indígenas e agronegócio.

Nos escritos que citamos como referências deste tema e em nossas pesquisas no NERA, trabalhamos a ideia de tipologia de territórios em diferentes escalas a partir de distintas relações: o primeiro território é o espaço de governança, tendo o Estado como instituição fundamental e os governos como gestores principais. O primeiro contém o segundo e o terceiro territórios. A propriedade é uma referência que usamos como exemplo de segundo território, mas não nos limitamos aos vários tipos de propriedades, porque os segundos territórios são formados dentro do primeiro e também por meio de relações de poder, sendo, portanto, frações do primeiro. O terceiro território é um espaço relacional, considerado mediante suas conflitualidades. É fluxo e, portanto, se move sobre os segundos territórios, assim como sobre o primeiro. Talvez o terceiro território represente melhor a definição de poder como potencial de ação, que pode se manter ou se diluir de acordo com a organização das relações sociais (Arendt, 1981, p. 212). Enquanto o primeiro e o segundo são fixos, o terceiro território é fluxo, mas estas não são as únicas qualidades dos territórios: seu uso implica em outras propriedades, assim como seu estado físico e material contém a imaterialidade que o produz. A produção do território imaterial parte de uma ideia situada tanto num ponto no estilo de pensamento, que é um espaço imaterial, quanto num ponto do espaço geográfico, que é o território material.

Talvez o último segmento do parágrafo anterior possa ter confundido o

leitor quanto ao que seja espaço e o que seja território. Santos (2004, p. 34) recusava "o debate da diferença entre espaço e território". Já Raffestim (1993, p. 144) afirmava que "o espaço preexiste a qualquer ação" e Lefebvre (1991, p. 102) que "o espaço social é a materialização da ciência humana". Entendemos que o espaço contém o território, e que ambos são produzidos pelas relações sociais que os produzem. Para se trabalhar com estes conceitos nos territórios do debate paradigmático, é preciso compreender que "todo conceito tem um contorno irregular, definido pela cifra de seus componentes" (Deleuse e Guattari, 1992, p. 27). Estas leituras são mais bem compreendidas no sentido da imprescindibilidade do debate paradigmático (Felício, 2011). Compreendemos que território imaterial é um estado do território material, de modo que não é outro tipo, mas que possui seus próprios tipos. Esta compreensão dialoga com a leitura de Saquet:

> O território pode ser pensado como um texto num contexto, como lugar articulado a lugares, por múltiplas relações econômicas, políticas e culturais; é movimento e unidade entre o ser e o nada, (i)materialmente. É desconstruído e reproduzido, num único processo (Saquet, 2007: 163).

Esta reflexão é parte de nosso ato intelectual de contribuir para o estilo de pensamento que defendemos. Não termina aqui. Talvez, nem termine, porque é um movimento.

Considerações finais

Os territórios paradigmáticos são textos e ideias bem definidos, rigorosamente demarcados no campo do saber, e que não se limitam ao abstrato, porque são propositivos para a transformação da realidade. Não há textos incógnitos: todos representam posturas teórico-políticas e devem ser analisados como tal. Infelizmente, a maior parte dos autores despreza os métodos e os paradigmas, embora não possam – nunca – estar fora deles. O pensamento científico exige o debate paradigmático. Encontrar este debate nos textos apresentados em eventos científicos é o nosso objetivo, para darmos a conhecer as tendências da geografia agrária em diversas escalas e suas contribuições, seus erros e acertos, no saber e na política.

Neste artigo, o leitor encontrou apenas um esboço de nossa proposta, mas, com certeza, teve uma visão integral do que estamos fazendo. Então, convidamos os interessados em acompanhar o processo de construção do

conhecimento na geografia agrária para que venham compartilhar conosco esta pesquisa. A amplitude da pesquisa nos permite formar um grande coletivo de pensamento, por meio de grupos de pesquisa, organizados em rede, para podermos dar conta de mais de dez mil trabalhos. As pesquisas solitária, a da graduação, a do mestrado e a do doutorado são uma possibilidade, mas a pesquisa coletiva gera ainda mais condições para ampliar o debate sobre nossas ideias e objetivos. Esta parece ser a tendência futura também nas ciências humanas.

Desconstruir um texto a fim de melhor compreendê-lo é um ato científico importante para se retirar dele o máximo possível de seu conteúdo. Desconstruir é ver o texto como um território, o que significa respeitar o pensamento do autor, mas não se limitar a ele. O debate paradigmático é imprescindível nesta desconstrução, e a procura dos desdobramentos do texto, na realidade, fundamenta a relação material/imaterial. Esta é uma parte que desenvolveremos após as leituras dos textos.

Os textos são fragmentos da política e da ação. São materialidade e imaterialidade em movimento. Produzem e são políticas, visões de mundo que transformam a realidade, que volta a produzir um novo texto. Os territórios paradigmáticos são os textos que transformam o primeiro, o segundo e o terceiro territórios.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo- Rio de Janeiro-Campinas: Editora Hucitec-ANPOCS-Editora da Unicamp, 1992.

ARENDT, Hannah. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CAMACHO, Rodrigo Simão. *Paradigmas em disputa na educação do campo*. Relatório de qualificação de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente. 2013.

CAMPOS, Janaína Francisca de Souza. *Leituras dos territórios paradigmáticos da geografia agrária: análise dos grupos de pesquisa do Estado de São Paulo*. Tese (Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente. 2012.

CARVALHO, Horácio Martins. *O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005.

DELANEY, David. *Territory: a short introduction*. Pondicherry: Blackwell, 2005.

DELEUSE, Guilles; GUATTARI, Felix. *O que é filosofia*. São Paulo: Editora 34, 1992.

DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

ELDEN, Stuart. "Land, terrain, territory." In: *Progress in Human Geography*. Vol. 34(6), p. 799-817, 2010.

ELDEN, Stuart. *The birth of territory*. Chicago: The University of Chicago Press, 2013.

FELÍCIO, Munir Jorge. *Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário*. Tese (Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico*. Tese de livre-docência (Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. "Conflitualidade e desenvolvimento territorial." In: BUAINAIN, Antônio Márcio (org.). *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Editora da Unicamp, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. "Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária." In: *Boletim Paulista de Geografia*, v. 1, p. 83-129, 1999.

FLECK, Ludwik. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

GOTTMANN, Jean. *The significance of territory.* Charlottesville: The University Press of Virginia, 1973.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

JAPIASSU, Hílton. *Introdução ao pensamento epistemológico*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

KAYSER, Bernard. "O geógrafo e a pesquisa de campo." In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 84, São Paulo, AGB, p. 93-104, 2006.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LACOSTE, Yves. "A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos." In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 84. São Paulo, AGB, p. 77-93, 2006.

LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Cambridge: Blackwell Publishers, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. "A geografia agrária e as transformações territoriais recentes do campo brasileiro." In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.) *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Editora Contexto, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 1991.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. *Terra e território: a questão camponesa no capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS, Mílton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SAQUET, Marcos. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SEARLE, John R. *Intencionalidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a ágora. Reflexões sobre a democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. "O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento". In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da práxis*. Buenos Aires-São Paulo: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), Editora Expressão Popular, 2007.

Ensino de Geografia: a produção científica apresentada nos Espaços de Diálogos e Práticas da Associação dos Geógrafos Brasileiros (2008-2012)

Marísia Margarida Santiago Buitoni
Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).
✉ marisiabuitoni@hotmail.com

RESUMO

Este artigo apresenta um balanço da área de Ensino de Geografia relativo aos três últimos encontros nacionais da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), tendo como objetivo o mapeamento de tendências teóricas e temáticas que se verificaram nesta área. Para tanto, constituíram as principais fontes de pesquisa os resumos e artigos inscritos nos subeixos temáticos de Ensino dos Espaços de Diálogos e Práticas (EDPs) formados nos Encontros Nacionais da AGB de 2008, 2010 e 2012. A identificação dos subeixos temáticos mais discutidos e os demais resultados desta investigação estão representados em quadros e gráficos. Dado o papel histórico desta associação e a sua importância na ciência geográfica produzida no Brasil, este estudo servirá de contribuição para o desdobramento de novas pesquisas e para o uso dos professores das escolas públicas e privadas, entendendo-se que as atividades oferecidas nos congressos e encontros nacionais da AGB concretizam reforços significativos no processo de formação continuada dos participantes.

Palavras-chave: Associação dos Geógrafos Brasileiros, ensino de geografia, eixos temáticos, teorias e práticas docentes.

Terra Livre – ano 30, v. 2, n. 42 – 2014
Para citar este artigo: BUITONI, Marísia Margarida Santiago. Ensino de Geografia: a produção científica apresentada nos Espaços de Diálogos e Práticas da Associação dos Geógrafos Brasileiros (2008-2012). Terra Livre, ano 30, v. 2, n. 42, 2014.

Geography Teaching: the scientific references presented in Espaços de Diálogos e Práticas of the Association of Brazilian Geographers (2008-2012)

Abstract: *This paper presents an investigation of the teaching subject of Geography on the last three national meetings of the Association Brazilian Geographers (AGB), focusing in the theoretical and thematic trends that have occurred in this area. For that, it was used as a primary source of the research, some abstracts and articles included in the Espaços de Diálogos and Práticas of national meetings of the AGB of 2008, 2010 and 2012. The identification of the most discussed subthemes and other searches results are shown in tables and graphics. AGB is a remarkable Association with expression and historic role in geographical science practiced in Brazil. So, this study may contribute to the development of new researches and for the use of teachers from public and private schools. The activities offered in conferences and national meetings of the AGB achieved significant reinforcements in the process of continued education of the participants.*

Keywords: *Association of Brazilian Geographers, teaching geography, themes, theories and teaching practices.*

L'Enseignement de la Géographie: la production scientifique présentée dans les Espaços de Diálogos e Práticas de l'Association de Géographes Brésiliens (2008-2012)

Resumé: *Cet article présente un bilan des études sur l'enseignement de géographie sur les trois derniéres rencontres nationales de l'Association de Géographes Brésiliens (AGB), dont l'objectif est d'identifier les tendances théoriques et thématiques qui ont eu lieu dans ce domaine de la connaissance. Pour cela, les résumés et les articles inscrits dans les rencontres nationales de l'AGB en 2008, 2010 et 2012 ont été utilisés comme source principale de la recherche. L'identification des thèmes les plus discutés et d'autres résultats de l'enquête figurent dans les tableaux et les graphiques. À cause de l'expression et de rôle historique de cette association dans la science géographique produite au Brésil, cette étude peut contribuer à l'élaboration de nouvelles recherches et elle est disponible pour les enseignants des écoles publiques et privées, considérant que les activités offertes dans les rencontres de l'AGB font parties des efforts de formation permanente des participants.*

Mots-clés: *Association de Géographes Brésiliens, l'enseignement de la géographie, thèmes, théories et pratiques pédagogiques.*

Introdução

> *A teoria sem a prática vira "verbalismo", assim como a prática sem teoria vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria, tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade.*
>
> *Paulo Freire*

Este artigo apresenta um balanço da área de Ensino de Geografia, no período compreendido entre 2008 e 2012, relativo aos XV, XVI e XVII Encontros Nacionais de Geografia (ENGs) da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), realizados em São Paulo (2008), Porto Alegre (2010) e Belo Horizonte (2012)[1].

Os aspectos gerais desta pesquisa foram apresentados na mesa de abertura do VII Congresso da Associação dos Geógrafos Brasileiros, realizado em Vitória/ES (2014), ocasião em que os últimos sete presidentes da Diretoria Executiva Nacional desta associação fizeram um balanço geral dos eixos temáticos (Natureza, Pensamento Geográfico, Cidade-Urbano, Campo-Agrária e Educação-Ensino de Geografia) debatidos no referido período.

A tarefa de mapear a produção científica da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), idealizada pelo professor Renato Emerson dos Santos, então presidente da Diretoria Executiva Nacional desta associação, foi entendida pelos participantes da mesa como sendo necessária e prazerosa, diante do papel histórico da AGB na ciência geográfica produzida no Brasil. Tal papel é tão significativo que justifica sua abordagem nos estudos e pesquisas sobre a história do pensamento geográfico no Brasil, não só pelo fato de sua fundação ter ocorrido simultaneamente à criação do primeiro curso de geografia no território nacional, em 1934, mas também em razão da sua força e da participação de seus integrantes em vários episódios, como nos estudos e pesquisas realizados e divulgados nos famosos Guias de excursão, nos enfrentamentos durante os "anos

[1] Agradecimentos aos(às) professores(as): Renato Emerson dos Santos, pelo fornecimento dos dados iniciais e apoio no desenvolvimento do trabalho; Dulcimara Logoboni Marinheiro, pela tabulação inicial dos subeixos; Antônio Ive Marinheiro, pela representação gráfica; Daniella Barroso, pela revisão do 'resumé'; Kátia Canil, pelo apoio técnico em especificidades da geografia física. Agradecimentos aos estudantes do Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IGEOG/UERJ), que auxiliaram na tabulação, formatação e interpretação de dados e tabelas: Alexandre A. Batista, Gabriel Araújo, Caio César dos Santos, Renan Azevedo, Márcia Bielinski Barreto, Manuella Bittencourt, Aparecida Silva, Juliana Loyola e Ana Beatriz dos Anjos.

de chumbo" da Ditadura Militar, na resistência de suas comissões nas disputas travadas contra a implantação dos estudos sociais na rede escolar, nos anos 1970-80, e na sua participação em lutas e denúncias na contemporaneidade.

É fato que a AGB tem passado por grandes transformações, nas últimas décadas, e dividido opiniões acerca de suas trajetórias futuras. Muitas seções locais vêm perdendo sócios mais antigos, e suas publicações deixaram de ser as principais opções da produção acadêmica das universidades que abrigam suas sedes locais, especialmente após o surgimento de revistas ligadas a cursos de mestrado e doutorado e a grupos de pesquisa diretamente vinculados aos órgãos de fomento e de representação profissional.

Mas não há dúvidas de que os Congressos e Encontros Nacionais de Geografia (ENGs) promovidos pela AGB congregam o maior número de pesquisadores, professores e graduandos em escala nacional, em razão dos momentos de avaliação, debates e encaminhamentos sobre a ciência geográfica, em geral, e a geografia brasileira, em particular. Embora exista a concorrência ou a complementação de eventos temáticos em todas as áreas de pesquisa, os ENGS ainda constituem movimentos com força acadêmica e intelectual, que dialogam com universidades, órgãos de poder, entidades de pesquisa e de representação e com os movimentos sociais.

Para os professores das escolas públicas e privadas, as atividades oferecidas pela AGB concretizam momentos de aperfeiçoamento, que podem ser compreendidos como cronogramas de formação continuada, pela possibilidade de reflexão sobre a ciência geográfica e seu ensino e de estabelecer diálogos com professores de outras localidades. A vivência em grupos de trabalhos, minicursos, mesas-redondas, trabalhos de campo e plenárias é proporcionada em seções organizadas nos ENGs e no Fala Professor (Encontro Nacional de Ensino de Geografia, organizado pela AGB a cada quatro anos, que, desde 1987, recebe professores de todas as regiões do Brasil).

Objetivos e procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa dos subeixos temáticos de Ensino

Pressupondo-se que os textos inscritos nos Espaços de Diálogos e Práticas (EDPs) possibilitam conhecer um pouco mais da produção que a AGB está divulgando, os objetivos deste trabalho foram assim delineados: a) identificar os subeixos temáticos dos três ENGs analisados para destacar,

quantitativamente, a incidência de trabalhos inscritos em cada um deles; b) perceber a existência de tendências teóricas e/ou de pontos comuns nos textos apresentados nos diversos subeixos de Ensino-Educação; c) verificar a procedência regional dos autores, no sentido de averiguar a abrangência dos eventos e conferir se alguns subeixos temáticos expressam territorialidades representativas locais e/ou grupos de pesquisa da AGB.

Para isso, iniciou-se um minucioso levantamento dos resumos e artigos inscritos nos vinte subeixos temáticos do eixo Ensino-Educação, delineados nos ENGs realizados em 2008, 2010 e 2012, totalizando 1468 trabalhos.

A primeira etapa desta pesquisa consistiu em identificar e selecionar os trabalhos inscritos por subeixos temáticos. Em seguida, passou-se à leitura dos artigos dos EDPs. Como estes se encontravam no site da AGB e nos cd-roms dos anais dos respectivos encontros, houve a necessidade de se localizar cada trabalho em uma lista geral do eixo Ensino-Educação, disponibilizada no site da AGB. Clicava-se no título de cada obra contida nesta lista para se extraírem os elementos necessários à realização da análise proposta. A facilidade de se abrir ou não o arquivo, devido à compatibilidade de programas, dava o ritmo à coleta de dados. Alguns deles ficaram ilegíveis e não puderam ser inteiramente contabilizados.

Após a tabulação dos dados, quadros sintéticos e gráficos foram elaborados contendo itens gerais sobre: a) procedência do trabalho: por regiões; b) tipo de trabalho: relato de experiências (relato de professores do ensino básico e de pesquisa acadêmica aplicada à escola); produção acadêmica: artigo científico independente ou ligado a núcleos de pesquisa, monografia/trabalho de conclusão de curso, projeto de iniciação científica (PIBIC), projeto de iniciação à docência (PIBID), mestrado, doutorado e projetos de extensão, entre outros.

De acordo com as especificidades dos subeixos temáticos, foram introduzidos novos itens para mapear as estratégias e os recursos utilizados pelos participantes (como poesia/rap, cinema, pintura e imagens de satélite, entre outros). Ao final de cada levantamento, refletia-se sobre a possibilidade de se agruparem os textos a partir de características comuns, observando-se se eram gerais, pontuais, descritivos ou analíticos, e se evidenciavam tendências teóricas e metodológicas.

Por se tratar de um levantamento geral, sem tempo hábil para se

consultar os autores em questão, optou-se por não se reproduzir excertos dos textos examinados e não se citar os nomes dos trabalhos e de seus autores, mas, sim, suas tendências e preocupações comuns. Os subeixos temáticos, com menor participação no conjunto dos três ENGs analisados, foram comentados apenas em linhas gerais, dados os limites de páginas deste artigo.

Os Espaços de Diálogos e Práticas como fontes de pesquisa

Investigar os Espaços de Diálogos e Práticas (EDPs) foi uma escolha instigante, especialmente porque traduz uma prática ainda recente, característica dos novos tempos da AGB. A partir de anotações de reuniões da Diretoria Executiva Nacional da AGB e de depoimentos de agebeanos históricos, como Paulo Roberto Alentejano e Ricardo Ogusku, foi possível recuperar o desenvolvimento desta modalidade – inclusive, seu nome originalmente proposto, Espaço de Diálogo, utilizado, pela primeira vez, no Fala Professor de Curitiba (1999). De acordo com estes depoimentos, esta inovação surgiu em uma reunião de Gestão Coletiva, em Niterói, estando o professor doutor Carlos Walter Porto Gonçalves na presidência da Diretoria Executiva Nacional da AGB. A prática dos Espaços de Diálogo prosseguiu também no ENG de Florianópolis (2000), mas se descaracterizou no ENG de João Pessoa (2002) e no VI Congresso de Geografia de Goiânia (2004).

Posteriormente, na gestão do presidente Jorge Luís Borges Ferreira (2004-2006)[2], a proposta do Espaço de Diálogo foi resgatada, no XIV ENG, em Rio Branco, com o nome alterado para Espaço de Diálogos e Práticas (EDP). A partir daí, esta atividade se consolidou nos ENGs posteriores. Anotações relativas ao preparo do XIV ENG, em reunião da Diretoria Executiva Nacional, em 20/08/2005, atestam a preocupação com a realização da atividade transformada em EDP:

> O Espaço de Diálogos e Práticas (EDP) é uma tentativa de aperfeiçoamento dos Espaços de Diálogo (ED) (...) uma inovação em eventos científicos de âmbito nacional, promovendo uma nova dinâmica para a apresentação de trabalhos e experiências da geografia brasileira. (...) Dada a dificuldade de formação de uma cultura específica para os EDs, porque ainda prevalece uma visão estritamente acadêmica do modo de fazer e apresentar a produção

[2] A autora deste artigo foi vice-diretora nesta gestão, tendo assumido a direção da DEN, após a renúncia do então presidente, em 07/06/2006.

> científica, verificou-se a necessidade de torná-lo ainda mais dinâmico e integrado às demais atividades do encontro e da própria atuação da AGB. O EDP pretende resgatar a dinâmica prevista para os EDs com a perspectiva de proposição e ação continuada dos grupos de trabalho, perfazendo um papel de aglutinador da produção geográfica brasileira em suas várias dimensões institucionais e seus vários níveis de sofisticação teórica e empírica. Os EDPs serão atividades que pretendem congregar as elaborações técnico-científico-culturais dos(as) participantes do XIV ENG e objetivam a difusão e a partilha de informações e experiências, bem como a definição de intervenções reais e possíveis da geografia no contexto e em temas específicos (Diretoria Executiva Nacional – AGB, 2005).

O EDP nasceu, de acordo com essas memórias, com um significado de ação coletiva, estimulando o debate e propondo encaminhamentos para o painel e a plenária final, com vistas à intervenção da comunidade geográfica na realidade contemporânea.

Como é sabido, na organização dos EDPs, há comissões formadas em cada Encontro Nacional de Geografia. Os organizadores destes eventos recebem os trabalhos e, após a sua seleção pela Comissão Científica, os classificam nos subeixos dos EDPs, conforme o eixo temático escolhido, incluindo-os em diferentes salas de apresentação. Em síntese, os trabalhos dos autores são enviados para o eixo temático pertinente (por exemplo, o de Educação-Ensino) e, conforme a incidência dos temas, eles são agrupados em distintos subeixos criados por essas comissões, que desenvolvem um trabalho dedicado e responsável, merecedor do reconhecimento de todos.

Resultados da pesquisa: a análise dos subeixos de Ensino

A separação por subeixos temáticos, registrada em planilhas, permitiu o reconhecimento imediato do número de artigos contidos em cada um deles e, por conseguinte, quais eram os subeixos mais numerosos em cada ENG.

Porém, as comissões organizadoras da AGB não formavam os mesmos subeixos temáticos em cada ENG, o que significou várias possibilidades de se operar uma triagem para classificá-los e representá-los. Para oferecer um retrato fiel dos subeixos temáticos definidos pelas comissões, optou-se, neste artigo, por se organizar o Quadro 1 em três classificações, que mostram as alterações decorridas nos três ENGs:

1.1. subeixos que não estiveram presentes em todos os anos da análise, com rupturas e/ou desdobramentos deles;

1.2. subeixos de 2008 que foram separados ou modificados, em 2010 e 2012;

1.3. subeixos presentes em todos os anos da análise (2008, 2010, 2012).

Neste último, foram reunidos subeixos temáticos que continham uma pequena diferença em seus nomes, justificando-se o agrupamento pelo fato de tratarem das mesmas concepções e fenômenos.

No seu conjunto, percebe-se maior semelhança na estruturação dos subeixos temáticos dos EDPs em 2010 e 2012, o que pode revelar mais experiência das comissões organizadoras e dos coordenadores dos EDPs para lidarem com esta atividade. Outro dado que merece destaque foi o aumento progressivo do número de trabalhos inscritos no eixo de Ensino: 359, em 2008; 530, em 2010 e 579, em 2012.

A seguir, serão feitas as considerações de cada subitem do Quadro 1 (1.1, 1.2 e 1.3) usando-se a sistematização já mencionada na introdução deste artigo: considerações gerais sobre os subeixos temáticos de cada subitem, enfatizando-se aqueles com maior porcentagem de artigos apresentados nos anos de análise.

Subeixos que não estiveram presentes em todos os anos da análise

Observando-se o subitem 1.1, do Quadro 1 (Subeixos que não estiveram presentes em todos os anos da análise), nota-se que Teorias, Conceitos e Categorias do Ensino e Metodologia e Práticas Pedagógicas, presentes em 2008, não foram selecionados em 2010, evidenciando-se uma tentativa de mesclá-los e contemplá-los em 2012, com a denominação alterada para Metodologias e Teorias de Ensino. A parte final do subeixo (Práticas Pedagógicas) foi suprimida pelo fato de já existir um subeixo denominado Práticas Docentes, no subitem 1.2 da referida figura.

Já os subeixos temáticos Estágio Supervisionado, Educação, Geografia e Espaço Escolar e Reflexões em Aprendizagem em Geografia foram iniciados em 2010 e mantidos no ENG 2012, pela comissão organizadora do evento. O primeiro

deles, Estágio Supervisionado, embora não tenha constado com este nome no ENG 2008, apareceu em vários trabalhos que trataram de metodologias e práticas pedagógicas. Este subeixo mostrou tendência de continuidade e aumento de inscrições.

Quadro 1 - Ensino: Trabalhos inscritos nos Espaços de Diálogos e Práticas (2008, 2010 e 2012)

1.1 Subeixos que *não* estiveram presentes em todos os anos da análise						Total Geral	
2008		2010		2012			
Subeixos	Qtd	Subeixos	Qtd	Subeixos	Qtd		
-o-		Estágio Supervisionado	20	Estágio Supervisionado	24	**44**	**3,0%**
Educação Popular	26	Educação Popular	30	-o-		**56**	**3,8%**
-o-		Educação, Geografia e Espaço Escolar	22	Educação Geográfica e Espaço Escolar	32	**54**	**3,7%**
-o-		Reflexões s/ Aprendizagem em Geografia	27	Reflexões s/ Aprendizagem em Geografia	37	**64**	**4,4%**
Teorias, Conceitos e Categorias no Ensino	27	-o-		-o-		**27**	**1,8%**
Metodologia e Práticas Pedagógicas	27	-o-		-o-		**27**	**1,8%**
-o-		-o-		Metodologias e Teoria de Ensino	24	**24**	**1,6%**
1.2 Subeixos de 2008 que foram separados ou modificados em 2010 e 2012							
Livro Didático e Educação Especial	23	Livro Didático	19	Livro Didático	31	**73**	**5,0%**
		Educação Especial	17	Educação Especial	19	**36**	**2,5%**
Educação Ambiental* e Temas de Geografia Física	24	Temas de Geografia Física	24	Temas de Geografia Física	29	**77**	**5,2%**
Estratégias Didático-Pedagógicas/Recursos Didáticos	27	Recursos Didáticos	68	Recursos Didáticos	35	**130**	**8,9%**
Práticas Docentes	22	Experiências e Práticas Pedagógicas	25	Experiências e Práticas Pedagógicas	88	**135**	**9,2%**
1.3 Subeixos presentes nos três ENGs: 2008, 2010 e 2012							
Trabalho de Campo	21	Trabalho de Campo	25	Trabalho de Campo	15	**61**	**4,2%**
Currículo	19	Currículo	28	Currículo	25	**72**	**4,9%**
Tecnologias da/na Educação	17	Ensino de Geografia e Tecnologias	21	Ensino de Geografia e Tecnologias	32	**70**	**4,8%**
Políticas Públicas e Instituições de Ensino	25	Instituições e Políticas Educacionais	24	Instituições e Políticas Educacionais	32	**81**	**5,5%**
Reflexões sobre Geografia Escolar	26	Reflexões sobre Geografia Escolar	38	Reflexões sobre Geografia Escolar	24	**88**	**6,0%**
Cartografia Escolar	27	Cartografia Escolar	32	Cartografia Escolar	26	**85**	**5,8%**
Formação de Professores	23	Formação de Professores	47	Formação de Professores	50	**120**	**8,2%**
Educação Ambiental *	25	Educação Ambiental	63	Educação Ambiental	56	**144**	**9,8%**
Total	**359**	**Total**	**530**	**Total**	**579**	**1468**	**100%**

Fonte: AGB/EDP Eixo Ensino - Org.: Marisia M. S. Buitoni, 2014.

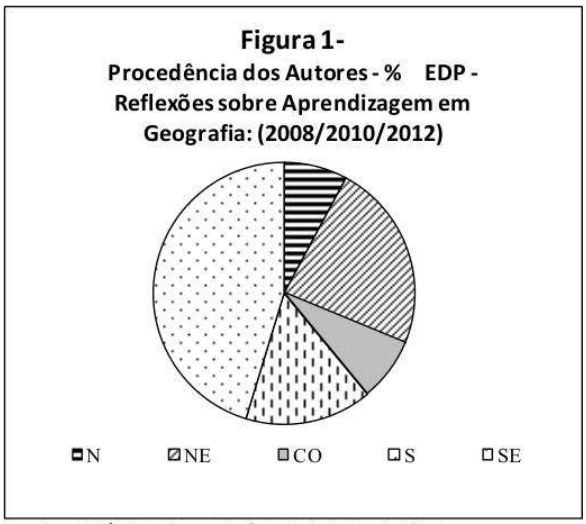
Os artigos do subeixo Estágio Supervisionado indicaram as seguintes

preocupações comuns: a) a reafirmação de que o estágio é uma atividade curricular e não o primeiro emprego; b) a necessidade de se superar a burocracia que envolve a relação universidade-escola; c) a desconstrução do mito de que a escola é apenas o local da prática, ficando a teoria restrita à academia; d) a mobilização política e pedagógica para a melhoria da estrutura da escola, em geral, incluindo-se equipamentos utilizados no cotidiano escolar.

Cerca de 60% dos trabalhos analisados procederam do Centro-Sul, 34% do Nordeste e cerca de 6% do Norte, reproduzindo a concentração regional dos cursos de licenciatura em geografia, no espaço brasileiro. No total, os relatos de estágio forneceram variadas contribuições, com exemplos e sugestões de trabalho que variavam conforme a duração e o nível do estágio. Outro aspecto importante diz respeito à visão consciente da maioria dos autores sobre as dificuldades de implantação de políticas públicas em diferentes regiões e ao esforço de cada professor para superar dificuldades e manter um nível satisfatório de ensino e aprendizagem.

O segundo subeixo temático, iniciado como Educação, Geografia e Espaço Escolar, em 2010, seguiu como Educação Geográfica e Espaço Escolar, no ENG 2012. Nestes dois ENGs, a comissão organizadora reuniu temas variados e amplos, com interfaces em mais de um subeixo, como se observa nos seguintes exemplos: a) inserção do aluno na escola e sua percepção sobre a realidade nos diversos anos de escolaridade; b) espaços de discussão política que a escola e o ensino de geografia oferecem na formação do cidadão; c) possibilidades e limites de propostas que ousam quebrar o *status quo* com o uso de novas metodologias; d) relatos de experiências interdisciplinares nos cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA); e) relatos de experiências em escolas fronteiriças e em outras modalidades; f) conceitos geográficos usados na construção do conhecimento escolar.

O terceiro subeixo temático, Reflexões sobre Aprendizagem em Geografia, obteve a maior porcentagem de trabalhos apresentados no subitem 1, sendo que cerca de 30% deles fizeram referências a pesquisas realizadas ou refletiram a respeito de práticas introduzidas na escola de ensino básico e 70% corresponderam a textos acadêmicos, escritos por estudantes universitários, mestrandos e doutorandos em geografia que realizaram projetos em escolas de ensino básico, procedentes das regiões brasileiras apontadas na Figura 1.



Fonte: AGB/EDPs- Org.: Marísia M. S. Buitoni, 2014

As contribuições vieram, em maior número, da Região Sudeste, seguida pelas regiões Nordeste e Sul, reproduzindo a concentração espacial dos cursos de geografia e das seções locais mais antigas da AGB.

Das regiões Centro-Oeste e Norte, vieram menos participantes (8% cada uma) para discutir este subeixo.

As reflexões vindas do Sudeste incidiram sobre a qualidade das práticas pedagógicas, e mais de 60% dos seus trabalhos discutiram sobre a melhoria da escola pública a partir de: a) diferentes aspectos de ensino e aprendizagem que propiciassem a aquisição de conceitos básicos da geografia; b) possibilidades de introduzir a pesquisa como princípio pedagógico e científico na aprendizagem de temas estruturais no ensino básico; c) procedimentos básicos para lidar com turmas tidas como "problemáticas"; d) usos de dinâmicas motivadoras, variando entre as novas tecnologias e as "dinâmicas libertárias" que possibilitassem a apropriação dos conhecimentos necessários ao enfrentamento, tanto de uma sociedade técnica, científica e informacional como de uma sociedade de classes; e) reflexões sobre a pedagogia da criança, priorizadas nos artigos vindos do Rio de Janeiro; f) metodologias de aprendizagem, com base no pensamento de Paulo Freire (autor mais citado) e em teorias de Mikhail Bakhtin sobre gêneros discursivos e desenvolvimento de prática dialógica no ensino de geografia, destacadas nos textos paulistas.

Do Nordeste, também vieram contribuições para a melhoria da escola pública e reflexões sobre: a) o local e o cultural na formação dos estudantes; b) a aprendizagem de jovens e participantes do projeto "Da palavra à leitura do mundo"; c) os fatores que desmotivavam os estudantes no processo de ensino e aprendizagem; d) as noções e representações da geografia nos anos iniciais do ensino fundamental e também as representações dos alunos do ensino médio

sobre a disciplina de geografia (sobretudo, nos trabalhos vindos da Bahia); e) as preocupações com a epistemologia da geografia escolar, cabendo considerações sobre a transposição didática.

Do Sul, as contribuições dos autores nessa discussão destacaram os seguintes aspectos: a) a construção e o desenvolvimento de conceitos e práticas; b) a interdisciplinaridade no ensino básico; c) as questões que permeavam a identidade juvenil; d) os exemplos de teoria e prática na escola a partir de estudos de caso; e) os estudos e as pesquisas sobre metodologias de aprendizagem mediante projetos que destacavam o alcance da aprendizagem significativa, a partir de Edgar Morin, e exemplos de pesquisa-ação, com base em David Tripp.

Do Centro-Oeste, vieram trabalhos focalizando: a) os estudos sobre a educação de jovens e adultos (EJA) e o uso de práticas diversificadas em sala de aula; b) a continuidade dos "estudos do meio" como metodologia para o conhecimento do espaço vivido e a construção do pensamento autônomo; c) a importância de se usar o saber dos alunos na aprendizagem da geografia; d) as reflexões teórico-metodológicas sobre as práticas pedagógicas; e) as novas metodologias utilizadas para se avançar no processo de aprendizagem.

E, do Norte, as contribuições neste subeixo incidiram sobre o ensino das paisagens e a necessidade de se desenvolverem teorias e práticas articuladas para a aprendizagem dos conceitos e temas da geografia no ensino básico.

Prosseguindo-se na análise do Quadro 1, verifica-se que o subeixo Educação Popular foi discutido em 2008 e 2010, mas não teve continuidade em 2012. Apesar de não ter sido o subeixo com o maior número de inscrições neste subgrupo, os trabalhos recebidos mostraram-se afinados com os discursos contidos em circulares de apresentação dos ENGs.

As universidades federais de Goiás (UFG, sobretudo o campus Catalão), de Minas Gerais (UFMG), de Uberlândia (UFU), do Ceará (UFC) e do Espírito Santo (UFES) e as estaduais de São Paulo (UNESP, campus Presidente Prudente-SP), (UNICAMP), (USP) e do Rio de Janeiro (UERJ/Faculdade de Formação de Professores) foram citadas em exemplos de projetos sobre educação no campo realizados em assentamentos do Movimento dos Sem Terra (MST), em áreas indígenas e quilombolas.

Como se observa, na Tabela 1, a produção acadêmica aumentou por

causa dos artigos originados a partir de debates em cursos e/ou núcleos de pesquisas acadêmicas. Foram registradas referências a questionamentos e reflexões contidas em obras de Carlos Rodrigues Brandão, Miguel Arroyo, Roseli Salete Caldart e, predominantemente, de Paulo Freire. Cerca de 30% destes ressaltaram a necessidade do processo dialógico, de pedagogias críticas e conteúdos sociais relacionados à realidade do campo, havendo, ainda, referências à "pedagogia de alternância", uma proposta usada em áreas rurais para mesclar períodos em regime de internato na escola com outros em casa. A valorização do rural, sem perder de vista a formação universitária, também foi mencionada nos relatos de experiências.

Tabela 1 - EDP- Educação Popular - % - 2008 e 2010

Procedência por Regiões	2008	2010	Tipo de Texto	2008	2010
Norte	11,5	3,4	Relatos de Experiência	46,2	30
Nordeste	11,5	23,3	Artigo científico	15,4	56,6
Centro-Oeste	23,1	13,3	Monografia / TCC	0	3,9
Sul	7,7	16,6	Mestrado	3,9	0
Sudeste	46,2	43,4	Doutorado	7,7	0
Total	100	100	Extensão	26,8	13,4
			Total	100	100

Fonte: EDPs/AGB. Organização Marisia M. S. Buitoni, 2014.

Maior participação de autores da Região Sudeste, seguida das regiões Centro-Oeste e Nordeste.

Menor índice de relatos de experiência em 2010, comparado ao ano de 2008, com probabilidade de terem migrado para o eixo temático de Campo-Agrária.

Cerca de 10% dos projetos de extensão reproduziram discussões encaminhadas por autores da área de geografia agrária. Houve menção aos clássicos como Karl Kautsky e Alexander Chayanov, especialmente nos textos que focalizaram espaços formais e não formais da educação. Carlos Walter Porto Gonçalves, Ariovaldo de Oliveira, Bernardo Mançano Fernandes, Ruy Moreira e Paulo Roberto Alentejano, entre outros pesquisadores, foram referências nacionais citadas nos trabalhos que trataram da educação camponesa à luz do marxismo.

Da leitura feita, compreende-se que o subeixo Educação Popular trouxe contribuições para a área de ensino da AGB, e, assim, deveria ter continuado em 2012.

Subeixos de 2008 que foram separados ou modificados em 2010 e 2012

Voltando ao Quadro 1, observa-se que o subitem 1.2 (Subeixos de 2008 que foram separados ou modificados em 2010 e 2012) continha quatro subeixos, em 2008, que se desdobraram e formaram novos subeixos, em 2010 e 2012. Assim, Livro Didático e Educação Especial, subeixos que apareciam juntos, passaram a constituir duas opções, nos anos seguintes, assim como os demais subeixos ali contidos.

Os artigos de Livro Didático apontaram, preferencialmente, para conceitos contidos nas coleções do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e para os diferentes usos deste instrumento, havendo uma parcela de autores que sistematizou críticas ao livro didático e à sua indústria. Por exemplo: a) nas análises de cunho conceitual, destacaram-se os textos que trabalharam com conceitos de Oriente Médio, América Latina, Nordeste e Amazônia, entre outras regiões; de paisagem, lugar, região, território, natureza, territorialidade, urbano e rural-campo, entre outras concepções trabalhadas no ensino básico; b) nas abordagens sobre os usos dos livros didáticos, foram registradas considerações, em grande parte dos textos, justificando o apego exagerado ao livro didático como consequência de lacunas na formação inicial e/ou das precárias condições de trabalho do professor, com jornadas de trabalho em mais de uma escola, que diminuem seu tempo de estudo e de preparo de aulas, deixando-o refém da sequência do livro didático adotado; mais de 80% dos textos argumentaram que o livro didático é um instrumento auxiliar de aprendizagem, um apoio ao professor, mas que não deve ser usado como sua única referência; c) nas críticas às imagens e à indústria do livro didático, uma parte dos trabalhos o focalizou como sendo uma mercadoria prescrita por órgãos nacionais, com tendência à homogeneização, ou como uma mercadoria difusora de ideologias geográficas, sendo portador de discursos e propostas curriculares nacionais levados para a escola, e ainda como instrumento de controle do trabalho do professor.

Notou-se, ainda, uma tendência, embora tênue, de dirigir maiores críticas aos sistemas unificados de ensino que grassam pelo país, com suas apostilas que variam entre os níveis péssimo e regular, quando estas são analisadas sob o foco dos procedimentos metodológicos, dos objetos e das expectativas de aprendizagem que buscam atender. Houve críticas ao PNLD por causa de coleções que tratavam os conhecimentos sobre natureza, população e economia de modo fragmentado, calcados no modelo lablacheano. Mas, como as

críticas foram generalizadas e se estenderam para o conjunto da produção existente hoje, englobaram, injustamente, as obras que vêm apresentando novas abordagens teóricas e metodológicas.

Chamou a atenção o fato de não existirem trabalhos preocupados em discutir as opções e interpretações de autores de livros didáticos frente aos editais do Ministério da Educação. Se os autores decidem participar do processo avaliativo com os critérios estipulados pelo MEC, valeria indagar como se dá o processo de criação e como os autores definem as ênfases temáticas, as articulações tempo/espaço ou as abordagens interescalares que vão imprimir em suas obras, bem como a coerência teórico-metodológica das coleções. Como os critérios são amplos, valeria desvendar o que influi na decisão dos autores e suas editoras na definição do produto a ser elaborado e posteriormente avaliado: a escola ou o mercado? E para qual tipo de escola? Existem exemplos de autores que publicam coleções diferentes, para os mesmos anos de escolaridade, de acordo com sua destinação: escola pública ou privada.

Continuando a análise do Quadro 1 - subitem 1.2 - em 2008, Educação Especial recebeu trabalhos que focalizaram os livros didáticos quanto à representatividade e à inclusão, discutindo metodologias para alunos cegos, surdos e portadores de outras dificuldades. O aumento da produção de artigos justificou a constituição de um subeixo separado de Livro Didático, nos ENGs posteriores. Embora os autores ainda continuem a discutir questões de educação especial presente em materiais didáticos, houve significativa diversificação para outras abordagens, com textos provocativos que questionavam: o que vê quem não vê? Ou, qual conceito de lugar é apreendido por alunos com Síndrome de Down? E, ainda, que geografia é ensinada e aprendida por alunos surdos e portadores de diferentes síndromes?

Além desses, há também relatos sobre o uso de cartografia tátil, que tiveram destaque nos ENGs de 2010 e 2012, bem como os trabalhos explorando a Língua Brasileira de Sinais (Libras), que registraram severas críticas ao descaso quanto à sua inserção como disciplina obrigatória em cursos de formação de professores em vários municípios brasileiros. Não se tem levado em conta que a aprendizagem é bilíngue e a estrutura da formação de frases em Libras difere da estrutura da língua portuguesa. Além disso, há casos em que os mesmos sinais são usados para diferentes palavras, podendo demandar mais tempo em sua interpretação e para que o aluno entenda a atividade.

Técnicas utilizadas em educação ambiental também apareceram, transpostas para o ensino de estudantes com baixa visão e cegos, como o uso de animais taxidermizados, dando-lhes, por meio do tato, a chance de perceber a forma e o tamanho real do animal, inclusive aqueles em risco de extinção. Outra tendência observada foi o desenvolvimento de atividades voltadas à educação patrimonial, que podem ser feitas nas escolas e nos seus arredores, explorando os espaços públicos e interagindo com a natureza. Quando os estudantes se comprometem e se sentem responsáveis pelos bens inventariados e documentados por meio de fotografias, músicas, histórias e brincadeiras regionais, sentem também que fazem parte da realidade que vivenciam. Avanços conceituais e pedagógicos foram percebidos nos trabalhos dos professores e pesquisadores da educação especial que discutiram identidades especiais, na tentativa de superar dificuldades ainda existentes para o aprimoramento de uma educação inclusiva no Brasil.

Na sequência do Quadro 1, ainda no subitem 1.2, nos casos de Educação Ambiental e Temas de Geografia Física, o asterisco foi colocado para chamar a atenção, pois o subeixo Educação Ambiental apareceu duas vezes na coluna referente ao ano de 2008: no subitem 1.2, como foi citado, e no subitem 1.3 do mesmo quadro, como Educação Ambiental. Em 2010 e 2012, Educação Ambiental e Temas da Geografia Física passaram a figurar separadamente, devido ao aumento da produção destinada aos dois subeixos temáticos, como se pode verificar pelos dados apresentados.

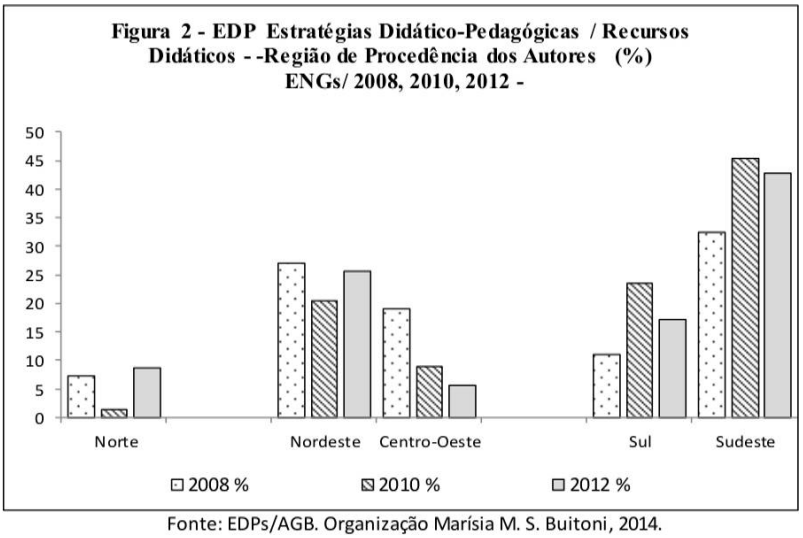
Os artigos apresentados em Temas de Geografia Física priorizaram, principalmente: as abordagens conceituais, as reflexões sobre processos do meio físico e as práticas pedagógicas da geografia física no ensino básico. Por exemplo: a) vários trabalhos focalizaram conceitos diversos, partindo da percepção sensível da paisagem, do lugar, do relevo e do clima, havendo menção ao uso do programa de computador Google Earth para a sensibilização de estudos sobre os elementos físicos da paisagem. Constaram relatos sobre áreas de risco, analisadas à luz de processos geomorfológicos e de desmatamento da área como justificativas para a instabilidade dos terrenos, bem como explicações associadas aos impactos ambientais resultantes da expansão urbana acelerada, sem fiscalização e controle; b) nas reflexões entre teoria e prática, houve menção aos termos "ecodinâmica" e "ecossistema", com base nas concepções elaboradas por Jean Tricart, no final da década de 1970, como uma possibilidade de leitura dos

processos geomorfológicos – ainda válida – para ser aplicada no ensino básico, além das abordagens dos conceitos da geografia da natureza, nos documentos curriculares nacionais e nos livros didáticos; c) no ensino do clima, os artigos destacaram: como montar uma miniestação e um posto meteorológico, adaptando sucatas; como realizar uma análise do Índice de Conforto Térmico aplicado em salas de aula; como analisar cartas do tempo divulgadas na mídia impressa, entre outras atividades.

As oficinas foram destacadas como instrumentos educativos na compreensão dos solos, dos recursos hídricos e minerais, das mudanças climáticas e da gestão de bacias hidrográficas. A aplicação do Protocolo de Avaliação Rápida (PAR) apareceu como proposta metodológica para se trabalhar os impactos urbanos nos recursos hídricos, considerando-se que ele atua como uma ferramenta potencialmente útil no diagnóstico preliminar de cursos d'água, ao informar sobre o estado atual desses recursos e seus possíveis problemas.

Os relatos das atividades corresponderam a mais de 70% dos trabalhos, e seus autores, como mencionado, apresentaram atividades diversificadas e atrativas, que contribuem para os professores desenvolverem aulas mais dinâmicas, que propiciem a participação dos alunos em um processo coletivo de construção do saber.

Continuando a análise do subitem 1.2 do Quadro 1, o subeixo Estratégias Didático-Pedagógicas/Recursos Didáticos (Figura 2) passou a se chamar apenas Recursos Didáticos, em 2010 e 2012.



Fonte: EDPs/AGB. Organização Marísia M. S. Buitoni, 2014.

A Figura 2 mostra a procedência dos autores que participaram deste, que foi o terceiro subeixo que mais recebeu textos de ensino, perfazendo 8,9% do total de trabalhos apresentados. Os autores do Norte e Nordeste tiveram participação mais significativa nos ENGs localizados em São Paulo (2008) e Belo Horizonte (2012), tendo, como prováveis motivos para isto, uma melhor opção de transportes inter-regionais e a menor distância em relação à cidade de Porto Alegre (2010). Confirmando o que ocorreu em outros subeixos, o maior número de textos veio da Região Sudeste, que, como foi lembrado, sediou dois encontros da AGB nesse período.

Durante o processo de análise do material da pesquisa, observou-se que, no XV ENG, os textos já iniciavam com a indicação de que se tratavam de relatos de trabalhos realizados em escolas de ensino básico. Nos XVI e XVII ENGs, esta identificação não foi tão explícita, o que poderia justificar o grande aumento dos trabalhos classificados como Produção Acadêmica, na Tabela 2, com artigos originados de projetos de monografia, de extensão e, principalmente, de núcleos de estudos coordenados por professores-pesquisadores, além de artigos inspirados pelas temáticas geradoras dos encontros.

Tabela 2- EDP Estratégias Didático-Pedagógicas / Recursos Didáticos

Tipo de texto	2008 %	2010 %	2012 %	Recursos Utilizados	2008 %	2010 %	2012 %
Relatos de Experiência	22,4	17,4	14,5	Filmes, peças, contos, documentários	18,8	35,2	15,7
Artigo individual/ núcleos de pesquisa	55,4	62,3	69,7	Desenhos, Fotografias, Mapas, Computador	32,1	29,5	45,7
Monografia / TCC	7,4	5,8	2,9	Jogos Pedagógicos	14,8	5,9	11,4
Mestrado	3,7	2,9	5,8	Música	14,8	13,3	5,7
Doutorado	7,4	2,9	0	Rap/Poesia	3,7	2,9	5,7
Extensão	3,7	5,8	2,9	Diversos	15,8	13,2	15,8
Total	100	100	100	Total	100	100	100

Fonte: AGB-EDPs Org: Marísia M. S. Buitoni, 2014

Quanto às estratégias e recursos utilizados, em vez de uma sistematização dos dados baseada em recursos tecnológicos (como TV, DVD, Datashow etc.), optou-se por identificar, nesta tabela e na Figura 3, as formas como são mediadas as práticas culturais e cognitivas na escola, ou seja, por meio do teatro, do jogo e da música, entre outros exemplos.

Constatou-se, com isso, que os professores têm mobilizado os recursos

audiovisuais tradicionais e demais equipamentos existentes nas escolas para a discussão de filmes que possibilitam trabalhar conceitos, observar e analisar paisagens. Muitos preferiram documentários sobre regiões de conflito ou análise dos discursos de personalidades entrevistadas sobre temas mundiais de interesse da geografia, assim como também prepararam encenações a partir de escritos, contos e peças de teatro, além de usarem fantoches, com turmas do ensino fundamental. Desenhos, fotografias, mapas e outras imagens foram analisados com base em livros, mídias impressas e digitais e ainda com uso do retroprojetor.

A proporção dos recursos didáticos utilizados variou, nos três encontros nacionais, notando-se o maior uso de imagens de filmes e documentários no ENG 2010, em Porto Alegre (Tabela 2), ocasião em que vários trabalhos fizeram referências aos documentários sobre mudanças globais e repercussões regionais, tema que será novamente mencionado no subitem sobre educação ambiental.

No ENG 2012, realizado em Belo Horizonte, verificou-se uma tendência ao uso de mapas, fotografias e novas tecnologias, com maior uso do computador e, segundo 10% dos artigos, desenvolvendo-se blogs (considerados, nestes textos, um objeto de interação). Argumentou-se, nestes trabalhos, que, se os estudantes ficavam várias horas lendo e redigindo no ambiente virtual, este poderia se tornar um objeto de ensino-aprendizagem. Assim, se o professor também se apropriasse deste instrumento e o utilizasse para análises de discursos e interpretações da realidade global, os blogs se transformariam em objetos de ensino, no decorrer de um processo bem-sucedido.

A utilização do computador ocorreu com materiais trazidos pelos professores, com ou sem acesso à Internet, sendo predominante a segunda opção, devido à precariedade do suporte tecnológico das unidades escolares. Ainda de acordo com a Tabela 2, notou-se o pouco uso de músicas e poesias, nas práticas pedagógicas da geografia. Na linha Diversos, foram englobados, entre outros, artigos que trabalharam os conceitos estruturantes da geografia mesclando recursos ou apenas citando exemplos de como poderiam ser usados os livros didáticos, os recursos audiovisuais, os relatos orais, as novas tecnologias etc.

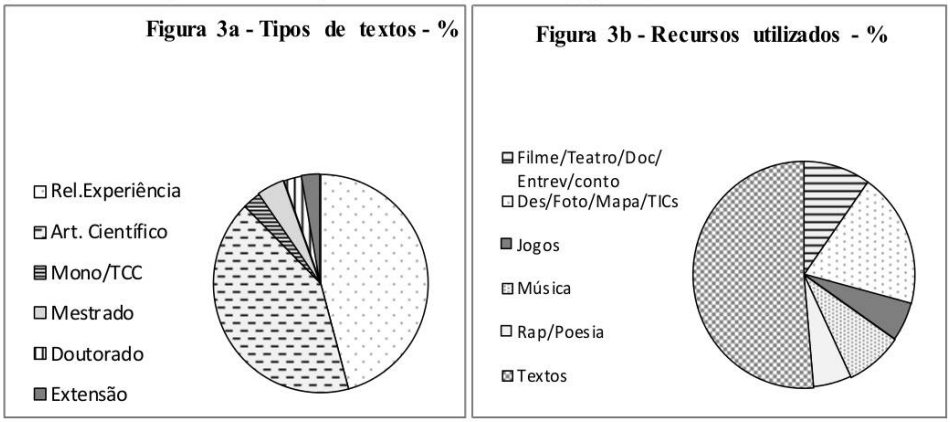
O último subeixo, que fecha o subitem 1.2, do Quadro 1, corresponde a Práticas Docentes, que se desdobrou em Experiências e Práticas Docentes, nos ENGs posteriores. Há muita semelhança entre os artigos classificados como EDP Recursos Didáticos e EDP Práticas Docentes, considerando-se, de modo geral,

que as práticas são descritas e complementadas pelos recursos que foram mobilizados para o seu alcance.

A verificação da procedência regional dos autores repetiu o padrão anterior, com a média aproximada dos três ENGs aqui analisados: Sudeste (41,6%), Nordeste (25,2%), Sul (20,8%), Centro-Oeste (6,9%) e Norte (5,5%).

Conforme a Figura 3, a seguir, os relatos de experiências, com descrições de práticas pedagógicas realizadas em escolas públicas (Figura 3a), foram quase equivalentes à produção acadêmica, o que pode atestar um maior interesse dos professores de ensino básico por este EDP.

Figura 3 - EDP Experiências e Práticas Pedagógicas (2008/2010/2012)



Fonte: EDPs/AGB. Organização Marísia M. S. Buitoni, 2014.

A valorização da troca de experiências entre professores de geografia e estudantes de licenciatura, por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PIBID/CAPES), em diferentes municípios do Brasil, apareceu em quase 40% dos relatos. Abordaram-se assuntos diversificados, focando nas novas formas de ensinar. Houve um crescimento dos trabalhos relacionados aos projetos de extensão.

As abordagens teóricas e metodológicas predominaram nos artigos científicos resultantes de pesquisas em núcleos de ensino e nos trabalhos acadêmicos relacionados às disciplinas da licenciatura e à pós-graduação. O desenvolvimento dos conceitos básicos da geografia ocorreu, principalmente, com o uso de textos, livros didáticos e apostilas (cerca de 50%, como indicado na Figura 3b) que ressaltaram os conceitos de paisagem, lugar, localização

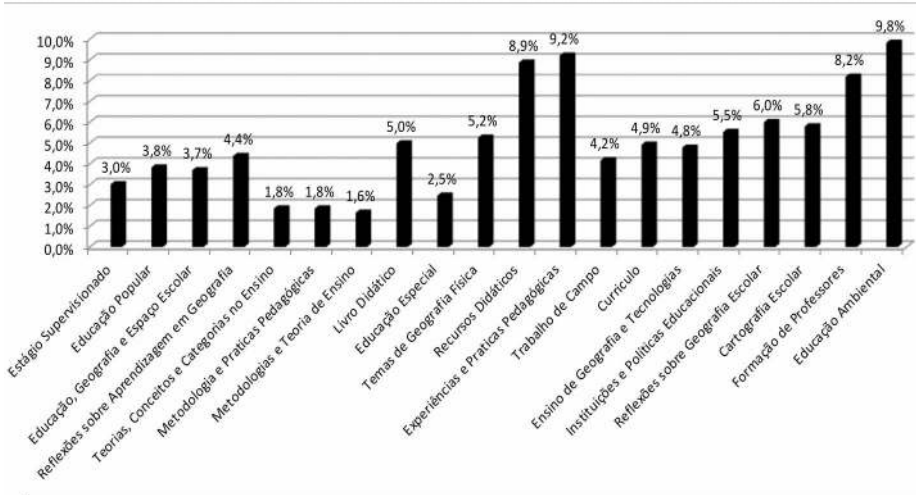
geográfica, fronteira e território, entre outros.

Além de procedimentos destacados em Recursos Didáticos, a busca por novas metodologias se fez presente em textos que exploraram mapas e softwares, muitos deles propugnando por uma maior integração da universidade com a escola para a produção de atividades relativas ao uso de diversas linguagens no ensino de geografia. Na tabela, a pequena presença de jogos pedagógicos, música e poesia é indicativa de que ainda há pouca utilização de outros recursos, além de textos didáticos. Contudo, a mediação pela arte e a cultura foi detectada em sugestões de atividades sobre as regiões brasileiras, que trabalharam a literatura e o uso de espaços cênicos e sobre ensinar geografia urbana cantando e analisando letras de músicas, ou ainda relacionando geografia e poesia no ensino da geografia agrária, entre outros textos propositivos.

Subeixos presentes em 2008, 2010 e 2012

Voltando ao Quadro 1, no subitem 1.3 (Subeixos presentes em 2008, 2010 e 2012), nota-se que a comparação entre estes subeixos temáticos é facilitada pelo fato de, basicamente, as mesmas referências terem sido mantidas, nos três encontros nacionais. Sua participação quantitativa é sempre superior a 4% do total dos artigos inscritos no eixo Ensino, como se vê na Figura 4, iniciando-se por Trabalho de Campo (4,2%) e indo até Educação Ambiental (9,8%).

Figura 4 - Ensino: Trabalhos inscritos nos Espaços de Diálogos e Práticas - 2008, 2010 e 2012



Fonte: AGB - Org: Marísia M. S. Buitoni - Elaboração digital: Antonio Ive MarinheiroFigura

Trabalho de Campo teve o melhor desempenho, no ENG de Porto Alegre, em comparação aos demais anos (vide Quadro1). Entre os fatores que

podem ter contribuído para isto, estão a ênfase dada às atividades de campo em vários setores do VI Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em Goiânia (2004), e a maior divulgação do Boletim Paulista de Geografia da AGB/SP (nº 84/2006), dedicado inteiramente à discussão do trabalho de campo, entre ações de outras locais, que têm discutido e valorizado a pesquisa e as atividades de campo no ensino da geografia.

Os textos apresentados enfatizaram questões que podem ser reunidas em três pontos comuns: a) a importância e a pertinência do trabalho de campo no ensino de geografia e a necessidade de superação de seu entendimento apenas como um "passeio", no ensino básico; b) as possibilidades de o trabalho de campo propiciar um trabalho interdisciplinar e uma maior aproximação entre os estudantes e entre o professor e os estudantes; c) as dificuldades de sua realização em instituições públicas, devido ao desgaste causado pela organização e pela falta de recursos para a promoção da atividade.

Quanto às abordagens teóricas e metodológicas dos artigos, cerca de 60% dos relatos compreenderam as atividades de campo como uma prática necessária para o desenvolvimento da observação da paisagem, da descrição e classificação dos fenômenos observados no cotidiano escolar. Várias referências foram feitas a estudos de exploração dos arredores da escola, a visitas a cidades brasileiras, a parques nacionais ou a áreas litorâneas que apresentavam alguma singularidade, mostrando o reconhecimento de aspectos da realidade – porém, muitos autores colocaram-se como observadores da paisagem e não como parte integrante dela.

Nos artigos incluídos em Produção Acadêmica, houve referências ao trabalho de campo como atividade voltada ao desenvolvimento de práticas sociais, interdisciplinares e libertárias na escola. Artigos com matrizes construtivistas e sociointeracionistas apresentaram argumentos para a formação do cidadão crítico, que combinavam pesquisa-ação com reflexão-ação-avaliação, como práticas que buscavam o conhecimento da realidade e diferentes atuações para transformá-la, usando as atividades de campo como mediação neste processo. Também houve registros sobre o compromisso dos participantes dos trabalhos de campo, em termos dos valores éticos que envolviam entrevistas e entrevistadores e as formas de divulgação dos resultados das atividades realizadas.

Na sequência da Figura 4, os subeixos Currículo e Ensino de Geografia

e Tecnologias, proporcionalmente, tiveram quase a mesma participação (4,8 e 4,9%), nos três encontros nacionais em foco. O subeixo Currículo, em 2008, no XV ENG, contou com a participação de autores procedentes de todas as regiões brasileiras: Sudeste (39,9%), Nordeste (24,2%), Centro-Oeste (17,8%), Sul (12,6%) e Norte (5,5%). Nos anos seguintes, o número de participantes foi um pouco maior, mas a participação regional, praticamente, se manteve nas mesmas proporções.

A produção acadêmica somou 75% dos trabalhos apresentados, enquanto os relatos de experiência não chegaram a 25% do total. Emergiram, da leitura feita, diferentes concepções do termo "currículo", que fizeram referências tanto ao componente curricular geografia quanto aos documentos nacionais, como Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), Guias Curriculares e Orientações Curriculares. Também houve várias menções a "currículos oficiais"/ "reais", englobando o conjunto de atividades previstas e realizadas na escola, ou ao desvendamento de "currículo oculto", nos trabalhos que discutiram as relações de poder contidas no espaço escolar, envolvendo estudantes, corpo docente e administrativo.

No conjunto, os artigos fizeram sugestões e ponderações sobre o que entendiam como currículo, emitindo críticas às propostas que valorizavam pouco a realidade do aluno e refletindo sobre a necessidade de se substituírem essas prescrições por outras concepções mais abertas, que respeitem as diferenças individuais e favoreçam experiências significativas nos espaços escolares.

Outras visões foram colhidas, havendo trabalhos mais gerais e outros com maior capacidade argumentativa, que discutiram tanto as relações entre currículo e conhecimento escolar quanto as relações entre currículo e cultura, considerando-se que tais conhecimentos são produzidos culturalmente, sendo por intermédio do currículo que grupos sociais hegemônicos expressam sua visão de mundo e formulam projetos sociais reprodutores de relações de poder.

As referências teóricas e metodológicas citadas nos trabalhos apresentados reuniram autores da pedagogia, da filosofia, da sociologia e da psicologia, destacando-se Michael Apple, Pierre Bourdieu e Henry Giroux, nos enfoques críticos sobre ideologia, conhecimento, poder e a função reprodutora da escola; André Chervel e Igor Goodson, nos questionamentos sobre a compreensão do surgimento e da existência de disciplinas escolares, estreitamente relacionadas às estruturas das disciplinas de referência; César Coll, em artigos que analisaram currículos organizados a partir de competências.

Paulo Freire, na proposição de currículos diferenciados para uma educação popular; José Carlos Libâneo, com sua formulação sobre a pedagogia crítico-social dos conteúdos; Tomaz Tadeu da Silva, nas discussões das teorias de currículo envolvendo saber, poder e identidade, foram os autores nacionais citados em trabalhos do subeixo Currículo.

Continuando a análise da correlação do Quadro 1 com a Figura 4, nota-se que Ensino de Geografia e Tecnologias (intitulado Tecnologias da/na Educação, em 2008) revelou um movimento ascendente, a cada ENG. Os artigos inseridos neste subeixo expressaram, principalmente, três situações:

a) Continuidade do uso de tecnologias mais conhecidas: uso de filmes gravados em DVD para discussão com estudantes; gravação de imagens e sons durante atividades escolares realizadas em sala de aula e em outros ambientes (como cavernas, áreas litorâneas e outras). Excepcionalmente, houve menção à construção de algum aparelho (como o curvímetro) adaptado de um instrumento mecânico, usado para medir o comprimento de um rio ou de uma estrada em mapas e cartas topográficas.

b) Adesão e ênfase à utilização mais intensiva de tecnologias digitais na formação de professores, bem como de softwares e todos os recursos digitais disponíveis em salas de aula, com a convicção de que eles asseguram maior aprendizagem. Cerca de 50% dos trabalhos concordaram que os professores devem vencer a resistência em empregar as tecnologias da informação e comunicação (TICs). Citando experiências escolares, avaliaram que os muitos docentes resistiam às novas tecnologias pelo fato de não saberem manejá-las, e alguns trabalhos deixaram subentendido que o nome da área (Ciências Humanas e suas Tecnologias) já carregava tal subtítulo, expressando uma intenção e direcionamento das políticas governamentais à rede pública, para utilizá-las diuturnamente.

Nos relatos de atividades desenvolvidas no grupo favorável ao uso das TICs, vários registros atestaram que estas possibilitavam a realização de atividades didático-pedagógicas que seriam difíceis e trabalhosas sem tais recursos. O uso da Internet, no ensino de geografia, teve diferentes exemplos neste sentido: Atlas Digital, imagens de satélite para a análise do uso do solo e da cobertura vegetal, explicações de como elaborar Geowebquest e uso de diferentes softwares, inclusive o Flightgear (que simula uma estação de voo, em que o estudante tem a sensação de pilotar um avião e "voa" por um cenário que lhe permite observar

diferentes paisagens). De acordo com os trabalhos, essas propostas foram justificadas como novos caminhos para uma análise da realidade, proporcionando aos alunos e alunas uma maior capacidade de observação, preparando-os para uma intervenção local, no seu espaço de vivência.

c) Críticas ao uso indiscriminado das tecnologias, trazendo reflexões sobre suas vantagens e limites. Argumentou-se que, na atualidade, o professor deve estar atento ao mundo digital e utilizar a vivência demonstrada pelos alunos em blogs e homepages para alertá-los sobre as demandas do mercado e a profusão de informação a que têm acesso em sites de pesquisa: quais os critérios para se selecionar tantas informações?

Esses textos concordaram que, de fato, se bem encaminhadas, as análises de produtos do sensoriamento remoto contribuirão para desenvolver capacidades a serem utilizadas na leitura, na correlação de dados e na interpretação de lugares no mundo.

Depreende-se, desses trabalhos, que a supervalorização do uso das novas tecnologias, muitas vezes, colabora para desviar o foco da aula, levando o professor a se questionar se está ensinando geografia ou desenvolvendo um tutorial para o aluno entender o funcionamento do software. Quem são os protagonistas e mediadores, nesse processo? Assim como os materiais didáticos, o computador deve ser visto apenas como mais um apoio ao professor, no desenvolvimento de suas atividades, e não como uma garantia certa de eficiência e qualidade do processo ensino-aprendizagem. Um instrumento, por si só, não realiza a façanha de ensinar e aprender.

Na sequência da Figura 4, consta o subeixo Políticas Públicas e Instituições de Ensino, alcançando 5,5% do total de artigos no eixo temático Ensino, com maior apresentação no XVII ENG, em 2012. Partindo de variadas abordagens, estes trabalhos ressaltaram que, para se compreender o papel das políticas públicas destinadas à educação no Brasil, é preciso, antes, compreender como elas foram historicamente construídas e a quem servem.

Considerando 70% dos trabalhos inscritos neste subeixo de Espaço de Diálogos e Práticas, foi possível construir a Figura 5, que representa a opção de análise feita pelos autores que participaram deste EDP quanto às políticas públicas e os níveis de ensino para os quais foram propostas.

Figura 5 - ENG-2008/2010/2012
EDP- Estratégias Didático-Pedagógicas / Recursos Didáticos

Tipo de Texto	2008 %	2010 %	2012 %	Recursos Utilizados	2008 %	2010 %	2012 %
Relatos de Experiência	22,4	17,4	14,5	Filmes, peças, contos, documentários	18,8	35,2	15,7
Artigo individual/ núcleos de pesquisa	55,4	62,3	69,7	Desenhos, Fotografias, Mapas, Computador	32,1	29,5	45,7
Monografia / TCC	7,4	5,8	2,9	Jogos Pedagógicos	14,8	5,9	11,4
Mestrado	3,7	2,9	5,8	Música	14,8	13,3	5,7
Doutorado	7,4	2,9	0	Rap/Poesia	3,7	2,9	5,7
Extensão	3,7	5,8	2,9	Diversos	15,8	13,2	15,8
Total	100	100	100	Total	100	100	100

Fonte: AGB-EDPs Org: Marísia M S Buitoni, 2014

Nota-se a nítida prioridade da discussão das políticas públicas destinadas ao ensino superior, seguida das destinadas aos ensinos básico e técnico.

As políticas de inclusão, a expansão de instituições privadas, a mercantilização da educação e a precariedade das escolas de ensino básico, no Brasil, foram os temas mais debatidos neste EDP, no período analisado.

Nos artigos sobre as políticas destinadas ao ensino básico, a realidade das regiões metropolitanas predominou, com análises que buscaram uma correlação entre o ensino e as desigualdades sociais existentes, destacando a educação como vetor a subsidiar transformações, e, a partir daí, estendendo-se para uma análise mais abrangente do país. Discutiram-se as condições de saúde dos professores, advindas da má remuneração, da sobrecarga horária e do fato de terem que lidar com fatores adversos, como a precariedade das escolas públicas, a superlotação nas salas de aula, a falta de professores e os atos de violência que ocorrem dentro e fora das escolas. Houve trabalhos que manifestaram sentimentos de angústia e de impotência perante essas dificuldades.

É preocupante a situação atual do ensino básico, pois muitos professores relataram que, apesar de combativos, não estavam conseguindo desenvolver, com os alunos, um trabalho que satisfizesse as suas próprias expectativas e os incentivasse a continuar atuando na escola. O fato se torna mais grave pelo fato de que este nível de ensino constitui a base da estrutura educacional do Brasil, e os professores, há anos, vêm lutando com seus sindicatos em prol de melhorias para esta situação.

Os trabalhos, que centralizaram a discussão tanto no ensino básico como no superior, referiram-se à expansão destas modalidades de ensino no

Brasil, com contextualizações regionais. O levantamento do perfil dos alunos matriculados nessas instituições, por meio de pesquisas sociodemográficas, embasou estudos e pesquisas de várias instituições de ensino, que foram mencionadas nas apresentações feitas.

Vários trabalhos trouxeram reflexões sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Programa ProJovem), executado pelo Ministério da Educação desde 2005, sobre o programa de atualização ProJovem Urbano e sobre o PIBID, que proporciona bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos presenciais, para que vivenciem a situação das escolas públicas durante sua graduação, com vistas a fortalecer o vínculo entre universidades, futuros professores e escola pública.

Os artigos voltados para o ensino superior criticaram a expansão do ensino superior privado, desde as últimas décadas, ressaltando a mercantilização da área educacional. Grande parte das reflexões alertou que, mesmo não havendo uma relação direta com os setores empresariais, as relações sociais, no interior da universidade pública, já reproduziam as relações sociais conjunturais vigentes. Também analisaram a relação entre a universidade e os projetos de extensão, com estudos sobre a região onde as instituições de ensino estavam inseridas. A continuidade de políticas (como a de expansão das universidades existentes no país) com base nos programas de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) foi contemplada, tanto em trabalhos favoráveis quantos nos contrários a esta política. Outros artigos ressaltaram ações afirmativas, como as políticas de inclusão social pela Lei de Cotas.

Por fim, os trabalhos relacionados ao ensino técnico tiveram por objetivo analisar a pedagogia do trabalho, buscando entender como ela atingia o jovem operário e como ela deveria ser utilizada mais amplamente, havendo exemplos ligados à formação de ferroviários em serviço por companhias férreas.

Reflexões sobre Geografia Escolar alcançou 6% da quantidade de textos apresentados (ver Figura 4), que se destacaram pela diversidade de assuntos e escalas de observação. Procurando-se os pontos comuns, numa amostra de 50% dos artigos apresentados, pôde-se chegar aos seguintes eixos temáticos: a) estágios e projetos em geografia (aproximadamente 30% do total das apresentações); b) ensino de geografia, globalização e mudanças na sociedade contemporânea (25%); c) institucionalização da geografia escolar no Brasil (cerca de 20%); d) currículo integrado e interdisciplinaridade do ensino de geografia

(15%); e) outros (10%). Neste item, figuraram temas que discutiram ensino de geografia e agroecologia, geografia do trabalho, ensino de geografia para alunos com altas habilidades e superdotação, geografia e gênero, ensino de geografia em assentamentos do Movimento dos Sem Terra (MST) e geografia das relações étnico-raciais no Brasil.

Nestes trabalhos, foram destacados autores como Milton Santos (um dos mais citados), Edgar Morin, Octavio Ianni, Cornelius Castoriadis, Yves Lacoste e Gilles Deleuze, entre outros. Nas discussões sobre ensino de geografia, todos os autores e autoras nacionais mais conhecidos(as) nos fóruns da AGB constaram das bibliografias citadas, como Nídia Pontuschka, José William Vesentini, Helena Callai, Maria Elena Simielli, Lana Cavalcanti, Sônia Castellar, Vânia Vlach e Antônio Carlos Castrogiovanni, entre outros também importantes para a comunidade geográfica, mas com um menor número de citações.

Na sequência do balanço sobre os EDPs do eixo temático Ensino, Cartografia Escolar constituiu um dos subeixos que vêm se mantendo, ao longo dos encontros nacionais, pelo grande número de trabalhos que focalizam esta temática. Se fossem consideradas as interfaces com outros subeixos de Ensino (como Experiências e Práticas Pedagógicas, Recursos Didáticos, Currículo, Tecnologias na Educação e Livros Didáticos, destacando-se neste a inscrição de trabalhos que analisaram imagens de coleções didáticas), não restaria dúvida de que sua produção seria bem maior do que a cifra de 5,8%, representada na Figura 4.

No levantamento da procedência dos autores, observou-se, também, que a participação da Região Sudeste foi muito mais expressiva do que a das demais regiões. As opções teóricas feitas pelos autores nos permitiram relacioná-los, ainda que em grandes traços, às linhas dos grupos de estudos dedicados à pesquisa das representações gráfica e cartográfica, como os relacionados a:

a) Cartografia Escolar (33,5% do total deste subeixo), sobressaindo-se Alfabetização Cartográfica (24%), com foco em um ou mais elementos básicos que compõem os mapas: visões oblíqua e vertical, imagens tridimensional e bidimensional, alfabeto cartográfico (linha, ponto, área), construção das noções de legenda, proporção e escala, lateralidade e orientação. Os trabalhos com práticas voltadas ao ensino médio (9,5%), principalmente para a educação de jovens e adultos, apresentaram relatos com níveis mais simples de análise e localização ou correlações entre duas ou mais variáveis. Constaram das

principais referências bibliográficas para Cartografia Escolar as autoras Maria Elena Simielli, Rosângela Almeida Doin, Sônia Castellar e Elza Yasuko Passini.

b) Cartografia para Professores (16,6%), incluindo trabalhos que discutiram as formações inicial, em cursos de licenciatura, e continuada, em cursos de professores, que compreenderam abordagens desde a cartografia escolar ao uso de variados softwares e demais recursos tecnológicos empregados na transposição de dados para mapas e cartas.

c) Elaboração de Atlas Municipais e outros temas (14,2 %). Nos artigos analisados, os autores deixaram implícito e/ou explícito que trabalharam as relações entre cartografia e ensino com o enfoque teórico da semiologia gráfica, com menções à sistematização feita por Jacques Bertin a partir do sistema gráfico de signos. Houve relatos sobre o emprego do software Philcarto, que viabiliza a elaboração não só de mapas temáticos como de análises interativas que podem auxiliar pesquisas científicas e pedagógicas. Janine Le Sann e Marcello Martinelli foram autores mencionados em vários relatos.

d) Cartografia e Novas Tecnologias (7,2%), com exemplos de mapas temáticos elaborados com base de dados do Sistema de Informação Geográfica (GIS) ou com análises de imagens obtidas por sensoriamento remoto.

Três por cento (3%) dos trabalhos restantes incluíram relatos pontuais e análises técnicas de indicadores variados que não cabiam nas sistematizações anteriores. Continuando a análise, com base no Quadro 1 e na sequência apresentada pela Figura 4, o subeixo Formação de Professores (8,2%) tem recebido contribuições crescentes, com participações mais expressivas vindas das regiões Nordeste e Sudeste.

Entre os pontos comuns dos trabalhos apresentados, constaram preocupações com: a) a formação docente e as práticas de ensino (há relatos de pesquisas que buscaram averiguar os níveis de correlação existentes entre o aprendizado da disciplina Metodologia de Pesquisa e sua aplicação nas atividades acadêmicas e naquelas voltadas ao ensino); b) a documentação, a informação e a pesquisa sobre o trabalho docente no Brasil; c) a reformulação curricular e suas consequências para os professores; d) a elaboração e o uso de mapas conceituais; e) os níveis de aproveitamento em estágio curricular supervisionado.

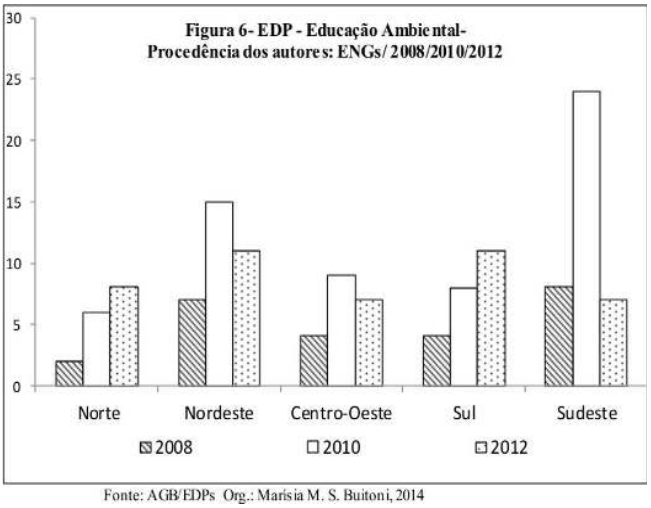
Deve-se observar que muito do que se trabalhou, neste subeixo, já

mereceu apontamentos em outros subeixos afins, como Reflexões sobre Geografia Escolar, Reflexões sobre Aprendizagem em Geografia e Currículo, entre outros.

Concluindo-se esta análise dos subeixos, tem-se Educação Ambiental, que atingiu 9,8% do total de trabalhos e se revelou como aquele que recebeu o maior número de inscrições no EDP de Ensino, seguido de Experiências e Práticas Pedagógicas (9,2%) e Recursos Didáticos (8,9%).

Na proporção final, não foram computados os dados de 2008 dos subeixos Educação Ambiental e Temas de Geografia (subitem 1.2), já que Educação Ambiental se fez presente no subitem 1.3 do Quadro 1, como foi ressaltado antes.

Os temas trabalhados em Educação Ambiental motivaram fortemente os participantes de todas as regiões brasileiras, mobilizando-os às cidades que sediaram os ENGs, como se observa na Figura 6, a seguir.

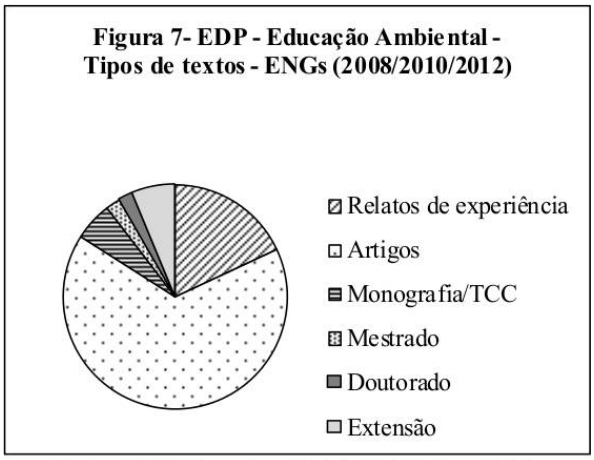


Fonte: AGB/EDPs Org.: Marisia M. S. Buitoni, 2014

Os dados dos três ENGs registraram:

- Participação crescente da Região Norte;
- Nordeste e Sudeste com participação quase equivalente, em 2008;
- Nordeste com a liderança, em 2012;
- Centro-Oeste e Sul com participação numérica quase equivalente no conjunto;
- Sudeste com maior número de participantes.

A Figura 7 apresenta os tipos de textos predominantes neste subeixo.



Fonte: AGB/EDPs - Org: Marísia M. S. Buitoni, 2014

A produção de artigos acadêmicos foi mais expressiva na abordagem do tema Educação Ambiental. Os exemplos de projetos interdisciplinares foram predominantes.

Relatos de experiência citaram atividades para desenvolver a percepção ambiental dos estudantes.

De modo geral, os trabalhos recebidos podem ser assim agrupados: a) contribuições teóricas relacionadas aos temas da geografia da natureza (28% dos textos), a partir de discussão de conceitos e práticas conservacionistas, possibilitando interfaces com outros subeixos, como Experiências e Práticas Pedagógicas e Currículo, entre outros; b) relatos de experiências em ambientes diversos (22% dos textos), que descreveram situações e procedimentos, mas praticamente não apresentaram teorizações explicativas e reflexões sobre os ambientes estudados; c) relatos de pesquisas relacionadas ao currículo, que incluíram observações no contexto escolar, em áreas próximas ou não da escola, como os trabalhos sobre mapeamentos e educação geográfica (15%) e relatos de práticas de gestão ambiental, envolvendo políticas públicas e balanço de gestões ambientais de diferentes municípios (22%); d) contribuições teóricas, contendo reflexões em torno de práticas ambientalistas e trazendo críticas de bases marxistas, a respeito do desenvolvimento sustentável e da interação homem/natureza, entre outros temas (8%); e) percepção ambiental, relatando atividades desenvolvidas no ambiente escolar, em parques e represas, entre outros (5%).

Entre os autores mencionados nas bibliografias desses trabalhos, estão Carlos Walter Porto-Gonçalves, Dirce Suertegaray, Bertha Becker, Arlete Moysés Rodrigues, Carlos Loureiro, Alexandre Bomfim, István Mészáros, Michael Löwy e François Chesnais, além de publicações do Ministério da Educação e do Ministério do Meio Ambiente, como o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA).

Depreende-se que o crescimento deste subeixo está relacionado às preocupações atuais, no campo da ciência geográfica e nos estudos interdisciplinares desenvolvidos na escola. Além disso, acrescentem-se as repercussões causadas por debates travados em encontros nacionais e internacionais, como a recente Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), em junho de 2012, ocasião em que cientistas de diferentes áreas do saber, ativistas e chefes de Estado de cerca de 150 países retomaram as discussões sobre ambiente e desenvolvimento que pautaram a Conferência da ONU, no Rio de Janeiro, em 1992, visando à atualização e encaminhamento das questões polêmicas relacionadas ao tema. Também em 2010, foi apresentado o relatório de reformulação do Código Florestal, aprovado como Novo Código Florestal (Lei nº 12.561/12), suscitando acalorados debates a respeito.

Nos trabalhos apresentados, havia análises e comentários alusivos aos dois acontecimentos acima referidos, com discussões sobre princípios e práticas da educação ambiental e críticas tanto ao conceito de desenvolvimento sustentável quanto à exploração da natureza pelo capital.

Considerações finais

No período analisado neste artigo, o eixo temático Ensino de Geografia mostrou crescimento numérico gradativo, somando vinte subeixos constituídos de produtos diferenciados quanto à redação do texto, qualidade e extensão das pesquisas e experiências apresentadas. Em termos de quantidade de trabalhos, o total de artigos sobre ensino discutidos (1468) foi numericamente superior ao do eixo temático Pensamento Geográfico, equiparou-se a Campo-Agrária, ficou aquém de Natureza e muito aquém de Cidade-Urbano. A listagem do número de trabalhos recebidos, nos três ENGs aqui analisados, indicou crescimento igual e/ou ascensão de todos os eixos, o que indica um reconhecimento positivo da AGB como entidade representativa de profissionais que atuam do nível básico ao acadêmico.

Observou-se que certas temáticas tiveram um número maior de trabalhos inscritos, enquanto outras, também essenciais para a melhoria do ensino, foram pouco pesquisadas e discutidas (como, por exemplo, Metodologias e Teoria de Ensino). A metodologia do ensino de geografia foi pouco evidenciada, e as concepções frequentemente usadas foram as de "metodologias tradicionais" e

"metodologias críticas", abordadas de forma genérica, residindo aí uma fragilidade nas contribuições apresentadas no eixo de Ensino de Geografia. Além disso, poucos trabalhos se dedicaram aos anos iniciais e a uma pedagogia da criança – apesar de, no Brasil, 2010 ter sido o ano em que foi instituído o ensino de nove anos e legalmente iniciada a entrada da criança com a idade de seis anos na escola.

Certamente, cada autor opta por uma seleção de temas, debates e/ou questões relevantes do cotidiano que deseja pesquisar e apresentar no ENG, como foi o caso de educação ambiental, neste balanço. Mas, a AGB também pode influenciar nessas escolhas. Muitos trabalhos, ainda em estágio inicial de pesquisa, remeteram à contextualização do ENG divulgada em circulares e no site da AGB ou às convocatórias, sendo também encontradas citações relativas a discussões feitas em eventos anteriores.

Durante o levantamento dos Espaços de Diálogos e Práticas (EDPs), uma leitura mais atenta detectou que um mesmo subeixo tinha interfaces e interconexões com outros, e, em vários casos, o artigo tanto poderia ter sido incluído num subeixo como em outro. Há, de fato, a dificuldade de se classificar e organizar os trabalhos, pela possibilidade de inseri-los em mais de um grupo. Cartografia Escolar foi um exemplo que ilustrou tal dificuldade, pois seus trabalhos a abordavam ora como uma linguagem da geografia, ora como uma técnica de representação, e, assim, portanto, poderiam constar em eixos relativos a novas tecnologias, recursos didáticos, práticas pedagógicas, currículo, estágio, formação de professores etc. Neste quesito, pode-se sugerir à comissão organizadora uma mudança em sua sistemática, passando a divulgar, nas circulares que precedem os ENGs, os nomes de dez subeixos já fixados para o eixo temático Ensino de Geografia. Um critério inicial poderia ser a inclusão dos dez subeixos que exibiram os maiores percentuais de participação. Assim, cada autor escolheria o subeixo mais adequado ao seu trabalho, ficando os demais a cargo da comissão.

Para a gestão da AGB, seria revigorante planejar a realização dos próximos encontros fora da região Sudeste, especialmente no Norte e Nordeste. Os últimos ENGs sediados nestas regiões ocorreram em 2002 (XIII ENG, em João Pessoa/PB) e em 2006 (XIV ENG, em Rio Branco/AC). Com isso, as seções locais receberiam novos integrantes, ficando mais fortalecidas, e se prestigiaria a participação expressiva dos autores da região Nordeste, que foi destacada em

todos os subeixos de Ensino de Geografia.

É importante fortalecer a AGB. Esta associação proporcionou elementos para a formação de profissionais combativos de vários campos da geografia, contribuindo para o movimento de transformação do pensamento geográfico no Brasil. Os materiais produzidos, nos diversos eventos da associação, constituem fontes preciosas e disponíveis para os estudiosos dos diversos campos da geografia, e, portanto, precisam ser reconhecidos pelas instituições acadêmicas e entidades afins, pois retratam a produção dos pesquisadores bacharéis e licenciados, de estudantes e militantes de todo o país, em diferentes níveis de atuação.

No entanto, é também necessário estimular a participação qualitativa dos associados, nos encontros promovidos pela AGB, de modo a contribuir para sua (re) valorização como a maior entidade científica, cultural e social representativa dos geógrafos. Nesse sentido, a Comissão Científica da associação tem um destacado papel no que se refere à melhoria da qualidade dos artigos publicados. Para tanto, os prazos de entrega das comunicações e do encerramento dos trabalhos da comissão deveriam ser repensados, para que os autores, ao receberem seus textos acompanhados de sugestões de aprimoramento, possam realmente contar com um prazo compatível para a execução desta tarefa.

Concluindo, a realização do balanço do eixo temático Ensino de Geografia foi uma tarefa necessária – e que deve ser continuada – para que os associados e militantes da AGB possam ter um domínio maior dos conhecimentos que estão sendo produzidos e divulgados nos encontros desta associação, e, guardadas as devidas proporções, recuperem, no dia a dia desta entidade, o movimento que se observa nos Encontros Nacionais de Geografia.

Houve a necessidade de se generalizar e sintetizar as informações conseguidas, para que elas se adequassem ao formato da publicação. Mas os artigos e resumos disponíveis, somados aos resultados dos balanços científicos realizados em todos os eixos dos EDPs, certamente irão fornecer dados para os questionamentos que a entidade enfrenta e para se pensar o avanço de suas produções e as formas como podem ser ampliadas e encaminhadas as discussões pertinentes. Os caminhos teóricos percorridos pelos artigos recebidos nos eixos temáticos, as reflexões feitas e os principais autores que têm contribuído para sustentar estes debates podem ser indicativos para a definição de futuras mesas-

redondas e grupos de trabalho, pois são elementos para os integrantes da gestão e demais associados da AGB refletirem sobre o que é possível encaminhar a partir deste balanço.

Afinal, a Associação dos Geógrafos Brasileiros vem tecendo a sua história e mostrando fôlego, na busca da união da teoria com a prática, almejando a práxis. Esta, como afirmou Paulo Freire, na epígrafe deste artigo, é "a ação criadora e modificadora da realidade". E esta tarefa também compete à AGB!

Referências bibliográficas

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia – saberes necessários à prática educativa. São Paulo, Editora Paz e Terra (Coleção Leitura), 1996.

Pesquisa documental baseada em artigos apresentados nos Espaços de Diálogos e Práticas (EDPs) da Associação dos Geógrafos Brasileiros disponibilizados em:

XV ENG, São Paulo, 2008: http://www.agb.org.br/index.php/61-grupos-de-trabalhos/93-relatorio-i-forum-de-grupos-de-trabalho-da-agb-den-2012-2014.

XVI ENG, Porto Alegre, 2010: http://www.agb.org.br/xvieng/anais/index.html.

XVI ENG, Belo Horizonte, 2012: http://eng2012.agb.org.br/consulta.

Considerações sobre o eixo temático Natureza no contexto dos Encontros Nacionais de Geógrafos (Brasil) 2008-2012

Dirce Maria Antunes Suertegaray
Sócia da AGB-Porto Alegre
✉ dircesuerte@gmail.com

Edvaldo César Moretti
Sócio da AGB-Dourados
✉ ecmoretti@hotmail.com

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar os artigos relativos ao eixo temático Natureza enviados aos Encontros Nacionais de Geógrafos (ENGs), no período de 2008 a 2012. Este trabalho teve como premissa conhecer a produção geográfica no âmbito da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), divulgá-la e discuti-la, durante o Congresso Nacional de Geografia, ocorrido em 2014. Na construção desta análise, foram levantados, para os anos indicados (2008, 2010 e 2012), os dados sobre o número de trabalhos escritos e as respectivas temáticas abordadas. Depois de quantificados, delinearam-se gráficos para uma melhor visualização da produção agebeana, com o intuito de facilitar a comparação entre os três anos. A reflexão possibilitou apontar que os trabalhos analisados expressam uma pluralidade de vertentes analíticas, e que as abordagens estão centradas na perspectiva da crítica.

Palavras-chave: natureza, AGB, geografia.

Terra Livre – ano 30, v. 2, n. 42 – 2014
Para citar este artigo: SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes; MORETTI, Edvaldo César. Considerações sobre o eixo temático Natureza no contexto dos Encontros Nacionais de Geógrafos (Brasil) 2008-2012. Terra Livre, ano 30, v. 2, n. 42, 2014.

Considerations about thematic axes Nature at National Meeting of Geographers (Brazil) 2008-2012

Abstract: *The present article aims to analyse the papers related to the nature's axis, published in the National Meeting of Geographers between 2008 and 2012. This work has as presupposition know the geography's production of Brazilian Association of Geographers (AGB), to publicize and discuss during the National Congress of Geographers, occurred in 2014. In this analysis's construction was raised, to the indicated years (2008, 2010 and 2012), the data about how many papers have been written and their respective approached thematics. After quantified were made some charts to a better visualization of AGB's production, in the attempt to make a easy comparison between the three years. This reflection made possible to show that the analysed papers express an plurality of analytical axis, and the approaches are focused in the critical perspective.*

Keywords: *nature, AGB, geography.*

Consideraciones acerca de eje temático Naturaleza en los Encuentros Nacionales de Geógrafos (Brasil) 2008-2012

Resumen: *El objetivo de este trabajo es analizar los textos relacionados con el eje temático naturaleza, enviados para los Encuentros Nacionales de Geógrafos entre los años de 2008 y 2012. El trabajo se basa en conocer la producción geográfica de la Asociación de Geógrafos Brasileños (AGB), divulgarla y debatirla durante el Congreso Nacional de Geografía, ocurrido en 2014. En la elaboración de esta análisis fue levantada, para los años indicados (2008, 2010 y 2012), datos del número de trabajos escritos y los respectivos temas abordados. Una vez cuantificados se han creado gráficos para una mejor visualización de la producción de la AGB, con la intención de presentar una comparación más fácil entre los tres años. Esta reflexión permite señalar que los estudios analizados expresan una pluralidad de líneas de análisis, y que los enfoques se centran en la perspectiva crítica.*

Palabras clave: *naturaleza, AGB, geografía.*

Introdução

O presente artigo tem como objetivo fazer uma análise da produção geográfica no contexto dos Encontros Nacionais de Geógrafos, no período entre 2008 e 2012, mais especificamente, relativa ao eixo temático denominado Natureza. Buscou-se, com base nas informações sobre este eixo, nos anais dos encontros de 2008, 2010 e 2012, construir uma análise das produções efetivadas pelos associados da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB).

Este trabalho se justifica pela importância do reconhecimento da produção da geografia, no âmbito da AGB, e pela necessidade de sua apresentação ao debate, durante o Congresso Nacional de Geografia, ocorrido em 2014.

Para a construção desta análise, foram levantados os dados sobre número de trabalhos, considerando a temática abordada, para os três anos indicados (2008, 2010 e 2012). Estes dados foram quantificados e transformados em gráficos para uma melhor visualização da produção agebeana, bem como também para facilitar a comparação entre os três anos. A análise foi elaborada mediante um diálogo com os autores deste artigo. Por vezes, a leitura de um pode estar de acordo com a de outro, por vezes, não. Preferiram os autores elaborar um artigo que pudesse fomentar a discussão entre eles e a partir deles. Espera-se que esta proposição seja bem-sucedida.

Reflexões sobre os estudos relativos à natureza nos Encontros Nacionais da AGB

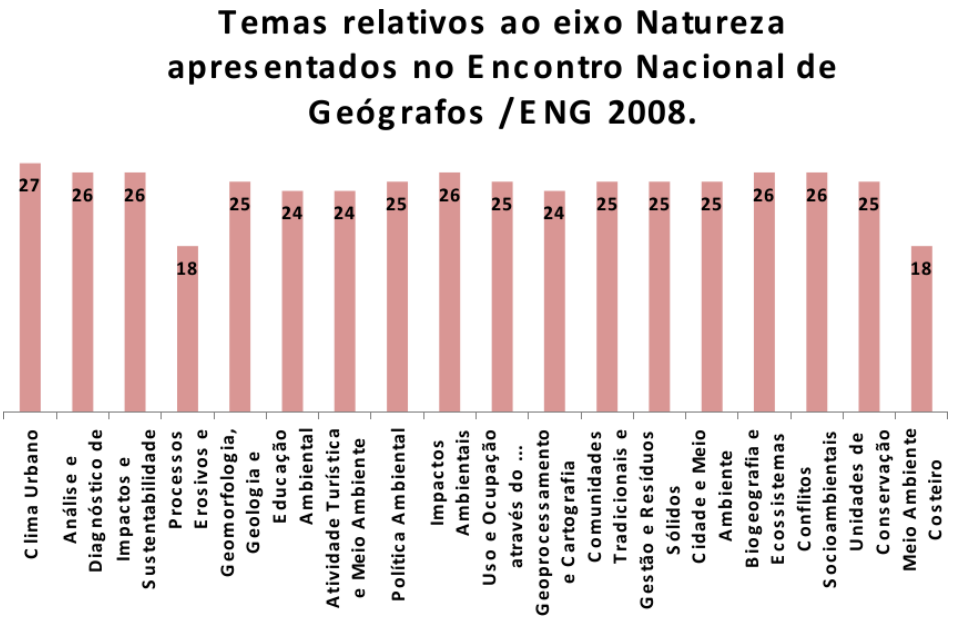
Tomando-se como referência o conjunto dos dados relativos aos estudos da natureza, tem-se registrado, nos Anais da AGB, 440 trabalhos, em 2008, 439, em 2010, e 592, em 2012. Observa-se que, neste período, não ocorreu um aumento expressivo de inscrições de trabalhos no eixo temático Natureza, comparativamente, muito embora, no ano de 2012, tenha havido um aumento de 148 trabalhos, em comparação com 2008. De qualquer forma, pode-se considerar uma certa estabilidade na produção da temática relativa à natureza, nesse período, com uma média de 489 trabalhos publicados, considerando os três eventos analisados.

Para uma análise mais detalhada, este conjunto de trabalhos foi agrupado em doze categorias definidas a partir do levantamento e análise das

temáticas apresentadas nos três eventos: Climatologia e Clima Urbano; Diagnósticos de Bacias Hidrográficas; Geologia, Geomorfologia e Solos; Educação Ambiental; Políticas Ambientais; Impactos Ambientais; Geoprocessamento, SIG; Conflitos Socioambientais; Desenvolvimento Sustentável, Economia e Meio Ambiente; Cultura, Território e Meio Ambiente. Assim, a partir destas categorias, foi estabelecido um novo agrupamento, buscando, por meio dos temas abordados, identificar os trabalhos que se dedicaram aos estudos da natureza na sua dinâmica própria, os trabalhos vinculados aos estudos da natureza no contexto ambiental e os trabalhos vinculados, mais especificamente, às novas tecnologias.

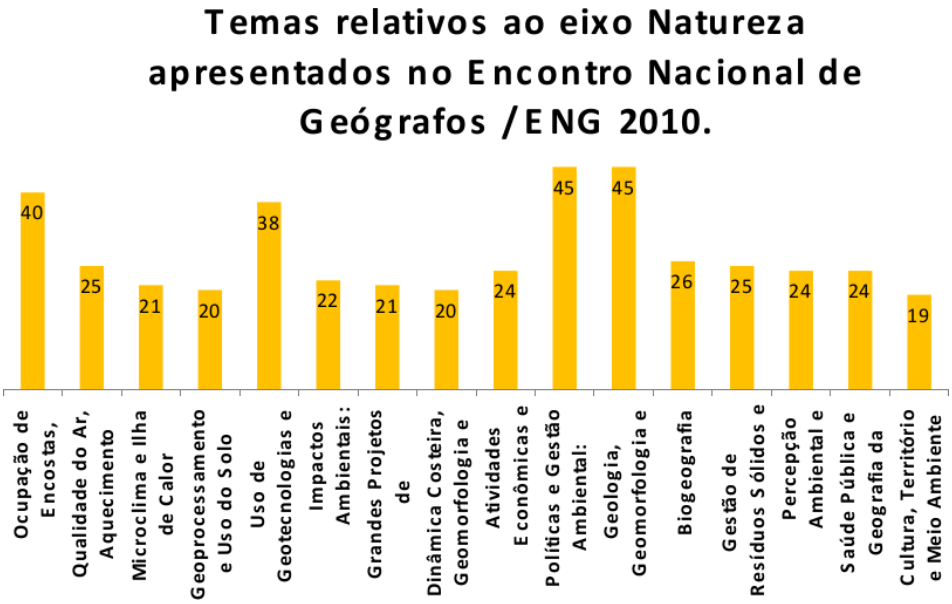
Os três gráficos, a seguir, expressam, para cada um dos anos analisados, os temas integradores dos conjuntos de trabalhos apresentados, ou seja, o total de trabalhos foi agrupado de acordo com as especificações indicadas nos gráficos, elaboradas pelas comissões de organização, a cada ano de realização dos eventos. Em 2008, observa-se uma certa regularidade no número de trabalhos, em cada uma dessas modalidades de agrupamento, ocorrendo, em menor número, trabalhos relativos a Processos Erosivos e Pedologia e Meio Ambiente Costeiro (Figura 1).

Figura 1– Temas relativos ao eixo Natureza apresentados no Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) 2008.



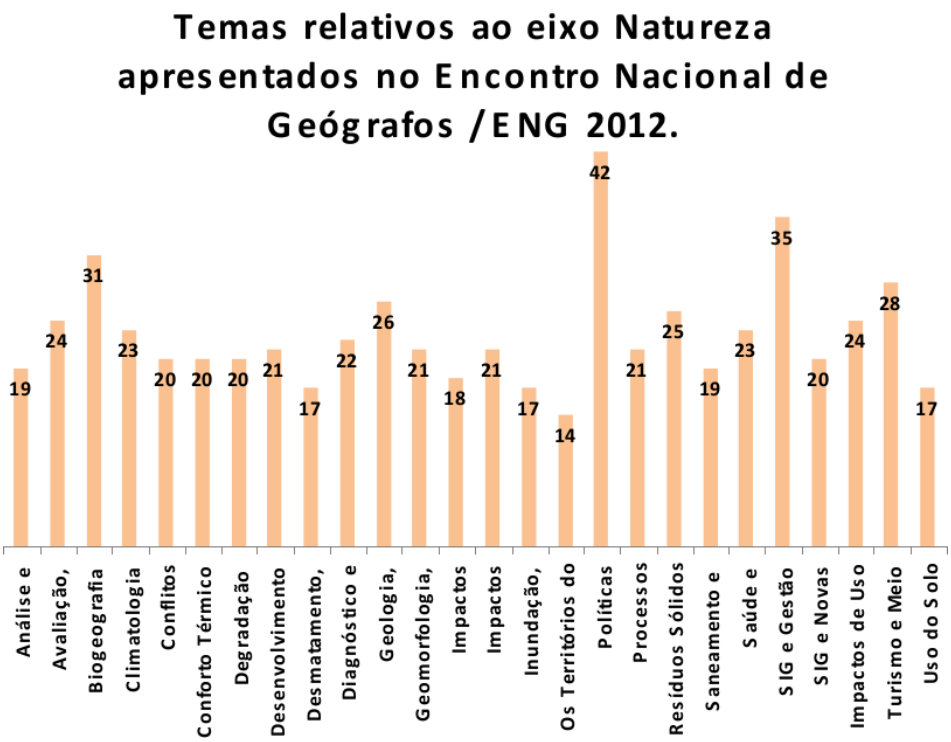
Em 2010, de maneira diferente do ano de 2008, três agrupamentos temáticos se revelaram mais expressivos: Geologia, Geomorfologia e Processos Erosivos; Políticas e Gestão Ambiental – instrumentos e avaliação; Ocupação de Encostas, Deslizamentos e Climatologia e Uso de Geotecnologias e Mapeamento. Os demais agrupamentos permaneceram com uma certa semelhança em relação à quantidade de trabalhos presentes neste ano.

Figura 2 – Temas relativos ao eixo Natureza apresentados no Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) 2010.



Em 2012, uma nova mudança se observa, uma vez que os trabalhos relativos a geologia e geomorfologia, neste ano, foram agrupados, revelando-se, assim, como os agrupamentos mais significativos os de: Políticas Ambientais Públicas em Unidades de Conservação; SIG e Gestão Ambiental e Urbana e Biogeografia. Entretanto, se somarmos o número de trabalhos de Geologia, Geomorfologia, Pedologia e Zona Costeira e Climatlogia deste ano, o número destes (49) superou os agrupamentos mais evidentes.

Figura 3 – Temas relativos ao eixo Natureza apresentados no Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) 2012.

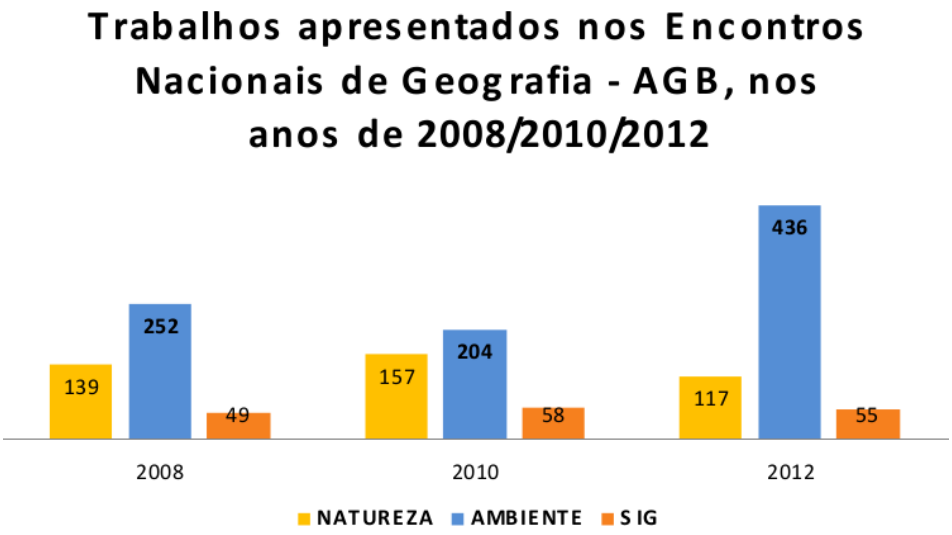


A partir desse primeiro agrupamento elaborado no âmbito da AGB, que reúne trabalhos por aproximação temática, para fins desta análise, elaboramos outro agrupamento, considerando as categorias natureza, ambiente e geotecnologias.

A Figura 4 expressa, para os três anos analisados, o número de trabalhos agrupados em três categorias: natureza, ambiente e geotecnologias. Pelo exposto, é possível observar que, nesses três eventos, os temas relativos à discussão ambiental foram predominantes em relação aos trabalhos que analisam a dinâmica da natureza especificamente, e além dos trabalhos que se utilizam de geotecnologias/SIG e/ou debatem a importância desta ferramenta associada a imagens de sensores remotos aos estudos de geografia. Estes, por sua vez, podem estar vinculados à análise ambiental ou mesmo da natureza em suas particularidades. Comparando-se estes dados com os dos três anos analisados, observam-se um significativo aumento de trabalhos na temática ambiental, no ano de 2012, uma pequena redução nos trabalhos relativos à natureza, também

em 2012, e uma regularidade no número de trabalhos vinculados às geotecnologias.

Figura 4 – Número de trabalhos nas categorias Natureza, Ambiente e Geotecnologias/SIG, nos anos de 2008/2010/2012, apresentados nos ENGs da AGB.



Para a análise da categoria Natureza, que corresponde a um total de 413 trabalhos, no somatório dos três anos, se adotou o procedimento de agrupar as primeiras doze categorias definidas em subcategorias: Climatologia e Clima Urbano (141, no total dos três anos); Geologia, Geomorfologia e Solos (189, no total dos três anos) e Biogeografia (83 trabalhos, nos três anos). A proposta de agrupamento dos trabalhos, no âmbito do eixo Natureza, foi feita pela denominação atribuída aos temas, considerando que se tratavam de estudos específicos sobre a natureza e seus processos.

Fazemos um parêntese para esclarecer que a análise aqui efetuada partiu de ideias de natureza, o que certamente direciona e, ao mesmo tempo, esclarece as decisões sobre critérios de agrupamentos para a realização da análise. Dois conceitos expressos neste artigo são trazidos de Seabra, e, em nosso entendimento, clarificam as possibilidades diferenciadas atribuídas, explícita ou implicitamente, à natureza nas pesquisas geográficas:

> Natureza, num sentido mais restrito, é o mundo inorgânico e orgânico estudado em ciência natural. A sociedade humana não é parte deste conceito estreito de natureza. A natureza

> cria e forma o ambiente geográfico da sociedade e é a base material da existência da sociedade (...) O fato de que a natureza age sobre a sociedade e a sociedade muda a natureza não afeta o caráter das leis que agem dentro da natureza e da sociedade.

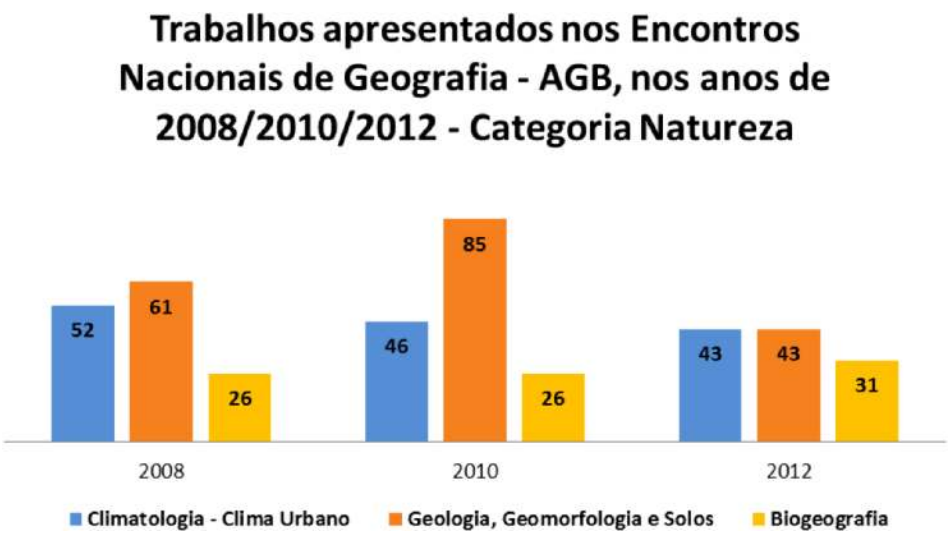
Uma segunda forma de compreensão da natureza, para Seabra, é a de que

> natureza é o mundo material que nos circunda, o universo que está em constante movimento, mudança e transformação. A sociedade humana representa uma parte específica da natureza subordinada às suas próprias leis. Se entendermos natureza nesse sentido, então a sociedade humana pode ser considerada parte do conceito de 'natureza', mas seria algo errado dizer que as leis da natureza agem na sociedade, ou que as leis da sociedade agem na natureza. As leis da natureza agem sobre o homem como um indivíduo biológico, mas não agem sobre a sociedade humana, ou sobre a categorias sociais (SEABRA, 1984, p. 12).

Nesta categoria, o critério foi indicar que ocorrem estudos específicos sobre a dinâmica natural. Em alguns casos, esta dinâmica natural se vinculava à produção social da natureza, o que nos pareceu constituir um grupo pequeno de trabalhos, neste agrupamento. Mesmo considerando este critério, foram incluídos, na categoria Clima, os estudos de clima urbano. Este caso, especificamente, expressa ao que nos referíamos, anteriormente, sobre estudos da natureza em sua dinâmica inseridos no processo de produção social da natureza.

Estas três categorias que compõem o espectro dos estudos específicos sobre natureza, mesmo envolvendo o clima urbano, não apresentaram grandes variações em relação ao número total de trabalhos deste tema apresentados no período analisado. Comparando-se 2008 e 2012, observam-se algumas reduções nos números de trabalhos, sendo a mais expressiva a relativa aos estudos de Geologia, Geomorfologia e Solos. Dos 61 trabalhos inscritos em 2008, houve uma redução para 43 trabalhos, em 2012. Biogeografia, por sua vez, constitui-se de uma área em que poucos foram os trabalhos inscritos, variando, neste período, entre 26 e 31 trabalhos apresentados (Figura 5).

Figura 5 – Número de trabalhos apresentados nos ENGs da AGB 2008/2010/2012, na categoria Natureza.



Considerando-se o número de trabalhos relativos à discussão ambiental, ou que tratam de ambiente, o número é bem mais expressivo, praticamente o dobro do número de apresentações relativas à natureza (892 trabalhos). As subcategorias que compõem este agrupamento são: Diagnósticos de Bacias Hidrográficas (155), Educação Ambiental (24), Políticas Ambientais (323), Impactos Ambientais (189), Conflitos Socioambientais (46), Desenvolvimento Sustentável (21), Economia e Meio Ambiente (76), Cultura, Território e Meio Ambiente (58).

Fazemos uma outra observação, agora, para indicar o nosso entendimento sobre ambiente. Em muitos trabalhos, verifica-se ainda uma concepção de ambiente proveniente da biologia, como meio ambiente, ou seja, como natureza externalizada. O ambiente, na análise geográfica, pode ser entendido como expresso em Suertegaray, assim,

> pensar o ambiente em geografia é considerar a relação natureza/sociedade, uma conjunção complexa e conflituosa, que resulta do longo processo de socialização da natureza pelo homem (incluem-se também as mulheres). Processo este que, ao mesmo tempo em que transforma a natureza, transforma também a natureza humana (SUERTEGARAY, 2006, p. 97).

Ambiente, portanto, é também – mas não só – natureza produzida socialmente, seja por transfiguração decorrente da exploração dos recursos e sua consequente deterioração, seja pela busca de preservação, conservação, patrimônio. Ambiente, na maneira que o concebemos, diz respeito aos estudos que, ao relacionar natureza e sociedade, buscam desvendar as mediações e tensões provocadas pela interconexão destas duas dimensões analíticas, ou seja, estudar o ser na relação com o seu entorno (que não é necessariamente natureza original, mas, sim, natureza transfigurada). Uma análise ambiental deverá, no caso da geografia, não ficar centrada nos impactos da natureza pela sociedade, mas, para além disto, promover uma análise recursiva.

Meio – conceito clássico da geografia – pode ser equivalente a ambiente. Maturana (2001, p. 80), no contexto biológico, assim se expressou: "organismo e meio vão mudando juntos, uma vez que se desliza na vida em congruência com o meio". Não se trata de determinismo, pois ambos se transformam, na interação. Nesta acepção, o homem faz parte da natureza (como organismo), e sua relação com ela é a expressão do sentido de meio. Ou seja, meio ou ambiente são termos que nos encaminham a uma análise da relação do ser individual ou coletivo com seu entorno.

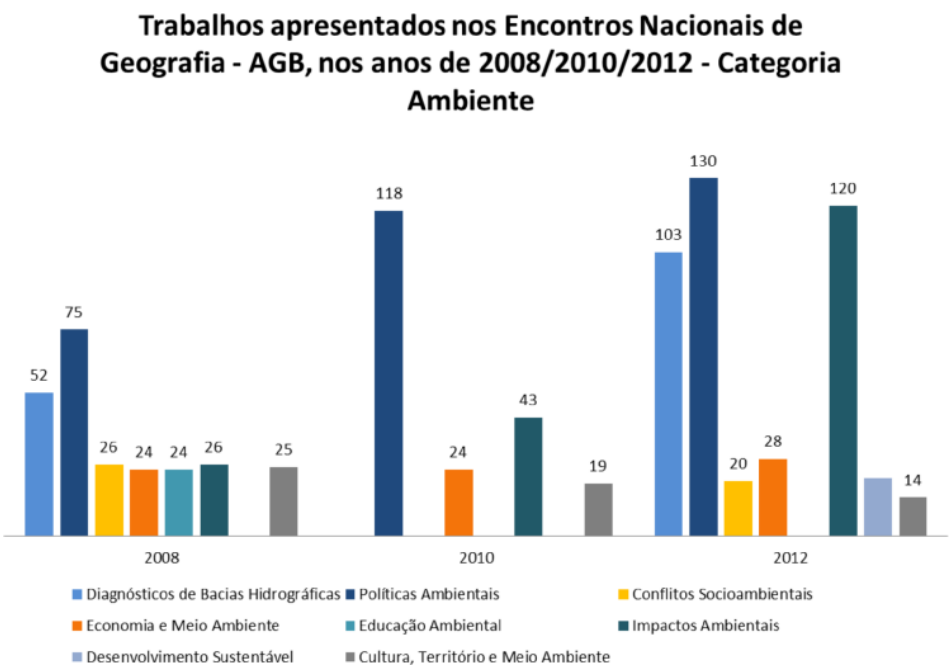
Pensemos, agora, na perspectiva da produção do espaço. Produzimos meios e, ao produzi-los, podemos nos amalgamar com a natureza, como nos primórdios da vida humana, ou nos afastar dela. Chegamos à compreensão de Marx, conforme interpretação de Foster (2010), como sendo este um processo de separação do homem biológico da natureza, inicialmente, por romper o metabolismo homem/natureza – o que se fez pela socialização da natureza e da natureza humana via trabalho –, e, na medida que nos socializamos, com parcial ou total alienação da natureza, entre outras alienações resultantes deste processo. Alienação esta resultante do rompimento do metabolismo original em decorrência das relações de produção capitalista.

> Foi no *Capital* que a concepção materialista da natureza de Marx alcançou plena integração com a sua concepção materialista da história. Na economia política desenvolvida por Marx, tal como apresentada no *Capital*, o conceito de "metabolismo" (*stoffwechsel*) foi empregado para definir o processo de trabalho como "um processo entre o homem e a natureza, um processo pelo qual o homem, através de suas próprias ações, medeia, regula e controla o metabolismo entre ele mesmo e a natureza" (FOSTER, 2010, p. 20).

Considera-se que estejam presentes, no conjunto de trabalhos analisados, tanto a perspectiva naturalizante de ambiente, quanto aquela que dimensiona essa relação no campo social. Entretanto, mesmo considerando estudos ambientais como impactos na natureza (externalizada), é visível uma preocupação, nas análises, com outras dimensões (a economia e a política), conforme indicam os dados apresentados a seguir.

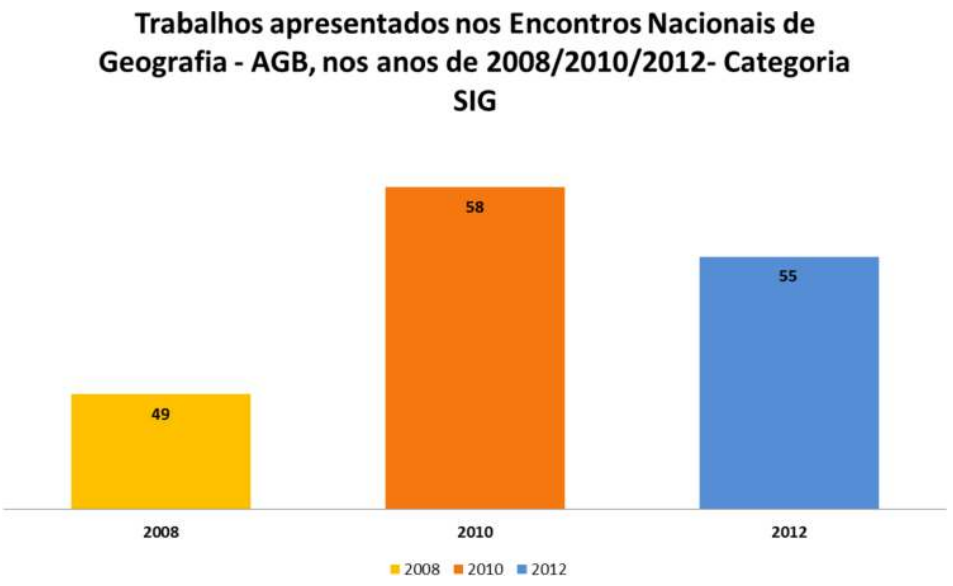
No âmbito da discussão ambiental, observa-se que, nos três anos analisados, a predominância dos trabalhos se associou a políticas ambientais e diagnósticos relativos a bacias hidrográficas e impactos ambientais. Observa-se que, em 2010, a subcategoria Políticas Ambientais não esteve registrada. Mesmo que este tema não tenha aparecido no ano de 2010, ele foi expressivo, em número de trabalhos, nos anos de 2008 e 2012. Em relação aos impactos ambientais, no ano de 2012, verificou-se um significativo aumento de trabalhos em relação aos dois anos anteriores. Os demais temas se revelaram pouco expressivos e com uma certa regularidade, no período analisado (Figura 6).

Figura 6 – Número de trabalhos apresentados nos ENGs da AGB 2008/2010/2012, na categoria Ambiente.



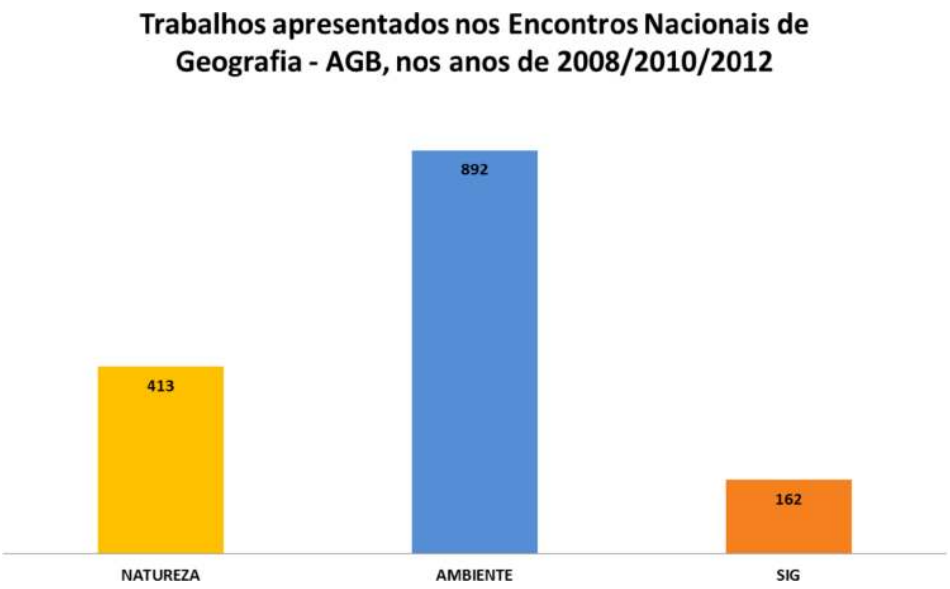
Já o número de trabalhos relativos a Geotecnologias/SIG foi da ordem de 49 (2008), 58 (2010) e 55 (2012), perfazendo um total de 162 trabalhos apresentados, no período analisado. A instrumentalização técnica está presente, porém não de forma tão expressiva, em número de trabalhos, e, em grande parte destes, há uma associação com a análise ambiental, o que faz ampliar a temática ambiental, no conjunto dos trabalhos presentes, nesses três encontros (Figura 7).

Figura 7 – Número de trabalhos apresentados nos ENGs da AGB 2008/2010/2012, na categoria SIG.



Em síntese, tem-se, na Figura 8, o somatório dos dados relativos a cada categoria analisada para cada um dos anos em análise. É observável a predominância da temática relativa ao ambiente, comparativamente aos estudos específicos sobre a dinâmica da natureza, conforme especificamos anteriormente.

Figura 8 – Número total de trabalhos apresentados nos ENGs da AGB 2008/2010/2012, nas categorias Natureza, Ambiente e SIG.



Em relação às geotecnologias/SIG – e, por esta razão, as deixamos numa categoria separada –, há muita controvérsia. Usá-las ou não usá-las? Consideramos relevante afirmar que a técnica, sem deixar de ser produto de uma intencionalidade, permite, contraditoriamente, que seja utilizada sob diferentes perspectivas (por exemplo, no campo da política). Então, não cabe julgar as técnicas, mas, sim, o uso que dela fazemos, ou seja, sob que perspectivas as adotamos. Nesse sentido, elas podem estar presentes em análises socialmente mais conservadoras ou podem ser utilizadas para análises socialmente mais críticas.

Considerações sobre os dados

Ao observar e comparar os gráficos ao longo do período analisado, chegamos à seguinte consideração: os estudos específicos sobre a natureza são reduzidos, nos eventos da AGB analisados, em comparação a outros temas que, normalmente, apresentam possibilidades de abordagem em mais de um eixo.

Mesmo considerando que existem eventos de diferentes áreas de atuação da geografia (o que poderia mascarar esta análise), entendemos que, em relação aos estudos do eixo temático Natureza, estes derivam, historicamente,

para eventos específicos, configurando um movimento migratório dos geógrafos que tratam destas questões. Esta leitura é uma possibilidade de análise com o objetivo de compreender o menor número de trabalhos relativos à natureza em relação a outros eixos e temas.

Vitte (2011) já observou isso em relação à geomorfologia:

> A questão ambiental, atualmente, é o grande agente cimentante das pesquisas geomorfológicas no Brasil, o que ainda está sustentando a existência da geomorfologia no contexto da ciência geográfica. Dominantemente, o paradigma explicativo é a pediplanação acrescida de bibliografia que trata da crise da ciência moderna. Mas não auxiliam e não refletem sobre o próprio fazer geomorfológico no sentido de repensar novas bases epistêmicas para a geomorfologia na geografia. (...) Apesar de um grande número de trabalhos de geomorfologia nos cursos de geografia, sejam de graduação ou pós-graduação, efetivamente, as grandes transformações qualitativas na interpretação do relevo, no que diz respeito à gênese, estão acontecendo na geologia (Vitte, 2011, p. 107).

Podemos também considerar como uma possibilidade para explicar o número menor de trabalhos apresentados no eixo Natureza a questão da própria estrutura do evento, que apresenta um eixo geral para agrupar estudos com características diferenciadas e exige uma formatação para a inscrição de trabalhos, ou seja, também podemos refletir sobre esta forma como um dos fatores de distanciamento.

O que se revela mais significativo, na AGB, são os estudos relativos à produção social da natureza – estes estariam associados à dimensão ambiental, que é a grande maioria dos trabalhos. Quando nos referimos à produção social da natureza, estamos entendendo a sua transformação pela sociedade e sua expressão materializada no espaço geográfico. Não estamos pensando natureza como categoria filosófica, que, neste caso, seria, da mesma forma, uma produção social-conceitual. Sob esta perspectiva epistemológica, temos poucos dados para analisar, pois, uma vez que se consideraram palavras-chaves para estabelecer as categorias, a dimensão teórica e conceitual dos textos escapa à análise.

A análise dos temas demonstra que os estudos relativos à natureza não foram abandonados, mas são pouco expressivos, no âmbito agebeano, como demonstram os dados. Derivaram fortemente para a questão ambiental.

Estes estudos se preocupam menos em analisar a origem e a dinâmica da natureza e se preocupam mais com o ambiente, ou seja, em certa medida, deixam de focar suas análises na natureza naturata – ou primeira natureza (o mundo abiótico e biótico, exclusivamente) – e centram-se na análise do ambiente.

Aqui, temos outra questão: o ambiente, na perspectiva adotada neste artigo, é entendido como um estudo de relação entre o ser (individual ou coletivo) com seu entorno, podendo este entorno ser uma segunda natureza – ou natureza produzida. A questão é que muitos dos trabalhos revelam, pelos seus títulos, preocupações ambientais, na perspectiva de preservação/conservação da natureza naturata. Permitem pensar que o ambiente está sendo tratado como sinônimo de natureza. Discutir esta questão, em âmbito geográfico, é importante, pois, se a pensarmos como processo de produção, podemos admitir que há um processo de produção da natureza naturata fora e em nós mesmos, mas há também, e concomitantemente, um processo de produção social da natureza que está em relação com a natureza primitiva, mas a transforma, a transfigura:

> O termo transfiguração, aqui adotado, é entendido conforme Maffesoli (1995), "transfiguração é a passagem de uma figura para outra. Além disso, ele é, de certa maneira, mesmo que mínima, próxima da possessão". Assim, uma natureza possuída pelo homem transfigura-se, adquire uma outra dimensão (SUERTEGARAY, 2000, p. 30).

A natureza, ao se transformar, ao mesmo tempo, nos transforma, nos transfigura. Assim, quando tratamos de ambiente, somos (nós, os humanos) produtos e produtores de transfigurações nas naturezas – portanto, produzimos ambientes. Ambientes nos circundam, nos afetam, nos transformam, na cidade ou no campo. Mas ambiente é um conceito, deriva de uma construção social, é expressão de uma cultura. É um concreto/abstrato, e, portanto, variável (material e conceitualmente) no tempo- espaço.

Resta saber se a concepção e o conceito de ambiente, nos trabalhos agebeanos, expressam uma concepção mais totalizante ou se ainda se referem à natureza e aos impactos sobre esta. É possível que as duas dimensões estejam presentes, nesse conjunto de trabalhos apresentados.

As preocupações mais evidentes, nesta categoria, são políticas ambientais (323), impactos ambientais (189) e diagnósticos de bacias hidrográficas (155).

Na perspectiva metodológica, esses trabalhos (que, na maioria dos casos, se associam ao uso do geoprocessamento) demonstram, em hipótese, que os geógrafos estão preocupados com a gestão pública e/ou com os impactos da sociedade sobre a natureza e o ambiente. Não dá para afirmar que são trabalhos de intervenção social, pois não temos estes dados, mas é possível que se enquadrem em trabalhos de assessoria ao planejamento ambiental ou que sejam de intervenção em escala local. Numa análise de maior detalhe, tomando como referência as palavras-chaves dos títulos dos trabalhos apresentados, foi possível observar a variabilidade de suas tendências. Assim, considerando a perspectiva metodológica, tem-se trabalhos que centram suas análises ambientais segundo a concepção da produção do espaço, enquanto outros se vinculam à análise sistêmica. Um grande número de trabalhos aborda seus temas com base nos conceitos geográficos de paisagem ou território. Em relação à articulação política, é possível ver trabalhos que promovem a crítica ao modo de produção capitalista e outros que se vinculam às políticas de Estado elaborando diagnósticos, zoneamentos com vistas à gestão de bacias hidrográficas ou de unidades de conservação. Cabe destacar também o conjunto de trabalhos que se vinculam às análises de identidades e territórios, trazendo ao debate temas como mapeamento participativo, agroextrativismo, economia popular e solidária, etnodesenvolvimento e resistência indígena, entre outros, assim como estudos ambientais que se ancoram na percepção ambiental como perspectiva analítica.

Mas, sem dúvida, há um conjunto de trabalhos voltados para o planejamento e gestão do território. Por vezes, conforme as palavras-chaves tomadas como referência, são trabalhos de análise crítica que se referem a impactos, riscos, problemas de planejamento, conflitos de uso e crise. Por vezes, vinculam-se às políticas de Estado por meio da gestão territorial, proposições de modelos de conservação ambiental, gestão de resíduos e planejamento territorial, entre outros.

Em geral, são trabalhos em escala local que promovem a análise sobre determinado processo ou dinâmica social e seus efeitos em relação à natureza. Pretendem, muitas vezes, subsidiar o planejamento, e, em outras, avaliar os impactos e denunciar a ação do poder público em suas diferentes esferas. Alguns se vinculam às condições de vida de determinadas comunidades e expressam uma participação/ação por meio de movimentos sociais. Enfim, pelo que se observou, há uma variedade de caminhos, sejam teóricos, empíricos ou de

articulação política.

Considerações finais

Ao finalizar esta breve análise sobre a contribuição agebeana aos estudos da natureza, algumas questões se colocam: os trabalhos apresentados no âmbito da AGB vinculam-se ao planejamento do Estado? À crítica às políticas de Estado? A trabalhos relativos a dar subsídios ao planejamento do Estado? À inserção social e à construção da autonomia de populações sujeitas a problemas ambientais?

Temos, no âmbito da AGB, trabalhos que se vinculam ao planejamento de Estado ou à participação de geógrafos nesta atividade (ou sob a perspectiva do planejamento), a exemplo dos estudos sobre diagnósticos ambientais (sobretudo em bacias hidrográficas) e impactos ambientais. Nesse contexto, também se percebem trabalhos voltados ao planejamento sob uma perspectiva crítica em relação ao planejamento do Estado.

São visíveis também trabalhos que se articulam com movimentos sociais, em especial, aqueles vinculados às populações tradicionais (ribeirinhos, quilombolas e assentados rurais, entre outros). Nesta perspectiva, o trabalho é feito junto com as comunidades e para as comunidades, visando, por vezes, ao reconhecimento local para a resistência. Em muitos destes, as análises podem ter foco ambiental, mas ultrapassam esta perspectiva na medida em que promovem a mediação entre comunidades e conhecimentos mais técnicos, objetivando a construção da autonomia de maneira mais ampla, ou seja, não pelas demandas relativas à qualidade do ambiente, na perspectiva naturalizante, mas sobre o direito ao ambiente como espaço de vida.

Todas essas alternativas expressam uma pluralidade de contribuições. No caso específico dos eventos da AGB, o que fica mais evidente são análises cujas abordagens centram-se na perspectiva da crítica, mesmo quanto aos trabalhos voltados para o planejamento do Estado.

Referências bibliográficas

FOSTER, J. B. A ecologia de Marx – materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 418, 2010.

MATURANA, H. Cognição, ciência e vida cotidiana. Organização e tradução: Cristina Magro e Víctor Paredes. Belo Horizonte: Editora da UFMG, p. 172, 2001.

SEABRA, Manoel F. G. "Geografia(s)?" In: Revista Orientação. Instituto de Geografia, USP, São Paulo, n. 5, p. 9-17, out. 1984.

SUERTEGARAY, D. M. A. "A geografia e a questão ambiental." In: SILVA, J. B.; LIMA, L. C; DANTAS, E. W. C. (orgs.). Panorama da Geografia Brasileira 2. São Paulo: Annablum, p. 307, 2006.

SUERTEGARAY, D. M. A. "Espaço geográfico uno múltiplo." In: SUERTEGARAY, D. M. A.; BASSO, L. A.; VERDUM, R. Ambiente e lugar no urbano. A Grande Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, p. 239, 2000.

VITTE, Antônio. C. "A construção da geomorfologia no Brasil." In: Revista Brasileira de Geomorfologia, v. 12, p. 91-108, 2011.

Pensar o pensamento geográfico: reflexões por dentro dos Encontros Nacionais de Geógrafos (ENGs) - Brasil[1]

Alexandrina Luz Conceição
Programa de Pós-Graduação de Geografia
da Universidade Federal de Sergipe (UFS).
AGB – Seção Aracaju
✉ aluz@oi.com.br

RESUMO

O presente artigo tem como propósito refletir sobre os discursos que vêm sendo tecidos nos Encontros Nacionais dos Geógrafos (ENGs), da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), no eixo temático História do Pensamento Geográfico, durante os dez anos desde o último Congresso Brasileiro de Geógrafos (CBG), em 2004. Questiona-se se estes vêm assumindo, em grau e qualidade, condição singular sobre a situação do pensar a sociedade e a geografia no Brasil. Nos estudos desenvolvidos, constata-se que há uma riqueza de polifonia trazida no discurso do lugar "de quem fala" e "sobre o que se fala", observando-se que, embora possamos identificar conteúdos de discursos de crítica ao universalismo – e à ideia do homogêneo –, ao assumir os discursos do outro, não há descentralização dos sujeitos dos discursos, dos que falam. Afirmamos que há uma inovação no pensamento geográfico que se estabelece dentro da AGB, entretanto, este se ressente de estrutura teórica epistemológica que favoreça os tecidos teóricos sinalizadores de novos conceitos ou mesmo de uma nova teoria na produção do pensar e do fazer geografia. O que se pode constatar é uma diversificação de discursos que são nomeados por diversos sujeitos, agrupando-se conforme eletividade e afetividade. Acredita-se que a AGB, como instituição que se materializa e se estrutura no princípio da liberdade e da alteridade, tende a garantir um campo de debate aberto de validação das leituras plurais, o que indica que, apesar de a pesquisa aparentemente não se dar no âmbito dos eventos da AGB, é esta que permite evidenciar o debate de forma diversa, sem qualquer tipo de cerceamento ideológico, assumindo a responsabilidade de pensar e fazer mudar a sociedade e a geografia brasileiras.

Palavras-chave: pensamento geográfico, AGB, HPG, categorias, ideologia, diversidade.

Terra Livre – ano 30, v. 2, n. 42 – 2014

Para citar este artigo: CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Pensar o pensamento geográfico: reflexões por dentro dos Encontros Nacionais de Geógrafos (ENGs) - Brasil. Terra Livre, ano 30, v. 2, n. 42, 2014.

[1] Agradeço à professora Drª Sinthia Batista (Departamento de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT) pelo zelo e desprendimento de ler o presente artigo, emitindo opiniões e colaborando para a sua produção final.

Thinking the geographic thought: reflections from inside of the National Meetings of Geographers – Brazil

***Abstract**: This article aims to reflect about the speeches that have been woven in the National Meetings of Geographers of Association of Brazilian Geographers (AGB) on axis History of Geographical Thought in the last ten years after the last Brazilian Congress of Geographers to the 2004. Questions whether these speeches are assuming, in degree and quality, a particular condition about the situation of thinking the society and the geography in Brazil. In some studies notes it that there is a wealth of polyphony brought by place of the speaker's discourse and about the speak, noting that although we can identify critique speeches about the universalism – and about the idea of homogeneous – the take the discourses on the other there is no decentralization of the subjects of the speeches of those who speak. We affirm that there is a new geographical thought that is established inside the AGB. However, resent of the epistemological theoretical framework which favors the theoretical tissues that identify new concepts, or even a new theory in the production of thinking and doing geography. What we can see is a diversification of discourses that are appointed by various persons, grouping as electivities and affection. It is believed that the AGB, as a institution materialized and structured on the principle of freedom and otherness, tends to ensure an open discussion of field validation of plural readings, indicating that although apparently the research may not be in the floor of the AGB events, is the AGB that makes evidence of plural form the debate without any kind of ideological retrenchment, taking responsibility to think and change the society and the brazilian geography.*

***Keywords**: geographical thought, AGB, HPG, categories, ideology, diversity.*

Pensar el pensamiento geográfico: reflexiones por dentro de los Encuentros Nacionales de Geógrafos - Brasil

***Resumen**: El presente trabajo tiene como propósito reflexionar sobre los discursos que vienen siendo tejidos en los Encuentros Nacionales de Geógrafos de la Asociación de Geógrafos Brasileños (AGB) en el eje Historia del Pensamiento Geográfico, en estos diez años de intervalo respecto al último Congreso de Geógrafos Brasileños de 2004. Se cuestiona si estos vienen asumiendo, en grado y calidad, una condición singular sobre la situación del pensar la sociedad y la geografía en Brasil. En los estudios desarrollados se constata que hay una riqueza de polifonía traída en el discurso del lugar de quien habla y sobre lo que se dice, observándose que aunque podemos identificar contenidos de discursos de crítica al universalismo – y a la idea de lo homogéneo –, al asumir los discursos del otro no hay descentralización de los sujetos de los discursos, de los que hablan. Afirmamos que hay un nuevo pensamiento geográfico que se establece por dentro de la AGB, entre tanto carece de estructura teórica epistemológica que favorezca los tejidos teóricos que señalen nuevos conceptos, o aún, una nueva teoría en la producción del pensar y hacer geografía. Lo que se puede constatar es una diversificación de discursos que son dichos por diversos sujetos, agrupándose conforme una elección y la afectividad. Se cree que la AGB, como una institución que se materializa y se estructura en el principio de libertad y alteridad, tiende a garantizar un campo de debate abierto de validación de las lecturas plurales y que permite evidenciar de forma plural el debate sin cualquier tipo de cercenamiento ideológico, asumiendo la responsabilidad de pensar y hacer cambiar la sociedad y la geografía brasileña.*

***Palabras clave**: pensamiento geográfico, AGB, HPG, categorías, ideología, diversidad.*

O pensamento é a consciência ou a inteligência saindo de si ("passeando") para ir colhendo, reunindo, recolhendo os dados oferecidos pela experiência, pela percepção, pela imaginação, pela memória, pela linguagem, e voltando a si, para considerá-los atentamente, colocá-los diante de si, observá-los intelectualmente, pesá-los, avaliá-los, retirando deles conclusões, formulando ideias, conceitos, juízos, raciocínios, valores.

– Marilena Chaui[2]

Constrangedor revisitar um mundo aonde se chega pela primeira vez: como se sentir veterano na casa dos outros.

– Umberto Eco (A misteriosa chama da rainha Loana)

I° ato: reflexões iniciais – colocando os questionamentos

Criada em 1934 para a consolidação da institucionalização da ciência geográfica no Brasil, a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) constituiu o pilar fundamental na disseminação das ideias no nosso país, contribuindo não só para a investigação do espaço brasileiro como também para a formação da sociedade.

Estudiosos sobre este debate afirmam que há uma imensa proximidade entre a AGB e as transformações percebidas na ciência geográfica e na sociedade brasileiras, nos anos posteriores a 1934. Para Charlles da França Antunes, em diversos escritos baseados em sua tese de doutorado (2008), a AGB foi a responsável pelas transformações na sociedade, firmando-se como uma das instâncias fundamentais para a compreensão do conhecimento da geografia brasileira.

Segundo Pasquale Petrone (1994), a Associação dos Geógrafos Brasileiros funcionou em sintonia com a academia, tendo favorecido o crescimento intelectual dos que a frequentaram. Muitos são os geógrafos que compartilham dessa ideia. Considera Antunes (2009) que "é a AGB que vai, ao longo de sua história, articular a base da chamada comunidade de geógrafos no Brasil (estudantes, professores e técnicos), desde sua fundação até os dias atuais". Neste propósito, o objetivo deste debate que início é observar se a AGB ainda tem contribuído para a inovação do pensamento geográfico. O que se questiona é se esta instituição ainda se apresenta com o mesmo peso do seu caráter inovador na construção do fazer pensar a ciência geográfica, e qual o nível desta

[2] CHAUI, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Editora ática. Capítulo 6. O Pensamento.

contribuição.

O debate dentro da AGB é a representação que se tem estabelecido nas interescalas do pensar crítico, fazendo crescer e aperfeiçoar o conhecimento científico e, consequentemente, o amadurecer da teoria. Foi dentro da AGB que, em 1996, na cidade de Recife (PE), se constituiu o primeiro debate específico sobre o pensamento geográfico brasileiro, sob a iniciativa do professor Dieter Heidemann (Universidade de São Paulo) e organização/coordenação da professora Alexandrina Luz Conceição (Universidade Federal de Sergipe). Para Sousa Neto (2006, p. 165), este fato "é ao mesmo tempo importante e representa uma espécie de ato inaugural, por denunciar a maneira tardia como os geógrafos brasileiros se preocuparam pouco com a institucionalização de sua disciplina no Brasil".

Como afirmou este mesmo autor,

> em 1996, no Encontro Nacional de Geógrafos promovido pela AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros, ocorrido em Recife/PE, um dos eixos temáticos foi denominado Geografias Puras e Impuras. O intuito foi o de agregar uma série de temáticas da produção geográfica brasileira que não se encaixavam nos eixos temáticos tradicionais. Entre as Geografias Puras e Impuras, ocorreu uma mesa-redonda organizada pela prof.ª Alexandrina Luz Conceição, que tratou do Pensamento Geográfico Brasileiro antes de 1930 (ibidem).

Como consequência desse debate, no Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) de 1998, na cidade de Vitória da Conquista (BA), "um grupo de jovens pesquisadores (...) realiza um curso de curta duração sobre as pesquisas desenvolvidas em História da Geografia e do Pensamento Geográfico no Brasil" (idem, ibidem). Para o referido autor, após esta mesa-redonda, foi constituído o Grupo de Trabalho de História do Pensamento Geográfico, formando uma rede de discussão e passando a agregar pesquisas nesta área para a garantia do debate nacional.

Nesse sentido, é importante a reflexão sobre a polifonia dos discursos, durante e entre os ENGs, nos últimos dez anos após o Congresso Brasileiro de Geógrafos (CBG) de 2004, nos debates em torno da história do pensamento geográfico, que permitiria responder os questionamentos em pauta:

- O que se tem discutido na geografia brasileira?

- Há um teor que possa garantir um debate novo na geografia brasileira?
- Quais as reflexões teóricas que têm norteado o pensar geográfico? Podemos afirmar que há uma consolidação de epistemes que garanta um debate entre pares e "afinidades seletivas"?

II° ato: para falar de história é importante fazer o "eterno retorno"? – ou como falar de história do pensamento geográfico (HPG) por dentro da AGB?

No final do século XIX e início do século XX, a sociedade brasileira vivia sob a influência francesa. Segundo Needell (1993, p. 66), "civilização e progresso eram, em geral, vistos de uma perspectiva francesa". Na leitura de Paulo Arantes (1994, p. 61), "nossa bruxuleante curiosidade filosófica, como é sabido, sempre viveu à mercê das marés ideológicas da metrópole, literalmente a reboque dos vapores da linha da Europa".

Em 1934, num desses vapores, chegou ao Brasil o geógrafo francês Pierre Deffontaines, que importou o modelo das sociedades francesas para a formação do Departamento de História e Geografia da recente Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP, e, em seguida, fundou a Associação dos Geógrafos do Brasil, ao lado de Rubens Borba de Moraes, Luiz Flores de Moraes Rego e Caio Prado Júnior. Porém, se, de um lado, esse departamento estava sob o eixo do pensamento francês, nos aproximamos das reflexões de Manoel Seabra de que

> a criação de uma 'Associação Brasileira' não parece limitar-se ao alcance de uma cadeira em uma instituição universitária nem mesmo à imitação e importação de um modelo de organização e institucionalização da disciplina, trazida pelo mestre francês. Convém considerar as intenções, mesmo que voluntariosas, dos fundadores brasileiros (SEABRA, 2008, p. 45).

Participavam da associação intelectuais do movimento Escola Nova e parte da elite liberal dominante de São Paulo. Será marcante, na estrutura desta entidade, o caráter intelectual de uma elite da sociedade brasileira, definida por J. Needell (1993, p. 275) pelo domínio de poder "derivado da riqueza, ocupação e status social reconhecido, bem como da posição política."

O fato é que a inserção da concepção da Escola Nova permitiu, de certa

forma, um quê de libertário nos pensamentos da associação. Considerou Nélson Coutinho (2011, p. 16) que, com as revoluções democráticas burguesas e com o triunfo do liberalismo, houve uma laicização do Estado, pois este já não impunha uma religião ou uma visão de mundo, não tinha mais legitimidade em si mesmo, formando-se, portanto, outras visões do mundo: "(...) entre o Estado que diz representar o interesse público e os indivíduos atomizados no mundo da produção, surge uma esfera pluralista de organizações, de sujeitos coletivos, em luta ou em aliança entre si." Esta esfera intermediária é precisamente a sociedade civil, que "apresenta-se como um conjunto de organismos ou de objetivações sociais, diferentes tanto das objetivações da esfera econômica quanto das objetivações do Estado *strictu sensu*" (idem, ibidem). Começava, assim, a surgir o intelectual de vários tipos de correntes de opiniões. Um intelectual que já não era mais um funcionário direto do Estado, nem tampouco "sem vínculo", mas que procurava manter sua autonomia e sua independência de pensamento sem perder de vista as contradições da sociedade.

Não podemos afirmar que a AGB foi fundada com o propósito de ser funcional e sob o controle do Estado. Acreditamos que está exatamente na sua criação, externa ao Departamento de História e Geografia da FFCL da USP, a tentativa de sua autonomia, procurando assegurar uma materialidade cultural própria, pluralista e coletiva. A intenção de coletividade demarca a sua autonomia, escapando da característica de um intelectual que exercia sua atividade de forma individual, apresentando-se frágil ao sistema de cooptação do Estado, facilmente aprisionado à sombra do poder.

Para assegurar esta autonomia, em 80 anos de existência, desde a sua fundação (1934-2014), a AGB se constitui num espaço de debate e produção do pensar e do fazer geografia, conforme consta em sua ata de fundação, escrita pelo secretário Caio Prado Júnior. A associação visava ao trabalho coletivo entre seus membros e com outras organizações, como a Sociedade de Sociologia. De caráter interdisciplinar, tinha como propósito a realização de pesquisas sistemáticas para o conhecimento do solo brasileiro, em particular do estado de São Paulo.

O que se tornou marcante, no seu perfil, foi a obrigatoriedade da publicação dos resultados dos seus debates e da divulgação dos conhecimentos adquiridos nas pesquisas, desde a publicação de sua revista, *Geografia*, no início de 1935. A criação desta revista teve por objetivo "desenvolver e difundir os conhecimentos geográficos". A revista tinha como propósito "não somente

desenvolver um programa metódico de pesquisas de todos os problemas geográficos e, em particular, os referentes ao Brasil e no estrangeiro (...) e aos não especialistas. Todos os problemas, e particularmente os de ordem econômica e social" (SEABRA, 2008, p. 103).

Não se pode negar que, para "civilizar" o Brasil, a Associação dos Geógrafos do Brasil teve papel fundamental na formação e no fortalecimento do Estado-nação, que seriam instrumentalizados pelos saberes geográficos: seus trabalhos de campo, as expedições pelo interior dos estados brasileiros, em particular do estado de São Paulo – na especificidade da urbanização da Cidade de São Paulo e no modelo em voga, civilizatório e modernizante, de uma cidade do capital. Entretanto, se, de um lado, como afirmam seus estudiosos, a história da AGB está associada à história da geografia e do pensamento geográfico brasileiro, é preciso observar que a preservação da sua autonomia, a preocupação com a defesa plural dos seus artigos, a socialização dos resultados dos seus debates e as pesquisas de campo garantiram certa independência, o que permitiu aos seus sócios escapar da "cooptação e adoção de uma cultura elitista e de tendência dominante" (COUTINHO, 2011, p. 28).

A intensa participação de Caio Prado Júnior na AGB foi fundamental para assegurar essa autonomia, fato comprovado com a aquisição do seu acervo particular pelo Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), e, neste, a "rica documentação sobre os primeiros anos de uma das mais importantes entidades da geografia no Brasil. O livro de atas dos anos iniciais da AGB (...)" (Heidemann, 2008, p. 9)[3]. Este dossiê permite não só mostrar a importância da presença de Caio Prado Júnior na AGB, mas compreender esta associação no contexto das relações de poder, em um período histórico de fortalecimento do Estado capitalista moderno e da consolidação do Estado ditatorial getulista:

> Não parece fácil sustentar que o conhecimento geográfico produzido ou organizado pela AGB, nesse curto período de tempo, tenha tido papel significativo na expansão territorial da economia industrial concentrada em São Paulo. Se conhecimentos geográficos foram relevantes nesse processo, talvez seja mais adequado procurá-los no passado, ou, até mesmo, na própria produção do IBGE à época (SEABRA, 2008, p. 94).

[3] Heinz Dieter Heidemann, na apresentação do livro Caio Prado Jr. e a Associação dos Geógrafos Brasileiros. São Paulo: AGB; Instituto de Estudos Brasileiros: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

Nas correspondências encontradas no acervo de Caio Prado Júnior, sobre o modo de atuação da associação e dos associados, lê-se:

> A Associação tem um caráter avesso a honrarias (Doc.0I.0I) (pois) não é uma sociedade decorativa como soe acontecer a tantas associações pseudo científicas no paiz [...]. (Ela) vive das suas reuniões e do trabalho em colaboração de seus membros. Caso estes não se esforcem para acompanhar com assiduidade as reuniões, a Associação estará fatalmente condenada ao desaparecimento (SEABRA, 2008, p. 90).

Ao se referir à importância da revista *Geografia*, afirmou:

> Geografia trará uma contribuição considerável a todos aqueles que se interessam pelo Brasil e para a solução de seus problemas. Para realizar esse trabalho, não contamos senão com o apoio do público. Não gozamos de favores ou subvenção de qualquer natureza, e tudo que fazemos é fruto exclusivo do esforço e boa vontade de um grupo de estudiosos interessados unicamente no progresso da cultura brasileira. Não nos movem tampouco intuitos comerciais. Nosso fim é puramente cultural (...) (idem, ibidem, p. 91).

Estes princípios dão a conformação de uma entidade comprometida com a pesquisa e a teoria, com forte entonação na ênfase da autonomia científica. Se a entidade procurou preservar tal autonomia, de certa forma, esta foi ferida durante a militarização da sociedade e do Estado, no período dos anos do governo pós-1935 de Getúlio. Em alguns momentos, nos períodos intercalares de democratização, foi mais flexível.

Em 1936, foi criado o Conselho Nacional de Geografia, e, paralelamente, para responder ao projeto de modernização, em 1937, foi criado o Instituto Brasileiro de Pesquisa Geográfica (IBGE), com a responsabilidade de coletar informações estatísticas para medir as potencialidades do espaço brasileiro. No final da década de 1950, os geógrafos passaram a utilizar a estatística para análise. A existência deste instituto foi peculiar para o processo de concepção distinta do geógrafo, assim como a forte divisão dicotômica entre a geografia física e a humana. É preciso ressaltar que a formação técnica dos engenheiros favorecia mais a valorização dos elementos físicos do que os humanos. Com a influência do método de análise positivista quantitativa, o IBGE valorizou o estudo dos domínios físicos e do meio natural em detrimento da análise humana.

A partir da década de 1960, o projeto econômico pautado na ideologia desenvolvimentista definiu a educação como condição necessária para o desenvolvimento econômico, apontando a vinculação da educação com o setor produtivo como possibilidade de superação da pobreza. O Estado militar se encaixou aos interesses do Banco Mundial, que se voltava para o financiamento do projeto de educação profissional em todos os níveis de ensino (na época, os denominados primeiro, segundo e terceiro graus), além da expansão dos cursos de pós-graduação.

O ciclo de expansão da reprodução do capital sinalizou o aproveitamento do saber geográfico como instrumento do capital veiculado pelo Estado. O público e o privado se mesclaram sob a orquestra do discurso do Estado planejador. Nesse sentido, a proposta da geografia pragmática quantitativa se encaixava no modelo desenvolvimentista do Estado, e vários geógrafos iriam participar efetivamente da formação de quadros técnicos qualificados de multidisciplinares para a elaboração de planejamentos urbanos para as cidades brasileiras.

A função de intelectual orgânico enquadrava o geógrafo e demais profissionais das ciências sociais na posição acrítica ao Estado. Segundo Gramsci (1982), cada grupo social cria, para si, uma ou mais camadas de intelectuais organizadores de distintas esferas do Estado, que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, nos campos político, econômico, social. Estes intelectuais são os responsáveis pela nova forma do Estado e da sociedade, identificados por Gramsci como "funcionários da superestrutura".

Dosse (2007) considerou que, nos anos de 1960 e 1970, a geografia deixava transparecer um vazio teórico, era desprovida de objeto e de método, sendo a última disciplina a "despertar para a epistemologia". Para este autor, foi Yves Lacoste que deu um lugar à geografia nas ciências sociais ao entrever "as portas da salvação para a geografia na retomada do estudo metódico dos espaços no quadro das funções que aí exerce o aparelho de Estado" (ibidem, p. 388-9). Para Dosse, Lacoste visava a "primeiramente, devolver alguma vitalidade a uma geografia que parecia moribunda, e inscreve seu projeto no quadro mais global de uma colaboração ativa com outras ciências sociais chamadas a alimentar essa reflexão nova sobre o espaço" (ibidem). As revistas *Hérodote* e *Espaces Temps* possibilitaram a interface da geografia com as ciências sociais na dimensão da interdisciplinaridade. Esta condição permitiu reflexões de ordens epistemológica

e teórica sobre as ideologias e estratégias do espaço.

O atraso da geografia no campo teórico-metodológico foi responsável pelo seu isolamento (Santos, 1980). Era preciso romper com o seu aprisionamento. Tratava-se, na compreensão de Mílton Santos, de encarar o espaço como ele era: como um fato social, um fator social e uma instância social. O objeto da geografia era a própria realidade. Era preciso dar conta das mediações das relações sociais, políticas, econômicas e ambientais da realidade. Era preciso fazer uma geografia comprometida com o espaço e o tempo social, comprometida com a realidade social (Conceição, 2009). É importante destacar que, nesse contexto, o cenário da sociedade brasileira urgia de ações de intervenções imediatas. Economicamente, vivenciávamos o processo de expansão capitalista, marcado por profundas alterações na estrutura produtiva. Em escalas mundial e local, nas décadas de 1970 e 1980, o modelo da industrialização alterou o quadro da produção, o que resultou em mudanças significativas na política de desenvolvimento urbano, fazendo emergir o debate sobre a pobreza urbana e a situação dos conflitos, com ênfase na leitura geográfica. Politicamente, vivíamos na ditadura militar, sob fortes pressões e tensões que afloravam continuamente, com prisões, torturas, assassinatos, desaparecimentos etc. A cultura era tratada como um problema de segurança nacional, sob pesada censura. Em abril de 1977, ao escrever o posfácio do seu livro *Ideologia da cultura brasileira* (1933-1974), Carlos Guilherme S. Mota afirmou:

> Ao invés de se fortalecer, a sociedade como um todo se descobre enfraquecida. Ao contrário do que se pensa o centro do poder, torna-se mais despolitizada. Anêmica, sem cultura política e sem debates amplos e esclarecedores, a Sociedade Civil, com sindicatos, universidades e imprensa abafados (...). (MOTA, 1977, p. 293).

Esses fatos farão evocar o sentido e o significado da crise – crise externa e na internalidade da própria existência da geografia. Nesta imbricação, estava também a crise da própria AGB. Foi neste ambiente que se deu o III Encontro Nacional dos Geógrafos, em Fortaleza, em 1978. Com a reforma estatutária, se extinguiram as seções regionais, os sócios titulares, os sócios colaboradores e a constituição do direito da participação efetiva e plena dos estudantes. Os estudantes passaram a ter papel central na história da AGB, integrados na luta pelos direitos humanos, o debate político e democrático da sociedade, além do compromisso com as mudanças sociais, por via da crítica ao

Estado.

No contexto de "viva a crise, viva a geografia", as vozes dos geógrafos se somaram no compromisso da libertação do pensar e fazer *outra geografia*: uma geografia nova. Afinal, se a geografia estava em crise, viva a geografia! Uma geografia, como afirmava Carlos Walter Porto, com a preocupação de superação da crise mediante a reformulação das teorias envelhecidas e a elaboração de uma geografia engajada e comprometida com uma teoria do espaço do e para o homem, e não com o espaço da sua opressão.

O ENG passou a ser o espaço político de decisão das metas e da reflexão teórica para o pensamento geográfico – referencial político, científico e cultural. Os estudantes passaram a ter papel central na história da AGB como centro de convergência, estímulo e difusão para os estudos, pesquisas e debates. A autonomia foi assumida nos anos de 1980, com a crítica radical à dicotomia, à dualidade, à separação da geografia física e humana e do bacharelado da licenciatura. Tais fatos provocaram a saída de muitos professores da AGB por considerarem que, com a igualdade de participação dos estudantes de graduação com os outros sócios, a AGB perderia a qualidade (ANDRADE, 1991).

É preciso atentar ao fato de que a década de 1980 foi o marco revolucionário no pensar e no fazer geografia, revolucionando-se o pensar geográfico por dentro da instituição; por outro viés, foi nesta mesma década que ocorreu a institucionalização da implantação do programa de avaliação das universidades públicas. Esta medida passou a ser estabelecida pelo número de publicações de seus docentes para medir o índice e graus de produtividade, conforme a lógica de mercado.

A partir de 1982, o Decreto nº 86.816 concedeu à CAPES a elaboração e a consolidação da política de pós-graduação, bem como o acompanhamento e a avaliação nacional dos programas. Conforme observaram Silva e Oliveira,

> esse é um momento muito importante, pois, com base nesses novos instrumentos, firma-se a crença, ao longo dos anos 1980, de que só por meio da coordenação das diversas instâncias da pós-graduação, com maior centralização da CAPES, e do acompanhamento e do aperfeiçoamento do sistema de avaliação, que seria possível a expansão acadêmico-científica da pós-graduação no país, com a criação de novos cursos e a consolidação de centros de qualidade (SILVA; OLIVEIRA, 2009, p. 84).

Embora a AGB tenha assumido um debate crítico intenso, na realidade, o peso do Estado, por meio de suas políticas de repasses de recursos, favoreceu o afastamento de muitos professores doutores que se sustentaram, como já afirmamos, no discurso da perda de qualidade da entidade. Entretanto, o reconhecimento da importância da AGB era indubitável:

> É importante ressaltar que, até a criação da ANPEGE, em 1994, foi a AGB que, no campo profissional, representou no cenário nacional a geografia brasileira, se pronunciando, inclusive, no tocante a assuntos relativos à pós-graduação (SILVA; OLIVEIRA, 2009. p. 80).

Nesse sentido, apresentamos a hipótese de que, embora observemos uma tendência de crescimento de discursos contra a AGB, que tentam sinalizar o seu desaparecimento ou perda de sua qualidade, acusando-a de cercear ideologicamente o saber geográfico, afirmamos que são os seus eventos que possibilitam a produção deste saber de forma plural, sem qualquer tipo de cerceamento ideológico.

III° ato: de como os discursos estão sendo tecidos, na atualidade, por dentro dos ENGs – constituindo o quadro de análise

O Encontro Nacional dos Geógrafos, principal fórum de debates da AGB, ocorre de dois em dois anos, e é considerado o principal evento da geografia brasileira, reunindo professores, pesquisadores, alunos e a sociedade em geral. Os encontros constituem palco de interesse para o debate, as práticas e as concepções geográficas. Dos seus diversos eixos de debates, destacamos o eixo temático História do Pensamento Geográfico (HPG), que tem assumido, em grau e qualidade, condição singular sobre o pensar a geografia no Brasil.

Desde 2004, após o Congresso Brasileiro de Geografia, na cidade de Goiânia (GO), foram realizados quatro encontros nacionais:

1. XIV ENG Rio Branco: "A geografia e a Amazônia no contexto latino-americano: diálogos, práticas e percursos" – 16 a 21 de julho de 2006;
2. XV ENG São Paulo: "O espaço não para: por uma AGB em movimento" – 20 a 26 de julho de 2008;
3. XVI ENG Porto Alegre: "Crises, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças" – 25 a 31 de julho de 2010;
4. XVII ENG Belo Horizonte: "Escalas, poderes, ações, geografias" – 22 a

28 de julho de 2012.

É interessante observar que a linha de inscrições de trabalhos do eixo História do Pensamento Geográfico, nesses eventos, teve um contínuo crescente de apresentações. De Rio Branco 2006 a Belo Horizonte 2012, com um intervalo apenas de seis anos, o índice de crescimento de apresentações foi altíssimo, acima de 1.500%. Entre 2006 a novembro de 2012, os Encontros Nacionais da AGB foram de suma importância para a agregação e a consolidação de um saber geográfico, assumindo uma dimensão escalar, nos diferentes níveis (local e nacional), contribuindo para o avanço da geografia na internalização da instância universitária, na sociedade e no país.

O debate por dentro dos ENGs é a representação que se tem estabelecido nas interescalas do pensar crítico, fazendo crescer e aperfeiçoar o conhecimento científico e, consequentemente, o amadurecer da possibilidade da teoria. Para Eagleton (2005, p. 85), "não podemos nunca estar 'depois da teoria', no sentido em que não pode haver vida humana reflexiva sem ela". A dimensão histórica permite o resgate do pensamento geográfico, possibilitando tomar o discurso como objeto de investigação, afastando-o da ótica factual e biográfica dos discursos do campo disciplinar para o das ideologias geográficas. Esta estratégia teórico-metodológica visualiza os diversos pensares que constituem e consolidam o pensamento geográfico. Dessa forma, pode-se observar o uso de diferentes denominações para o significado das categorias geográficas, em particular território e espaço.

O movimento de nossa reflexão se estrutura em duas dimensões: uma, que se define a partir das categorias fundantes dos sujeitos que discursam; e a outra, que se define no campo das ideias a partir dos sujeitos envolventes no contexto histórico em que se prescrevem as ideologias. As duas dimensões devem ser entendidas na totalidade das suas relações e inter-relações, como possibilidades históricas que se revelam no cotidiano das nossas práticas. Esta condição permite refletir a partir do vivido.

A polifonia dos discursos e como falar dos discursos dos outros sem pedir licença

Considerando a análise de um dos artigos apresentados no ENG de Rio Branco 2006 ("Assim se passaram trinta anos da geografia que serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra – uma releitura sobre Yves Lacoste"), elegemo-no como

o discurso que potencializou o debate em torno da geografia, desde este ENG até o último, em Belo Horizonte 2012.

Segundo seu autor,

> o fato de que os geógrafos consideram inúmeros elementos de conhecimento elaborados por múltiplas ciências não deve mais ser tomado, hoje, como a prova das carências ou do estatuto epistemológico ultrapassado da geografia. Essa pode ser considerada um saber científico, mas com a condição formal de que todos esses elementos de conhecimento, mais ou menos disparatados, não sejam mais enumerados, justapostos num discurso do tipo enciclopédico, mas, ao contrário, articulados em função de um fim; uma verdadeira *prática espacial* destinada a se interpor na forma de como os homens atuam e pensam sobre os seus limites, ou seja, em seus próprios territórios (BARTEL, 2006, p. 1).

Bartel ainda afirmou que "de fato, a legitimidade epistemológica de um saber se basearia não mais num quadro acadêmico, mas sobre práticas sociais providas de resultados tangíveis" (ibidem).

Como primeiro questionamento, o que se coloca é: até que grau de aplicabilidade esse pensar responde à realidade geográfica, do ENG de Rio Branco (2006) até o ENG de Belo Horizonte (2012)?

Antes de assumir reflexões sobre o que vem sendo discutido por dentro dos ENGs, é lícito fazermos algumas considerações sobre a análise dos discursos. Para Michel Pêcheux (1995), a ideologia é a matriz dos sentidos. Assim, ele pensou a "teoria dos efeitos do discurso", com a preocupação de situar o caráter histórico dos sentidos. Segundo este autor, as palavras mudam de sentido conforme a posição que os sujeitos se colocam conforme suas formações ideológicas. As pessoas estão filiadas a um saber discursivo e o produzem por meio da ideologia e do inconsciente.

De acordo com Pierre Bourdieu (1996), aquele que tem a palavra tem o seu monopólio real, podendo impor o arbitrário de sua interrogação e interesses. Em certas condições históricas, em certas situações sociais de demonstração de força, se toma a palavra como demonstração de autoridade.

Nesse sentido, correndo todos os riscos de nossa posição enunciativa, sem enunciar a validação de um discurso ideológico, porém fundamentados na filosofia da linguagem de Michael Bakhtin (1995), entendemos que o discurso tem

uma estrutura polifônica, estando simultaneamente na dimensão diacrônico-sincrônica, inscrito em diversos tempos históricos. Logo, todo discurso é denso, não há neutralidade. Todo discurso assume a tensão do objeto que deve ser exposto por um sujeito em múltiplos sujeitos que o representam, e cada fala é carregada no plano do poder do real e do simbólico.

Reflexões internalizadas: "há uma pedra no meio do caminho, no meio do caminho há uma pedra" (Carlos Drumond de Andrade)

Nos últimos dez anos, tem havido diversificação de temáticas que se agregam ao eixo analítico de HPG. Se, no ENG de 1996, nem sequer tínhamos um eixo de HPG, nos dois últimos ENGs, um leque de variantes analíticas tem possibilitado fazer avançar a reflexão do pensamento geográfico. Nesses dez anos, multiplicaram-se os subeixos analíticos, o que demonstra um grande crescimento na reflexão teórico- metodológica do pensamento geográfico.

Diante da diversidade do pensar e fazer a geografia, tornou-se difícil construir agrupamentos analíticos, portanto, assumimos os riscos de nos esquecermos e/ou de ousarmos pensar e refletir subjetivamente a escrita dos discursos plurais, assumindo a seguinte sistematização (sem critérios de ordem de quantificação analítica):

Agrupamentos por subeixos:

1. A geografia e os viajantes; expedições científicas; cronistas, naturalistas.
2. Instituições do saber geográfico: investigações sobre as comunidades científicas e a institucionalização da ciência geográfica.
3. A geografia física e suas epistemes.
4. História da disciplina escolar: análise sobre ensino, formação.
5. Geografia, história/formação territorial/espaço e memória.
6. Os saberes geográficos, as representações dos lugares: questões sociais, políticas, culturais e econômicas.
7. Questão ambiental/ natureza.
8. Interlocução da geografia com as demais ciências.
9. Geografia e pensamento social brasileiro.
10. Representações geográficas e construção de identidades nacionais e

regionais.

11. Metodologia e geografia.
12. Historiografia do pensamento geográfico: abordagens teóricas/metodológicas.
13. Questões de método e bases filosóficas.

A sistematização e a análise dos conceitos que sustentam os fundamentos da pesquisa dos artigos apresentados nos quatro ENGs permitem fazer algumas breves reflexões. A geografia emerge em todas as épocas históricas, pois se refere à relação inelutável dos seres humanos com o meio. A variedade da geografia é inerente à variedade de culturas existentes na história humana, logo, há a necessidade de se diferenciar as culturas para se contextualizar as suas geografias. Os discursos geográficos variam de lugar, época e sociedade em que foram gerados (Moraes, 2002).

É mister observar que as categorias analíticas se constituem a partir da articulação interna da sociedade. E, conforme a afirmativa de Karl Marx, extraída da publicação de 2011 do seu livro *Grundrisse*, a sociedade

> (...) de modo algum só começa ali onde o discurso é sobre ela enquanto tal (...) Em todas as formas de sociedade, é uma determinada produção e suas correspondentes relações que estabelecem a posição e influência das demais produções e suas respectivas relações (MARX, 2011, p. 59).

Embora possamos observar que, no decorrer dos anos, a partir do CBG de Goiânia de 2004, as mudanças paradigmáticas que norteiam a concepção do indivíduo e do mundo na sociedade vêm apresentando um leque de pensares que se apoiam na negativa da derrota do marxismo e da meta-história, todavia, grande parte dos textos publicados ainda apresenta como objeto de análise as leituras marxistas, trazendo como proposta o método do materialismo histórico dialético e, sobremaneira, a reflexão da teoria espacial crítica. O que se ressente, em geral, é do aprofundamento teórico- epistemológico que possa favorecer os tecidos teóricos que sinalizam novos conceitos ou mesmo uma nova teoria da geografia.

Embora as noções de certeza e determinações estejam sendo criticadas, na busca de novas propostas teórico-metodológicas, pouco se veem reflexões que

indicam consolidação de uma nova teoria. Há uma preocupação presente nas reflexões que se aproximam da cultura pós-moderna de afirmação do indivíduo como sujeito/objeto de análise.

Em palestra comemorativa dos trinta anos do Programa de Pós-Graduação de Geografia da Universidade Federal de Sergipe, afirmamos que

> as ciências sociais e humanas se retiram enquanto enunciadoras de propostas críticas e engajadas na militância, subvertendo a ordem do social pelo individual, como plano de perspectiva de vida. No lugar da concepção da história como história global, surge o tempo fragmentado, dotado de temporalidade própria. A totalidade histórica dialética, posta como característica essencial do intelecto, da razão analítica da condição do pensamento humano, é rejeitada. Há a destruição da continuidade, da totalização, da universalidade (CONCEIÇÃO, 2013, p. 6).

O século XXI foi anunciado como o século da ruptura do pensamento homogêneo revolucionário, da superação do socialismo e da afirmação do capitalismo como o sistema insuperável. Não obstante, a ideia de ruptura crítica, de superação ou novidade não se define como significante de mudanças, mas pelo caráter destruidor da categoria do novo como referente de progresso, evolução e história, no entendimento da velocidade do tempo, de sua fluidez, da sua volatização (CONCEIÇÃO, 2013).

Na afirmativa de José de Souza Martins (1997),

> o tempo do capital não é concretamente apenas o tempo unilinear do progresso, da modernização, da conduta racional com relação a fins e do desenvolvimento. O tempo da reprodução do capital é o tempo da contradição de interesses opostos, como os das classes sociais, mas temporalidades desencontradas e, portanto, realidades sociais que se desenvolvem em ritmos diferentes, ainda que a partir das mesmas condições básicas (MARTINS, 1997, p. 93-94).

O pressuposto da teoria é a categoria. Entendemos o conceito como uma descrição teórica. Desse modo, espaço, paisagem, lugar, território e região são expressos, neste artigo, como um ou como outro. Todavia, é preciso destacar que as categorias e conceitos só possuem validade quando se estabelecem, na unidade relacional, teoria e método, assumida pelo sujeito do discurso – ou seja, aquele que fala –, o que permite verificar que, muitas vezes, o discurso, posto

como uma verdade axiológica, não condiz como unidade teoria e método. Entretanto, muitas vezes, a definição posta é diversa do conceito. O modo e a interpretação de cada pesquisador são diversos, por diferentes perspectivas, seja de forma individualizada, na dimensão de grupo e de coletividade, assumindo relevância a partir da realidade vivenciada.

Na análise marxiana, o pesquisador não deve se restringir a descrever a realidade, mas refletir analiticamente sobre como a sociedade se produz e se reproduz, ao longo da história. É quase senso comum, entre os diversos pesquisadores, que a relação entre a sociedade e a natureza, homem-meio, meio e natureza, é a extensão/projeção do homem e da sociedade, na medida em que são criação e suas representações. Nesse sentido, a definição de representação está implícita nas diversas teorias e métodos que sustentam as análises apresentadas, desde o idealismo, a fenomenologia e o materialismo histórico, excetuando-se a leitura positivista, na qual não há a abstração das relações na dimensão gnosiológica.

As categorias e conceitos têm sua intensidade no contexto do tempo histórico em que se apresentam, entretanto, é interessante observar que os seus usos, algumas vezes, se banalizam pela ausência de sustentação teórica e metodológica, assim é que território, por exemplo, presente como categoria dominante em todos os ENGs, é apresentado, na maioria das vezes, com conteúdos de base culturalista, de identidade (indivíduo) e relações de poder, no contexto da polifonia dos discursos de Michael Foucault e Claude Raffestin, e sustentado, em geral, nos textos de Rogério Haesbaert e Marcos Aurélio Saquet, aparecendo sob a intensidade de questionamento das redes de poder, do movimento da desterritorialização, de multiterritorialidades. Por outro lado, grande parte das leituras está apoiada em Friedrich Ratzel, e é contemplada no entendimento da concepção de nação e nacionalidades, na qual o conceito de território é apresentado como representação coletiva, cidadania ou garantia de soberania.

As categorias territorialidade e lugar estão presentes em todos os ENGs, com mais intensidade no ENG de Belo Horizonte (2012), considerando a dimensão relativa do total de trabalhos publicados. Embora a categoria território seja dominante na análise geográfica dos últimos encontros, a categoria região ainda vem sendo discutida em todos os ENGs, assumindo, de certa forma, a mesma intensidade dos conceitos de território, paisagem e lugar.

As categorias espaço e paisagem têm grande presença em todos os ENGs, assumindo diversidades de concepções. A categoria espaço ainda permanece, na maioria dos trabalhos publicados, com aproximação aos fundamentos da análise marxista, no entendimento do movimento do capital das relações de produção. Na maioria das vezes, o conceito de espaço é assumido como sinônimo de lugar ou território, e, muitas vezes, sem sustentação crítica epistemológica, sendo que a categoria espaço é indicada – ou mesmo associada – a ciberespaço, como medida escalar. Por vezes, perde sua explicativa de validação gnosiológica e assume a explicativa clássica positivista de sinônimo de área, extensão.

Num escrito sobre a caminhada do pensamento geográfico em busca de uma epistemologia crítica, Ruy Moreira (2006) afirmou que

> cada uma dessas definições padece do mesmo problema do nexo estruturante: a paisagem, a relação homem-meio e o espaço são, na verdade, planos da descrição e não de categorias analíticas. E visam a legitimar uma forma de leitura da história do pensamento geográfico. Um problema de natureza epistemológica, que tem origem no problema relacional do homem (MOREIRA, 2006, p. 121-2).

Para este autor, o pecado e o saber do geógrafo permanecem centrados nas descrições, e não em conceitos, não tendo conhecido a ruptura epistemológica da fase da representação clássica para a moderna: "Falta-lhes a clareza do elo conceitual (...) São categorias que se movem, todavia parecem não compor um sistema conceitual" (ibidem, p. 123). Concordamos com Ruy Moreira quando afirma que falta um rigor conceitual, porém, o que nos parece é que estamos sendo atropelados pelos fios tênues da violência da desumanização da ciência. A luta pela política emancipatória tem sido assoberbada por estes atropelos do inferno dantesco tecido pelo capital, mas há contínuas buscas que provam o contrário.

Emerge, em mão contrária, a necessidade dialética de insistir-se na busca de uma geografia na contramão do sistema, uma geografia prometedora de auto-organização, de proposição, de rebelar-se, assim é que o retorno – em atraso – dos anarquistas teve presença no ENG de Porto Alegre. Todavia, observa-se que os anarquistas Elisée Reclus e Piotr Kropotkin são apresentados muito mais como partes de um movimento de irreverência à ideia de congelamento de uma hegemonia do pensar a geografia do que pelo debate dos conceitos aferidos na

corrente anarquista. Em grande parte, porque há ausência da análise teórica crítica. Os textos são mais interpretativos, aprisionados ao contexto do intertexto. Talvez se possa acatar a afirmativa de Terry Eagleton (2005, p. 85) de que "o que cresceu, nos últimos tempos, especialmente nos Estados Unidos, foi certo tipo de antiteoria".

Há, ainda, a permanência da leitura marxista como busca do entendimento de práxis, posta não só como necessidade de atuação de transformação social, seja nos questionamentos das instituições científicas e sociais, mesmo em contraposição aos discursos institucionais, vistos como relação de poder. A concepção de criticidade assume diferente viés.

Há incidência de preocupações epistemológicas na busca da ontologia do espaço como direcionamento para pensar a geografia, assim como também no debate sobre teoria e método segundo a obra de Mílton Santos. É contundente o estudo conceitual, partindo da obra de Santos, com leituras reflexivas das categorias meio técnico-científico-informacional, estrutura, forma e função. A presença, nos textos apresentados, do debate socioterritorial é garantia, para muitos, da sua validade gnosiológica.

Natureza, na maioria dos discursos, está correlacionada à concepção de meio ambiente. Na realidade, a questão ambiental assume a condição de território usado – espaço usado – em dois discursos contrapostos: o da afirmativa e o da negativa. Na direção do contradiscurso, a reflexão na geografia permanece sustentada na leitura de Ruy Moreira.

A geopolítica está quase ausente nos debates. É interessante observar a sintonia da presença de pesquisas sobre a América Latina, no ENG de Porto Alegre, o que nos faz remeter à leitura de Moraes (ob.cit) sobre se há um lugar do discurso. O que poderia argumentar a condição de localização de estado fronteira?

Estão propriamente ausentes leituras do lugar no contexto da interpretação crítica da teoria do desenvolvimento desigual e combinado. As reflexões sobre região não apresentam contraposições à condição de uma identidade regional, deixando-se explícito que se compreende o conceito de lugar a partir das práticas sociais na comunidade de indivíduos, assim como nos questionamentos étnicos, de religião, de gênero, sexualidade etc. Nos dois últimos ENGs, este debate se tornou mais restrito. De forma geral, cultura,

identidade cultural e lugar se inscreveram no discurso da diversidade, da pluralidade de práticas e de corporeidade. No geral, não houve questionamentos críticos, indicações de possibilidades nem determinações de transformações.

É importante verificar a inserção do discurso crítico da geografia física sob a base teórica filosófica, a partir, principalmente, da filogênese kantiana. A hermenêutica está direcionada como proposta do pensar a geografia na tentativa de procurar superar os congelamentos e filamentos teóricos.

O último ato: reflexões finais

Retornamos à chamada à responsabilidade da AGB, posta no ENG de Rio Branco, no artigo de Galvão Filho e Calvente (2006), que teve por preocupação responsabilizar a entidade a "proporcionar condições para que ocorram os encontros e os debates entre os geógrafos das diversas instituições do país. (...). Essa prática deve continuar e ser ampliada".

A expansão das universidades e das pós-graduações possibilitou uma polissemia de discursos que vem de diversos direcionamentos, com a presença de uma grande quantidade de novas unidades acadêmicas.

No quadro geral de apresentações, constata-se que, em todos os ENGs, a concentração de trabalhos apresentados foi de pesquisadores das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. O que se observa é que não há distanciamentos reflexivos teóricos epistemológicos entre as diferentes unidades acadêmicas em relação à localização do sujeito que fala de onde ele está. Acredito que a postura da AGB, ao não cercear os textos a serem apresentados nos ENGs, se, de um lado, causa polêmica por parte de geógrafos que argumentam a necessidade da garantia da "qualidade" dos trabalhos/pesquisas, por outro, permite a legitimação de um grande leque de discussão e visibilidade sobre o que se discute na geografia em todos os "cantões" do Brasil. Os textos se põem livres de censuras, permitindo a possibilidade de colocar o debate aberto, sem cerceamentos ideológicos.

Na disputa da supremacia metodológica, paradigmática, se articula um discurso da negatividade da metodologia em curso, especificamente do materialismo histórico dialético. O método, em alguns casos, se coloca como hermenêutico, e, nesse sentido, assume-se o significado da exposição de narrativas, do lugar do discurso, do sujeito que fala.

Para que a teoria posta no momento histórico como determinante possa ser considerada refutada e não mais reconhecida (ou seja, dada como superada), é preciso ter um discurso que se sustente nos princípios básicos da supremacia sobre o outro. É preciso que o discurso pretenso esteja estruturado no princípio da liberdade, da alteridade, da perspectiva emancipatória, da funcionalidade fortalecida no plano do ideológico e do político, que está posto nas determinações históricas.

Para Eagleton (2005, p. 43), "até as teorias mais rarefeitas têm uma raiz na realidade histórica". Destarte,

> a teoria cultural estava lá para relembrar à esquerda tradicional o que ela havia menosprezado: arte, prazer, gênero, poder, sexualidade, linguagem, loucura, desejo, espiritualidade, a família, o corpo, o ecossistema, o inconsciente, etnicidade, estilo de vida, hegemonia (ibidem, p. 52).

A partir do século XXI, questionamentos sobre questões de método para se pensar a geografia são apresentados. As categorias são postas como definidoras das práticas e dos saberes, como anunciadoras de novas abordagens: lugar, território e territorialidade são colocados como substitutos da categoria espaço, assumidos, desde os anos de 1970, pelos geógrafos críticos, os identificados como marxistas ou mesmo, de forma geral, os que partiam da abordagem metodológica do materialismo dialético.

> Na verdade, a cultura ganhou em importância na tradição que viria a ser conhecida como marxismo ocidental. Georg Lukács, Walter Benjamin, Antônio Gramsci, Wilhelm Reich, Max Horkheimer, Herbert Marcuse, Theodor Adorno, Ernst Bloch, Lucien Goldman, Jean Paul Sartre, Fredric Jameson (...). Foi dessa herança que os estudos culturais modernos receberam a deixa, embora muitos desses não passem de uma pálida sombra de seus antecessores (EAGLETON, 2005, p. 52).
>
> A mudança do marxismo ocidental para a cultura nasceu, parcialmente, da impotência e do desencanto político. Presos entre capitalismo e stalinismo, grupos como a Escola de Frankfurt puderam compensar sua condição de apátridas políticos voltando-se para questões culturais e filosóficas (ibidem, p. 52-53).

Identifica-se a entrada de diversos teóricos da pós-modernidade e do

neoestruturalismo para dar conta dos discursos de desconstrução da concepção crítica do materialismo histórico, entre estes Jürgen Habermas (teoria da ação comunicativa), Michael Foucault, Deleuze, Derrida.

Há uma riqueza de polifonia, trazida no discurso do lugar de quem fala e sobre o que se fala, entretanto, o que se observa é que, embora possamos identificar conteúdos de discursos na crítica ao universalismo e à ideia do homogêneo, ao assumir os discursos do outro, não há descentralização dos sujeitos dos discursos, dos que falam. Sustentam-se na preocupação de Gilles Deleuze em produzir espaços de criação e de produção de novos acontecimentos, sem se tornar representantes de um discurso do outro, sem se filiar. Porém, ao negar o discurso do homogêneo e da crítica marxista, acabam assumindo o discurso do outro, do que se representam.

É interessante observar a riqueza da diversidade do debate epistemológico, embora as categorias se apresentem fechadas e sem um novo criativo. Os discursos estão pautados, desde o ENG de Rio Branco, em uma busca de novos enunciados como tentativa de contraposição à denominada hegemonia de pensar o discurso crítico marxista. É anunciada, a partir de então – ganhando força na medida em que se desenrolam os ENGs, principalmente o último ENG, de 2012, em Belo Horizonte –, a defesa do que se denominam os novos paradigmas da pluralidade e da cultura como epistemes para os novos discursos. Todavia, o que se observa é que se assume a leitura da categoria e se deixa de lado o conceito como base argumentativa. Nesse sentido, podemos até afirmar que há um novo no pensamento geográfico que se estabelece por dentro da AGB. Entretanto, como vimos, ressente-se de uma estrutura teórico-epistemológica que dê sustentáculo a este novo. É importante observar que, por mais avanço que se dê à teoria, as reflexões, em geral, se sustentam nos aportes teóricos da leitura miltoniana.

A crítica à determinação do método que Deleuze (1992) denominou de "imperialismo de pensar" – a defesa do modo livre de pensar – permitiu o movimento, entre os filósofos e não-filósofos, de pensar a geografia. Para este autor, tanto a arte quanto a ciência e a filosofia são modos de modos de pensar, expressões do pensamento.

Vasconcellos (2005), ao refletir sobre a obra de Gilles Deleuze, afirmou que, para o pensamento deleuziano, a ciência e a filosofia constituem modos de pensar. A tarefa de toda filosofia é a de colocar movimento no pensamento,

retirá-lo de sua imobilidade, romper os pressupostos da representação. Segundo Vasconcellos (2005, p. 6), "pensar é garantir ao pensamento sua possibilidade mais radical: criar conceitos. Conceitos que possam, ancorados em um plano de imanência, fazer alianças com o extrafilosófico e produzir uma violenta onda de forças que nos faça pensar". O ato de pensar é uma criação. Conforme Deleuze, para pensar, precisamos apenas de um método que nos faça pensar bem e verdadeiramente. É preciso romper com a imagem dogmática do pensamento. Pensar é um exercício natural, precisando apenas de bom senso.

Se, de um lado, os textos se põem livres de censuras, permitindo a possibilidade de se colocar o debate aberto, sem cerceamentos ideológicos, esta normatização, nos eventos da AGB, permite que haja uniformidade do debate sem graduação de controle do saber.

Há uma preocupação de se demonstrar a superação do método crítico, do conteúdo dos argumentos marxistas como base ao pensamento geográfico, entretanto, é preciso observar que, para que a teoria posta no momento histórico seja determinante, e que possa ser considerada refutada e não mais reconhecida, portanto superada, é preciso ter um discurso que se sustente nos princípios básicos da supremacia sobre o outro. O grupo eletivo se forma e se torna o apoio, constituindo força social fundamental para a sua reprodução. Quanto mais amplo e de caráter mundial o grupo se torna, mais rápido o discurso se impõe como renovador.

O uso da categoria lugar passa a ser dominante, sendo que esta categoria é compreendida a partir de conceitos diferenciados e carregados de fortes conotações ideológicas. Mas a questão problemática é o embaralhamento dos conceitos, em muitos trabalhos analisados. Percebe-se a superposição, quanto ao uso desta categoria, na presença de vários discursos de autores, como se houvesse uma unidade de pensares, e como se as ideias fossem as mesmas. Assim é que a concepção de Yu Fu Tuan vem agregada como similar à de Henri Lefebvre. Não se diferencia a concepção de cultura, pois esta é compreendida como o significado de cotidiano, do vivido. Enquanto, na análise lefebvriana, o vivido é definido pelas relações de trabalho, pelas relações históricas, na leitura de Yu Fu Tuan, este é compreendido no sentido das relações de comportamento, do sensível.

Observa-se que, a partir do ENG de São Paulo, em 2008, os discursos sobre o pensar a geografia passaram a assumir a influência das reflexões

foucaultianas e seus pares. Conforme Deleuze (1988, p. 19), "Foucault se junta a Blanchot, que denuncia toda 'personologia' linguística e situa os lugares do sujeito na espessura de um murmúrio anônimo". Compreendeu Deleuze que, para Foucault, os enunciados eram raros e não havia necessidade de ser original para produzi-los. Os lugares dos sujeitos, para cada enunciado, eram variáveis. A descrição arqueológica não estabelecia hierarquia de valor, só regularidade de enunciados. Para Deleuze (1988, p. 16), "não é necessário ser alguém para produzir um enunciado, e o enunciado não remete a nenhum cogito, nem a algum sujeito transcendental que o tornasse possível."

Ao verificar e refletir sobre os textos que vêm sendo apresentados nos ENGs, o que se pode concluir é que há vários sujeitos, em lugares diversos, que anunciam suas falas embasados em conteúdos variáveis, sem se perceber o congelamento de conteúdos em lugares e privilégios de determinações de sujeitos que falam. Todavia, verifica-se que, se há dinâmica do movimento global oportunizada pelas vias de comunicações cada vez mais abrangentes, há, de certa parte, o congelamento sobre o quê e de quem se fala. Se não há mais um domínio da colonização de sujeitos falantes, ainda há enrijecimento de autores sobre quem se fala, o que nos leva a questionar sobre a presença de um novo conteúdo que esteja sendo plasmado nos saberes geográficos.

Grande parte dos textos está presa a uma preocupação metodológica, de procedimentos, mas não de método. O que se questiona é se há, de fato, um novo discurso na geografia. Podemos dizer que há presença de formas discursivas narrativas que dão vozes aos sujeitos a-sujeitados, trazendo o pensamento dos sujeitos pesquisados, todavia ressente-se de estrutura teórica-epistemológica que lhe dê sustentação.

O que se pode constatar é uma diversificação de discursos nomeados por diversos sujeitos, que se agrupam conforme eletividade e afetividade do movimento. Talvez, pela ausência de fortalecimento da hegemonia de uma teoria, pela própria crise social de identidade, se ressintam de representação. Não podemos deixar de considerar que, para um discurso ser reconhecido como determinante, é preciso produzir efeitos de poder – fazer o outro silenciar, torná-lo morto.

Todavia, é preciso observar que a estrutura conceitual não se estabelece em tempos breves, mas em tempos históricos longos. Para David Harvey,

> temos vivido, nas duas últimas décadas, uma intensa fase de compressão do tempo-espaço que tem tido um impacto desorientado e disruptivo sobre as práticas político-econômicas, sobre o equilíbrio do poder de classe, bem como sobre a vida social e cultural (HARVEY, 2007, p. 257).

A aceleração generalizada dos tempos de giro do capital acentuou a volatibilidade e a efemeridade de ideias e ideologias, provocando influências nas maneiras pós-modernas de pensar, de sentir e de agir. Porém, o mergulho na efemeridade provocou uma explosão de sentimentos e tendências opostos. Para Harvey (2007, p. 263), "quanto maior a efemeridade, tanto maior a necessidade de descobrir ou produzir algum tipo de verdade eterna que nela possa residir."

Não nos foi possível verificar, nas areias movediças de um pensamento geográfico, se está posta uma nova teoria na e para a geografia brasileira, mas, sim, como temos agregado a riqueza da diversidade de debates tão mortos/vivos. Na caminhada atual das ciências humanas, há muitas rachaduras, porém, não vêm sendo verificados os limites estruturais que possam produzir, no futuro/presente, fissuras eruptivas. Acreditamos que, antes de estarmos procurando formas de negação da possibilidade da imanência da entidade AGB, desconstruindo-a por dentro e por fora, talvez fosse mais sensato refletirmos sobre o que nos fala a tese de doutorado de Charles da França Antunes (2008), quando iniciamos a escrever este referente artigo: a AGB foi responsável pelas transformações na sociedade e na geografia brasileiras.

O capitalismo contemporâneo, segundo Chauí (1999, p. 30), "mudou o modo de inserção dos cientistas e técnicos na sociedade, uma vez que tornaram-se agentes econômicos diretos, e a força e o poder capitalistas encontram-se no monopólio dos conhecimentos e da informação". Nesse sentido, a ideologia pós-moderna realiza a inversão da lógica da produção pela circulação, na qual a avaliação na universidade é feita pelo número de publicações e não pela qualidade e importância da pesquisa (Chauí, 1999). Logo, é preciso preservar o "espaço" aberto do debate, que, exatamente, busca inverter esta situação.

Palavras finais

Acreditamos que a AGB, por constituir-se numa instituição que se materializa e se estrutura no princípio da liberdade e da alteridade, tende a garantir um campo de debate aberto de validação das leituras plurais, mesmo que, aparentemente, ela possa ter um maior peso na determinação histórica de

um grupo dominante. Tal significante permite constatar que a AGB ainda se apresenta como possibilidade inovadora de garantia da qualidade e da produção do saber geográfico, que tem se dado de forma plural e sem qualquer tipo de cerceamento ideológico.

Dedico este artigo ao meu eterno Compa, inesquecível William Alves (agebeano de fibra ardente), ao mesmo tempo em que me utilizo das suas palavras, ao dedicar-me o livro Para a crítica da economia política: "Alexandrina, húmos, humores para quem não esmorece! XVI ENG, inverno de 2010."

Referências bibliográficas

AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros). Anais dos ENGs da Associação dos Geógrafos Brasileiros. 2006; 2008; 2010; 2012.

ANDRADE, Manoel Correia de. "A AGB e o pensamento geográfico no Brasil." In: *Terra Livre*, 9. São Paulo: AGB, 1991.

ANTUNES, Charlles da França. *A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) – origens, ideias e transformações: notas de uma história*. Niterói. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia / Universidade Federal Fluminense. 2008.

ANTUNES, Charlles da França. "O contexto do surgimento da Associação dos Geógrafos Brasileiros (*AGB*) na geografia brasileira". In: *enhpgii.files.wordpress.com/2009/10/charlles-da-franca1.pdf*.

ARANTES, Paulo Eduardo. *Um departamento francês de ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana (uma experiência nos anos 60)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1995.

BARTEL, Bruno Ferraz. "Assim se passaram trinta anos da geografia que serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra – uma releitura sobre Yves Lacoste". In: *Anais do XIV ENG*, Rio Branco: AGB, p. 1-12, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Campinas: Papirus, 1996.

CHAUÍ, Marilena. "Ideologia neoliberal e universidade". In: OLIVEIRA, Francisco de e PAOLI, Maria Célia (organizadores). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, p. 27 a 51, 1999.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. "Na tessitura de uma outra geografia: Mílton Santos, um revolucionário do e no tempo-espaço." In: SILVA, Maria Auxiliadora da; TOLEDO JUNIOR, Rubens (orgs.). *Mílton Santos: o homem e sua obra*. Salvador: EDUFBA, 2009.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Palestra proferida no evento dos trinta anos do NPGEO.

Texto impresso. Aracaju, p. 1-17, 2013.

COUTINHO, Carlos Nélson. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Tradução Cláudia Sant´Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DELEUZE, Gilles. *Crítica e clínica*. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DOSSE, François. *História do estruturalismo: o canto do cisne, de 1967 a nossos dias.* Tradução de Álvaro Cabral. Bauru/SP: EDUSC, 2º vol., 2007.

GALVÃO FILHO, Carlos Eduardo Pontes & CALVENTE, Maria del Carmen Matilde Huertas. "O território brasileiro e o turismo – uma análise da difusão do conhecimento geográfico aplicado ao tema." In: *Anais do XIV ENG*. Rio Branco: AGB, p. 1-12, 2006.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

EAGLETON, Terry. *Depois da teoria: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo*. Tradução de Maria Lúcia Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultura*l. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 16ª ed., 2007.

HEIDEMANN, Heins Dieter. "Apresentação". In: IUMATTI, Paulo; SEABRA, Manoel; HEIDEMANN, Heinz Dieter (organizadores). *Caio Prado Júnior e a Associação dos Geógrafos Brasileiros.* São Paulo: EDUSP; FAPESP, p. 9-12, 2008.

LOSURDO, Domenico. *A hipocondria da antipolítica: história e atualidade na análise de Hegel*. Tradução de Jaime Clasen. Rio de Janeiro, Editora Resa, 1ª ed., 2014.

MAMIGONIAN, Armem. "A AGB e a produção geográfica brasileira: avanços e recuos." In: *Terra Livre* (8). São Paulo: AGB, 1991.

MARTINS, José de Souza Martins. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano.* São Paulo: HUCITEC, 1997.

MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. Tradução de Mário Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

MOREIRA, Ruy. *Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ed. Ática, 1977.

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Tradução de Celso Nogueira. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de

Eni Orlandi et. all. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PEREIRA, José Veríssimo da Costa. "A geografia no Brasil". In: AZEVEDO, Fernando (org.). *As ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 349-461, 1994.

PETRONE, Pasquale. "Depoimentos – Pasquale Petrone e a geografia na USP." In: *Revista Estudos Avançados*. Vol. 8, nº 22, São Paulo, 1994.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. A *geografia está em crise. Viva a geografia.* https://docs.google.com/file/d/0B47Asx8CJpmrLXJYV1ZyWVNFNW8/preview?pli=1

SANTOS, Mílton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Hucitec, 1980.

SEABRA, Manoel. "Caio Prado Júnior e os primeiros anos da AGB." In: SEABRA, Manoel; HEIDEMANN, Heinz Dieter (orgs). *Caio Prado Júnior e a Associação dos Geógrafos Brasileiros*. São Paulo: EDUSP; FAPESP, p. 13-126, 2008.

SILVA, José Borzacchiello da; OLIVEIRA, Márcio Piñon de. "A trajetória da pós-graduação no Brasil e a ANPEGE: algumas questões." In: *Revista da ANPEGE*. V. 5, pp. 79-92, 2009. Disponível em: http://anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/article/viewFile/32/pdf07.

SOUSA NETO, Manuel Fernandes de. "Por uma história do pensamento geográfico no Brasil." In: *Inforgeo*, 18/19, Lisboa: Edições Colibri, pp. 155-158, 2006. Disponível em http://www.apgeo.pt/files/section44/1227035054_Inforgeo_18_19_p165a168.pdf.

VASCONCELLOS, Jorge. "Filosofia e seus intercessores: Deleuze e a não-filosofia". In: http://www.scielo.br/pdf/es/v26n93/27276.pdf. Campinas, vol. 26, n. 93, p. 1217-1227, Set./Dez. 2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

O eixo temático Cidade-Urbano dos Encontros Nacionais de Geógrafos (ENGs) da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB): um balanço da produção 2008-2012

Renato Emerson dos Santos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Presidente da AGB no biênio 2012-2014
✉ renatoemerson@yahoo.com.br

Nélson Rego
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
Presidente da AGB no biênio 2010-2012
✉ nelson.rego@ufrgs.br

RESUMO

O presente artigo analisa a produção científica enviada para o eixo temático Cidade-Urbano dos Encontros Nacionais de Geógrafos (ENGs) de 2008, 2010 e 2012, no âmbito da seção Espaços de Diálogos e Práticas, na qual são realizadas as comunicações livres de trabalhos. Esta análise se focou, sobretudo, nas agregações temáticas constituintes de subeixos, consideradas indicadores da presença de cada tema. Além da divisão entre o que é geografia urbana *strictu sensu* e outros campos da geografia humana enviados para este eixo (como geografia econômica, industrial, da população etc.), observa-se a emergência de temas ligados a lutas sociais e a novos projetos e arranjos territoriais. Também observa-se a emergência de campos recentes na geografia brasileira, como a geografia cultural, da saúde ou do turismo. No tocante à geografia urbana, destaca-se a predominância da perspectiva da produção social do espaço, com muitos estudos sobre a ação dos agentes (como o capital imobiliário etc.), processos e formas (segregação, gentrificação e centralização, entre outros). Nota-se também a força de estudos vinculados ao planejamento urbano, bem como instrumentos de análise e monitoramento (geotecnologias aplicadas ao urbano).

Palavras-chaves: geografia urbana, estudos urbanos, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Encontro Nacional de Geógrafos.

Terra Livre – ano 30, v. 2, n. 42 – 2014

Para citar este artigo: SANTOS, Renato Emerson dos; REGO, Nélson. O eixo temático Cidade-Urbano dos Encontros Nacionais de Geógrafos (ENGs) da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB): um balanço da produção 2008-2012. Terra Livre, ano 30, v. 2, n. 42, 2014.

The City-Urban thematic axis of National Geographers Meetings of Brazilian Geographers Association: an account of production 2008-2012

***Abstract**: This article analyzes the scientific production submitted to the City-Urban thematic axis of the National Geographers Meetings (Brazil) from 2008, 2010 and 2012, within the scope of the Dialogue and Practices Spaces section, through which free communication of the work is conducted. The analysis focused chiefly on the thematic additions comprised of sub-axes, considered indicators of the presence of each theme. Besides the division between what is strictu sensu urban geography and other fields of human geography submitted to this axis (e.g. economic, industrial and populational geography etc.), we see the emergence of themes linked to social struggles, to new projects and territorial arrangements. Further, we find the emergence of recent fields in Brazilian geography, such as cultural, health or tourism geography. In terms of urban geography, there is a noted prominence in the perspective of the social production of space, with myriad studies on the action of agents (e.g. real estate capital etc.), processes and forms (segregation, gentrification, centralization, among others). We also note a force of studies linked to urban planning, as well as analysis and monitoring instruments (geotechnologies applied to urban fields).*

***Keywords**: urban geography, urban studies, Brazilian Geographers Association, Brazilian National Geographers Meeting.*

El eje temático Ciudad-Urbano de los Encuentros Nacionales de Geógrafos de la Asociación de Geógrafos de Brasil (AGB): un balance de la producción 2008-2012

***Resumen**: El presente artículo analiza la producción científica enviada al eje temático Ciudad-Urbano de los Encuentros Nacionales de Geógrafos (Brasil) de 2008, 2010 y 2012, en el ámbito de la sección Espacios de Diálogos y Prácticas, en la cual se realizan las comunicaciones libres de trabajos. El análisis enfocó, sobre todo, en las agregaciones temáticas constituyentes de subejes, consideradas indicadores de la presencia de cada tema. Además de la división entre lo que es geografía urbana strictu sensu y otros campos de la geografía humana enviados para este eje (p. ej., geografía económica, industrial, de la población etc.), se observa la emergencia de temas relacionados a las luchas sociales, a los nuevos proyectos y arreglos territoriales. También se observa la emergencia de campos recientes en la geografía brasileña, como la geografía cultural, de la salud o del turismo. En lo que se refiere a la geografía urbana, se destaca la predominancia de la perspectiva de la producción social del espacio, con muchos estudios sobre la acción de los agentes (como capital inmobiliario etc.), procesos y formas (segregación, gentrificación, centralización, entre otros). Se nota también la fuerza de estudios vinculados a la planificación urbana, así como instrumentos de análisis y monitoreo (geotecnologías aplicadas a lo urbano).*

***Palabras clave**: geografía urbana, estudios urbanos, Asociación de Geógrafos de Brazil, Encuentro Nacional de Geografos de Brazil.*

Introdução

O eixo Cidade-Urbano é, entre os cinco que compõem as estruturas de agregação temática para o recebimento de trabalhos nos últimos eventos nacionais da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), aquele que sempre recebe o maior número de propostas para apresentação. Desde que a AGB estabeleceu cinco eixos para ordenar os resumos de trabalhos recebidos para os eventos (Cidade-Urbano, Campo-Rural, Educação, Pensamento Geográfico e Natureza-Meio Ambiente), o referido tema recebeu 861 resumos, no ENG 2008 (São Paulo), 1103 resumos, no ENG 2010 (Porto Alegre), e 1093 resumos, no ENG 2012 (Belo Horizonte). Estes números fazem com que este eixo temático tenha, praticamente, o dobro (quando não mais) dos trabalhos dos eixos Natureza-Meio Ambiente, Campo-Rural e Educação, e o quíntuplo das propostas enviadas para o eixo Pensamento Geográfico.

O eixo temático Cidade-Urbano se apresenta, portanto, como o maior recebedor de propostas de trabalho, atraindo uma diversidade de assuntos, de campos temáticos e mesmo de outros campos disciplinares que compõem a geografia. Com efeito, veremos que, conforme a divisão em cinco eixos, além das propostas de trabalho cujos temas acabam se constituindo em interfaces (como geotecnologias e impactos ambientais, entre outros que aparecem no Cidade-Urbano e também em Natureza-Meio Ambiente, Campo-Rural etc.), o eixo Cidade-Urbano atrai trabalhos de diversos outros campos disciplinares tradicionais da geografia, como população, indústria, geografia política e geopolítica, entre outros. Atrai também trabalhos sobre temas e campos emergentes, como geografia cultural, turismo, saúde etc. Praticamente, o eixo Cidade-Urbano reúne tudo aquilo que é geografia humana, mas que não é agrária.

Considerando tal diversidade temática dos trabalhos do eixo Cidade-Urbano, poderíamos supor que esta possibilitaria, então, uma análise que extrapolasse o campo da geografia urbana brasileira, abarcando também outros campos temáticos e disciplinares. Não há, nos limites deste artigo, a pretensão de esgotar tal possibilidade, pois é necessário ressalvar que, ao se anunciar como eixo direcionado à geografia urbana, o recebimento de trabalhos de outros campos temáticos se dá muito mais pela dificuldade de os autores encontrarem um eixo específico que imediatamente contemple os seus trabalhos. Ou seja,

enquanto há nitidamente uma chamada para trabalhos de geografia urbana, o mesmo não se aplica a outros campos temáticos e disciplinares, cujos autores definem o destino do envio por exclusão, por considerarem os outros quatro eixos mais distantes de seus temas.

Desta forma, um primeiro recorte a ser realizado, na análise deste eixo, é o que separa trabalhos diretamente vinculados à geografia urbana (tal qual ela está presente, com mais frequência, nos currículos acadêmicos e nos eventos setoriais do campo) daqueles de outros campos (como população, indústria, transportes, geografia regional etc.). Tal recorte, que, numa primeira idealização, se apresenta como relativamente seguro como hipótese e encaminhamento metodológico, também requer ressalvas: há temas e debates que, mesmo não se delimitando ao urbano (com abordagens regionais ou temas ligados a impactos de projetos de desenvolvimento ou mesmo de resistência a estes), dialogam diretamente com ele, mas não são necessariamente geografia urbana. Estabelece-se, neste sentido, um sombreamento entre o que é e o que não é geografia urbana. A própria mistura entre urbano e cidade, na chamada deste eixo, aumenta tais probabilidades, pois se o urbano é um recorte analítico que remete a formas específicas de relações sociais que projetam nexos e espacialidades (e são também constituídas a partir delas), cidade remete mais a um objeto que é também sede de outros objetos de análise.[1] Muitos temas relacionados a campos disciplinares outros (indústria, população/migrações e transporte, por exemplo) dialogam fortemente com Cidade-Urbano, mas, talvez, poderiam também ser propostas de trabalhos enviadas para outros eixos, caso eles fossem eleitos como tais, na convocatória dos eventos da AGB.

Diante de tais regulações, que dizem respeito às influências da forma como a AGB se organiza para receber as propostas de trabalho enviadas pelos membros da comunidade epistêmica da geografia brasileira para seus encontros, que tendências se nos apresentam na produção científica do eixo Cidade-Urbano, nos eventos desta entidade? Quais seus temas recorrentes? Podemos chamá-los de consolidados? Quais seus temas emergentes, e o que os vem impulsionando? Novas abordagens teóricas sobre fenômenos antigos, ou fenômenos e processos novos, recentes, na realidade brasileira? Quais os tipos de abordagens predominantes? Esperamos, mais do que responder a todas estas questões, fomentar o debate sobre elas e outras tantas que um balanço de produção possa

[1] Ver, sobre as tensões conceituais na diferenciação entre cidade e urbano, por exemplo, Lencioni (2008) e Rolnik (1998).

suscitar.

Alguns apontamentos metodológicos

A tarefa de realização de um balanço de produção envolve considerações sobre possibilidades de recortes como princípios classificatórios. Tomando os ENGs de 2008, 2010 e 2012 como referências para a nossa análise, estamos falando de um total de 3057 resumos enviados como propostas de trabalho para o eixo temático Cidade-Urbano.

O número de trabalhos publicados (em suas versões de texto completo), nos anais dos três eventos assinalados, é menor do que o número de resumos, pois é decisão da AGB publicar apenas os trabalhos efetivamente apresentados nos eventos. Considerando-se que nem todos os trabalhos apresentados são enviados na sua versão escrita completa, este número acaba sendo inferior também ao total de trabalhos apresentados. Diante disto, neste artigo, tomamos como universo de referência o conjunto de resumos, por se tratar de um conjunto maior, que se revela mais abrangente como matéria-prima para um panorama daquilo que se apresenta, para a AGB, como o conjunto da produção do campo.

Os resumos são a base a partir da qual são organizadas as apresentações nos eventos. A entidade os recebe e, por meio de uma comissão de seções locais, agrupa os resumos de cada eixo em subeixos. Cada subeixo compõe uma sala de apresentações de EDP (Espaço de Diálogos e Práticas). A dinâmica dos EDPs preconiza a permanência dos apresentadores na mesma sala, durante o tempo que durarem todas as apresentações do respectivo subeixo, e isto é justificado pela aglutinação dos trabalhos por afinidade temática. Assim, os apresentadores encontrarão, em sua sala, pesquisadores sobre temas afins, razão pela qual a entidade organizadora passou a valorizar mais os diálogos entre eles do que suas apresentações individuais (portanto, não há marcação prévia de horário para estas). Busca-se, para viabilizar tais diálogos, operar com uma quantidade que vai de 16 a 25 trabalhos por sala (há poucas exceções, para mais ou para menos).

A listagem de subeixos constituída pela AGB para organizar as apresentações em cada evento é, então, um bom indicador de temáticas e campos de discussão emergentes a partir desta produção enviada pelos proponentes de trabalhos. A definição de um número mínimo de trabalhos sobre um

determinado tema, para se criar um subeixo, é um balizador da presença de um tema ou campo de discussão, em cada encontro. Como a listagem de subeixos de um encontro é a base para a classificação dos resumos do encontro seguinte (e, de acordo com os resumos que forem enviados, novos subeixos serão criados, enquanto outros podem não ser repetidos), podem-se ler tais listagens quase como uma série histórica da presença ou ausência, emergência ou retração de temas e campos de discussão, em cada evento.

Tomaremos aqui, então, como principal núcleo de encaminhamento metodológico para uma leitura da produção científica do eixo temático Cidade-Urbano dos ENGs 2008, 2010 e 2012 da AGB, uma análise dos subeixos, que, acreditamos, podem ser compreendidos como bons indicadores dos campos e subcampos temáticos relevantes em cada evento. Como recurso adicional, realizamos também a leitura de grande parte dos resumos destes eventos e de um número menor de textos de trabalhos completos publicados em seus anais.

A listagem, em ordem alfabética, dos subeixos do Cidade-Urbano, em cada um dos três eventos analisados, é a seguinte:

ENG 2008:

Arranjos Produtivos Locais; Centralidades; Cidades Médias; Cidades Pequenas e Médias; Dinâmica Industrial; Dinâmica Urbana; Espaço e Lugar; Espaços Públicos e Privados na Cidade; Geografia Cultural; Geografia da Indústria; Geografia da Saúde; Geografia do Comércio; Geografia do Turismo no Interior; Geografia do Turismo Urbano e Litorâneo; Geografia Política; Geografia Urbana; Geografia Urbana e da Saúde; Mercado Imobiliário e Dinâmica Urbana; Metrópoles; Mídia; Migrações e Dinâmica Populacional; Movimentos Sociais e Novas Territorialidades; Movimentos Sociais Urbanos; Paisagens Urbanas; Patrimônio Histórico; Planejamento Urbano; Políticas Públicas; Problemas Ambientais Urbanos (A); Problemas Ambientais Urbanos (B); Rede Urbana; Relação Cidade-Campo; Relações de Trabalho; Segregação Urbana; Segregação Urbana, Favelas e Loteamentos Populares; Territorialidades Urbanas; Transportes Urbanos; Transportes, Logística e Desenvolvimento Regional; Violência e Espaço Urbano.

ENG 2010:

Agentes Modeladores na Produção do Espaço Urbano; Ativismos e Movimentos Sociais na/da Cidade; Centralidades na Dinâmica do Espaço Urbano; Centralidades Urbanas de Atividades Terciárias: shopping centers e instituições de ensino superior; Cidades Médias:

novas centralidades regionais; Cidades Pequenas e Médias: papel na rede urbana; Configuração da Rede Urbana; Contradições do Espaço e Formação de Territorialidades; Cultura e Apropriação do Espaço; Democratização das Tecnologias de Informação e Representação Espacial; Dinâmica do Mercado Imobiliário (A); Dinâmica do Mercado Imobiliário (B); Empresariamento Urbano, Estratégias de Valorização e Apropriação; Espaço e Lugar; Espaços Públicos e Privados na Cidade; Gentrificação, Revitalização e Renovação de Espaços Públicos; Geografia da Saúde; Geografia e Manifestações Culturais – cinema, literatura e música; Geografia e Religião; Geografia Histórica; Geotecnologias e Planejamento; Gestão Urbana e Políticas Sociais; Grandes Projetos de Investimento: impactos e organização espacial; Impactos Ambientais no Meio Urbano; Industrialização e Espaço Geográfico (A); Industrialização e Espaço Geográfico (B); Impactos da Atividade Industrial no Espaço Geográfico; Integração Competitiva, Planejamento Regional e Valorização Seletiva do Território; Métodos Quantitativos, Geotecnologias e Análise Espacial; Migrações Internacionais; Migrações Internas; O Espaço Urbano e as Múltiplas Territorialidades; Percepção e Paisagem Urbana; Planejamento e Gestão do Urbano; Planejamento Urbano: planos diretores, estatutos da cidade, PAC; Política de Transportes, Logística e Território; Políticas Habitacionais; Produção do Espaço Urbano e Processos de Metropolização; Qualidade de Vida Ambiental no Meio Urbano; Questão Urbano-Territorial e Meio Ambiente; Reestruturação Industrial; Relações Cidade-Campo, Rural-Urbano; Relações de Trabalho; Reorganização do Espaço, Organização Financeira e a Questão Territorial; Segregação e Condomínios Fechados; Segregação e Favelas; Segregação e Periferização; Setor Terciário: formação e desenvolvimento; Sociedade Civil; Terciário, Circuitos Inferiores, Marginalização e Subemprego; Transporte e Estruturação do Espaço Urbano; Urbanização Fora das Metrópoles; Uso do Solo Urbano e Problemas Ambientais; Violência e Espaço Urbano.

ENG 2012:

Agentes Modeladores; Ativismos e Movimentos Sociais; Centralidades; Centralidades Urbanas de Atividades Terciárias; Cidades Médias: novas centralidades regionais; Cidades Pequenas e Médias: papel na rede urbana; Configurações da Rede Urbana; Cultura e Apropriação do Espaço; Democratização das Tecnologias de Informação e Representação Espacial; Dinâmicas do Mercado Imobiliário; Espaço Urbano: reflexões teóricas; Espaços Públicos e Privados na Cidade; Gentrificação, Revitalização e Renovação de Espaços Públicos; Geografia Cultural; Geografia da Saúde; Geografia do Turismo; Geografia Histórica (A); Geografia Histórica (B); Geografia Política, Geopolítica e Dinâmica de Fronteira; Geotecnologias e Planejamento; Grandes Eventos Esportivos e Impactos na Cidade; Grandes Projetos de Investimento: impactos e organização espacial; Impactos Ambientais no Meio Urbano; Impactos das Atividades Industriais; Industrialização; Integração Competitiva, Planejamento Regional e Valorização Seletiva

do Território; Métodos Quantitativos, Geotecnologias e Análise Espacial; Migrações; Movimentos Pendulares e Mercado de Trabalho; O Espaço Urbano e as Múltiplas Territorialidades; Patrimônio Histórico; Percepção e Paisagem Urbana; Percepção e Paisagem Urbana II; Planejamento e Gestão do Urbano I; Planejamento e Gestão do Urbano II; Planejamento Urbano: planos diretores, estatutos da cidade, PAC; Política de Transportes, Logística e Território; Políticas Habitacionais; Produção do Espaço Urbano e Processos de Metropolização; Qualidade de Vida Ambiental no Meio Urbano; Qualidade de Vida Ambiental no Meio Urbano II; Raça, Etnia, Cultura e Espaço; Relações de Trabalho; Reorganização do Espaço, Organização Financeira e a Questão Territorial; Segregação e Condomínios Fechados; Segregação e Favelas; Segregação e Periferização; Setor Terciário: formação e desenvolvimento; Terciário, Circuitos Inferiores, Marginalização e Subemprego; Transporte e Estruturação do Espaço Urbano; Urbanização Fora das Metrópoles; Violência e Espaço Urbano.

Tais listagens apresentam, como denominadores de subeixos, termos reconhecidos como campos temáticos (novos e consolidados), temas de conjuntura, objetos de investigação, enfim, uma pluralidade de nomeadores que emergem como agregadores temáticos de conjuntos de trabalhos. Tal pluralidade advém, em certa medida, daquilo que uma primeira leitura de resumos e/ou artigos já nos revela: uma grande quantidade de estudos de caso entre os trabalhos enviados e apresentados nos eventos.

Sendo as listagens dos subeixos o nosso ponto de partida para a problematização, uma primeira questão que se coloca é sobre a recorrência ou não de temáticas em diferentes eventos (lembrando que a análise, aqui, abrange eventos de 2008, 2010 e 2012, constituindo uma pequena série histórica). A comparação entre os subeixos destes três eventos nos possibilita inferir o quanto cada temática é permanente (aparece em todos os eventos), nova ou descontínua. Entretanto, tais considerações não podem ser tomadas em absoluto, pois, muitas vezes, trabalhos que estão num subeixo, em um evento, podem constituir um subeixo independente, em outro.

A predominância dos estudos de caso é um fator que contribui para tornar dinâmicos os conjuntos de temas abordados a cada evento, pois novas discussões são sempre emergentes em meio a temas, agendas e recortes consolidados no campo. A valorização da empiria, traço marcante na história da própria disciplina, torna a comunidade permeável à emergência teórica e política de novos temas. Assim, atualizam-se as leituras do território brasileiro, o que se

coaduna com as chamadas temáticas dos eventos da AGB também. Os subeixos nos evidenciam a aderência da comunidade geográfica a reflexões e problematizações dos debates políticos e das disputas territoriais atuais, bem como uma valorização da ação e das reivindicações de movimentos sociais. Trataremos novamente disto, mais adiante.

Nosso caminho será constituído por uma divisão em duas partes: primeiro, trataremos aquilo que poderíamos chamar de geografia urbana *strictu sensu*, tal qual ela vem sendo hegemonicamente constituída em seu conjunto de temas; em seguida, traremos os temas "fora da geografia urbana", mas com a ressalva de que boa parte deles (inclusive, quando constituem campos consolidados na geografia brasileira), em grande medida, dialoga com o urbano[2]. Acreditamos que tal divisão/classificação nos permita, na análise da produção científica do campo/eixo urbano[3], construir um panorama dos temas, debater a proeminência de matrizes teóricas e observar a emergência de novos temas (De conjuntura? Novas agendas da geografia? Quais as suas relações com lutas sociais?).

A) A geografia urbana

1.1) Geografias do intraurbano

Reunindo o conjunto de subeixos que classificamos como sendo atinentes ao escopo da chamada geografia urbana, relativos a temas intraurbanos (ou da cidade *strictu sensu*), temos o seguinte quadro:

Subeixos e seu número de trabalhos do eixo Cidade-Urbano dos ENGs 2008, 2010 e 2012 relacionados às geografias do intraurbano

ENG 2008	ENG 2010	ENG 2012
Mercado Imobiliário e	Dinâmica do Mercado Imobiliário (19)	Dinâmicas do Mercado Imobiliário

[2] Inicialmente, pensamos em organizar os subeixos em três grandes blocos: (1) a geografia urbana, tal como ela está presente, com mais frequência, nos currículos acadêmicos, podendo este bloco ser subdividido em dois grandes sub-blocos (geografia do intraurbano, rede/hierarquia urbana e outros temas, como campo-cidade); (2) temas não delimitados à geografia urbana, mas que mantêm forte relação com ela; e (3) outros campos temáticos da geografia. Optamos por estruturar o panorama em dois blocos, agrupando os temas próximos da geografia urbana aos dela, pela fluidez e porosidade de tais fronteiras epistêmicas.

[3] A partir da sua delimitação, mas considerando a complexidade, a arbitrariedade e os diálogos possíveis com outros campos, percebendo, então, os sombreamentos existentes com "tudo que é geografia humana não agrária" que conflui para este eixo.

Dinâmica Urbana (21)		(22)
Dinâmica Urbana (23)	Dinâmica do Mercado Imobiliário II (19)	
Segregação Urbana (25)	Segregação e Condomínios Fechados (21)	Segregação e Condomínios Fechados (20)
Segregação Urbana, Favelas e Loteamentos Populares (23)	Segregação e Favelas (20)	Segregação e Favelas (21)
	Segregação e Periferização (22)	Segregação e Periferização (26)
Geografia Urbana (24)	Agentes Modeladores na Produção do Espaço Urbano (21)	Agentes Modeladores (19)
	Empresariamento Urbano, Estratégias de Valorização e Apropriação (19)	Grandes Eventos Esportivos e Impactos na Cidade (25)
		Espaço Urbano: reflexões teóricas (20)
Centralidades (26)	Centralidades na Dinâmica do Espaço Urbano (21)	Centralidades (20)
	Centralidades Urbanas de Atividades Terciárias: shopping centers e instituições de ensino superior (21)	Centralidades Urbanas de Atividades Terciárias (22)
	Gentrificação, Revitalização e Renovação de Espaços Públicos (17)	Gentrificação, Revitalização e Renovação de Espaços Públicos (21)
Metrópoles (24)	Produção do Espaço Urbano e Processos de Metropolização (23)	Produção do Espaço Urbano e Processos de Metropolização (16)
Planejamento Urbano (24)	Gestão Urbana e Políticas Sociais (21)	Planejamento e Gestão do Urbano I (23)
Políticas Públicas (26)	Planejamento e Gestão do Urbano (19)	Planejamento e Gestão do Urbano II (22)
	Planejamento Urbano: planos diretores, estatutos da cidade, PAC (22)	Planejamento Urbano: planos diretores, estatutos da cidade, PAC (25)
	Políticas Habitacionais (24)	Políticas Habitacionais (23)
Problemas Ambientais Urbanos – A (25)	Impactos Ambientais no Meio Urbano (22)	Impactos Ambientais no Meio Urbano (22)
Problemas Ambientais Urbanos – B (25)	Qualidade de Vida Ambiental no Meio Urbano (23)	Qualidade de Vida Ambiental no Meio Urbano I (21)
	Questão Urbano-Territorial e Meio Ambiente (21)	Qualidade de Vida Ambiental no Meio Urbano II (21)
	Uso do Solo Urbano e Problemas Ambientais (20)	
Patrimônio Histórico (26)		Patrimônio Histórico (25)
Espaços Públicos e Privados na Cidade (25)	Espaços Públicos e Privados na Cidade (24)	Espaços Públicos e Privados na Cidade (21)
Territorialidades Urbanas (26)	Contradições do Espaço e Formação de Territorialidades (22)	O Espaço Urbano e as Múltiplas Territorialidades (22)
	O Espaço Urbano e as Múltiplas Territorialidades (24)	Raça, Etnia, Cultura e Espaço (14)
Violência e Espaço Urbano (23)	Violência e Espaço Urbano (22)	Violência e Espaço Urbano (25)

O quadro acima nos indica a continuidade, nos três eventos, de algumas temáticas que se apresentam como recorrentes. Tentaremos, aqui, fazer uma breve passagem pelos campos e seus subeixos constitutivos, elencando quais

são as temáticas mais presentes e que se constituem em preocupações consolidadas e emergentes na geografia urbana brasileira contemporânea, em cada um deles.

Os três primeiros eixos horizontais do quadro trazem as temáticas da dinâmica imobiliária, segregação e agentes modeladores do espaço urbano (este último não apareceu no ENG 2008). Juntos, nos indicam a forte presença (ou seria uma hegemonia?) da perspectiva da produção social do espaço urbano, a partir da relação entre agentes, processos sociais e formas espaciais. O próprio termo "produção social do espaço urbano" (completo ou em variações) aparece no título de um grande número de trabalhos, o que evidencia tal hegemonia de perspectiva teórica. Por outro lado, há que se registrar que a permanência da força dos estudos de caso faz com que esta geografia urbana influenciada pela economia política marxista se simbiotize às influências da geografia tradicional francesa, e um grande número de trabalhos se constitui em estudos sobre lugares, com uma abordagem voltada para "agentes produtores",1 mas privilegiando aqueles agentes reificados por tal abordagem, que confere relevo ao Estado e a setores do capital (industrial, imobiliário, financeiro etc.), secundarizando outras formas de constituição de protagonismos sociais.

As temáticas mais tratadas, nestes subeixos, são: 1) nos de segregação, aparecem abordagens sobre segregação em cidades pequenas e médias, e, nos ENGs de 2010 e 2012, aparecem muitos trabalhos sobre as estratégias de valorização imobiliária do capital na construção da "auto-segregação" das classes médias e altas (condomínios fechados, sobretudo horizontais) e também sobre a "segregação imposta" (já que muitos trabalhos relacionam segregação a periferização e favelização, foram agregados trabalhos sobre periferias e favelas, objetos que crescem como preocupação da comunidade geográfica); 2) nos de dinâmica imobiliária, verticalização, loteamentos, estratégias de valorização imobiliária (como o uso de atrativos da natureza). A nova conjuntura das cidades brasileiras, impactada pelas políticas de habitação do Ministério das Cidades por meio de um novo ciclo de valorização, financeirização e especulação imobiliária e pela mercantilização e empresariamento urbanos (Vainer, 2001), a partir da promoção de eventos esportivos, começa a aparecer no ENG 2010, constituindo o subeixo Empresariamento Urbano, Estratégias de Valorização e Apropriação. No ENG 2012, com a proximidade da Copa do Mundo de 2014, aumentou o volume de trabalhos sobre este projeto de cidade que toma os eventos como mote para

transformações espaciais por coalizões de capital e pelo Estado, constituindo o subeixo Grandes Eventos Esportivos e Impactos na Cidade. Note-se que mais da metade dos trabalhos deste subeixo foram sobre a Cidade do Rio de Janeiro, caso emblemático deste modelo de projeto, no Brasil.

A dinamização do mercado imobiliário, em determinadas porções das cidades, por meio de atividades econômicas ou outros atrativos locacionais, também aparece num conjunto de subeixos em torno do tema "centralidades". Denominados Centralidades, Centralidades na Dinâmica do Espaço Urbano, Centralidades Urbanas de Atividades Terciárias ou Centralidades Urbanas de Atividades Terciárias: shopping centers e instituições de ensino superior, estes subeixos reúnem trabalhos que abordam áreas centrais, processos de constituição de subcentros e centralidades de atividades terciárias. Os processos recentes de reestruturação do espaço urbano, vinculados à reestruturação produtiva, à descentralização comercial, às novas formas de relação entre vendedores e compradores (de produtos e serviços) com o comércio eletrônico e o telemarketing e à constituição de centros e eixos comerciais, além da influência espacial de instituições de saúde e de ensino superior, se somam a trabalhos que abordam o papel dinamizador do mercado imobiliário exercido por empreendimentos e equipamentos culturais.

Ainda neste campo das transformações no espaço urbano, o subeixo Gentrificação, Revitalização e Renovação de Espaços Públicos, resultante do crescimento do número de trabalhos sobre tais temáticas, nos ENGs 2010 e 2012 (elas já apareciam, em menor número e pulverizadas, em outros subeixos, no ENG 2008), traz predominantemente problematizações críticas sobre requalificações urbanas em áreas que outrora compunham o que Corrêa (1989) denominava "zona periférica do centro". Esta parte da área central, caracterizada, na grande cidade industrial, por um uso menos intensivo do solo do que o *central business district* (Correa, idem), menor verticalização e áreas residenciais de baixo status social, vem se confirmando como importante foco de políticas de renovação urbana por meio da ação do Estado e de setores do capital imobiliário. Neste sentido é que vão aparecer, entre os temas desses trabalhos, renovações de zonas portuárias, empreendimentos residenciais (com suas fortes consequências sociais, como a expulsão, periferização e precarização das condições de vida de população de baixa renda), concentrações espaciais de equipamentos de lazer destinados a públicos com maior capacidade econômica e patrimônio

arquitetônico de centros históricos, entre outros.

As análises sobre geografia intraurbana são complementadas por leituras que tomam como foco a metrópole, em suas múltiplas dimensões: processos de formação, conurbação, espaços periféricos de áreas metropolitanas, expansão e franjas metropolitanas, além das questões relativas ao planejamento (desde a criação, oficialização e delimitação de regiões metropolitanas até questões de infraestrutura). As leituras abarcam um amplo conjunto de metrópoles em todas as regiões do país, e, além de estudos focados em casos empíricos, também aparece uma preocupação com o debate teórico sobre a definição de metrópole e suas múltiplas dimensões.

Tal conjunto de temas nos mostra uma produção de geografia urbana atenta às transformações que vêm sendo desenhadas nos espaços urbanos, tanto em termos de sua estrutura (refuncionalização de novas áreas, novas centralidades, perda de centralidades, periferização etc.) quanto da ação dos agentes envolvidos na dinâmica urbana (capital imobiliário, Estado, setores populares, entre outros).

Em seguida, o quadro nos traz um conjunto crescente de trabalhos sobre planejamento urbano e políticas públicas para a cidade – o que indica forte presença de uma "geografia urbana aplicada" (Costa, 2011), que chegou a somar, no ENG 2010, 86 resumos de trabalhos enviados. Os instrumentos de planejamento urbano (planos diretores, zoneamento urbano, estatutos da cidade, planos estratégicos etc.), de planejamento econômico (orçamento participativo), de planejamento e construção de infraestrutura (como o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)) vêm sendo problematizados, juntamente com leituras espaciais do ordenamento e da gestão do espaço urbano (perspectiva que cresceu, nos últimos ENGs). Também aparecem, em significativa proporção, os debates teóricos sobre planejamento numa perspectiva espacial/geográfica. O debate sobre participação em políticas urbanas vem aparecendo, de maneira crescente, nos três encontros – o que evidencia um alinhamento ao questionamento do alcance social da democracia representativa, de seus instrumentos e da delegação de poderes a representantes eleitos –, tendência acompanhada de uma atenção, nesses trabalhos, à noção de horizontalidade e também da valorização de sujeitos coletivos, nessas políticas de participação. Outro ponto que merece destaque é a preocupação crescente com as políticas habitacionais, principalmente em relação às diversas formas de produção de moradia popular e habitação de interesse

social, em que se somam trabalhos sobre novas iniciativas (como o programa Minha Casa, Minha Vida) e iniciativas existentes há bastante tempo (como a autoconstrução e o mutirão, por exemplo). Tais preocupações sobre políticas de habitação para os grupos socialmente desfavorecidos vêm emergindo junto com temas ligados a políticas sociais, que abrangem tanto políticas de saneamento e educação quanto de transferência de renda e saúde, entre outras.

Observa-se, no quadro, uma forte presença de trabalhos relacionados à questão ambiental no espaço urbano. Foram dois subeixos, no ENG 2008, quatro, em 2010, e três, em 2012. Esta presença deve ser problematizada, pois há, na chamada de trabalhos para o encontro, o eixo específico Natureza-Meio Ambiente, para onde poderia se supor que tais trabalhos fossem enviados. A presença destes trabalhos no eixo Cidade-Urbano demonstra, então, que os autores pretendem dialogar com a geografia urbana, e não com natureza ou meio ambiente. Parece que, em vez de "natureza", o que predomina, nestes casos, é uma perspectiva teórica calcada no conceito de "meio ambiente" urbano – daí, os autores enviarem seus trabalhos para serem apresentados num eixo que integra o que chamamos de geografia humana, em vez daquele voltado para a geografia física. Neste sentido, nos parece que estes autores buscam mais do que uma geografia física aplicada, eles buscam uma abordagem humana da geografia física (dinâmicas ambientais no e do espaço urbano, influenciadas pela sua produção social ou interferindo nela). Vale apontar que tais perspectivas também aparecem em trabalhos enviados para o eixo Natureza-Meio Ambiente,[4] ou seja, com certeza, tais autores teriam diálogos também neste eixo, mas enviaram seus trabalhos para o eixo Cidade-Urbano. São mais recorrentes temas ligados a (1) condições ambientais em meio urbano, como conforto e vulnerabilidade ambiental (em alguns trabalhos, chamadas de socioecológicas ou socioambientais), condições climáticas em áreas urbanas e ocupações em áreas de risco; (2) impactos ambientais em áreas urbanas, como enchentes, grandes eventos de natureza erosiva (deslizamentos, voçorocamentos etc.), poluição (de corpos hídricos, do ar e sonora) e (3) gestão pública de dinâmicas urbano-ambientais, como resíduos e lixo, arborização urbana, saneamento e escoamento, além de problematizações sobre o próprio planejamento ambiental (diagnósticos, planos).

Um conjunto de trabalhos e subeixos nos apresenta uma presença

[4] Ver, nesta mesma edição da revista Terra Livre, o artigo de Dirce Suertegaray e Edvaldo Cesar Moretti.

crescente de abordagens do urbano sob perspectivas influenciadas (algumas diretamente, outras de maneira menos direta) pela chamada geografia cultural. Evidencia-se também a própria pluralização que este campo vem tendo, na geografia brasileira, com abordagens dialogando tanto com a fenomenologia e a nova geografia cultural (tal qual definida por Paul Claval[5], geógrafo francês bastante influente no Brasil, nos últimos anos) quanto outras dialogando com os "estudos culturais" (com nucleação mais forte na Inglaterra e no mundo anglófono[6], como os "estudos subalternos"), aparecendo também estudos sobre espacialidades e geo-grafias da diferença (racial, de gênero, de sexualidades, de origem geográfica[7], entre outras). Estas últimas, ao buscarem a politização de temas negligenciados pelas abordagens do urbano influenciadas pela economia política de inspiração marxista (mencionada acima), podemos inferir, procuram produzir uma geografia que desafia a separação entre a geografia cultural e a geografia crítica, divisão que tem muita força no cenário epistêmico da geografia brasileira. Subeixos como Territorialidades Urbanas, Contradições do Espaço e Territorialidades, O Espaço Urbano e as Múltiplas Territorialidades, Raça, Etnia, Cultura e Espaço, bem como Gentrificação, Revitalização e Renovação de Espaços Públicos e Espaços Públicos e Privados na Cidade, vêm abrigando leituras críticas de espacializações de relações sociais no cotidiano da produção do espaço urbano, se distanciando da pouca criticidade presente em parte dos estudos da geografia cultural, mas também se afastando do economicismo presente em boa parte da geografia crítica. Nestes subeixos, portanto, convivem temas como cidadania e direito à cidade em espaços públicos, apropriações de espaços e constituição de territorialidades por grupos identitários, entre outros. O subeixo Raça, Etnia, Cultura e Espaço, criado no ENG 2012, teve antecedentes em 2008 e 2010, quando trabalhos sobre quilombos e quilombolas foram repassados para o eixo Campo-Rural (em que havia número superior sobre os mesmos temas), mas, em 2012, houve um número suficiente de trabalhos sobre temáticas ligadas às espacialidades das relações raciais no urbano[8], com temas como religiões de matriz afro-brasileira, hip-hop e corporeidade, entre outros.

Merece destaque a crescente produção sobre espaços públicos (praças,

[5] Ver Claval (2001).

[6] Sobre os estudos culturais, ver Mattelart e Neveu (2004).

[7] A questão do preconceito construído a partir da origem geográfica, ou seja, sobre migrantes e imigrantes, é bem desenvolvida em Albuquerque Jr. (2007).

[8] Ver, a respeito, a coletânea organizada por Santos (2011).

espaços de lazer, comércio, feiras) problematizando a espacialização das desigualdades sociais na esfera do consumo, identificando disputas e territorializações de grupos sociais, além da influência de setores do capital. Nota-se um diálogo com a economia política urbana e com a sociologia urbana crítica, sobretudo no tocante à compreensão de espaços públicos e de lazer como bens de consumo coletivos (Lojkine, 1981) e à expressão da tensão entre capital e trabalho nos espaços de reprodução da força de trabalho (e não apenas no lócus da produção), mas esta influência aparece, mais uma vez, mesclada a outras perspectivas que trazem conflitos de ordem cultural, religiosa, de raça e de sexualidades (e do comércio do sexo), entre outros. Alguns destes trabalhos refletem sobre o espaço universitário (sobre como há apropriações e controles espaciais em campus de universidades).

Por fim, temos a constância do eixo Violência e Espaço Urbano, que reflete a presença, no debate público, sobre as questões da criminalidade e da segurança no espaço urbano. Temas como redes ilegais, violências criminal e policial, influência da percepção da violência na constituição de um "medo urbano", territórios de grupos associados a práticas de violência (traficantes, milícias, grupos de jovens etc.), políticas públicas e seus aparatos construídos (de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) a presídios), entre outros, são tratados predominantemente a partir de leituras que ressaltam impactos sociais espacializados, buscando constituir não apenas uma geografia da violência (e seu combate) no espaço urbano, mas leituras da geografia do espaço urbano a partir das dinâmicas da violência, criminalidade e combate a elas.

Temos, então, um conjunto de geo-grafias do espaço intraurbano, um leque de abordagens que, apesar da predominância de leituras baseadas ainda hegemonicamente numa "economia política urbana", cada vez mais, vêm sendo pluralizadas. Abordagens como a cultural (e outra, poderíamos dizer, "cultural crítica") têm ganhado terreno, informando novas leituras do urbano e da cidade, o que traz a valorização analítica da compreensão espacial de relações sociais submergidas em leituras da geografia crítica.

1.2. Outros temas de geografia urbana: rede urbana, hierarquias, cidade e região, relação cidade-campo

Outra leitura tradicional da chamada "geografia urbana" é aquela que compreende as relações que uma cidade estabelece com outros recortes e entes espaciais. Cidade e região, cidade-campo (ou, dependendo da perspectiva,

campo-cidade) e rede urbana (e sistemas de cidades) são temáticas que, tradicionalmente, compõem o campo e integram os currículos de formação acadêmica sobre geografia urbana.

ENG 2008	ENG 2010	ENG 2012
Rede Urbana (22)	Configuração da Rede Urbana (22)	Configurações da Rede Urbana (21)
Cidades Médias (24)	Cidades Médias: novas centralidades regionais (19)	Cidades Médias: novas centralidades regionais (24)
Cidades Pequenas e Médias (24)	Cidades Pequenas e Médias: papel na rede urbana (20)	Cidades Pequenas e Médias: papel na rede urbana (25)
	Urbanização fora das metrópoles (24)	Urbanização Fora das Metrópoles (23)
Relação Cidade-Campo (25)	Relações Cidade-Campo, Rural-Urbano (20)	

Os estudos sobre rede urbana estão presentes, em quantidade significativa, nos três ENGs considerados. Eles abrangem discussões teóricas (sobre rede urbana, centralidades e hierarquias urbanas etc.), mas, principalmente, estudos empíricos sobre redes e relações entre cidades. Sobressaem trabalhos sobre redes urbanas, na região amazônica, junto a outros sobre a região centro-oeste, o que indica uma maior preocupação com processos recentes de constituição de redes urbanas, associados também à expansão da agricultura capitalista modernizada e a projetos de colonização. É neste mesmo caminho que alguns trabalhos abordam redes urbanas articuladas por eixos rodoviários (marcas do projeto de integração nacional baseado no padrão rodoviarista, e fundamentais nas estratégias da "marcha para o Oeste" e da "conquista" (ou "reconquista") da Amazônia, nos últimos cinquenta anos). Outro tema recorrente é a influência do setor terciário (serviços (de educação, de saúde etc.) e comércio) na constituição de hierarquias e redes urbanas.

Trabalhos abordando hierarquias urbanas a partir do terciário, centralidades regionais e polaridades também são bastante presentes nos subeixos dedicados às cidades médias e cidades pequenas. Isto provocou, a partir do ENG 2010, a renomeação do eixo Cidades Médias, agregando ao seu título Novas Centralidades Regionais, o que indica a predominância de tais temáticas no subeixo. Juntamente com os eixos que discutem cidades pequenas, também

aparecem, em bom número, trabalhos de caráter teórico (debatendo a formação e a própria definição do que seja "cidade média" ou "cidade pequena", a morfologia, a funcionalidade) e mesmo metodológico (sobre formas de se estudar cidades médias e pequenas), além de processos de urbanização, a constituição de processos de segregação nestes portes de cidade, o papel de indústrias ou mesmo atividades de mineração e turismo, entre outras. Aparece também a preocupação com a formação de sistemas regionais de cidades pequenas, ligações de caráter econômico e deslocamentos populacionais de diferentes temporalidades (sazonais e pendulares). Tais temas também aparecem nos subeixos Urbanização Fora das Metrópoles, em que núcleos urbanos pequenos e médios são problematizados. Constrói-se, assim, uma agenda de pesquisas sobre espaços urbanos fora das metrópoles, hegemônicas na atual configuração do território brasileiro.

Por fim, o eixo Relação Cidade-Campo, a cujo título, no ENG 2010, foi acrescido Rural-Urbano, trata de um espectro temático também enviado para o eixo Campo-Rural, mas cujos autores preferiram dialogar com o eixo Cidade-Urbano. Traz como principais temáticas a urbanização de regiões predominantemente agrárias (fenômeno associado à expansão da agricultura modernizada, caracterizada por altos volumes de capital e densidade técnica do território) e práticas agrícolas urbanas (e periurbanas). Estes temas se articulam aos de trabalhos que problematizam rural e urbano como base para construção de identidades e a outros que diretamente questionam esta divisão como princípio de compreensão espacial de realidades, ou seja, que interrogam a separação entre rural e urbano em realidades concretas que trazem elementos de ambos.

B) Temas fora da geografia urbana

Conforme já apontado, o eixo Cidade-Urbano dos ENGs é caracterizado pelo recebimento de trabalhos de todos os campos da geografia humana, com exceção da geografia agrária. Acaba, então, abrigando diversos campos desta disciplina, tanto os campos tradicionais quanto os campos emergentes. Campos novos, definidos pelo método (ou pela abordagem), pelo objeto ou pela matriz teórica, têm ganhado força, na geografia brasileira, a partir dos jogos e disputas que se estabelecem na "comunidade epistêmica". Isto, evidentemente, além de decorrer das relações de poder inerentes a esta comunidade, também está vinculado às relações de poder configuradas na

sociedade, constituindo regimes de enunciação (e de invisibilização) capazes de permitir, privilegiar, dificultar ou mesmo impedir a transformação de fatos, processos, fenômenos (ou leituras destes) em problemáticas e questões de pesquisa legitimadas pelos atores em diálogo no campo.

Este bloco, portanto, reúne um conjunto de trabalhos organizados em subeixos cujo agrupamento não advém do fato de eles apresentarem uma articulação entre as suas várias manifestações, mas por constituírem uma diversidade que não se enquadra nos blocos anteriores – a "geografia urbana" *strictu sensu* –, ainda que muitos dialoguem diretamente com ela. Mesmo dentro de cada um de seus variados temas, não se apresentam homogêneos quanto a abordagens teórico-metodológicas. Podem ser agrupados nos seguintes campos, indicados no quadro a seguir:

CAMPO	ENG 2008	ENG 2010	ENG 2012
INDÚSTRIA	Relações de Trabalho (22)	Relações de Trabalho (23)	Relações de Trabalho (17)
	Dinâmica Industrial (25)	Impactos da Atividade Industrial no Espaço Geográfico (15)	Impactos das Atividades Industriais (24)
	Geografia da Indústria (25)	Industrialização e Espaço Geográfico A (18)	Industrialização (21)
	Geografia do Comércio (26)	Setor Terciário: formação e desenvolvimento (20)	Setor Terciário: formação e desenvolvimento (15)
		Terciário, Circuitos Inferiores, Marginalização e Subemprego (22)	Terciário, Circuitos Inferiores, Marginalização e Subemprego (23)
	Arranjos Produtivos Locais (25)	Industrialização e Espaço Geográfico B (17)	
		Reestruturação Industrial (19)	
TRANSPORTES	Transportes Urbanos (20)	Transporte e Estruturação do Espaço Urbano (24)	Transporte e Estruturação do Espaço Urbano (23)
	Transportes, Logística e Desenvolvimento Regional (24)	Política de Transportes, Logística e Território (24)	Política de Transportes, Logística e Território (21)
GEOGRAFIA ECONÔMICA		Reorganização do Espaço, Organização Financeira e a Questão Territorial (21)	Reorganização do Espaço, Organização Financeira e a Questão Territorial (15)
		Grandes Projetos de Investimento: impactos e organização espacial (20)	Grandes Projetos de Investimento: impactos e organização espacial (19)
		Integração Competitiva, Planejamento Regional e Valorização Seletiva do Território (20)	Integração Competitiva, Planejamento Regional e Valorização Seletiva do Território (16)

CAMPO	ENG 2008	ENG 2010	ENG 2012
GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA	Geografia Política (18)		Geografia Política, Geopolítica e Dinâmica de Fronteira (26)
MIGRAÇÕES	Migrações e Dinâmica Populacional (26)	Migrações Internacionais (16)	Migrações (24)
		Migrações Internas (20)	Movimentos Pendulares e Mercado de Trabalho (15)
TURISMO	Geografia do Turismo no Interior (25)		Geografia do Turismo (25)
	Geografia do Turismo Urbano e Litorâneo (25)		
GEOGRAFIA CULTURAL	Geografia Cultural (25)	Cultura e Apropriação do Espaço (17)	Geografia Cultural (22)
	Espaço e Lugar (27)	Geografia e Manifestações Culturais – cinema, literatura e música (19)	Cultura e Apropriação do Espaço (24)
		Espaço e Lugar (23)	
		Geografia e Religião (17)	
GEOGRAFIA DA PAISAGEM	Paisagens Urbanas (25)	Percepção e Paisagem Urbana (24)	Percepção e Paisagem Urbana A (19)
			Percepção e Paisagem Urbana B (18)
GEOGRAFIA HISTÓRICA		Geografia Histórica (25)	Geografia Histórica A (18)
			Geografia Histórica B (15)
GEOGRAFIA DA SAÚDE	Geografia da Saúde (21)	Geografia da Saúde (20)	Geografia da Saúde (23)
	Geografia Urbana e da Saúde (19)		
GEOTECNOLOGIAS	Mídia (21)	Geotecnologias e Planejamento (21)	Geotecnologias e Planejamento (19)
		Democratização das Tecnologias de Informação e Representação Espacial (16)	Democratização das Tecnologias de Informação e Representação Espacial (17)
		Métodos Quantitativos, Geotecnologias e Análise Espacial (23)	Métodos Quantitativos, Geotecnologias e Análise Espacial (22)
MOVIMENTOS SOCIAIS	Movimentos Sociais e Novas Territorialidades (21)	Ativismos e Movimentos Sociais na/da cidade (23)	Ativismos e Movimentos Sociais (23)
	Movimentos Sociais Urbanos (21)	Sociedade Civil (19)	

Os primeiros campos do quadro acima (Indústria e Transportes), presentes em todos os ENGs com significativo número de trabalhos, mostram, na verdade, o peso da geografia econômica (terceiro campo no quadro), no cenário da geografia brasileira – e não são os únicos, poderíamos dizer que a geografia do turismo também integra este quadro. Com efeito, sendo o Brasil um país que deu um dos maiores saltos econômicos no último século, a partir de um projeto denominado "industrialização por substituição de importações" – salto que vem sendo potencializado, neste início de século XXI, pelo projeto de "integração competitiva à globalização" (Araújo, 2000) –, as transformações territoriais destas emergências sobre uma herança colonial agrarista-exportadora marcam profundamente as preocupações da geografia brasileira. Assim, mudanças nas configurações territoriais impulsionadas pelas dinâmicas econômicas compõem temário nuclear de boa parte da geografia brasileira, e isto apareceu na produção da geografia urbana que analisamos acima, assim como aparece na geografia agrária e também neste conjunto de trabalhos enviados para o eixo Cidade-Urbano, mas que não são de geografia urbana *strictu sensu*. Indústria e transporte são dois temas tradicionais da geografia que refletem a força dessas preocupações.

No campo da geografia da indústria, um grande leque de temas é enfocado, a partir de diversos referenciais. Entre suas abordagens, destacam-se os estudos de caso (focados em empresas, empreendimentos, cadeias produtivas ou em localidades), as influências da economia política marxista (com forte olhar para as relações entre capital e trabalho, estratégias territoriais de produção de mais-valia e acumulação) e das teorias marshallianas sobre distritos industriais (com destaque para economias de complementaridade e aglomeração).

Grande parte dos estudos de caso analisa impactos territoriais de empreendimentos industriais, mostrando como o território (ou os territórios, em diferentes escalas) vem sendo organizado pela e para a indústria – evidenciando não apenas a forte mobilização produtiva do território, mas a criação de territórios de indústrias, como dimensão da chamada "acumulação por espoliação" (Harvey, 2004), baseada na hiperexploração de recursos da natureza e da força de trabalho. Desta base comum da hiperexploração do trabalho e suas estratégias de espoliação é que agregamos a estes também os subeixos dedicados ao setor terciário ("Setor Terciário: formação e desenvolvimento" e "Terciário, Circuitos Inferiores, Marginalização e Subemprego"). Merece menção o

significativo tratamento dado a indústrias vinculadas ao setor primário (alimentícias, pesca, extração de madeira, entre outras), evidenciando o peso do beneficiamento de produtos primários (sobretudo, da agroindústria) na instauração de dinâmicas industriais no território. Portanto, impactos sociais, econômicos, técnicos e mesmo ambientais são tratados, neste conjunto de estudos. Mas, além dos estudos de caso, há também um significativo número de análises sobre a estruturação do território a partir da industrialização, com preocupações sobre concentração espacial da indústria (em escala nacional, mas também na regional), a desconcentração em período recente, arranjos produtivos locais e outras estratégias do capital dentro do processo de reestruturação produtiva desde as últimas décadas do século XX.

Cabe destacar, dentro da constante presença de estudos sobre relações de trabalho, além dos debates sobre as formas vinculadas à flexibilização e precarização destas relações (e sobre resistências dos trabalhadores a elas), um importante e crescente número de estudos sobre a condição feminina no mercado de trabalho, o que evidencia o início de uma porosidade aos debates de gênero no campo, ainda que vinculados às questões de classe. Vale também como destaque o registro de que este subeixo extrapola a dimensão da indústria, trazendo também importantes contribuições sobre atividades terciárias e primárias. Evidencia-se, neste subeixo, uma forte hegemonia e abordagens críticas e comprometidas com os grupos subalternizados.

No conjunto de trabalhos aglutinados pela temática dos transportes, também predominam as abordagens críticas e socialmente comprometidas com perspectivas transformadoras da realidade. No tocante ao transporte urbano, do ENG de 2008 ao de 2012, vemos a predominância dos trabalhos sobre o sistema de transporte público (sobretudo dos ônibus) dividir espaços com outros sobre as tensões entre sistema oficial e sistemas informais de transporte, e também com aqueles sobre os temas da acessibilidade e mobilidade urbana, abordagens mais afinadas com as recentes eclosões de ativismos sociais por meio de manifestações (nos anos de 2013 e 2014). Entretanto, no conjunto de subeixos em que a problemática dos transportes é encarada em sua dimensão regional (o que aqui, para nós, engloba o que poderíamos chamar de regional-regional, regional-nacional[9] e regional-internacional/continental) é que aparecem, quase em igual proporção, os estudos de caso e trabalhos voltados a reflexões mais globais sobre

[9] Aproveitamo-nos da classificação proposta no clássico livro de Antônio Barros de Castro (*7 ensaios sobre a economia brasileira (1971)*).

o papel dos transportes nos projetos hegemônicos de desenvolvimento. Desta maneira, temos um significativo conjunto de estudos de caso sobre portos, rodovias, ferrovias, hidrovias etc., enfocando, principalmente, as transformações recentes de projetos de modernização técnico-material destas infraestruturas, e muitos enfatizando seus impactos territoriais (econômicos, sociais, ambientais). Mas chama a atenção a quantidade de trabalhos debatendo, nas diferentes escalas indicadas, o câmbio lógico que vem sendo processado no papel das infraestruturas de transporte no projeto hegemônico para o território, com a incorporação do conceito de logística como mobilizador de dinâmicas produtivas associadas a fluxos e cadeias produtivas globais. A modernização dos transportes aí, então, é debatida em suas diferentes dimensões: além da técnico-material, a gerencial (com trabalhos discutindo privatizações, operação de sistemas, concessões etc.) e a organizacional (sobre a lógica de articulação entre modais rodoviário, ferroviário, hidroviário, aéreo, sistema portuário, e suas relações com o território). O recurso ao conceito de "sistemas de movimento", de Mílton Santos (ver Contel, 2001), também aparece, com frequência, nestas leituras sobre transporte e logística em seu papel na reestruturação do território.

Este quadro presente nos subeixos sobre transportes reaparece naquele que reunimos como geografia econômica, em que se compôs um conjunto relacionado a empreendimentos e projetos alavancados no âmbito do que vem sendo chamado de "projeto de integração competitiva", forma de inserção econômica do Brasil na ordem global atual. Estes trabalhos problematizam impactos territoriais de Grandes Projetos de Investimento (Vainer e Araújo, 1992), empreendimentos de grande porte caracterizados pelo volume envolvido de capital, força de trabalho e impactos territoriais. São empreendimentos em áreas como mineração, siderurgia e energia, entre outras, que agora vão ajudar a compor uma nova geografia econômica nacional, num quadro de integração sul-americana liderada por um modelo exportador – em alguns trabalhos, chamado de "reprimarização" – caracterizado pelo uso intensivo da natureza (transformada em recursos hídricos, minerais, vegetais etc.) e da força de trabalho. Outra faceta explorada, neste novo cenário econômico, é a internacionalização de empresas brasileiras, em diálogo com leituras de novas configurações do sistema bancário e do setor de telecomunicações (circulação de informações e de capitais). O papel do capital financeiro também aparece numa importante gama de trabalhos. Predominam, mais uma vez, as leituras críticas destas transformações, em consonância com o que vêm afirmando lutas sociais,

que também aparecem como objeto de problematização, em alguns trabalhos.

Os subeixos que agrupamos no campo Geografia Política e Geopolítica trazem um conjunto bastante variado de temas. Aparecem, neles, alguns trabalhos sobre realidades econômicas, sociais e políticas de outros países (ainda pouco numerosos, neste panorama de trabalhos apresentados em ENGs). Isto indica uma hipervalorização de realidades autóctones que careceria de uma investigação mais abrangente sobre por que a produção geográfica brasileira se limita ao Brasil, pouco extrapolando suas fronteiras. Os recentes processos de integração econômica junto a países da América do Sul complementam tais trabalhos. Também estão presentes trabalhos sobre geografias eleitorais, com estudos de caso sobre eleições municipais e estaduais. Mas os dois temas mais frequentes, nestes subeixos, são pacto federativo e fronteiras, que aparecem sob diferentes nuances. O pacto federativo é problematizado por meio de debates sobre propostas de divisão de estados, de relações tributárias e fiscais entre os entes da federação e a União (divisão e transferências de recursos) e, ainda, sobre a problemática das escalas de poder. Já a fronteira, tema mais numeroso entre os trabalhos, é multifacetada em abordagens, de cidades gêmeas a impactos transfronteiriços de grandes empreendimentos (e a ação de movimentos transfronteiriços de contestação) e outras relações de caráter político, social e cultural.

A multiplicidade de sentidos e usos da(s) fronteira(s) aparece também nos subeixos dedicados a migrações. Com efeito, se, no ENG 2010, chegou-se a constituir o subeixo "Migrações Internacionais", nos outros dois eventos analisados, a mobilidade espacial de trabalhadores transfronteiriços em escalas regional (Amazônia) e local (cidades gêmeas fronteiriças) sempre esteve presente, tanto em abordagens sobre movimentos temporários quanto de migração de retorno. Junta-se a este um significativo número de trabalhos sobre processos de socialização (e de re-territorialização) de migrantes e imigrantes, no presente e no passado. A política de colonização é tema recorrente, ainda que analisada apenas sob o viés do olhar para ou dos imigrantes. Populações substituídas por estes no mercado de trabalho ou expulsas (ocupantes anteriores do território) pouco são abordadas[10]. O papel da população migrante e imigrante, na estruturação de cidades grandes e médias, também aparece em destaque. No ENG 2012, ganhou número (e constituiu um subeixo) a temática dos movimentos

[10] Ver, a respeito, o debate sobre "branqueamento do território", proposto por Santos (2009).

pendulares, sobretudo os associados ao trabalho.

Ainda em forte relação com a geografia econômica – mas, de certa forma, se autonomizando e se constituindo num novo campo na geografia brasileira –, tem-se a geografia do turismo, temática crescente, na última década, devido ao fortalecimento do mercado interno e a reemergência de projetos de cidade baseados nesta atividade. Impactos de atividades ligadas ao turismo, planejamento urbano voltado para o turismo, frações de capital dedicadas ao turismo, padrões de urbanização e reestruturação urbana, além de leituras sobre turismo rural, turismo litorâneo e turismo de eventos, entre outros, são temas emergentes neste campo.

Dentro da própria geografia do turismo, começam a aparecer alguns trabalhos sobre a mobilização turística de patrimônios culturais e de eventos de cunho religioso (e sacralização de espaços) e sobre a atribuição de valoração simbólica a lugares. Tais temas, podemos dizer, são fruto do cruzamento da emergência desta geografia do turismo com a chamada nova geografia cultural. Este campo, um dos que mais se desenvolveram na geografia brasileira, nos últimos anos, aparece, em suas múltiplas nuances e vertentes teóricas, permeado por abordagens críticas e não críticas – já tecemos comentários sobre a pluralização de vertentes (em diálogo com ou como propriamente constituintes) da geografia cultural, quando abordamos trabalhos sobre o espaço urbano. Aqui, aparecem ainda mais trabalhos sobre percepção (criação de imaginários, memória etc.) e paisagem (sua apreensão, imagem e representação, morfologia, bem como dinâmica do espaço), em quantidades crescentes (foram dois subeixos, no ENG 2012). Nos subeixos que aglutinamos como Geografia Cultural *strictu sensu*, três temáticas se sobressaem, dando títulos a agupamentos: em Cultura e Apropriação do Espaço, predominam trabalhos sobre manifestações culturais com forte sentido de disputa por territorialidades (no urbano e no rural), como o hip-hop, o funk, o samba, a vaquejada, o bumba-meu-boi, o reggae, entre outros; em Geografia e Religião, manifestações religiosas como forma de significação e apropriação (material e simbólica) de espaços, bem como as disputas em que isto se engendra, são o que predomina (e as diversas matrizes religiosas, desde o catolicismo até a umbanda, candomblé, neopetencostalismo, mórmons etc.); em Geografia e Manifestações Culturais: cinema, literatura e música, aparecem geografias imaginadas em peças e artefatos culturais, que constituem leituras artísticas da realidade que disputam (como representações) a própria produção e

reprodução da realidade. Vale ressaltar, em praticamente todos os subeixos aglutinados como Geografia Cultural, a existência de trabalhos voltados a reflexões teóricas (não tão comuns em outros campos), coexistindo junto a estudos de caso.

Podemos afirmar que o diálogo com a nova geografia cultural também responde por parte da emergência de um campo que aqui denominamos Geografia Histórica. Com efeito, a formação de patrimônios arquitetônicos e culturais, bem como a sua valorização recente, está presente em parte dos trabalhos destes subeixos. Entretanto, sobressai a perspectiva do processo de produção social do espaço, vinculando passado e presente em tentativas de valorização da história urbana (e, em alguns trabalhos, da rural) para a compreensão da configuração do espaço atual. Neste campo, também aparecem trabalhos com preocupação teórica e até mesmo voltados à discussão metodológica (ainda menos comum, na quase totalidade dos subeixos).

Dois campos que apareceram com força, nestes ENGs, agrupados como Geografia da Saúde e Geotecnologias, nos fazem retornar ao que, na geografia urbana *strictu sensu*, apontamos como a emergência de uma "geografia urbana aplicada". Com efeito, estes dois campos, emergentes nos últimos anos, na geografia brasileira, guardam relação direta com saberes práticos e instrumentais, e são voltados, em grande medida, para a formulação e execução de políticas públicas. A valorização analítica do espaço como dimensão constituinte de fenômenos e processos sociais (Soja, 1989) vem provocando uma aproximação de diversos campos de atuação do Estado com os raciocínios espaciais. É nesta esteira que emerge, na comunidade geográfica brasileira, a geografia da saúde, com um conjunto de trabalhos principalmente sobre padrões espaciais de disseminação de doenças e relação entre condições ambientais e saúde (incluindo críticas a padrões de urbanização, segregação, moradia etc.), temas mais recorrentes nos eventos. Também aparecem trabalhos sobre políticas públicas e serviços de saúde, inclusive com debates sobre descentralização (o que remete ao pacto federativo), e, em menor quantidade, sobre medicinas (tornadas) alternativas (referentes a plantas medicinais etc.).

Nos próprios subeixos ligados à geografia da saúde, assim como em diversos outros, aparecem trabalhos sobre o que vem sendo chamado de "geotecnologias" – na verdade, um conjunto de instrumentos tecnológicos derivados, sobretudo, da convergência entre cartografia e constituição de bases

de dados e informações computadorizadas. Estes instrumentos, ao permitirem a análise combinada e espacializada de dados e informações de natureza quantitativa e qualitativa, e diante da cada vez maior capacidade de armazenamento e processamento propiciada pela informática, vem permitindo uma capilarização da análise espacial em diversos campos de intervenção. Já apontamos aqui que, menos do que fruto do desenvolvimento tecnológico em si, esta capilarização decorre da crescente valorização do espaço na teoria e nas narrativas sociais contemporâneas, como dado fundamental à compreensão e intervenção em processos, fatos e fenômenos sociais. É isto que desperta interesse crescente, e, a partir dele, o investimento de recursos para o desenvolvimento dos artefatos tecnológicos. A tendência a se confundir o instrumento técnico com a própria geografia[11], bem como a valorização crescente de profissionais que operam e desenvolvem tais instrumentos e seus usos, garante interesse cada vez maior na comunidade geográfica sobre as geotecnologias. É neste sentido que, a exemplo do que ocorre nos eixos de Campo-Rural e Natureza-Meio Ambiente, no eixo Cidade-Urbano aparece um número ascendente de trabalhos que foram agrupados em subeixos como Geotecnologias e Planejamento e Métodos Quantitativos, Geotecnologias e Análise Espacial. Interessante a tendência, na grande maioria dos trabalhos, de haver um foco maior no uso (e potencialidade) do instrumento do que na dinâmica espacial envolvida no ato investigativo/demonstrativo. Por outro lado, preocupações críticas em relação às novas tecnologias aparecem em subeixos intitulados Democratização das Tecnologias de Informação e Representação Espacial, em que aparecem trabalhos sobre políticas de acesso às tecnologias e também sobre ativismos sociais e tecnológicos[12], bem como no subeixo denominado Mídia, no ENG 2008, em que tais preocupações se juntaram a um conjunto de análises críticas sobre as dimensões territoriais de redes de poder imanentes aos conglomerados empresariais do campo da comunicação, no Brasil.

Os ativismos sociais (como contraponto às forças hegemônicas em dinâmicas territoriais) aparecem no campo Movimentos Sociais – estes tomados, muitas vezes, como objeto de análise, mas, em outras tantas, como praticamente o lócus epistêmico de enunciação a partir do qual trabalhos buscam leituras espaciais de problemáticas sociais. O crescimento destes trabalhos evidencia uma produção comprometida com perspectivas críticas e voltadas à transformação

[11] Ver, a respeito deste debate, Castro (1999).

[12] Ver, sobre ativismos no campo cartográfico, Santos (2011).

social, ainda que se observem abordagens que buscam desestabilizar conceitos hegemônicos no âmbito do próprio pensamento crítico. Há aí, com certeza, uma forte crítica à ausência de sujeitos nas geografias críticas hegemonicamente estabelecidas e a busca da (re)construção de uma geografia da ação centrada nas experiências dos que lutam.

Apesar de esses trabalhos não se resumirem ao interno das cidades e nem naquilo que poderíamos compreender como se situando na escala mais abrangente da rede urbana (pois, muitas vezes, se realizam dentro de cada cidade e, ao mesmo tempo, articulam rural e urbano de formas variadas), a existência também de grande quantidade de trabalhos similares no eixo Campo-Rural nos indica não apenas a urgência de teorizações espaciais que articulem lugar e rede, mas de rompimento com cânones tradicionais de leitura e classificação espacial (como as divisões campo-cidade e rural-urbano em si). Predominam trabalhos sobre movimentos urbanos (decorrentes do próprio padrão de urbanização capitalista) e movimentos "no" urbano (mais ligados a dinâmicas do trabalho, da cultura, entre outras dimensões que atravessam o urbano como também os espaços não-urbanos). Movimentos de associações de moradores (bastante presentes como preocupação de geógrafos brasileiros, na década de 1980), movimentos de luta por moradia e por equipamentos urbanos, por educação (cursos pré-vestibulares populares), saúde e transporte, entre outros, mostram novamente a presença forte da influência da economia política urbana e da sociologia urbana crítica da década de 1970, com autores como Manuel Castells e Jean Lojkine (e seu debate acerca dos bens de consumo coletivo como expressão da luta entre capital e trabalho se espacializando na cidade). Novas nuances aparecem em trabalhos sobre lutas de trabalhadores que disputam o espaço urbano, como catadores, vendedores ambulantes, pescadores, prostitutas, entre outros. Cabe também destacar a presença de trabalhos sobre grupos étnicos e culturais que também disputam o espaço na constituição de suas territorialidades, como quilombolas, indígenas e mulheres.

Algumas notas para não concluir

O quadro que esboçamos, acima, com um grau de detalhamento em cada temática, na medida dos limites de um artigo (sem a pretensão de esgotamento das leituras possíveis de um universo tão diversificado e tão amplo, que totaliza 3057 propostas de trabalhos), nos coloca a tentação (e, evidentemente, nos submete aos riscos) de esboçarmos algumas análises.

Propomos aqui algumas notas.

Mais uma vez, é importante ressalvar os limites deste quadro, que opera com um recorte (um encontro da geografia brasileira), com peculiaridades em relação ao campo. A existência de um evento específico nacional dedicado à geografia urbana, e de outros mais específicos, ligados aos diferentes campos que mostramos aqui, bem como a existência de eixos ligados a estes campos em outros eventos (como o Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE), que atrai os programas de pós-graduação), somadas às peculiaridades dos ENGs, em termos de perfil de participantes (grande número, predominante participação de estudantes (de graduação e de pós-graduação), entre outras), nos ressalvam a limitação de nosso quadro como visão deste campo na geografia brasileira. Entretanto, a característica de trazer pesquisadores em diferentes estágios (em formação, iniciantes, experientes, consolidados etc.) e de não realizar exclusão de propostas de trabalho enviadas conferem ao conjunto dos trabalhos dos eventos da AGB um caráter de amostra daquilo que é o "chão" da produção da geografia brasileira, aquilo que se processa no cotidiano dos espaços de formação. É sobre este universo que nossa amostra fala. E as notas que se seguem buscam pistas sobre ele, mais do que a pretensão de esgotamento do campo.

A primeira nota de destaque é a predominância de estudos de caso – e, mais ainda, em escala local. A valorização da empiria (ou, melhor dizendo, da realidade com a qual o pesquisador tem contato direto), se, por um lado, nos indica ainda uma forte influência da geografia regional francesa na geografia brasileira, por outro, nos obriga a observar que esta herança da presença francesa na formação do sistema acadêmico de departamentos de geografia, no Brasil, convive com novas tendências e matizes teóricos e metodológicos no campo. O velho se simbiotiza com o novo, que redefine as antigas influências. É desta forma que os estudos de caso são renovados por demarcações teóricas do marxismo da geografia crítica, da fenomenologia ou dos estudos culturais – sendo (ou buscando ser), em grande parte das vezes, comprovações empíricas destas teorias.

Os trabalhos que buscam problematizar as teorias são pouco numerosos, e são mais presentes no campo Geografia Cultural. Isto pode ser creditado às peculiaridades do campo ou à sua condição de tensionamento constante diante da hegemonia da geografia crítica, o que reforça sua

necessidade de constante legitimação e, com isto, provoca uma maior preocupação com a afirmação da teoria. São hipóteses, que nos levam menos a pensar na presença de trabalhos discutindo teoria nesta vertente, e muito mais a interrogar a falta deles nos subeixos hegemonizados por outros matizes teóricos. É esta ausência que deve ser objeto de interrogação, pois nos indica não uma falta de necessidade, mas, sim, uma hegemonia que parece eximir a necessidade de tensionamento à teoria.

Por outro lado, os questionamentos a limites das abordagens influenciadas pelo marxismo da geografia crítica aparecem (1) na forma da valorização de sujeitos "concretos" (ou empiricamente delimitados) em detrimento das estruturas (cuja supremacia analítica eclipsava os primeiros, nas vertentes de maior influência sobre o campo); (2) na diversificação de clivagens e antagonismos sociais relevantes em abordagens críticas sobre questões como racismo e sexismo, entre outros, para além da luta de classes; e (3) numa decorrente simbiotização de abordagens críticas com culturais. Esta simbiotização nos remete a dois aspectos. Primeiro, sobre a relação das abordagens variantes com as abordagens predominantes, que aparece, ao mesmo tempo, sendo de complementaridade e de disputa, no sentido de buscar estabelecer espaços maiores para alternativas de abordagens. Difícil falar de antagonismo entre abordagens, no sentido de que haveria uma busca pela substituição da atual (ainda?) hegemonia da geografia crítica pelo pluralismo – na verdade, difícil é mapear a multiplicidade de respostas das abordagens variantes para estas questões. O segundo aspecto é a constatação de que o caráter crítico (dos trabalhos e dos pesquisadores), comprometido com a transformação social e com atores sociais em luta, permanece e se pluraliza, demonstrando também um alargamento do espectro político que influencia na constituição de regimes de enunciação, no campo epistêmico da geografia brasileira.

É neste mesmo sentido que se deve pensar a fluidez das fronteiras e recortes de classificação espacial na especificidade do subeixo e demais trabalhos relacionados a movimentos sociais. Estes não se resumem ao interno das cidades e não compreendem fenômenos e processos situados apenas na escala mais abrangente da rede urbana, pois se realizam dentro de cada cidade e, ao mesmo tempo, articulam rural e urbano de formas variadas. A abordagem dos movimentos sociais nas cidades pode ser tanto a que desestabiliza conceitos hegemônicos, no âmbito do pensamento crítico, quanto a que necessita desta

mesma teorização crítica para articular o lugar e a rede como espacialidades de conflitos e tensões sociais.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*. São Paulo: Cortez, 2007.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. "Dinâmica regional brasileira nos anos noventa: rumo à desintegração competitiva." In: CASTRO, I. E. et al. (orgs.). *Redescobrindo o Brasil: 500 anos depois*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 73-89, 2000.

CASTRO, Antônio Barros de. *7 ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1971.

CASTRO, Murilo Cardoso de. SIG – *Sistema de Informação Geográfico ou SIG – sintetizador de ilusões geográficas: desconstruindo uma formação discursiva.* Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (tese de doutoramento em geografia), 1999.

CLAVAL, Paul. "O território na transição da pós-modernidade." In: *GEOgraphia*, nº 2, Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF. Niterói: UFF/EGG, 1999. Disponível em http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/16/14

CONTEL, Fábio Betioli. "Os sistemas de movimento do território brasileiro". In: SANTOS, Mílton; SILVEIRA, Maria Laura. *Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1989.

COSTA, Everaldo Batista. *Geografia urbana aplicada: possibilidades, utopias e metodologia*. Trabalho apresentado no XII SIMPURB (Simpósio Nacional de Geografia Urbana), Belo Horizonte, 2011.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

LENCIONI, Sandra. *Observações sobre os conceitos de cidade e urbano*. São Paulo: Geousp (USP), v. 24, p. 109-123, 2008.

LOJKINE, Jean. "O papel do Estado na urbanização capitalista". In: FORTI, Reginaldo. *Marxismo e urbanismo capitalista*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981.

MATTELART, Armand; NEVEU, Érik. *Introdução aos estudos culturais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

ROLNIK Raquel. *O que é cidade*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. 87p. (Coleção Primeiros passos; 203).

SANTOS, Renato Emerson dos (org.). *Questões urbanas e racismo*. Rio de Janeiro: DP et alii / Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, 2011.

SANTOS, Renato Emerson dos. "Cartografias e lutas sociais: notas sobre uma relação que se fortalece". In: RIBEIRO, Ana Clara Torres et al. (orgs.). *Cartografias da ação e movimentos da sociedade: desafios das experiências urbanas*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SANTOS, Renato Emerson dos. *Rediscutindo o ensino de geografia: temas da Lei 10.639*.

Rio de Janeiro: CEAP, 2009.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

VAINER, C. B. "Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento urbano." In: *Mundo Urbano* – publicación digital especializada en investigación urbana, v. 14, 2001.

VAINER, C. B; ARAÚJO, Frederico. *Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

O Primeiro Congresso Brasileiro de Geógrafos (CBG) – afirmação de uma identidade e início de uma história

Charlles da França Antunes
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
AGB – Seção local Niterói.
✉ charlles@uerj.br

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo trazer à luz a criação do Congresso Brasileiro de Geógrafos (CBG). Passados mais de oitenta anos desde a fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), e no ano de comemoração de sua sétima edição, é importante trazer para a comunidade geográfica a história da criação de um dos seus mais importantes eventos e o mais antigo ainda em realização. Afinal, toda história tem o seu começo, e o do CBG foi em 1954, apenas vinte anos após a fundação da AGB, tendo como objetivo afirmar a identidade de um campo científico e de uma comunidade que começava a se formar no Brasil.

Palavras-chaves: congresso, história do pensamento geográfico brasileiro, Associação dos Geógrafos Brasileiros, identidade.

Terra Livre – ano 30, v. 2, n. 42 – 2014
Para citar este artigo: ANTUNES, Charlles da França. O Primeiro Congresso Brasileiro de Geógrafos (CBG) – afirmação de uma identidade e início de uma história. Terra Livre, ano 30, v. 2, n. 42, 2014.

The First Brazilian Geographers Congress (CBG) – affirmation of an identity and the beginning of a story

***Abstract**: This article aims to bring light to the creation of the Brazilian Congress of Geographers (CBG). After more than eighty years since the founding of the Association of Brazilian Geographers (AGB), and the year celebrating its seventh year, it is important to bring to the geographic community the story of creation of one of its most important events and the oldest still performing. After every story has its beginning. The early history of CBG was in 1954, only twenty years after the founding of the AGB, and in order to assert the identity of a scientific field and a community that was beginning to form in Brazil.*

***Keywords**: congress, history of geographical thought brazilian, Association of Brazilian Geographers, identity.*

El primer Congreso Brasileño de Geógrafos (CBG) – la afirmación de una identidad y el comienzo de una historia

***Resumen**: Este artículo tiene como objetivo llevar la luz a la creación del Congreso Brasileño de Geógrafos (CBG). Después de más de ochenta años desde la fundación de la Asociación de Geógrafos de Brasil (AGB) y el año que celebra su séptima edición, es importante traer a la comunidad geográfica de la historia de la creación de uno de sus eventos más importantes y los más antiguos aún realizando. Después de todo, cada historia tiene su comienzo. La historia temprana de CBG fue en 1954, sólo veinte años después de la fundación de la AGB, y con el fin de afirmar la identidad de un campo científico y una comunidad que comenzaba a formarse en Brasil.*

***Palabras clave**: congreso, historia del pensamiento geográfico brasileño, Asociación de Geógrafos Brasileños, identidad.*

As instituições científicas devem ser observadas como portadoras e resultantes de formas históricas de institucionalização de saberes, como produtoras e produtos de determinados tempos e locais, culturas e sociedades, visceralmente conectadas a demandas, grupos, influências, indivíduos, visões de mundo e utopias. Com essa dimensão ampliada poderemos melhor compreender as questões que herdamos, juntamente com nossas instituições e práticas.

– Figueirôa, 1997

A grande contribuição da AGB ao desenvolvimento da geografia brasileira (...) decorre do fato de que ela reunia geógrafos de pontos diversos do país para debaterem temas e questões e realizar, em conjunto, trabalhos de pesquisa de campo; divulgava os métodos e técnicas e também os princípios dominantes nos centros mais adiantados. Ela difundiu métodos de trabalho numa época em que não havia cursos de pós-graduação em geografia, contribuindo para consolidar a formação dos geógrafos mais novos ou menos experientes. Realizando reuniões em pontos diversos do território nacional e fazendo pesquisas, a AGB deu ensejo a que se conhecessem melhor estas áreas e os seus problemas.

– Manoel Correia de Andrade, 1987

Introdução

Toda história tem um começo. A história de realização dos Congressos Brasileiros de Geógrafos (CBG) é também a história da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), e, por consequência, da geografia brasileira.

As histórias disciplinares desempenham um papel importante na estruturação e reestruturação constantes dos campos de saber, proporcionando aos profissionais que trabalham com a ciência uma visão de si mesmos, da comunidade à qual pertencem e o sentido de seu trabalho. Por meio da história da disciplina, se forjam e difundem as ideologias que dão coesão à comunidade científica: quem são seus fundadores, suas figuras mais destacadas, os objetivos e a relevância social de seu trabalho e as relações de cooperação, diálogo ou mesmo conflito com outras disciplinas ou campos de conhecimento (Capel, 1989). A história nos ajuda a compreender nossa identidade, como *sujeitos de* e *sujeitados a* certos processos, como membros participantes de uma comunidade científica (Sousa Neto, 2000).

Passados mais de oitenta anos desde a fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), em 1934, dezenas de edições de diferentes eventos ligados a esta entidade (encontros, congressos, simpósios) foram realizadas, durante esse tempo. Alguns eventos, atualmente, não mais existem; já alguns nasceram há poucos anos, enquanto outros têm longa permanência, na construção da geografia brasileira e na consolidação de sua comunidade geográfica.

A teia que se foi urdindo, como poderemos perceber, entre os discursos presentes nos eventos da AGB, reclama uma investigação. Nesse sentido, ela acaba por discutir os *modos*, os *meios* e os *processos* que deram à AGB um destacado papel no seio da comunidade científica no Brasil, e, assim, possibilitando compreender em que medida e de que maneiras a AGB, o CBG e o movimento em seu entorno foram responsáveis pela consolidação da geografia no Brasil. Por isso, vez ou outra, se cruzarão os caminhos entrelaçados da AGB, dos professores, dos estudantes e dos cursos de geografia. É possível até afirmar que, sem a existência, as ideias, as práticas, as intervenções e as transformações da AGB, a partir de 1934, a história da geografia no Brasil teria sido outra.

Todas essas alternativas expressam uma pluralidade de contribuições. No caso específico dos eventos da AGB, o que fica mais evidente são análises cujas abordagens centram-se na perspectiva da crítica, mesmo quanto aos trabalhos voltados para o planejamento do Estado.

A caminho da afirmação

Entre os principais eventos organizados pela AGB, ao longo de sua história, que ainda continuam a ser realizados, há o Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), cuja primeira edição remonta a 1972, tendo o último acontecido em 2012, em Belo Horizonte, que celebrou sua 17ª edição. Outro evento também importante é o Encontro Nacional de Ensino de Geografia "Fala Professor", criado em 1986 e realizado, pela primeira vez, no ano seguinte, em 1987, e que, desde então, teve sete edições. Destaca-se também, especialmente neste artigo, o Congresso Brasileiro de Geógrafos (CBG), criado há mais de seis décadas, com sete edições realizadas.

O presente artigo tem como objetivo trazer à luz a criação do Congresso Brasileiro de Geógrafos. No ano de comemoração de sua sétima edição, é importante trazer, para a comunidade geográfica, a história da criação

de um dos seus mais importantes eventos e o mais antigo ainda em realização. Afinal, como já dito, toda história tem o seu começo, e o do CBG foi em 1954, apenas vinte anos após a fundação da AGB.

"Em 1954, celebrou-se o 4º centenário de fundação da Cidade de São Paulo, o que ensejou a realização, pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), do I Congresso Brasileiro de Geógrafos (CBG), na cidade paulista de Ribeirão Preto, a partir do qual se firmaria a tradição de realizar congressos nacionais a cada dez anos" – esta é uma frase presente em algumas publicações da Associação dos Geógrafos Brasileiros que noticia a realização do I CBG e sua continuidade pelos anos que se seguiram.

No entanto, ao estudarmos a AGB, algumas questões nos foram colocadas para a compreensão da história desta associação e de seus eventos, entre elas: qual o cenário encontrado na geografia brasileira e na AGB, quando da realização do I Congresso Brasileiro de Geógrafos? Responder a esta pergunta, buscando reconstruir tal cenário, se torna fundamental para compreendermos as razões e os motivos que levaram à realização do referido congresso.

Passados vinte anos, tanto da criação do curso de graduação em geografia, no Brasil, quanto da fundação da AGB, o cenário a que nos referimos dizia respeito aos fóruns que a comunidade geográfica – fruto destas instituições e também de outras (como o IBGE e escolas) que, juntas, formavam as bases da chamada institucionalidade geográfica – já havia organizado e, de certa forma, fundamentado como sendo os lugares de interseção da produção geográfica nacional.

Também merece destaque, na reconstrução deste cenário, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, que surgiu como a instituição responsável pela organização dos congressos de geografia, conhecidos, em nossas terras, desde o século XIX, e que se fizeram presentes até meados do século XX. A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, no período que corresponde à existência da AGB e da geografia nas universidades brasileiras (ou seja, no período da construção de uma comunidade de geógrafos, no sentido mais definitivo do termo), realizou, entre 1909 e 1954, onze edições do Congresso Brasileiro de Geografia. Em sua concepção original, tais eventos foram concebidos de modo a ocorrerem anualmente, coincidindo com a semana de comemoração da Independência do Brasil:

> A proposta de realização dos congressos surgira em 1908, quando José Artur Boiteux, secretário da SGRJ, sugeriu que se levasse adiante a iniciativa no país, a começar pelo Rio de Janeiro, então capital da República. A inspiração viera do exterior. Consta que Boiteux teria se impressionado com o brilho com o qual havia se realizado em Genebra, naquele mesmo ano, o IX Congresso Internacional de Geografia, que ele próprio tivera oportunidade de assistir. A partir de tal modelo, iniciou-se a preparação do I Congresso Brasileiro de Geografia, realizado no ano seguinte, sob a coordenação da SGRJ e com apoio substantivo do Governo Federal (PEREIRA, 1997, p. 41).

Entre 1909 e 1926, foram realizados oito Congressos Brasileiros de Geografia: no Rio de Janeiro (1909); em São Paulo (1910); em Curitiba (1911); em Recife (1915); em Salvador (1916); em Belo Horizonte (1919); na Paraíba (1922) e em Vitória (1926). Já os outros três congressos aconteceriam no período entre 1940 e 1954: em Florianópolis (1940), no Rio de Janeiro (1944) e em Porto Alegre (1954).

A AGB, que já existia formalmente com um Conselho Diretor Nacional – com duas seções regionais (São Paulo e Rio de Janeiro) e núcleos municipais que já davam bons sinais em Pernambuco e em Minas Gerais –, até o ano de 1954, já havia realizado oito assembleias gerais ordinárias, que correspondiam, quantitativa e qualitativamente, ao que havia de mais significativo em matéria de reunião da comunidade.

As assembleias realizadas em 1948 (Goiânia-GO) e em 1950 (Belo Horizonte-MG) apontavam para uma estrutura de organização que seria definitivamente consolidada nas assembleias realizadas em 1951 (Nova Friburgo-RJ), em 1952 (Campina Grande-PB) e em 1953 (Cuiabá-MT), garantindo que fossem um lugar de debate (por meio de teses e comunicações) e produção (por meio de pesquisas de campo) de conhecimento geográfico de qualidade.

O que teria levado, então, os sócios e diretores da AGB a decidirem organizar o Congresso Brasileiro de Geógrafos, uma vez que já existia, no âmbito desta instituição, um evento que permitia o debate e a divulgação científica, e sendo que também havia (embora fora do cenário próprio de intervenção da associação) um Congresso de Geografia?

O professor Aroldo de Azevedo, um dos principais articuladores da AGB em São Paulo, e um dos mais contundentes defensores das instituições

fundamentalmente geográficas, apresentou alguns desses motivos em seu discurso, na abertura do I Congresso Brasileiros de Geógrafos, realizado em 1954, na cidade de Ribeirão Preto-SP:

> Por que realizar um Congresso de Geógrafos, se já têm sido realizados tantos Congressos de Geografia, o último dos quais o XI, reuniu-se em Pôrto Alegre, em maio do corrente ano?.
>
> A resposta a esta pergunta é muito simples: em um Congresso de Geografia, tomam parte ativa todos quantos nele se inscrevem. Bastando que se interessem pelo seu sucesso, independentemente de sua especialização; geólogos ou economistas, matemáticos ou juristas, militares ou geógrafos profissionais, cirurgiões ou historiadores, sociólogos ou botânicos, odontologistas ou etnógrafos, químicos ou arquitetos, sumidades em qualquer ramo do saber humano ou simples curiosos – todos, indistintamente, na medida de seus conhecimentos ou de sua audácia, podem oferecer sua contribuição, quer através de tese, quer através de seu voto em plenário. O resultado, como é de se esperar, nem sempre é muito lisonjeiro, e a geografia deixa de receber, via de regra, o ambicionado número de contribuições realmente valiosas e verdadeiramente geográficas. A situação, muitas vêzes, torna-se bastante delicada, porque os geógrafos presentes vêem-se, com freqüência, numa difícil encruzilhada: ou fechar os olhos e tapar os ouvidos, deixando que tudo seja aprovado, embora em desacôrdo com a própria consciência; ou agir com relativo rigor, numa tentativa de separar o jôio do trigo, o que sempre traz contrariedades, quando não mágoas que ficam.
>
> Muito pelo contrário, no congresso que hoje inicia os seus trabalhos, são os geógrafos que têm voz ativa e dão a última palavra, não podendo jamais ser esquecido o ponto de vista, o interêsse e a metodologia da geografia. O regulamento e regimento interno, em seu artigo 27, são bastante explícitos a êste respeito, quando estabelecem que as teses e comunicações levem a, pelo menos: 1) apresentar inegável interêsse geográfico; 2) resultar de trabalhos originais de pesquisa ou de interpretação.
>
> Com isso, não se pretende menosprezar ou negar o valor das contribuições dos que se dedicam às ciências com as quais a geografia tem profundas e indissolúveis afinidades. O que se deseja é que tais contribuições sejam apresentadas em

> função do ponto de vista e do interêsse da geografia e não, exclusivamente, da especialidade de seu autor. Em última análise: o geógrafo deve sempre aparecer, venhamos nós a examinar um problema ligado ao quadro natural ou à paisagem criada pelo homem; porque, antes de tudo e acima de tudo, êste é um Congresso de Geógrafos (AGB, 1954).

O professor Aroldo de Azevedo deixou bastante claro, em suas palavras, os motivos que levaram à construção do I CBG: a garantia de um espaço específico dos geógrafos, em que, a partir de seus trabalhos e contribuições, poder-se-ia fazer a consolidação deste campo do conhecimento, além do claro reconhecimento daqueles que poderiam se aventurar na produção científica qualificada da geografia.

Apesar da participação dos principais personagens da geografia de São Paulo e do Rio de Janeiro – que estavam à frente da AGB, tanto no Conselho Diretor Nacional, quanto nas seções regionais e núcleos municipais, nos congressos de geografia, principalmente em suas três últimas edições (1940, em Florianópolis; 1950, no Rio de Janeiro; 1954, em Porto Alegre) – as ideias balizadoras que apareceram no discurso do professor Aroldo de Azevedo foram, de certa forma, reconhecidas e assumidas por eles.

Os Congressos Brasileiros de Geógrafos, a partir de sua primeira edição, em 1954, passaram a ocorrer a cada dez anos (com exceção do segundo, que ocorreu onze anos após o primeiro).[1] A realização do congresso não anulava a realização da Assembleia Geral Ordinária da AGB, que passou, então, a ocorrer simultaneamente ao CBG. Em toda a sua existência, a AGB realizou sete edições do Congresso Brasileiro de Geógrafos: em 1954, Ribeirão Preto-SP; em 1965, Rio de Janeiro-RJ; em 1974, Belém-PA; em 1984, São Paulo-SP; em 1994, Curitiba-PR; em 2004, Goiânia-GO; e em 2014, Vitória-ES.

O I Congresso Brasileiro de Geógrafos, realizado em Ribeirão Preto, mobilizou, de maneira bastante significativa, a então comunidade geográfica brasileira. A realização das assembleias gerais da AGB – que, no fim das contas, era um encontro da associação e seus associados –, segundo relatos, documentos e entrevistas analisados, não comprometia e envolvia tanto a associação, como ocorrera com o I CBG. É necessário que se conte a história da concepção e da organização do CBG, uma vez que já o fizemos sobre as intenções e expectativas acerca da proposta da realização dos Congressos de Geógrafos.

[1] Fato explicado em função do golpe civil-militar ocorrido no Brasil, em 1964.

O I CBG teve sua data escolhida em função de uma agenda externa à AGB – a comemoração do 4º Centenário de Fundação da Cidade de São Paulo. A intenção era a de participar dos eventos programados para esta comemoração, realizando o encontro neste mesmo ano, na Cidade de São Paulo, conforme publicado no *Boletim Paulista de Geografia* (BPG) nº 13:

> O ano de 1954 será de grande importância para a cidade de São Paulo, pois, a 25 de janeiro, a capital paulista completará quatro séculos de existência. No desejo de tomar parte nas comemorações dessa efeméride, a exemplo de outras associações de fins culturais, deliberou o Conselho Diretor da AGB, em reunião levada a efeito em janeiro do ano corrente, convocar o Primeiro Congresso Brasileiro de Geógrafos, isto é, um conclave de proporções mais amplas do que as costumeiras assembléias gerais, onde tomarão assento não apenas os sócios da AGB, mas todos quantos, no país, vêm-se dedicando a trabalhos realmente geográficos. Para isso, contou com o apoio integral da Comissão do IV Centenário de São Paulo, que se prontificou, numa demonstração de alto espírito de colaboração e larga visão, a custear parte das despesas necessárias a um empreendimento de tamanha relevância (BPG, 1953: 76).

Lançada a ideia, ela foi logo assumida pela AGB e suas instâncias deliberativas, tanto o conselho diretor, citado anteriormente, como a assembleia geral, que, reunida no ano anterior (Cuiabá-MT), deliberou pela realização do evento e deu todo o apoio necessário para tornar possível o proposto.

Além da participação junto às comemorações do 4º Centenário de São Paulo, o escrito do BPG, acima citado, destacou um ponto importante que nos remete à concepção do congresso: um evento de proporções mais amplas, tanto na quantidade de participantes, quanto na sua identificação (aqueles que, mesmo os não sócios, estariam produzindo *trabalhos realmente geográficos* [grifos nossos]), numa clara manifestação de marcação de uma identidade em torno da produção e da formação geográficas.

Uma vez tomada essa decisão, o Conselho Diretor da AGB resolveu, imediatamente, nomear uma comissão organizadora, formada por 21 membros (em sua maioria, de São Paulo, com outros do Rio de Janeiro e do Paraná), e uma comissão executiva, que tinha Aroldo de Azevedo como presidente. A partir da ação da comissão executiva, foram formadas duas subcomissões: a de Regulamento e Regimento Interno (presidida por Ary França) e a de Temário

(presidida por João Dias da Silveira). A subcomissão montada para este fim preparou um minucioso regulamento para o I CBG, contendo oito títulos e 35 artigos, e a subcomissão de Temário preparou uma lista de três títulos gerais, com 34 subtítulos. Houve, assim, muita mobilização e sistemática de organização para a realização desse congresso.

No entanto, toda essa preparação sofreu um duro revés, pois houve diferenças no entendimento dos acordos firmados entre a AGB e a Comissão do 4º Centenário, impedindo que o congresso fosse realizado na Cidade de São Paulo, na data prevista e como parte das comemorações que ocorreriam ali, naquele ano:

> Após prolongadas gestões junto à Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, chegou a comissão organizadora do I Congresso Brasileiro de Geógrafos à conclusão de que seria impossível aceitar o apoio financeiro daquela autarquia e, consequentemente, levar a efeito o citado conclave na Capital paulista, conforme fôra anunciado (BPG, 1954, p. 89).

Diante desta dificuldade, a comissão organizadora decidiu transferir a sede do congresso para uma cidade do interior do estado, cuja região oferecesse interesse, sob o ponto de vista geográfico, e onde se pudesse encontrar o indispensável amparo para iniciativa de tamanha relevância, que exigia necessariamente despesas superiores aos recursos com que contava a AGB. Assim, a comissão organizadora tomou a decisão de não mais realizar o congresso em São Paulo, transferindo-o para a cidade de Ribeirão Preto, com o apoio declarado do prefeito da cidade e do diretor de sua Faculdade de Medicina. Com isso, reestruturaram-se suas comissões, regulamento e programação, já que, uma vez sem os recursos da Comissão do IV Centenário, a proposta de programação do CBG teria que se ajustar à nova situação, tornando-se mais modesta, no tocante aos seus gastos. Em face destas condições, a comissão organizadora aprovou a seguinte resolução:

> Considerando as dificuldades insuperáveis que apareceram para a realização do congresso na cidade de São Paulo, principalmente por não ter sido possível aceitar o prometido apoio financeiro da Comissão do IV Centenário;
>
> Considerando as facilidades oferecidas, quer quanto à hospedagem, quer quanto ao transporte em excursões, por parte do Sr. Prefeito Municipal de Ribeirão Preto e por parte

> do Sr. Diretor da Faculdade de Medicina da mesma cidade;
>
> Considerando, outrossim, que a cidade de Ribeirão Preto e a região conhecida pelo nome de Nordeste de São Paulo não foram objeto, até à presente data, de nenhum estudo geográfico sistemático e de conjunto, apesar da importância que apresentam sob o ponto de vista da geografia física e da geografia humana, em seu mais amplo sentido;
>
> Considerando, ainda, que coube ao Conselho Diretor da AGB tomar a iniciativa de convocar esse congresso, não sendo conveniente nem justo que se venha a perder a primazia de tão oportuna e feliz idéia;
>
> Considerando, finalmente, que fazendo realizar o congresso numa das mais importantes cidades paulistas, símbolo da expansão cafeeira e da força realizadora da gente bandeirante, e procurando levar a efeito o estudo geográfico de uma área tão expressiva do estado, a AGB presta, em última análise, uma homenagem à Capital paulista, no ano em que comemora seus quatro séculos de existência;
>
> RESOLVE: escolher como sede do I Congresso Brasileiro de Geógrafos a cidade de Ribeirão Preto, fazendo realizar os seus trabalhos entre 19 e 28 de julho do ano corrente (BPG, 1954, p. 90).

Em consequência dessa deliberação, foram extintas algumas comissões da organização anterior, sendo criada uma comissão executiva com mais poderes que a anterior, tendo como presidente o presidente da AGB, como vice-presidente o diretor da Seção Regional de São Paulo, como 1º secretário o secretário-geral da AGB, como 2º secretário o secretário da Seção Regional de São Paulo, como 1º tesoureiro o tesoureiro-geral da AGB e como 2º tesoureiro o tesoureiro da referida seção regional.

Nessas condições, a nova comissão executiva foi assim formada: presidente Aroldo de Azevedo; vice-presidente José Ribeiro de Araújo Filho; 1º secretário Dirceu Lino de Matos; 2º secretário Pasquale Petrone; 1º tesoureiro Ary França; 2º tesoureiro Brás Berlanga Martinez.

Realizado no período de 19 a 28 de julho de 1959, e tendo reunido 172 participantes e mais 28 entidades, o I CBG teve seu amplo temário distribuído nas atividades que já eram praticadas nas Assembleias Gerais Ordinárias (AGOs): discussões de teses e comunicações, conferências e mesas-redondas, realizações de trabalhos de campo e uma exposição de geografia e cartografia. Ao

longo dos dias, foram realizadas as sessões acadêmicas e culturais, em que os trabalhos eram apresentados e debatidos, e as sessões administrativas, correspondentes à IX AGO, que ocorreu simultaneamente ao I CBG.

O congresso teve início na tarde do dia 19 de julho, com a sessão preparatória para a eleição da sua mesa diretora, bem como dos seus presidentes de honra. Ficou a mesa assim constituída: presidente Pierre Monbeig; vice-presidente Aroldo de Azevedo; primeira-secretária Maria da Conceição Vicente de Carvalho; segundo-secretário Tabajara Pedroso. Para presidentes de honra do congresso foram escolhidos Lucas Nogueira Garcez, governador do Estado de São Paulo, o tenente coronel Alfredo Condeixa Filho, prefeito municipal de Ribeirão Preto, e o desembargador Florêncio de Abreu, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A sessão de instalação do congresso ocorreu no Salão da Legião Brasileira de Ribeirão Preto, onde, após vários discursos, teve início o evento.

FIGURA 1



A Mesa do Congresso na sessão solene de abertura

Vêem-se, da esquerda para a direita: o prof. *Gilberto Osório de Andrade*, secretário da Educação de Pernambuco; *Monsenhor Dr. João Lourenço*, representante do Sr. Bispo Diocesano; Dr. *José do Carmo Marques Ferreira*, presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto; prof. *Pierre Monbeig*, presidente do Congresso; Dr. *José Romeiro Pereira*, Secretário do Govêrno e representante do Sr. Governador do Estado de São Paulo; Tenente-Coronel *Alfredo Condeixa Filho*, Prefeito de Ribeirão Preto e um dos presidentes de Honra do Congresso; prof. *Aroldo de Azevedo*, então presidente da A. G. B. e vice-presidente do Congresso; Dr. *Vítor A. Peluso Júnior*, secretário da Agricultura de Santa Catarina; e prof. *Sebastião Paiva*, presidente da "Sociedade Legião Brasileira".

Figura 2



A programação contou com a contribuição dos seguintes trabalhos para os debates:

1) Teses:

– *Contribuição à geomorfologia do litoral paulista*, de Aziz Nacib Ab Saber;

– *Os tipos de vegetação do Brasil (elementos para uma classificação fisionômica)*, de Edgar Kuhlmann;

– *O uso da terra no leste da Paraíba*, de Orlando Valverde;

– *Notas sobre a evolução da ocupação humana na Baixada Fluminense*, de Pedro Geiger e Ruth L. Santos;

– *Possibilidades de povoamento na Bacia do São Francisco*, de Ruth Lopes da Cruz Magnanini;

– *Observações relativas ao minério de ferro e à siderurgia no planalto de Minas Gerais*, de Ney Strauch;

– *Contribuição ao estudo da Campanha Gaúcha*, de Miguel Alves de Lima;

–*Influências da Bacia do São Francisco na resolução dos problemas rodoviários e hidroelétricos de Minas Gerais*, de Benedito José de Souza;

– *Algunas particularidades de la evolución del relieve del Uruguay y del Rio Grande del Sur*, de Jorge Chebataroff.

2) Comunicações:

– "O problema geomorfogenético nos estudos de relevos policíclicos e epicíclicos nas bordas do Atlântico", por Francis Ruellan;

– "Notas para um estudo do "habitat" rural na zona cacaueira da Bahia", por Milton Santos;

– "Situação atual do ensino e das pesquisas geográficas no Paraná", por Reinhard Maack;

– "Distribuição fitogeográfica e filogenia das orquídeas americanas", por F. G. Brieger.

3) Conferência:

Conferência proferida por Pierre Monbeig, intitulada "Geografia e Colonização".

4) Mesas-redondas:

– "O problema da recuperação dos solos esgotados", com a participação de Hilgard O'Reilly Sternberg (presidente), Francis Ruellan, João Quintiliano de Avelar Marques (representante do Instituto Agronômico de Campinas), Moacyr Pavageau (presidente da Sociedade Brasileira de Ciências do Solo), Jorge Chebataroff, Dirceu Lino de Mattos, Charles Jacques Jean Hogenboom (presidente da Cooperativa Agropecuária da Fazenda Holambra), Pierre Monbeig, Miguel Alves de Lima (Serviço de Educação Rural do Ministério da Educação);

– "O ensino de geografia e seus problemas", que ocorreu sem a participação de convidados.

As pesquisas de campo realizadas neste congresso foram previamente programadas, o que envolveu vários associados em sua organização, uma vez que foram realizadas em diversos municípios da região de Ribeirão Preto. As equipes foram assim divididas:

1) Ribeirão Preto e arredores:

Chefiada por Ary França e subdividida em seis grupos: a) Situação e sítio urbano (direção de João Dias da Silveira); b) O desenvolvimento da cidade e suas grandes etapas (direção de José Veríssimo da Costa Pereira); c) As funções, o centro e os bairros (direção de Antônio Rocha Penteado); d) Os problemas urbanos (direção de José Ribeiro de Araújo Filho); e) A circulação geral e urbana (direção de Renato da Silveira Mendes) e f) A zona rural (direção de Ary França).

2) Região Norte de Ribeirão Preto:

Esta pesquisa, dirigida por Pierre Monbeig, foi dividida em dois grupos: a) Geografia física (coordenação de Otávio Barbosa) e b) Geografia humana (coordenação de Dirceu Lino de Mattos).

3) Região Sudeste de Ribeirão Preto:

Esta excursão foi dirigida pelo professor Mário Lacerda de Mello e subdividida em dois grupos: a) Geografia física (coordenação de Aziz Nacib Ab'Saber) e b) Geografia humana (coordenação de Mário Lacerda de Mello).

4) Região Sudoeste de Ribeirão Preto:

Esta pesquisa foi dirigida pelo professor Nilo Bernardes e também subdividida em dois grupos: a) Geografia física (coordenação de Alfredo José Porto Domingues) e b) Geografia humana (coordenação de Lysia Bernardes).

5) Área de Ribeirão Preto até Franca:

Esta pesquisa foi dirigida pelo professor Francis Ruellan e subdividida em três grupos: a) Petrografia e geomorfologia (coordenação de Ruy Osório de Freitas); b) Geomorfometria e c) Geografia humana (coordenação de Ney Strauch).

Considerações finais

A AGB é uma entidade que, somente pela sua longa existência, já poderia marcar presença, de maneira indiscutível, na história das instituições científicas do Brasil. No entanto, sua própria história, desde a fundação até os dias atuais, não só tem reforçado a sua presença neste seleto grupo de entidades, como também – e com destaque – a sua permanência.

A AGB é uma associação de porte nacional que construiu sua história em busca de reconhecimento e de uma forte institucionalidade. Passados mais de oitenta anos de atividades, se viu transformada num movimento de grande diversidade e, por vezes, de intensa radicalidade dentro de uma ciência em que foi palco e protagonista de inúmeras histórias de transformações e construções. As transformações sofridas, provocadas e assumidas pela AGB, de fato, foram muitas, ao longo de sua história.

Após sessenta anos, e realizadas sete edições, o Congresso Brasileiro de Geógrafos passou por algumas importantes variações e expectativas, no interior

da comunidade geográfica. Num primeiro momento, nas duas primeiras edições, o CBG teve como objetivo a afirmação da identidade de uma formação específica de um campo disciplinar. O período de realização das duas primeiras edições do CBG foi semelhante àquele definido por Monteiro (1980), no contexto dos estudos sobre a história do pensamento geográfico brasileiro, e, em especial, sobre a institucionalização universitária da geografia no Brasil. Como *A caminho da afirmação* foi o marco de transição da fase de formação para a de afirmação, se imagina que foram colhidos frutos evidenciadores da existência de uma comunidade ativa de geógrafos pesquisadores.

Os congressos realizados em 1974 e 1984 aconteceram numa perspectiva de consolidação da ciência geográfica e, ao mesmo tempo, de desafios diante uma já bastante numerosa comunidade geográfica e da realização de eventos que passaram a contar com milhares de participantes. O 4º CBG (1984) foi justamente o primeiro a ser realizado após a reforma estatutária de 1979, em pleno movimento de renovação crítica, que mudou, de maneira significativa e positiva, a AGB e a geografia brasileira, refletindo isto em sua organização.

Os congressos que se seguiram (1994 e 2004) assumiram, no contexto da comunidade geográfica, que mantinha uma relação mais direta com a AGB, o caráter de balanço da geografia brasileira e da própria associação. Esta perspectiva de balanço foi reafirmada na sétima edição do CBG, realizada na cidade de Vitória-ES, no ano de 2014, e que vem ocupar lugar de destaque neste número da revista *Terra Livre*, importante publicação da geografia brasileira, sob responsabilidade da Associação dos Geógrafos Brasileiros.

Estudar a história de uma disciplina, ou mesmo as histórias das instituições presentes nesta história, pode contribuir de maneira significativa para o debate epistêmico da disciplina. Estudar a episteme de uma dada ciência implica em fazer história. Por tudo isso, a história da AGB pode confundir-se com muitas outras histórias contadas a partir das transformações ocorridas na sociedade e na geografia brasileira, nos últimos decênios. Porém, algumas e importantes diferenças parecem marcar a singular história desta associação de geógrafos. A AGB, nascida durante a década de 1930, é uma expressão recente do fenômeno da história social da geografia no Brasil. O seu surgimento e posterior desenvolvimento são decorrências de uma dada concepção de geografia. A AGB, portanto, é resultado de uma história institucional muito mais longa, no âmbito

da geografia brasileira, e é não apenas portadora de certa institucionalidade profissional, mas chanceladora de modos de produzir conhecimento e do conhecimento que produz.

Referências bibliográficas

AGB. Associação dos Geógrafos Brasileiros (1945-1965). *Anais da AGB.*

AGB. Associação dos Geógrafos Brasileiros (1949-1976). *Boletim Paulista de Geografia.*

ANDRADE, Manuel Correia de. *Geografia – ciência da sociedade: uma introdução...* São Paulo: Atlas, 1987.

CAPEL, Horácio. "Historia de la ciencia e historia de las disciplinas científicas." In: *Geo-Crítica*, 1989.

FIGUERÔA, Sílvia. *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MONTEIRO, Carlos Augusto Figueiredo. "A geografia no Brasil (1934-1977): avaliação e tendências." In: *Série Teses e Monografias*, n. 37. São Paulo: Instituto de Geografia, USP, 1980.

PEREIRA, Sérgio Nunes. *Geografias. Caminhos e lugares da produção do saber geográfico no Brasil (1838-1922)*. Dissertação de mestrado. Departamento de Geografia, FFLCH-USP, 1997.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes. "A ciência geográfica e a construção do Brasil". In: *Revista Terra Livre*, n. 15. São Paulo: AGB, 2000.

Barragem do Guapiaçu: uma necessidade diante da "crise hídrica" ou mais um negócio suspeito?

GT Agrária – AGB Niterói
Eduardo Álvares da Silva Barcelos – Engenheiro Ambiental
Luiz Jardim Wanderley – Geógrafo
Otávio Miguez da Rocha-Leão – Geógrafo
Paulo Alentejano – Geógrafo
Pedro D´Andrea Costa – Estudante de Geografia – UFF

O governo do estado do Rio de Janeiro anunciou em fevereiro desse ano que, diante da propagada "crise hídrica" que ameaça o abastecimento de água no Grande Rio, seriam necessárias algumas obras de infraestrutura, dentre elas, como prioridade máxima, a construção de uma barragem no Rio Guapiaçu, no município de Cachoeiras de Macacu.

Na realidade a proposta da construção de uma barragem no rio Guapiaçu já vinha sendo cogitada anteriormente. Nos anos 1980 houve uma primeira tentativa, descartada em função da reação da população local. Mais recentemente, com a construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e os impactos derivados deste, a proposta foi retomada e incluída entre as compensações ambientais do empreendimento, por conta do aumento da pressão sobre a demanda de água decorrente direta ou indiretamente do complexo. Agora, diante da "crise hídrica", a barragem aparece repaginada, como única solução para o abastecimento da banda oriental da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Essa proposta insere-se na lógica que tem prevalecido como padrão de resposta para a "crise hídrica": construção de barragens, transposição de rios e "faça a sua parte, feche as torneiras e economize água". Esse verdadeiro "terrorismo hídrico" que tem se estabelecido recentemente no Brasil não enfrenta as razões fundamentais que apontam para conflitos em torno dos usos diversos da água, nem tampouco permitido debates mais substanciais sobre as soluções para esses problemas.

Nesse texto pretendemos aprofundar a reflexão acerca dos conflitos e disputas em torno do uso da água, as desigualdades relacionadas à distribuição da mesma e as possíveis soluções para o problema, fugindo das simplificações midiáticas que têm sido apresentadas para a sociedade brasileira.

Terrorismo Hídrico: a política de culpabilização do consumidor e o medo da escassez

Os jornais diários anunciam o nível dos principais reservatórios de abastecimento das grandes cidades da região sudeste do Brasil. São Paulo já utiliza a segunda conta do volume morto! Alarma as manchetes dos principais jornais do país em 16 de Outubro de 2014[1]. O cidadão que nunca tinha ouvido falar no termo "volume morto", só de pensar nesta assustadora denominação já fica preocupado pensando: ficaremos sem água? Que água estamos consumindo? Qual a solução para não ficarmos sem abastecimento?

Termos técnicos servem, sobretudo, para afastar os leigos do mundo do conhecimento técnico e científico. Ou seja, serve para colocar a autoridade sobre a resolução do problema e a decisão a ser tomada no âmbito técnico e não no debate político. A solução, em geral, é posta no campo da técnica e não no da política. Quem decide o que fazer e como fazer, neste pressuposto, são os especialistas e gestores, capacitados intelectualmente para entender o problema e trazer soluções tecnicamente viáveis. Não há politização do problema. Não há questionamento sobre a gestão dos recursos hídricos; sobre o cuidado com as bacias e a preservação dos mananciais; sobre o descaso com o desperdício ao longo da rede de distribuição ou muito menos sobre quem são os grandes consumidores de água. O problema é direcionado aos sucessivos anos com pouca chuva, às mudanças climáticas e ao cidadão-consumidor final das grandes cidades que pelo seu mau uso desperdiça o recurso escasso. A naturalização do fenômeno é recorrente, sem qualquer menção às origens político-ambientais do problema.

Chove em São Paulo e no Rio de Janeiro, as ruas alagam, pessoas desabrigadas, deslizamentos de terra, mas o volume morto dos reservatórios não se altera. Os sites de notícias dos meios de comunicações criam páginas virtuais para todos acompanharem em "tempo real" a oscilação do nível dos reservatórios. O título da página, dentro da sessão Economia (fato sugestivo que nos permite

[1] <http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2014/10/primeira-cota-do-volume-morto-acaba-em-represa-do-sistema-cantareira.html> Acessado em 10 de Julho de 2015.

apontar que a água é vista de maneira primeira como mercadoria e recursos para o setor econômico e em segundo plano como bem vital humano), intitulada em forma de alerta "Crise da Água", nos convida a acompanhar o nível dos reservatórios de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, três das maiores regiões metropolitanas do país.

O portal de notícias G1.com[2] nos mostra que a metrópole do Rio de Janeiro é abastecida pelos reservatórios de Jaguari, Santa Branca, Paraibuna e Funil, todos drenando para a bacia do rio Paraíba do Sul. Mais de 12 milhões de indivíduos dependem destes reservatórios. Neste momento os consumidores da metrópole fluminense "descobrem" que dependemos de São Paulo para matar a sede. A partir de então, torcem por cada gota de chuva no estado vizinho. No entanto, nada é discutido sobre a gestão compartilhada de bacias hidrográficas, ou qualquer referência aos comitês de bacias como espaço legítimo e democrático de debate e busca de soluções político-técnicas. Pelo contrário, a tensão entre as duas unidades da federação vizinhas se instaura. Em meados de 2014, o Governador de São Paulo passa a defender abertamente o projeto de transposição da água do Paraíba do Sul, principal fonte hídrica da capital fluminense, como solução para suprir o déficit da capital paulista. O Governador do Rio de Janeiro reage ameaçando ir à justiça contra a transposição[3]. Neste contexto de embate, os dois Governadores acabaram destituindo o poder de negociação e decisão dos Comitês de Bacias e passaram a negociar na esfera político-institucional, com mediação do Governo Federal via Ministério da Justiça, aprovando a transposição do Rio Paraíba Sul como solução central para carência de água na capital paulista.

Reportagem do Jornal o Dia de 23/06/2014, mostra que 37% dos fluminenses são contra o desvio de água do Paraíba do Sul para abastecimento de São Paulo, outros 48% são a favor, desde que não afete o abastecimento do Rio de Janeiro. Ainda assim, 86% das pessoas entrevistadas temem que haja falta de água em sua casa no futuro (870 entrevistados pela Gerp)[4].

As soluções técnicas, centradas em obras de engenharia, são simplistas e paliativas. Promover mais obras de infraestrutura que transponham rios ou

[2] <http://especiais.g1.globo.com/economia/crise-da-agua/nivel-dos-reservatorios/>.

[3] <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,cabral-ameaca-ir-a-justica-para-impedir-transposicao-do-paraiba-do-sul,1143688> Acessado em 16 de Julho de 2015.

[4] <http://preservblog.blogspot.com.br/2014/06/transposicao-do-rio-paraiba-do-sul.html> Acessado em 16 de Julho de 2015.

barrem os cursos d'água não soluciona a questão hídrica urbana. Trata-se de obras que apenas sobrecarregarão os rios já assoreados, poluídos e com mananciais cada vez mais exauridos. Ou ainda alteram cursos d'água com pouco ou nenhum potencial hídrico para tentar solucionar o problema de oferta e demanda. Obviamente, a soma ou compartilhamento de novos e velhos reservatórios deficitários e fortemente afetados por uma redução recorrente do input de água no sistema seria uma pseudo-solução de um problema mais sistêmico. Mais uma barragem no sistema representa nada mais que uma represa a mais no volume morto e não a recuperação dos mananciais existentes. O problema não está na quantidade de represas ou fontes de abastecimento, mas sim nas condições ambientais das bacias e na gestão inadequada da água pelas companhias distribuidoras.

No último meio século, os mananciais vêm sendo afetados mais incisivamente pela rápida transformação da paisagem natural, em especial pela substituição de floresta por pastagens, monocultivos e áreas urbanas. Observa-se, como um todo, uma diminuição da vazão dos cursos d´água, o desaparecimento de nascentes e a redução do lençol freático, o que afeta diretamente a disponibilidade de água nos reservatórios para consumo urbano. O consumo de água se tornou mais concentrado, neste último meio século, com o crescimento acelerado das grandes cidades e metrópoles brasileiras, com destaque especial para São Paulo e Rio de Janeiro.

Observa-se de maneira geral uma modificação no padrão da descarga fluvial das bacias hidrográficas com aumento bastante significativo na oscilação da vazão, que se torna cada vez mais irregular. O cenário atual é marcado por longos períodos de redução de vazão nos rios, devido à redução nas taxas de infiltração, que são responsáveis pela recarga dos lençóis de água subterrânea. Em decorrência desse fato temos o rebaixamento do lençol freático e a diminuição da carga de pressão na água armazenada nos aquíferos que alimentam os fluxos hidrológicos dos canais fluviais (fluxos de base). No entanto observam-se curtos períodos de aumento de vazão nos períodos chuvosos que produzem um incremento nos fluxos superficiais pelas vertentes impermeabilizadas e/ ou com solos compactados, promovendo grandes enxurradas que transportam enormes volumes de água, sedimentos e detritos. Esse processo é responsável por grandes inundações repentinas e de curta duração, que representam grande desperdício de recursos hídricos e contribuem

para a degradação da qualidade da água e para o assoreamento dos leitos fluviais e reservatório de barragens.

Ao mesmo tempo pode-se observar um aumento considerável nas demandas hídricas para irrigação, abastecimento doméstico e industrial. Além de aumentarem, as demandas hídricas também se concentraram ainda mais nesse período, devido ao padrão de urbanização e industrialização das áreas metropolitanas e ao modelo agrícola cada vez mais fundamentado na irrigação e concentrado em áreas mais favoráveis para o agronegócio. Temos, portanto um cenário de super concentração de demandas e redução de disponibilidade associado à degradação quantitativa e qualitativa das águas. Cabe ainda destacar que o modelo de construção de barragens para regularização de vazão não se mostra satisfatório na maior parte do tempo para compatibilizar demandas e disponibilidades hídricas e o cenário atual é caracterizado por inúmeras barragens cheias de sedimentos e sem água.

Há, neste momento, um ambiente de medo, culpabilização e disputa em torno da água. Torce-se para chover, como se essa fosse a solução do problema e não uma solução momentânea até o período seco ou na melhor das possibilidades até outra estiagem de longo prazo. Quando vemos os temporais, cheias dos rios, alagamentos, pensamos: estamos salvos! Teremos água. Que nada! Os sites da mídia anunciam que os reservatórios subiram 1% depois de um temporal. Não estamos salvos, temos que fazer mais ou a água vai acabar, assim nos dizem os jornais e o poder público. Aterrorizam a população promovendo comparações com a situação dos reservatórios há um ou dois anos atrás; alarmam que o período de chuva está passando e que temos que fazer algo logo, antes que não chova mais, antes que acabe a água. A culpa e a solução são postas na conta do consumidor urbano. Feche a torneira, consuma menos!

A mídia divulga: é possível viver como 110 litros de água ao dia, que segundo a ONU seria o suficiente para satisfazer as necessidades básicas de uma pessoa. Ao mesmo tempo denuncia: "Rio é o Estado que mais consume água, o dobro do recomendado pela ONU"[5] Em 2013, os fluminenses teriam consumido em média 253,1 litros/dia. Especialistas alegam ser por razões culturais o alto consumo, outros culpam as favelas e as ligações clandestinas. Por outro lado, ninguém cita os problemas estruturais para a falta d'água como elevada

[5] <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/02/05/rio-e-o-estado-que-mais-consome-agua-o-dobro-do-recomendado-pela-onu.htm> Acessado em 17 de Julho de 2015.

transformação da paisagem natural com a devastação das florestas no último século, degradação e super-exploração dos recursos hídricos para monocultivo intensivo, pecuária e por grandes mineradoras. Nem tampouco há problematização sobre a distribuição desigual da água no espaço urbano, pois podemos observar um padrão diferenciado de consumo doméstico por classe social, não sendo rara a presença de bairros com abundância hídrica e padrões de superconsumo em cidades que apresentam problemas de abastecimento nos bairros periféricos onde as classes desfavorecidas convivem com falta de água de maneira quase perene. Nesses bairros periféricos a crise hídrica não chegou agora e nem está apenas associada à falta de chuvas.

A tabela abaixo evidencia as desigualdades do consumo de água na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Os dados evidenciam que na periferia da Metrópole o consumo de água é inferior ao verificado nos municípios centrais. Os cinco municípios com menor consumo per capta são Maricá, Tanguá, Magé, Mesquita e Japeri, todos municípios com predomínio de população de baixa renda e características de cidade dormitório. Já os com maior consumo são Cachoeiras de Macacu, Rio de Janeiro, São Gonçalo, Nova Iguaçu e Niterói, município centrais, com população de maior renda e muitas indústrias, com exceção de Cachoeiras de Macacu.

Tabela 1. Consumo médio per capita de água nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – 2013

Municípios	Consumo Médio Per Capita de Água (litro/hab.dia)	Municípios	Consumo Médio Per Capita de Água (litro/hab.dia)
Maricá	150,02	Nilópolis	220,43
Tanguá	158,66	Seropédica	223,28
Magé	160,52	Duque de Caxias	224,75
Mesquita	160,56	Belford Roxo	225,17
Japeri	160,67	Niterói	227,51
Itaboraí	179,85	Nova Iguaçu	238,25
Paracambi	196,77	São Gonçalo	252,34
Itaguaí	197,66	Rio de Janeiro	329,78
Rio Bonito	199,99	Cachoeiras de Macacu	537,96
São João de Meriti	207,61	Guapimirim	-
Queimados	209,22		

Quem consome a maior parte da água destinada às grandes metrópoles brasileiras? Primeiramente, devemos salientar que nem todos os bairros e domicílios encontram-se conectados às redes de abastecimento de água. Na Região Metropolitana fluminense, segundo o Censo do IBGE 2010, 87,5% das residências encontra-se abrangida pela rede geral de abastecimento, enquanto na capital a ligação com a rede de abastecimento chega a 99% dos domicílios. No conjunto do Estado, 15,4% dos domicílios não estão conectados à infraestrutura de fornecimento de água, a maior parte destes encontram-se nos municípios que compõem a Região Metropolitana, em especial os mais pobres. Por isso, para terem acesso a este serviço seletivo, comunidades carentes inteiras desconectadas da rede precisam recorrer a poços artesianos, de água com qualidade muitas vezes duvidosa, nascentes ou ainda conexões clandestinas para suprir as necessidades básicas de consumo de água.

Tabela 2: Abastecimento de Água nos Domicílios Particulares

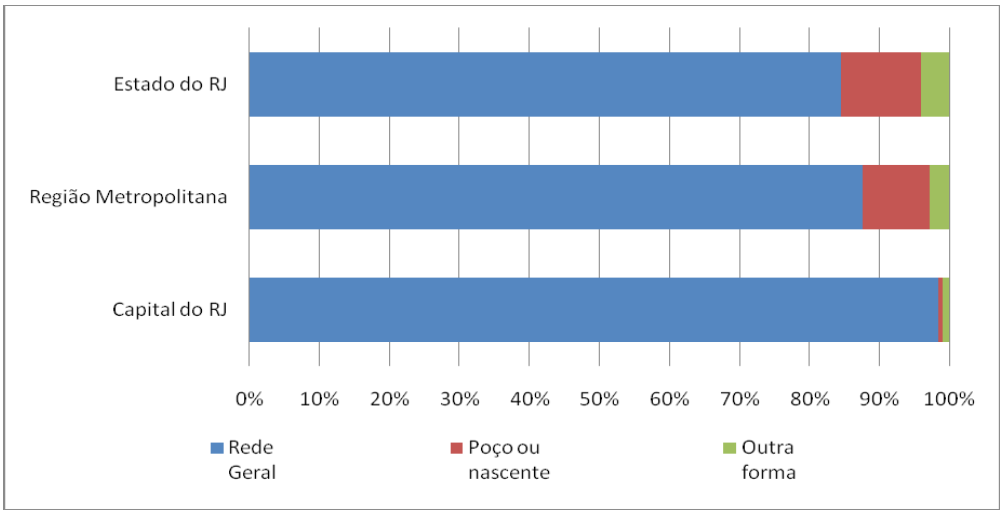
Recortes Escalares	Domicílios	Rede Geral	Poço ou nascente	Outra forma
Rio de Janeiro	2.144.463	2.122.530	12.258	20.650
Região Metropolitana	3.905.923	3.419.909	375.672	110.298
Estado do RJ	5.243.029	4.434.243	595.796	212.930

Fonte: IBGE, 2010.

Deve-se salientar ainda, que embora a infraestrutura de abastecimento cubra a maior parte dos domicílios na Região Metropolitana e no Estado, há que se destacar o caráter desigual da qualidade e eficiência da rede. Diversas localidades e domicílios apesar de conectados à rede de abastecimento não possuem um serviço constante e de qualidade. A descontínua oferta de água ocorre majoritariamente em áreas mais pobres, em áreas de favela ou de periferia urbana e em municípios pobres, onde os serviços públicos são intencionalmente mais precários. A falta de água dificilmente afeta os bairros nobres da metrópole, pois a escolha sobre por onde circula a água na rede de abastecimento de maneira nenhuma é natural, mas sim intencional, como pode ser constatado nas inúmeras reclamações de falta d'água ou serviço intermitente

em bairros periféricos[6], mesmo onde há infraestrutura de abastecimento.

Gráfico 1: Formas de Abastecimento de Água no estado do Rio de Janeiro (%)



Fonte: IBGE, 2010.

No cotidiano urbano das principais metrópoles do país, a cultura do terror da escassez de água está instaurada e introjetamos no dia a dia da cidade, na sociabilidade dos cidadãos. Somos colocados como culpados. Culpamos a nós mesmos pela falta d´água, pelo desperdício de cada dia, pelo banho um pouco mais demorado. Acusamos o vizinho por lavar a calçada, o chão, por regar demais as plantas ou por dar banho no cachorro, como se esse fosse o problema central ou fatal. Somos pressionados e regulados com sobretaxas e racionamento sobre o nosso consumo humano pelo poder público. Mas qual a fatia deste problema cabe às indústrias e ao agronegócio? Vemos nos gráficos da mídia que os números se referem a pessoas abastecidas e não estabelecimentos, ou empresas, hectares ou qualquer outra medida que diferencie os consumidores. São pessoas, que dependem da água. Mas não são elas as principais consumidoras, não é o consumo urbano o maior vilão. Cabe ainda destacar que a redução de vazão nos rios está diretamente relacionada aos usos consuntivos da água (especialmente a irrigação), quando ocorre um balanço negativo entre derivação e retorno dos volumes captados nos mananciais de água.

[6] O site do G1 <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/mapa-falta-de-agua/platb/> apresenta um mapa interativo onde os consumidores denunciam a situação do abastecimento de água em suas residências. A partir deste mapa pode se observar que os bairros da Zona Sul e da Barra da Tijuca apresentam menos reclamações de falta de água que os bairros da Zona Norte ou na maior parte da Zona Oeste.

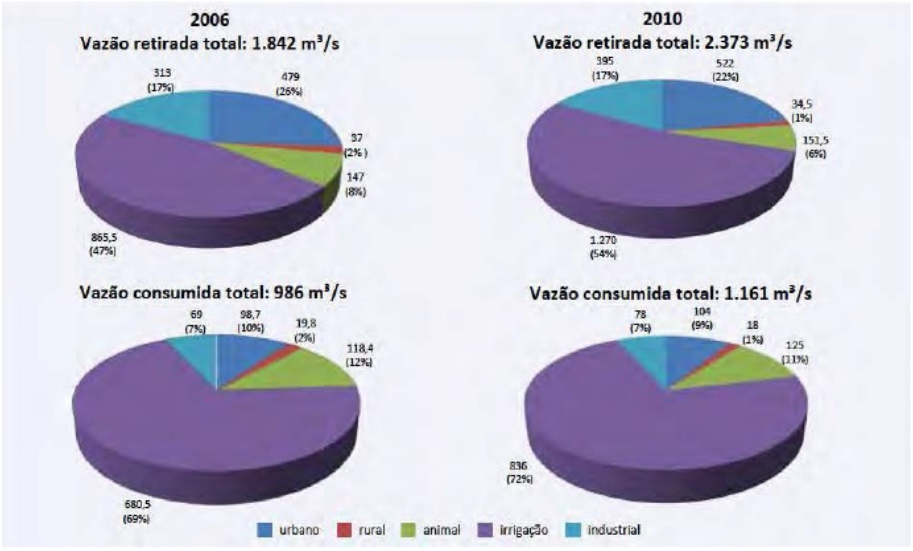
Desigualdades no consumo e distribuição da água no Brasil e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro – RMRJ

> *112 trilhões de litros de água doce, segundo dados da Unesco — o equivalente a quase 45 milhões de piscinas olímpicas ou mais de 17 mil lagoas do tamanho da Rodrigo de Freitas. Tantos litros são o total dos recursos hídricos necessários para produzir essas commodities. E colocam o país como o quarto maior exportador de "água virtual", atrás apenas de Estados Unidos (314 trilhões litros/ano), China (143 trilhões litros/ano) e Índia (125 trilhões litros/ano).*
>
> *– O Globo, 11/09/2012*

Os dados acima evidenciam o que o discurso do terrorismo hídrico busca esconder: a maior parte da água não é destinada ao consumo humano, mas às atividades industriais e ao agronegócio, principalmente para a produção de mercadorias voltadas para exportação, como soja, carnes, celulose, papel e minérios em geral, como ferro, ouro, bauxita, caulim, carvão, níquel, fosfato, etc.

A Agência Nacional das Águas publicou, no ano de 2013, o documento "A Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil – 2013", que traz um estudo comparativo sobre a demanda de recursos hídricos no país e nas distintas regiões hidrográficas (RH), entre os anos de 2006 e 2010. Houve um aumento de 29% em relação à vazão total retirada no país, passando de 1.842 m^3/s, em 2006, para 2.373 m^3/s, em 2010. Porém, esta variação não foi uniforme entre os diferentes setores. Em 2010, 54% da vazão total retirada para distribuição da água no Brasil foi utilizada para irrigação de grandes lavouras. O Gráfico 2 nos mostra que o consumo urbano aumentou de 479 m^3/s para 522 m^3/s no que diz respeito a vazão retirada total, mas ao mesmo tempo sua participação cai de 26%, em 2006, para 22% em 2010. Logo, o consumo urbano de água cai, enquanto o consumo relativo à irrigação aumenta. Seguindo a hierarquia de acesso à água, a irrigação é responsável pelo consumo de mais da metade da água distribuída no país, seguidos do consumo urbano, industrial, dessedentação animal e o consumo rural. Vale ressaltar que esta é uma média nacional, há comportamentos específicos relativos às diferentes regiões hidrográficas no país.

Gráfico 2 – Uso de água no Brasil por setor – 2006/2010



Fonte: Agência Nacional das Águas, 2013

Ao analisarmos o consumo de água específicos das RHs percebemos uma
H do
Atlâ
s de
habi
linas
Gera
loba
tamb
. Se
obse
áfica
no p
a de
água
o-se,
resp
Is se
soma
ação
anim
pela
popu

Tab
2010

Região hidrográfica	Ano	Vazão de retirada (m³/s)					Total (m³/s)
		abastecimento humano urbano	abastecimento humano rural	dessedentação animal	irrigação	abastecimento industrial	
Amazônica	2006	19,3	3,1	23,9	11,4	9,1	66,8
	2010	25,8	2,7	24,9	15,6	9,8	78,8
Atlântico Leste	2006	26,9	5,0	8,7	41,6	9,6	91,8
	2010	34,8	4,6	9,5	52,7	10,7	112,3
Atlântico Nordeste Ocidental	2006	8,3	2,2	4,1	3,4	1,6	19,6
	2010	11,2	2,8	4,3	3,6	1,7	23,7
Atlântico Nordeste Oriental	2006	46,1	4,5	5,1	144,6	26,3	226,6
	2010	60,8	5,5	5,6	161,1	28,9	262,0
Atlântico Sudeste	2006	96,4	3,1	5,4	49,4	37,5	191,8
	2010	104,2	3,2	5,7	57,4	43,1	213,7
Atlântico Sul	2006	33,4	2,2	6,2	186,8	46,7	275,3
	2010	36,1	2,1	6,9	196,1	54,4	295,4
Paraguai	2006	6,4	0,4	11,5	8,9	2,3	29,5
	2010	5,2	0,3	12,2	9,7	2,6	30,0
Paraná	2006	185,5	6,5	37,0	108,1	155,6	492,7
	2010	177,2	5,5	40,0	311,4	202,0	736,0
Parnaíba	2006	6,3	1,2	2,4	28,7	1,4	40,0
	2010	8,0	1,3	2,6	37,4	1,5	50,9
São Francisco	2006	27,3	3,7	9,1	123,3	17,4	180,8
	2010	31,3	3,7	10,2	213,7	19,8	278,8
Tocantins-Araguaia	2006	15,0	2,4	23,0	32,7	5,3	78,4
	2010	18,3	1,3	21,1	84,6	10,2	135,6
Uruguai	2006	8,1	1,4	7,7	122,4	8,8	148,4
	2010	8,7	1,3	8,4	126,9	10,1	155,4
Brasil	**2006**	**479,0**	**35,7**	**144,1**	**861,3**	**321,6**	**1.841,7**
	2010	**521,8**	**34,4**	**151,1**	**1.270,1**	**394,9**	**2.372,4**

Falt *a!*

desp
do
ndas
desig
são

amplamente favorecidos?

Segundo reportagem[7] de Luiz Paulo Guimarães de Siqueira, publicada no site Viomundo, em 29 de Janeiro de 2015, a desigualdade de acesso à água ocorre, por exemplo, no distrito de Brumal, em Santa Bárbara - MG, onde há uma captação de 82% do potencial hídrico do Rio Conceição, através de três minerodutos paralelos da Vale/Samarco. São utilizados nestes minerodutos 4.400 m³/hora de água. Segundo a reportagem, os moradores relatam que, em épocas de estiagem, o rio seca a partir da captação dos minerodutos.

Este fato não é um caso isolado: segundo a reportagem, o estado de Minas Gerais conta com oito grandes projetos de minerodutos, estando quatro em operação e três no processo de licenciamento ambiental. O maior mineroduto do mundo, da Anglo American, possui 525 km de extensão e passa por 33 municípios, ligando o município de Conceição do Mato Dentro (MG) até São João da Barra (RJ). Inserido no contexto do Complexo Industrial e Portuário do Açu, necessita de 2.500 m³/h de água para realizar o transporte dos minérios. Os três projetos que estão sob análise do licenciamento ambiental também pretendem utilizar quantidades exorbitantes de água, são eles: a Ferrous Resources pretende construir dois minerodutos que ligarão Congonhas (MG) até Presidente Kenedy (ES), os dutos pretendem captar 3.400 m³/h do Rio Paraopeba, que, todavia, já abastece a Região Metropolitana de Belo Horizonte; a Manabi pretende instalar uma mina em Morro do Pilar e também utilizará minerodutos para o transporte do material, são pretendidos 2.850 m³/h provenientes da bacia do Rio Santo Antonio; e a Sul Americana Metais, possui um projeto de exploração de 25 milhões de toneladas por ano de minério de ferro e para isso necessita da captação de 6.200 m³/h de água para seu funcionamento. Somados todos estes empreendimentos do setor mineral há uma demanda de captação de 19.350 m³/h de água para o transporte de minério via mineroduto! Ainda de acordo com a reportagem, se utilizarmos o consumo médio per capita do estado de Minas Gerais, que é de 159 litros por dia, este volume total utilizado apenas para o transporte de minério de ferro é suficiente para abastecer uma cidade 2.900.000 pessoas, mais que a população total de Belo Horizonte (2,45 milhões de habitantes em 2010).

Neste mesmo período, em Minas Gerais, cerca de 140 municípios do

[7] Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/denuncias/em-minas-e-ai-governador-e-agua-ou-mineroduto.html>. Último acesso em: agosto de 2015.

estado adotaram medidas de restrição e limitação no fornecimento de água. Enquanto isto, 19.350 m³/h de água serão destinados ao transporte de minérios de Minas Gerais para distintos portos do País, com destino ao mercado externo.

Absurdo semelhante ocorre com o excessivo consumo de água previsto para o funcionamento do Complexo Industrial-Portuário do Açu, localizado em São João da Barra (RJ), sem levar em consideração o mineroduto citado anteriormente. Segundo a AGB (2011),

> Para se ter uma ideia da magnitude deste projeto, segundo o Plano de Recursos Hídricos, em 2005 a demanda industrial de todos os municípios do estado do Rio de Janeiro situados na bacia do Paraíba do Sul era de 11,14 m3/s, na equivalência de consumo de 1.206 empresas industriais. Se traçarmos um paralelo, somente o DISJB (Distrito Industrial de São João da Barra) consumirá o equivalente a 1.082 unidades industriais (de pequeno, médio e grande porte), ou seja, um percentual próximo a 89% da demanda industrial total existente na bacia no trecho fluminense.
>
> A AGEVAP também afirma que "para o ano 2005, a demanda estimada para atender todas as sedes municipais pertencentes à bacia do Rio Paraíba do Sul é (foi) da ordem de 17,7 m3/s, sendo 7,3 m3/s para a fração fluminense, 6,3 m3/s para a paulista e 4,1 m3/s para a parcela mineira" (AGEVAP, 2007). Isso significa que para uma vazão de projeto estimada do (DISJB) em 10m3/s, o consumo de água de todos os empreendimentos previstos no CIPA equivale ao consumo de uma população de 2.816.000 habitantes, ou mesmo, 85 vezes a população do município de São João da Barra. Ao considerarmos somente as sedes municipais do trecho fluminense da bacia (52 sedes), tem-se que a demanda hídrica do CIPA chega a ser 36% superior ao consumo de toda a população urbana destas cidades, ou seja, o equivalente a 2.053.000 habitantes (p. 34).

Ou seja, se somarmos a água destinada ao CIPA e aos minerodutos que saem de Minas Gerais para portos de Rio de Janeiro e Espírito Santo, teríamos um volume de água suficiente para abastecer uma população em torno de 5.700.000 habitantes, quase a população total da capital fluminense (6,3 milhões de habitantes em 2010).

Outra destinação fundamental da água do país é para a geração de energia elétrica. Segundo Bermann (2011), em 2000 os setores de energia,

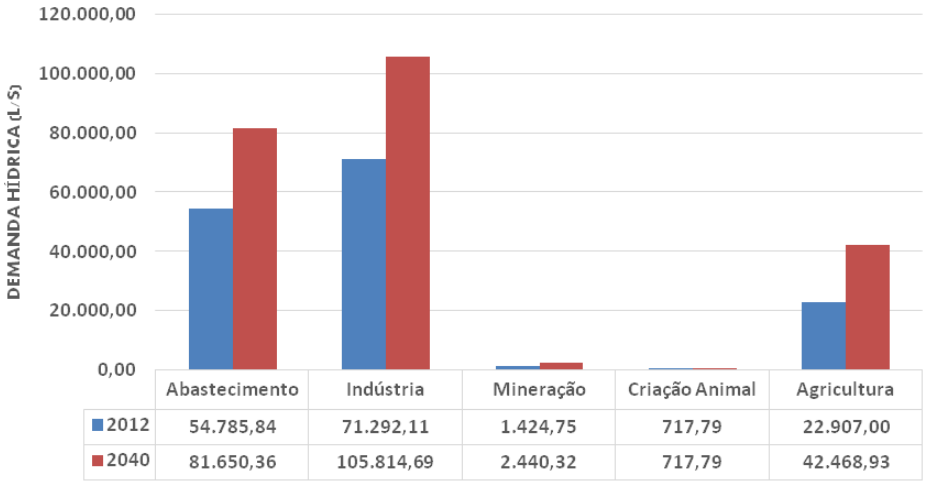
mineração, indústria pesada e leve consumiam 49,5% da energia elétrica, enquanto em 2008 consumiam 52,9%. Já o consumo de energia elétrica referente ao setor residencial foi de 22,3%, em 2008. Significa que nos últimos anos apostamos na dependência de indústrias de base eletrointensivas que consomem água na forma de energia, sobretudo, produzindo mercadorias visando o mercado externo.

Ou seja, a produção e exportação de minérios, produtos agropecuários e de base florestal respondem pela maior parte do consumo de água no Brasil. Somadas as exportações brasileiras de media-baixa tecnologia e os produtos não industriais chega-se a participação de 60% das exportações nacionais, no ano de 2009. Em 2000, estes setores representavam 46% dos produtos exportados. Isto significa que produtos de alta tecnologia e média-alta tecnologia, que necessitam de maior desenvolvimento científico e tecnológico, gerando, assim maior valor agregado, teve sua participação diminuída no total de exportação.

Este processo de reprimarização da economia se acentuou nas administrações de Luis Inácio Lula da Silva e Dilma Roussef. Tal agenda se polariza em diversas frentes, sobretudo agrícola e mineral, e traz consigo a usurpação de bens naturais que em sua maioria se tornam perdas irreparáveis.

Quando analisamos especificamente a situação do estado do Rio de Janeiro, verificamos que o setor industrial consumia praticamente 50% da água ofertada pela Bacia do Paraíba do Sul no ano de 2012.

Gráfico 3. Demanda Hídrica na Bacia do Rio Paraíba do Sul (trecho fluminense) e na Bacia do Rio Guandu

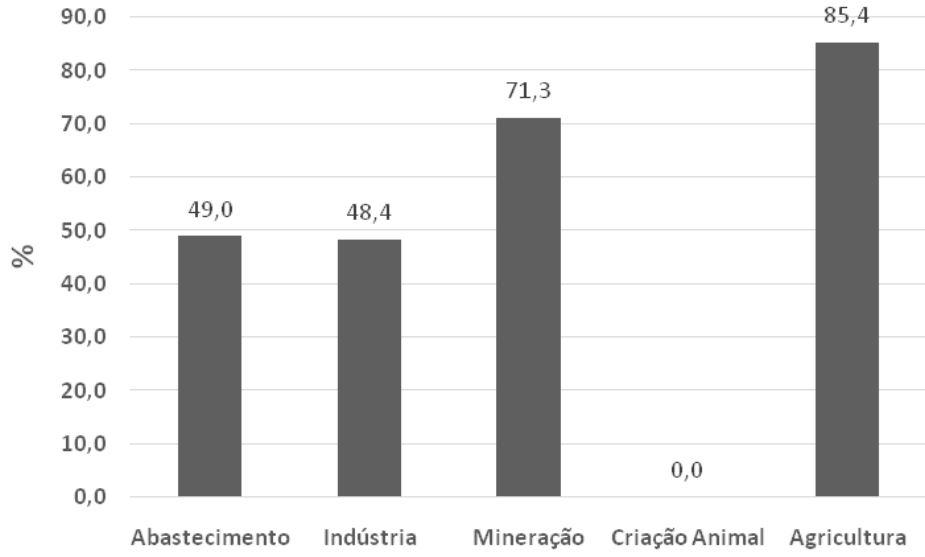


	Abastecimento	Indústria	Mineração	Criação Animal	Agricultura
2012	54.785,84	71.292,11	1.424,75	717,79	22.907,00
2040	81.650,36	105.814,69	2.440,32	717,79	42.468,93

Fonte: ANA, 2013.

Em relação às pressões futuras relativas ao consumo de água na bacia até 2040, destacam-se a agricultura e a mineração, com aumentos previstos de 85 e 71% respectivamente.

Gráfico 4. Incremento da demanda hídrica, por setor, na Bacia do Rio Paraíba do Sul (trecho fluminense) e na Bacia do Rio Guandu – 2012-2040



Fonte: ANA, 2013.

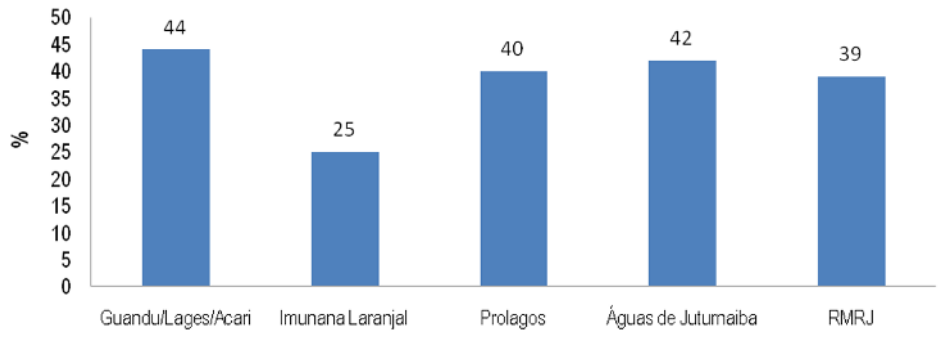
Assim, mesmo em uma das áreas mais densamente povoadas do país, o abastecimento humano não é prioridade. Também não é prioridade a gestão da qualidade da rede de abastecimento, como veremos no item subseqüente.

As perdas na distribuição de água na Região Metropolitana do Rio de Janeiro-RMRJ

Os sistemas de abastecimento do Estado do Rio de Janeiro operam com taxas elevadas de perda de água, desde a captação, o tratamento, a distribuição até o consumo final. As perdas se referem àquelas águas que são "produzidas" (ou tratadas) nas estações de tratamento de água (ETA), mas que não são consumidas pelo usuário final. Trata-se, verdadeiramente de água potável desperdiçada. Os vazamentos ao longo da linha de distribuição, a lavagem de filtros e a descarga de decantadores das estações de tratamento são os exemplos mais comuns de perdas hídricas.

O relatório técnico do Plano Estadual de Recursos Hídricos (COPPETEC, 2014) estima, por exemplo, uma perda inaceitável de água de 44% no Sistema Guandu/Lages/Acari, responsável pelo abastecimento de 12 municípios do oeste da Região Metropolitana. Este valor é de 39% no sistema RMRJ (19 municípios) e de 25% no Sistema Imunana/Laranjal, que abastece 3 municípios do leste metropolitano (Niterói, São Gonçalo, Itaboraí) e a Ilha de Paquetá. No primeiro caso, é como se a cada 100 litros de água tratada, 44 litros fossem "perdidos" durante a operação do sistema, quer dizer não chega ao consumidor final (usuário). Já o sistema Águas de Juturnaíba, que abastece os municípios de Araruama, Saquarema e Silva Jardim, por meio do Reservatório de Juturnaíba é outro exemplo de desperdício e ineficiência. Mais de 42% das águas produzidas pelo sistema são perdidas ou descartadas, enquanto que no sistema da Prolagos este valor é de 40%.

Gráfico 5: Índice de Perdas Físicas nos sistemas integrados de abastecimento – Estado do Rio de Janeiro



distribuição de água, como é o caso dos municípios de Mesquita (52,5%¨), Japeri (51,24%), ou muito próximas desse patamar, com é o caso de Belford Roxo e São João de Meriti.

Tabela 4. Índice de perdas físicas na distribuição de água nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 2013

Municípios da RM do Rio de Janeiro	Índice de Perdas na distribuição (%)
Guapimirim	-
Cachoeiras de Macacu	1,35
Paracambi	19,68
Itaboraí	21,02
Magé	22,32
Maricá	22,32
Rio Bonito	22,61
Tanguá	22,89
São Gonçalo	23,71
Seropédica	25,81
Niterói	26,55
Rio de Janeiro	28,49
Itaguaí	29,15
Nilópolis	35,97
Queimados	36,84
Duque de Caxias	38,03
Nova Iguaçu	39,40
São João de Meriti	44,95
Belford Roxo	45,46
Japeri	51,24
Mesquita	52,50

Fonte: SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO – SNIS.

Segundo simulações apresentadas na segunda revisão do Plano

Estadual de Recursos Hídricos, em 2013 (COPPETEC, 2013) investimentos em monitoramento e em programas de redução de perdas poderiam contribuir significativamente para eficiência destes sistemas, alcançando valores de até 12%, dependendo da Região Hidrográfica, com média de 7,6% para todas as bacias hidrográficas do estado. Neste último caso, daria para abastecer uma cidade de 1.600.000 habitantes, com consumo per capita de 250 litros/hab/dia, equivalente a três cidades do porte de Niterói.

No caso do Sistema Guandu/Lages/Acari a redução de perdas, para um horizonte de 2030, poderia chegar a 5,7 m³/s, considerando a variação das demandas das cidades abastecidas pelo sistema, o que corresponde ao consumo de um milhão de habitantes. (Idem, 2013). Na Região Metropolitana como um todo, a demanda de água para 2030, na ordem de 80 m³/s, poderia chegar a menos de 74 m³/s, caso se adotasse um programa de redução de perdas.

De todo o modo e considerando o cenário de longo prazo (2030), o Plano Estadual de Recursos Hídricos recomenda a "necessidade da implantação de programas de redução de perdas nos sistemas, acarretando economia de custo em ampliações de sistemas produtores de água." (p.19). Investir na modernização de equipamentos, no funcionamento das estações de tratamento de água e em programas de monitoramento de perdas na linha de adução devem, prioritariamente compor a agenda de estratégias de toda a região para aumentar a oferta de água, a eficiência e o intercâmbio dos sistemas de distribuição de água.

Na média geral, conforme já apontamos, se implementado um programa de redução de perdas nos sistemas da RMRJ, até o ano de 2030 seria possível gerar uma economia de até 5,0 m³/s na demanda de água, ou seja a mesma vazão proposta no projeto da barragem do rio Guapiaçu, segundo o EIA/RIMA (AMBIENTAL, 2013). Além de melhorar a gestão dos recursos, aumentaria a eficiência dos sistemas, reduzindo as perdas, e consequentemente evitaria novas obras de captação e reserva de água, como a barragem. Evitaria, diretamente o impacto sobre o vale do Guapiaçu, sobre a agricultura de base familiar e a produção agrícola.

Pelo exposto até o momento fica evidente que a o abastecimento humano não é a prioridade do modelo de gestão das águas no Brasil, apesar disso constar na Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei Federal Nº 9.433/97) em situação de escassez hídrica. Resta saber se a barragem do Guapiaçu é realmente

necessária para o abastecimento da população do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro.

O refluxo do Comperj e as reais necessidades de abastecimento de água no Leste Metropolitano

A crise do Comperj, relacionada aos problemas na Petrobrás, afetou diretamente o Leste Metropolitano da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Notícias se multiplicaram na imprensa nos últimos meses sobre demissões de trabalhadores e fechamento de negócios nos municípios da região, sobretudo, Itaboraí. Reportagens apontam 5 mil demissões e atraso no pagamento de 2,5 mil funcionários de uma empreiteira (O Globo, 18/01/2015), ou 3 mil demissões apenas nos 15 primeiros dias de janeiro de 2015 (Extra, 25/01/2015), ou ainda 12 mil demissões desde outubro de 2014 (Jornal do Brasil, 03/04/2015). Este último jornal aponta ainda que estudo da "Secretaria de Estado de Trabalho e Renda (Setrab) sobre a evolução do trabalho por setor de atividade econômica no município mostra que em 2014 foram 29.992 demissões."(Jornal do Brasil, 03/04/2015).

As reportagens na imprensa apresentam ainda o quadro de redução da arrecadação municipal de Itaboraí, as perdas do comércio e a perambulação de desempregados pelas ruas do município, uma vez que a maior parte dos trabalhadores veio de outros municípios e estados e muitos não têm condições de retornar para suas casas.

"No ano passado, dos R$ 20,9 milhões arrecadados com impostos pela prefeitura, R$ 18 milhões foram provenientes do Comperj." (Jornal do Brasil, 03/04/2015).

Diante da desaceleração das obras do Comperj, todas as projeções de crescimento demográfico e econômico do Leste Metropolitano Fluminense precisam ser revistas e isso inclui as projeções de crescimento do consumo de água que justificavam a construção da barragem do rio Guapiaçu.

> A região abastecida pelo Sistema Imunana-Laranjal é de suma importância no contexto do Estado do Rio de Janeiro por estarem previstos, além de um contingente populacional superior a 3 milhões de habitantes, a entrada em operação do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ), além de outras indústrias de porte, atraídas

> pelo desenvolvimento da região (COPPETEC, 2013; p.125).

A passagem acima evidencia que um dos argumentos centrais para a construção da barragem era o crescimento da demanda por água associada à instalação do Comperj e empresas e população que seriam atraídas para a região (AMBIENTAL, 2013). No entanto, as projeções iniciais que apontavam para a construção de um grande complexo petroquímico foram revistas e o empreendimento se transformou apenas em uma refinaria, assim, também a previsão da instalação de centenas de empresas em torno do Comperj certamente não se confirmará.

> Idealizado para se transformar em grande polo petroquímico, com indústrias de primeira, segunda e terceira geração, o que significa que fabricaria de matéria-prima até plásticos, o Comperj cada vez mais se assemelha a pouco mais do que uma planta de refino.
>
> (http://economia.ig.com.br/2013-06-15/mudanca-no-comperj-indica-reducao-do-projeto-original.html acesso em 17/07/2015)

Portanto, se o Comperj não será mais o que foi previsto inicialmente e seu impacto em termos de atração de indústrias e população também não será o mesmo, parece-nos evidente que faz-se necessário rever as projeções de aumento do consumo de água elaboradas no EIA-Rima do Comperj.

Ora, quando o governo estadual que sustentava a necessidade da construção da barragem com base nos impactos do Comperj, altera o discurso e passa a se respaldar na "crise hídrica", deixa no ar a impressão de que o verdadeiro interesse é construir a barragem, seja por que motivo for, o que torna no mínimo suspeita a necessidade de tal empreendimento.

Como a legislação ambiental brasileira prevê que uma obra tem que ser justificada diante dos impactos que gera, parece-nos evidente que a barragem proposta para o rio Guapiaçu carece das devidas justificativas legais, pois não há comprovação evidente da sua necessidade e os enormes impactos sociais e ambientais que geraria sua construção são argumentos mais que suficientes para que esta não se realize e sejam procuradas alternativas menos impactantes para o abastecimento de água do Leste Metropolitano (AGB, 2014).

Conclusão

A análise acima nos mostra que a questão da água no Brasil precisa ser

tratada de forma radicalmente diferente do que vem sendo até o momento. Precisamos superar o terrorismo hídrico e avançar para uma concepção moderna e sustentável de enfrentamento da problemática da água. Ao invés do atual padrão barragem-transposição-faça sua parte que se apoia em grandes obras de engenharia e culpabiliza a população, propomos outra abordagem, baseada na recuperação ambiental das bacias hidrográficas, com reflorestamento de encostas, matas ciliares e nascentes que envolvam as populações que habitam essas áreas em projetos comunitários e descentralizados de manejo do solo e das águas. Além disso, é necessário combater as injustificáveis perdas nos sistemas de distribuição de água, inclusive as perdas relacionadas à limpeza de filtros e tanques de decantação das Estações de Tratamento de Água que recebem cada vez mais águas poluídas com carga dissolvida e em suspensão, tornando fundamental os procedimentos de limpeza que são realizados com água tratada.

Consideramos ainda fundamental uma mudança radical no modelo econômico, de forma a combater o atual perfil desigual de consumo de água no país, posto que a prioridade para o uso humano prevista na Política Nacional de Recursos Hídricos não está sendo respeitada, uma vez que a irrigação de grandes lavouras voltadas para a exportação, a mineração e o transporte de minérios via dutos e indústrias eletrointensivas consomem muito mais água que a destinada à população brasileira.

Portanto, ao invés de novas barragens, como a do Guapiaçu, temos alternativas muito mais justas do ponto de vista social e ambiental e baratas do ponto de vista econômico para lidar com a questão da água no Brasil. E sem terrorismo.

Referências bibliográficas

AGB-Associação de Geógrafos Brasileiros, *Relatório dos Impactos Ambientais do Complexo Industrial-Portuário do Açu*. AGB. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: www.agb.org.br

AGB-Associação de Geógrafos Brasileiros, *Relatório sobre a proposta de construção da Barragem no Rio Guapiaçu – Cachoeiras de Macacu, Rio de Janeiro, 2014*. Disponível em http://www.agb.org.br/attachments/article/122/Relat%C3%B3rio+Barragem+Guapia%C3%A7u+AGB+Final+2014.pdf

AMBIENTAL, Obras para Implantação da Barragem do Rio-Guapi-açu com vista à ampliação da oferta de Água para região Conleste Fluminense, localizado no município de Cachoeiras do Macacu/RJ, Ambiental Engenharia e Consultoria. *Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)*, 2013.

BERMANN, C. Impasses e controvérsias da hidreletricidade. *Estudos Avançados*. 2007, vol.21, n.59, p. 139-153.

BRASIL. Agência Nacional das Águas. *Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil*: 2013/ Agência Nacional de Águas. Brasília: ANA, 2013.

CONCREMAT Engenharia. *Relatório de Impacto Ambiental - RIMA. Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: www.comperj.com.br/Util/pdf/rima.pdf

COPPETEC; INEA; SEA. *Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro, Relatório de Diagnóstico (R7)*. Laboratório de Hidrologia e Estudos em Meio Ambiente. Rio de Janeiro, 2014 (Versão Final) Disponível em http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Agendas/GESTAODEAGUAS/InstrumentosdeGestodeRecHid/PlanosdeBaciaHidrografica/index.htm#ad-image-0

COPPETEC Fundação. *Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro: Temas Técnicos Estratégicos - Fontes Alternativas para o Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro, com Ênfase na RMRJ*. Laboratório de Hidrologia e Estudos em Meio Ambiente. Rio de Janeiro, 2013. (2º Revisão). Disponível em: http://www.hidro.ufrj.br/perhi/documentos/PERHI-RE-08-REV-2-FINAL.pdf

ESTADÃO, Cabral Ameaça ir a Justiça para impedir transposição do Paraíba do Sul. De 22/03/2014 http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,cabral-ameaca-ir-a-justica-para-impedir-transposicao-do-paraiba-do-sul,1143688.

Extra, 25/01/2015

GUDYNAS, Eduardo, Brasil, o maior extrativista do continente, de 20/05/2013. Correio da Cidadania. http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8388:submanchete200513&catid=62:eduardo-gudynas&Itemid=131

G1, Primeira Cota do Volume Morto acaba em represa do sistema Cantareira, de 16/10/2014. http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2014/10/primeira-cota-do-volume-morto-acaba-em-represa-do-sistema-cantareira.html.

G1, Mapa: Falta de Água. http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/mapa-falta-de-agua/platb/

IG, Mudanca no Comperj Indica Reducao do Projeto Original, de 15/06/2013. http://economia.ig.com.br/2013-06-15/mudanca-no-comperj-indica-reducao-do-projeto-original.html

JORNAL DO BRASIL, 'Crise do petróleo': Itaboraí vive colapso financeiro com as demissões no Comperj, de 03/04/2015. Disponível em http://www.jb.com.br/economia/noticias/2015/04/03/crise-do-petroleo-itaborai-vivecolapso-financeiro-com-as-demissoes-no-comperj/

O Dia. Fluminenses são solidários na crise de água do vizinho. De 23/06/2014 http://preservblog.blogspot.com.br/2014/06/transposicao-do-rio-paraiba-do-sul.html. Acessado em 10 de Julho de 2015.

O GLOBO, Brasil exporta cerca de 112 trilhões de litros de água doce por ano, de 11/09/2012 disponível em http://oglobo.globo.com/sociedade/ciencia/brasil-exporta-cerca-de-112-trilhoes-de-litros-de-agua-doce-por-ano-6045674#ixzz3jqSaUWMm

SIQUEIRA, Luiz Paulo. E aí Governador, é Água ou Mineroduto?

http://www.viomundo.com.br/denuncias/em-minas-e-ai-governador-e-agua-ou-mineroduto.html

UOL, Rio é o Estado que mais consome água, o dobro do recomendado pela ONU http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/02/05/rio-e-o-estado-que-mais-consome-agua-o-dobro-do-recomendado-pela-onu.htm